



**Ensaaios sobre a
Herança Cultural Japonesa
Incorporada à Sociedade Brasileira**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

INSTITUTO RIO BRANCO (IRBr)



Diretor-Geral Embaixador Fernando Guimarães Reis

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br



Ensaaios sobre a Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira



Brasília, 2008



Copyright ©, Fundação Alexandre de Gusmão

Capa:

Wakabaihashi, gravura XII/XXX, 1998.

Equipe técnica:

Eliane Miranda Paiva

Maria Marta Cezar Lopes

Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves

Projeto gráfico e diagramação:

Cláudia Capella e Paulo Pedersolli

Impresso no Brasil 2008

Ensaaios sobre a herança cultural japonesa incorporada à sociedade
brasileira / Fundação Alexandre de Gusmão. - Brasília: FUNAG,
2008.

260 p.

ISBN: 978-85-7631-139-3

1. Cultura - Japão. 2. Cultura - Japão - Brasil. I. Título.

CDU: 008 (520)

CDU: 08 (520:81)

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão

Ministério das Relações Exteriores

Esplanada dos Ministérios, Bloco H

Anexo II, Térreo

70170-900 Brasília – DF

Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028

Fax: (61) 3411 9125

Site: www.funag.gov.br

E-mail: funag@mre.gov.br

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Embaixador Fernando Guimarães Reis</i>	
I. A HERANÇA CULTURAL JAPONESA INCORPORADA À SOCIEDADE BRASILEIRA	15
<i>Ana Paula de Almeida Kobe</i>	
II. UM JAPÃO NO BRASIL: HERANÇAS DE 100 ANOS DE HISTÓRIA	43
<i>Candice Sakamoto Souza Vianna</i>	
III. ENSAIO SOBRE A HERANÇA CULTURAL JAPONESA INCORPORADA À SOCIEDADE BRASILEIRA	85
<i>Cecília Kiku Ishitani</i>	
IV. CAMPAI, SAÚDE! UM BRINDE AO BRASIL NIPO-BRASILEIRO	109
<i>Denis Ishikawa dos Santos</i>	
V. YOSHIKO BABY (OU: PASSAGENS CURIOSAS NOS PAPÉIS DO CAPITÃO EZEKIEL HARDY, BALEEIRO E IMIGRANTE)	137
<i>Henrique Luiz Jenné</i>	
VI. O JAPÃO DE MEUS OLHOS	165
<i>Marcos Mauricio Toba</i>	
VII. O TRANSPORTAMENTO DA INFLUÊNCIA: BRASILEIROS NÃO-DESCENDENTES E A IMIGRAÇÃO JAPONESA	203
<i>Viviane Ferreira Lopes</i>	
VIII. REFLEXÕES	233
<i>Yukie Watanabe</i>	





APRESENTAÇÃO







APRESENTAÇÃO

Fernando G. Reis

Há exatamente um século, os imigrantes japoneses trouxeram consigo uma herança. Talvez não soubessem que eram portadores dessa herança, que a princípio ficou até isolada, em um natural instinto de defesa cultural. Mas, com o passar dos anos, a herança se difundiu pela sociedade brasileira. Foi uma repartição generosa. Ao se universalizar, a doação se tornou mais importante do que o doador.

É o momento de refletir sobre isso: em 2008 celebramos o Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil. Há rasgos heróicos nessa história, todos sabemos: foi uma verdadeira saga. Por outro lado, quantas voltas não foram dadas nesses 100 anos! Quantas vezes o destino não riu dos homens, que crêem poder antecipar o amanhã! Mas a História tem a força da água: passa por todas as brechas e vai moldando a vertente que lhe convém, alheia a queixas e a preconceitos. Ao fim do trajeto, todas as águas se juntam.

A reflexão que me ocorre, em meio a uma trajetória secular, é que as heranças não são gratuitas – têm que ser assumidas, de geração para geração. É, aliás, o que faz o mundo caminhar. E a principal herança, nem sempre percebida, é a própria identidade. É claro que a identidade nunca é dada, mas há os que a recebem como um modelo quase pronto. Pode parecer um presente ou um empréstimo, mas – mais tarde – sempre se acaba pagando um preço pela aparente facilidade. Identidade não se imita.

Do ponto de vista étnico, quando há mais de uma herança, o que é uma dádiva pode se transformar numa dúvida: os beneficiários são colocados diante de situações às vezes inesperadas, dada a aparente



diferença. Queiram ou não, são obrigados a fazer opções: têm que se afirmar. São então induzidos a achar sua própria identidade.

Digo achar, porque obviamente a identidade já está lá, esperando para se manifestar. O problema é que nessa busca não há propriamente roteiro – é mais a eventualidade de um encontro consigo mesmo. Um dia ele acontece, ainda que a custo de desencontros. O processo não é apenas acidentado – é sofrido. Mas o sofrimento, ainda que indesejável, é muitas vezes redentor: gera prodígios e abre a percepção. Faz compreender que a realidade gosta de inventar caminhos próprios, às vezes com ironia, outras vezes aos solavancos.

Neste particular, a História não tem muito método. A rigor também não tem pressa: o fato é que um século pode ser medido em apenas quatro gerações. Ora, os autores reunidos neste volume se declaram – em sua maioria – pertencentes à quarta geração dos imigrantes que chegaram em 1908. Assim, a visão dos yonsei contribui para decifrar o delicado enredo de uma herança que veio de fora, sim, mas aqui deitou raízes e deu frutos genuinamente brasileiros. São oito os ensaios agora publicados, ao cabo de um Concurso aberto e democrático. A meu ver, cada um dos textos tem seu valor intrínseco e propõe uma perspectiva original. Além de reveladores e instrutivos, são escritos saborosos. Não hesito em dizer que certas passagens são antológicas, seja pelo lado anedótico, seja pela profunda veracidade.

Já se conclui que os colegas-autores não merecem simples parabéns. São credores de respeito e admiração, pois – em maior ou menor medida – aceitaram o desafio de falar de sua própria experiência. Foram corajosos e, sob diferentes ângulos, todos trataram de um tema de grande interesse para a sociedade brasileira e, em conseqüência, para a diplomacia brasileira.

Por mais que o exercício fosse louvável e oportuno, havia que enfrentar uma tripla dificuldade: pessoal, intelectual e funcional. Sejam francos, é sempre difícil falar de si mesmo – digo, falar com autenticidade. A palavra Eu é certamente das mais freqüentes em todos



APRESENTAÇÃO

os discursos, mas – em geral – o indefectível ego é apenas uma fachada. Quando se trata de ir além da superfície, as pessoas hesitam, resistem ou até se rebelam. De resto, sabemos que os diplomatas não costumam ser diretos nem transparentes. Não foi o que aconteceu neste Concurso, franqueado – sem distinções – aos membros da carreira até o nível de Conselheiro.

Seria natural que o tema do Concurso mobilizasse de forma mais direta aos que têm vínculos pessoais com o Japão. A propósito, o Serviço Exterior Brasileiro conta atualmente com 22 nipo-descendentes. Pode parecer pouco, mas é um número expressivo em termos relativos, considerando-se o percentual de origem japonesa no total da população brasileira. O pioneiro, que ingressou na carreira em 1975, já é hoje Embaixador. Seu exemplo foi seguido, a princípio de forma tímida, mas dentro de uma linha agora constante e ascendente. De qualquer forma, a amostragem foi ampla, pois o Concurso recebeu também contribuições importantes de diplomatas sem ascendência nipônica, o que ilustra e comprova a forte influência da cultura japonesa no nosso meio.

Ao se escolher o tema do certame não se excluiu a possibilidade de uma resposta acadêmica, que seria válida. Mas o que se esperava era algo mais: que o tratamento da questão tivesse a marca de um testemunho pessoal. É verdade que o desafio foi formulado na linguagem neutra de um Edital oficial, como corresponde a um certame público, patrocinado conjuntamente pelo IRBr e pela FUNAG. Nem por isso, os concorrentes deixaram de compreender que se tratava de um convite para dar um depoimento de primeira mão. Em outras palavras, havia plena liberdade para a sensibilidade de cada um. Graças a isso, foram recuperadas lembranças que de outra forma talvez ficassem perdidas ou – quem sabe – permanecessem secretamente encerradas nos arcanos de vagas memórias da infância e da adolescência. Acontece que tais lembranças são indispensáveis para compreendermos a verdadeira História do Brasil, que é antes de mais nada a história das pessoas em seu cotidiano. Essa riqueza é inesgotável.



Através das vivências é mais fácil entender os fatos. No caso, tratava-se de pensar a nossa herança japonesa – nossa, de todos os brasileiros, e não apenas dos que de uma forma ou de outra estão mais ligados ao Japão. Nas respostas ao inusitado convite, não faltou objetividade e não faltou sinceridade, até o limite de um discreto intimismo. O resultado, em seu conjunto, é muito bonito – diria mesmo que é tocante, porque em última análise o que encontramos nesses ensaios são relatos existenciais. O enfoque pode guardar um certo recuo analítico, mas a matéria é a própria vida, que não se deixa aprisionar em fórmulas definitivas. Sob apelo emocional, a memória é muito mais do que um depósito de informações.

A coragem, que salientei, está justamente em ir ao encontro da verdade – a verdade de cada um, que é o que importa. Mas, em geral, o processo do auto-descobrimento é caprichoso: a revelação, por natureza, é uma surpresa. Nas páginas que se seguem há momentos assim, alguns mais dramáticos, outros tratados com o disfarce do humor, o que comprova o distanciamento inerente à reflexão madura. Em suma, são inesperadas lições de humanidade, contadas com simplicidade e sem qualquer pretensão de generalizações apressadas. Na boa ciência, sobretudo nas humanas, a teoria não pode ser surda aos sussurros da experiência. Vale o exemplo.

Dito isso, cabe notar que por acréscimo, o exercício tem um inegável interesse acadêmico. Os participantes do Concurso fazem parte de um universo perfeitamente identificável: eles pertencem às gerações mais jovens do Itamaraty, o que já por si confere valor documental a essa amostra. Sob outro prisma, a espontaneidade dos textos não prejudica sua importância como material de estudo. Muito pelo contrário: a colheita foi farta e diversificada. Por outro meio, teria sido bastante difícil obtê-la.

O que se vai ler mostra claramente que estamos diante de uma temática atual, que desperta reações fortes e suscita problemas. Além disso, é uma questão que interessa a todos, seja por seu apelo antropológico, seja



APRESENTAÇÃO

porque permite uma reflexão em profundidade sobre a própria sociedade brasileira. Aliás, o livro vem preencher uma lacuna: são muitos os depoimentos da primeira e da segunda gerações dos imigrantes, em tempos sabidamente árdios, mas são ainda escassos os escritos da terceira e quarta gerações, notavelmente exitosas e já perfeitamente integradas ao meio brasileiro. Em confronto com a literatura anterior sobre a matéria, os depoimentos dos mais jovens exibem uma perspectiva diferente, como era de se esperar. O que talvez fosse menos previsível é o grau de isenção e de maturidade: a sensibilidade fica bem à mostra, mas não há o *páthos* do ressentimento. A evolução é nítida.

Ao articular esta apresentação, que só pretende ser um convite, resisto ao desejo de comentar os ensaios um por um – a tentação é grande mas seria uma deslealdade para com o leitor. Nas páginas que se seguem há matéria para contos e mesmo romances. Assim que não quero retardar o prazer dos que já estão com o livro na mão.

Não vou, contudo, me furtar a dar também o meu depoimento, talvez subjetivo. Ao fim e ao cabo, a impressão maior que me ficou destes ensaios é a de uma benigna nostalgia – benigna e curiosa. Ela se manifesta por exemplo no apreço por uma ética inabalável, que antes comportava gestos heróicos, mas hoje – de forma talvez não menos corajosa – tem que se provar na banalidade do dia-a-dia. Creio que essa comparação permeia a maioria dos textos. Da mesma forma, subsiste a fantasia da terra dos antepassados, quase um mito de transmissão oral. Na verdade, o Japão dos avós ou bisavós pioneiros é um país único, que só tem realidade na memória. Assim, é muito legítimo o anseio de querer preservar um passado prestes a se desvanecer e que sobrevive nos instantâneos de lembranças fugidias.

Para completar o desenho, é preciso juntar os pedaços com carinho e esforço. Assim, os vazios se vão preenchendo aos poucos, seja por adivinhação, seja através de sons associados a entes queridos, seja graças ao inesperado retorno de cheiros e de sabores remanescentes



FERNANDO G. REIS

de reuniões da “família ampliada”, bem à moda nipônica. São dias distantes mas ainda presentes. O reflexo desse mundo combina mal com a atualidade. Assim, a tradição cede lugar a um outro tipo de apelo: não há desencanto com o presente, mas há o desejo de imobilizar o tempo – uma tempo que já pertence tanto à crônica como à ficção.

Se há nostalgia, há igualmente serenidade, pois nada se perdeu. Os jovens sabem, por intuição, que o passado não está extinto – ao contrário, ele se tornou mais tangível e mais protegido: foi incorporado a algo maior, com a perspectiva que só o passar do tempo permite, através da vivência das gerações que se sucedem. A dúvida – ao se explicitar – voltou a ser dádiva. A identidade herdada foi assumida. As águas se juntam. Talvez o mérito do Concurso¹ tenha sido o de haver tornado mais clara essa percepção, para os autores e agora para os leitores.

¹ Cabe um especial reconhecimento ao Embaixador Frederico Cezar de Araújo, ao Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto e à Embaixadora Vitória Alice Cleaver, que se dispuseram a integrar a Banca Julgadora, que avaliou todos os ensaios. Foram contemplados com viagem de estudos ao Japão, prêmio adicional previsto no Edital do Concurso, o Secretário Marcos Maurício Toba e a Secretária Candice Sakamoto Souza Vianna.



I.

**A HERANÇA CULTURAL JAPONESA
INCORPORADA À SOCIEDADE
BRASILEIRA**





A HERANÇA CULTURAL JAPONESA INCORPORADA À SOCIEDADE BRASILEIRA

Ana Paula de Almeida Kobe

1. PRÓLOGO: PERCEPÇÕES DA INFÂNCIA

Ser descendente de japoneses no norte do Paraná não era motivo para sentir-me “brasileira diferenciada”. Ao lado de negros, italianos, ucranianos, alemães, espanhóis e tantos outros que chegaram ao País em busca de melhores condições de vida, os japoneses eram parte do mosaico de raças que tornavam o Paraná, em particular, e o Brasil, em geral, terra de todos. Diferenças entre os grupos emigrados havia, mas a percepção, na década de 1980, quando nasci, era de sintonia e convivência harmônica.

Na escola, as crianças não faziam dos olhos puxados pretexto para brincadeiras que pudessem depreciar determinados traços físicos. Parte da explicação para o convívio pacífico baseava-se na ausência de fenótipo reconhecido como superior. Não havia rosto que determinasse com exatidão quem era ou deixava de ser brasileiro. Mais do que traços físicos, a língua portuguesa sobressaía como elemento de identidade, que registrava, pelas construções lexicais e morfológicas, o grau de adaptação à cultura brasileira.

Antes de identificar, pelo aprendizado, modelos de construção da identidade, as crianças percebem como naturais as situações que as circundam. Crescer com pessoas de diferentes etnias e de hábitos nem sempre coincidentes as tornam mais flexíveis para o convívio multicultural. No meu caso, por ter estado, desde muito jovem, em meio a pessoas e a ambientes diversificados, que não se confundiam com guetos ou círculos restritos de tal ou qual nacionalidade, causou-me espécie, por volta dos 5 anos de idade,



quando olharam-me, no interior do Nordeste, com sincera curiosidade, como se não acreditassem que uma menina tão diferente pudesse ser também brasileira. Dei-me conta da alteridade e do reconhecimento que um homem faz do outro não pelo que leva na alma, mas pelo traço que marca a pele e pela forma como se relaciona com os semelhantes.

Na infância, não é possível avaliar com acuidade o que seja uma herança. Apenas com o passar dos anos o homem adquire instrumentais que possibilitam apreciar a complexidade do que lhe foi legado. Leva-se tempo para distinguir o que nos foi entregue como produto de uma cultura e o que nos é inerente, o que nos diferencia na personalidade. Minhas percepções de criança são como imagens vistas através de uma fechadura, que me permitem compreender o quanto de uma herança cultural já me acompanhava, desde muito cedo.

1.1 A LÍNGUA

Nas família que buscaram manter as raízes das tradições nipônicas, o costume era usar a própria língua japonesa nas conversas de casa. Era como se coexistisse mundo paralelo à realidade das ruas, do trabalho e da escola, na tentativa de se conservar o núcleo da identidade emigrada: a língua. Na casa em que passei parte da infância, as conversas em japonês só existiam quando meus avós paternos vinham nos visitar. De maneira improvisada e intuitiva, dirigiam-se a minha mãe, brasileira da gema, a mim e a minha irmã em português recheado de “né” e de palavras nas quais o “l” correspondia a “r”: planta virava *pranta*; problema, *probrema*.

O diálogo de meus avós com meu pai era sempre em japonês. Quando começavam essas conversas, minha irmã e eu inclinávamos a cabeça, como se estivéssemos buscando a posição mais adequada para o ouvido, para que pudesse compreender algo que se aproximava a



uma linguagem cifrada. Desde os sete anos de idade, íamos regularmente, duas vezes por semana à escola de japonês - o “nihongaco”. Ali encontrávamos extensão natural das casas onde predominavam não só a cultura japonesa, mas também o uso de produtos, enviados por parentes do Japão, preciosos na época em que barreiras à importação eram parte de políticas de Estado.

Em casa, não falávamos japonês e não fazíamos culinária japonesa, salvo em ocasiões especiais. A cultura e os costumes brasileiros impunham-se. O casamento de meu pai com uma nordestina já havia surpreendido a família. Foi só após o nascimento das netas mestiças que os familiares japoneses passaram a aceitar com certa condescendência a escolha por brasileira sem traços ou heranças nipônicas. A dificuldade de compreensão mútua contribuía para a tensão explícita. A eleição do nome foi amostra dos desafios que se apresentariam. Enquanto a família paterna fazia lista com sugestão de nomes, entre os quais eram fortes candidatos “Kioko”, “Keiko” e “Mitiko”, a família materna torcia o nariz para a sonoridade estrangeira. O conflito para a escolha do nome chegou a tal nível que, certa noite, minha mãe sonhou que as filhas eram batizadas com nomes cujo significado era compreensível, mas não apropriado para designar pessoas. Sonhara que recebíamos o nome “Municípiã”. Na manhã que se seguiu, arrebatada pelo absurdo do subconsciente, decidiu que buscaria nome simples, que pudesse ser comum às duas filhas e que neutralizasse disputas culturais. Dessa forma, chegou-se a um simples palíndromo, que poderia ser pronunciado sem dificuldade tanto em Roraima quanto em Hokaido. Afinal, concluía minha mãe, o Brasil era o país onde cresceríamos e onde construiríamos nossa identidade.

A compensação para o nome brasileiro foi a matrícula, aos quatro anos de idade, na escola de língua japonesa. Para os colegas do “nihongaco”, éramos as mestiças. Nem brasileiras nem japonesas. Por conta disso, talvez, lá se foram os anos em que o estudo da língua japonesa pouco progrediu. Eu não me sentia japonesa; minha irmã,



tampouco. Os elementos que compunham o universo nipônico despertavam curiosidade profunda, mas em misto de temor e estranheza. Era inegável a imagem refletida no espelho: dois olhinhos puxados, pela clara, cabelo escuro e escorrido. Mas a língua, reduto primordial da identidade, parecia firmar-se como território de segurança e de adequação ao mundo. O velho “sensei”, taciturno e rígido, assustava-nos. Não me lembro como chegávamos a entendê-lo, pois não falava, ou fazia questão de não falar, português. Creio que nos fixávamos na linguagem corporal ou simplesmente imitávamos as demais crianças. A comunicação sempre encontra as próprias estratégias para realizar-se, mas, no nosso caso, acredito que se operava verdadeiro milagre, porque íamos acompanhando, sem muita vocação ou vontade, o ritmo da classe. E ainda obedecíamos, sem pestanejar, às austeras instruções do professor.

Em uma das tantas visitas de meus avós paternos à nossa casa, lá estávamos eu e minha irmã ouvindo atentamente a animada conversa dos adultos, em língua japonesa. Tão compenetradas estávamos, com a cabecinha inclinada, quase lançando uma orelha para o teto, que minha mãe não resistiu e ficou a nos observar. Antes de nos deitarmos, perguntou, em tom professoral, embargado por dose de curiosidade, o que havíamos entendido de toda a conversa. Surpresas, minha irmã e eu nos olhamos com toda a cumplicidade que duas crianças são capazes de compartilhar e, sem hesitação, respondemos quase em uníssono:

– A risada.

1.2 FORA E DENTRO DE CASA: AMIGOS E FAMÍLIA

A disciplina e a dedicação são atributos reconhecidos dos japoneses. A criança aprende, muito cedo, o sentido do dever cumprido e a importância de se honrar os pais, por meio de êxito escolar e profissional. Há, portanto, expectativas compreensíveis em relação



aos nipo-brasileiros, como destacar-se no colégio, nos exames vestibulares e no campo profissional. Quando ainda criança, notava a tranqüilidade das mães de minhas coleguinhas, descendentes de imigrantes ocidentais, quando estávamos juntas. Parecia que os olhos puxados funcionavam como atestado de confiança e de credibilidade, de dedicação aos estudos e de disciplina. Certo é que não apenas isso determinava a qualidade e a satisfação da amizade, mas a ascendência japonesa, de alguma forma, inspirava confiança, respeito e indicava bons exemplos a serem seguidos.

A comunidade nipônica, por sua vez, reagia de forma inversa em relação aos brasileiros: filhos de pai e mãe japoneses eram estimulados a relacionarem-se com filhos de pais e mães japoneses. Como mestiça, sentia o peso e os obstáculos a serem vencidos para qualquer aproximação que ultrapassasse a mera cordialidade. Lembro-me com nítida indignação o dia em que, depois de mais uma aula no “nihongaco”, fui convidada por uma colega a visitar sua casa, situada ao lado da escola. Ao entrar na sala, deparamo-nos com sua mãe, que arregalou os olhos e preparou a careta mais feia para demonstrar incômodo e reprovação. Nem todas as famílias eram assim. Havia as mais flexíveis e as mais intolerantes. A mim, tocou-me experiência desagradável, compensada por tantas outras em que fui recebida com os braços abertos - sem serem escancarados - pela família de outros colegas de mãe e pai japoneses. Era natural que, diante da possibilidade de não ser aceita pelas famílias mais recalcitrantes, porque desconfiadas e, em certa medida, ainda não integradas à cultura brasileira, eu me aproximasse dos amigos que tinham mãe ou pai brasileiros. E com esses, aperfeiçoava mais o português do que o japonês.

Já a questão do gênero, superada de forma paulatina mediante conquistas das mulheres e da contagiante febre do “politicamente correto”, nas famílias orientais continua a ter peso. É certo que costumes e valores mudam ao longo do tempo, mas, ao recordar a década de 1980, era expressiva a importância conferida ao nascimento



de um filho homem, perpetuador do nome e das tradições. Minha família paterna, por exemplo, esperava com ansiedade o nascimento de um homem. Não foi sem certa dose de decepção que descobriram que nasceria uma mulher, ou talvez duas ao mesmo tempo. Ainda que na sociedade brasileira o papel feminino seja tão importante quanto o masculino, na cultura japonesa o homem é o arquétipo da força e das virtudes. As gerações mais jovens tratam a questão do gênero com mais naturalidade. As gerações antigas, no entanto, são herdeiras da mulher submissa, compenetrada em afazeres domésticos, dedicada à criação dos filhos e ao bem-estar do marido.

Nascida mulher, na véspera, ou quase, do novo milênio, pude entrever a expectativa cambiante da família paterna: seria eu uma jovem instruída, capaz de alcançar os próprios objetivos de vida, ou tornar-me-ia esposa e mãe dedicada, talvez disposta a retornar ao Japão, percorrendo o caminho inverso dos antepassados? Em casa, não havia espaço para muita negociação: prevalecia, quase sempre, a situação mais próxima à sociedade brasileira. Em meio a decisões que confrontavam duas culturas, eu afastava-me do que pudesse ser herança nipônica. Desde o início, fui experimento da miscigenação aculturada.

Impossibilitada de ter mais filhos, minha mãe viu-se na premência de tornar a filha mulher aceita e estimulada perante a família do marido. Nessa tarefa, nem sempre fácil, esmerou-se em demonstrar a força e as virtudes femininas, dentro e fora de casa. E reconheço a complexidade do feito, já que, quando saía com minha mãe, não eram poucas as pessoas que lhe perguntavam se era a “babá da japonesinha”. Com o passar dos anos, foram firmando-se traços semelhantes aos dela, mas, quando ainda criança, o que se percebia, de pronto, eram os olhinhos esticados, que nada lembravam os da mãe. Se, por um lado, isso era motivo de alegria para a família paterna, prova incontestável de pertencimento, por outro, à minha mãe, faltava-lhe o olhar da identificação: ver-se na própria filha, como costuma acontecer diante da trama genética. O que fazia para compensá-la, de forma mais



inconsciente de que consciente, era imitar-lhe, ainda que de modo sutil, a maneira de ser. Assim, cada qual garantia seu quinhão: o físico era a herança paterna; o comportamento, a materna. Mas a divisão não se revelou precisa. Assim como no físico ficaram impressas características nipônicas e brasileiras, também na personalidade e no caráter juntaram-se as duas influências.

1.3 RITOS RELIGIOSOS

Se há uma palavra que pode indicar a atmosfera que reinava em casa ela é, sem dúvida, *sincretismo*. Ao nascer, fui batizada na Igreja Católica e, ao mesmo tempo em que era alfabetizada, anos depois, seguia as aulas de catequese, que exigiam presença assídua nas missas de domingo. A avó materna era católica fervorosa, das que rezam por toda a família sem descanso ou possibilidade de esmorecer. Minha mãe era leitora dos filósofos gregos e, mais tarde, dos franceses. Meu pai integrava o movimento Seicho-no-Ie, filosofia a transcender sectarismo religioso, por acreditar que todas as religiões são luzes de salvação que emanam de Deus. Em diversos finais de semana, antes das famosas missas de domingo, acompanhava meu pai à sede da Seicho-No-Ie, onde havia programação paralela para as crianças, organizada de acordo com os valores e as práticas dessa filosofia-religião.

Em casa, tínhamos, no final de um dos corredores, um templo-armário, onde estavam a estátua de Buda, algumas inscrições em japonês e diferentes oferendas de fruta e incenso. Vez ou outra, vinha alguém de fora, japonês, para dizer algumas palavras perante esse pequeno templo. Como eu nada entendia, contemplava essas cenas calada e um tanto assustada pelo inusitado e pelas frases desconhecidas. Observando tudo isso, estava nossa fiel empregada, que ensinava simpatias e contava coisas sobre macumba e terreiros.

E as influências seguiam: o “nihongaco” estava ligado a um centro budista. Embora as aulas de língua japonesa não tivessem relação



direta com o templo ou com os monges, os alunos estávamos sempre a passear por ali, espiando os ritos ou tentando adivinhar o significado oculto do que não entendíamos. Na escola onde seguia o primeiro grau, cujo nome era *São José*, havia aulas de religião. Uma vez por ano, o melhor aluno era levado pelo padre responsável pela parte pedagógica do colégio aos jornais da cidade e à prefeitura, para encontro com o Sr. Prefeito. Em um ano, tive o prazer de ser a companhia do padre, que falava com voz mansa, quase em sussurros, e tinha olhar límpido, que parecia ler o que tínhamos na cabeça.

Do lado materno, havia um tia psicóloga, conhecedora dos mistérios do tarô e de um mundo enigmático. Em viagem ao exterior em que me levava, para pleno inverno europeu, desembarcou no estrangeiro e desabou a chorar. Estava vendo fantasmas. Depois da revelação, era eu quem tinha vontade de chorar, até porque nunca tivera um amiguinho fantasma. Tentamos mudar as passagens para retornar ao Brasil o mais rápido possível, sem muito sucesso. Minha avó, ao saber da confusão dos fantasmas, desatava a rezar o terço e a pedir que minha tia deixasse de bobagens. E enquanto esperávamos o regresso, convivíamos com os fantasmas e eu ouvia atenta as histórias de bruxas, feitiços e mapa astral contadas pela tia sempre a embaralhar as cartas do tarô.

Do lado paterno, não havia tio algum com poderes mediúnicos. Costumava encontrar os seis irmãos de meu pai por ocasião de algum enterro. Como todos moravam em distintas regiões do Brasil, era o momento em que se reuniam para prestar solidariedade familiar. Chamava-me a atenção o fato de sempre haver muita agitação e comidas nesses episódios. Mais do que tristeza, celebrava-se o fato do parente ter morrido, já que se entendia que, depois de uma vida valorosa e dedicada à família, o falecido teria sua recompensa. A saudade era atenuada pela certeza de que o ente querido estaria em dimensão muito melhor. Entoavam-se, então, cantos japoneses e eu assistia, muito interessada, a um vai-e-vem de envelopes, dentro dos quais havia contribuição financeira para os gastos do funeral.



A mestiçagem de culturas revelou práticas e crenças surpreendentes. Ao conviver em meio a tantas percepções distintas, afeiçoei-me à idéia de multiplicidade, sem apegar-me a esta ou àquela verdade. Admirava as práticas japonesas e deixava-me contagiar pelo realismo mágico construído pela família de minha mãe. Nem os parentes japoneses nem os brasileiros tentaram impor tal ou qual religião ou rito. Deixaram-me livre para fazer a escolha.

1.4 BAIÃO DE DOIS: TEMPEROS NIPO-NORDESTINOS

Comecei a aproximar-me da culinária japonesa a partir da adolescência. O que havia prevalecido no cardápio das refeições em família eram temperos e produtos brasileiros. A lógica era bem simples: minha mãe, eu e minha irmã não nos sentíamos verdadeiramente atraídas pela comida nipônica. Meu pai, porém, era fascinado pela cozinha brasileira. Decidíamos as mulheres o que então iríamos comer, em espécie de clã matriarcal. Havia ocasiões em que meu pai retornava às próprias raízes e preparava “sushi”, “sashimi”, “yakisoba” e tantas outras receitas que aprendera com os pais. Mas, na maioria das vezes, acabava comendo sozinho o que preparava, sem antes tentar, de todas as formas e com todos os tipos de argumento, nos convencer que o acompanhássemos.

Se a *pièce de résistance* era tipicamente brasileira, não faltavam na cozinha pequenas guloseimas japonesas, a exemplo de bolinho doce de feijão, bolachas e biscoitos variados e balas envoltas em lindas embalagens, repletas de inscrições ininteligíveis. Recebíamos esses doces em clima de festa, imaginando o que mais haveria no Japão que até nós não chegava. Além de saciar nossa curiosidade gustativa, os acepipes japoneses serviam, na escola, como moeda de troca. Se alguma colega tivesse um lápis encantador, trazido dos Estados Unidos por alguma tia, o trocávamos por porção justa de balinhas ou bolachinhas japonesas, devidamente separadas entre mim e minha irmã.



A avó paterna, antes que chegássemos à adolescência, esmerou-se em nos ensinar a cozinhar. Não trouxe como proposta de aprendizado ancestrais receitas japonesas, mas o prosaico da cozinha brasileira. Durante prazeros finais de semana, metíamos-nos na cozinha, lambuzávamo-nos de farinha e colocávamos as mãos à obra. Desses encontros, saíam deliciosos pudins, pães fofinhos, feijão temperadinho, mas arroz nada - nada mesmo - soltinho. Um dos filhos havia trazido do Japão uma panela especial para cozinhar o “gohan”, que, uma vez pronto, era colocado em formas que o moldava em pequenas porções. Para isso, o arroz precisava ser grudento o suficiente.

Enquanto a avó paterna ensinava-nos a ser independentes e autônomas na cozinha, a avó materna já nos esperava com todas as comidas prontas. Não chegou a nos ensinar a fazer prato algum, afinal, minha irmã e eu estaríamos tão ocupadas trabalhando que nem nos sobriaria tempo para cozinhar. O que era preciso era ter uma boa ajudante de limpeza e de cozinha, capaz de apresentar soluções rápidas, eficazes e saborosas. Só não sabia minha avó o quão difícil seria encontrar ajudante tão prezada. A lógica por ela utilizada seguia os padrões da Casa Grande e da Senzala: ela via-me no papel de sinhá, e não no de mucama. Não era preciso aprender a cozinhar, pois sempre haveria quem o fizesse. Creio que a avó japonesa tampouco pensara em contribuir para a formação de uma mulher arrojada, desenvolta tanto na cozinha quanto nas lides profissionais. O ensinamento gastronômico provavelmente ocultava o desejo da avó de que a neta optasse por casamento e filhos, em regime de dedicação exclusiva.

2. A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Para os descendentes de japoneses (“nissei”) que conviveram dentro da comunidade imigrada (“issei”), a alteridade revelava-se menos dramática. O entorno lhes era semelhante, o que neutralizava possível crise de identidade. A vida escolar, quando existente, porquanto o



assentamento em áreas rurais era a tendência, muitas vezes era baseada em “nihongo” e em noções de português. Os casamentos eram realizados entre os próprios membros da comunidade japonesa, situação que perpetuava o sentido de pertencimento, embora exposto, no desenvolver das gerações, a influxos da cultura brasileira.

A terceira e a quarta geração de descendentes nipônicos - “sansei” e “yonsei”, respectivamente - estiveram abertas ao confronto e à comparação. A terceira geração ousou sair dos confortáveis limites da comunidade e aventurar-se na convivência mais íntima com os brasileiros. Em São Paulo e no Paraná, onde estão localizados os principais núcleos da imigração japonesa, não raro assistia-se a casamento de “sansei” com nacionais. O nipo-brasileiro tinha menos resistência a casar-me com a mulher brasileira. A nipo-brasileira, por pressões familiares, tendia a escolher seu marido entre os homens que já lhe eram familiares.

A quarta geração foi a que mais pôde distanciar-se das raízes. Em um Brasil urbano, o ensino fundamental, médio e superior tratou de atenuar as diferenças culturais de bisnetos de imigrantes em relação aos brasileiros. Esses descendentes, além de terem a nacionalidade brasileira, como as demais gerações, sentiam-se, também, profundamente brasileiros. Nesse caso, eventual crise de identidade podia surgir perante o seguinte paradoxo: em todos os aspectos - cultural, religioso, axiológico, afetivo, gastronômico - tinha-se um brasileiro. A imagem refletida no espelho, porém, reverberava traços que pouca semelhança apresentavam em relação ao brasileiro descendente de imigrantes ocidentais.

Nos núcleos originários da imigração japonesa - São Paulo e Paraná -, a convivência entre brasileiros e nipo-brasileiros deu-se (e dá-se) com grande naturalidade. Não há estranhamento aparente e não se pensa, de pronto, que se trata de estrangeiro. É curioso notar, no entanto, que, em regiões por onde não andaram os imigrantes japoneses, há surpresa quando se está à frente de um fenótipo oriental.



São duas as perguntas que costumam acompanhar essa situação: “você é do Brasil mesmo?” e, quando muito, “você é de São Paulo, não é?”.

Ainda criança, recordo-me de estada com meus pais no nordeste do Brasil. Aliás, corrijo-me, no interior do nordeste brasileiro, onde não havia água encanada ou asfalto que facilitasse viagem em dias chuvosos. O sertanejo costuma ter estatura baixa, pescoço não muito alongado, pele dourada pelo sol e resistente à caatinga. De repente, o sertanejo deparou-se com um japonês e sua cria: uma criança japonesa, ou quase. Quando a notícia espalhou-se pelo vilarejo e pelas pequenas cidades no entorno imediato, não foram poucas as pessoas que assomaram à casa em que estávamos hospedados para ver o ser humano nada parecido aos locais. Sem muita consciência do que acontecia, senti-me peça de museu e dei-me conta de que me diferenciava - ou separava - dos demais, exceto de meu pai.

A inserção e a integração dos japoneses na sociedade ocidental, em geral, e na brasileira, em particular, é descrita, em tom didático, por Egon Schaden:

[a aculturação] dos japoneses assume [...] abertamente a situação de conflito propriamente cultural, de vez que se trata de configurações bem mais distanciadas entre si. Sem falar da distancia racial que separa os colonos nipônicos da população nacional e que dificulta a miscigenação, fazendo recrudescer, ao contrário, as valorações etnocêntricas, o idioma, a religião, o sistema familiar, as concepções políticas, os hábitos de higiene, a cozinha e uma infinidade de costumes são de tal modo díspares que a aculturação exige uma prévia fase de desintegração cultural bem mais radical e profunda nos japoneses e nipo-brasileiros do que em imigrantes de proveniência européia¹.

¹ SCHADEN, Egon. Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil in SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi (orgs.). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 517.



A desintegração cultural bem mais radical e profunda a que se refere Schaden deu-se em um crescendo. Enquanto os “nisei” e os “sansei” contavam com a zona de impacto formada pela colônia japonesa e a intensa convivência dentro dela, os “yonsei” depararam-se com um mundo mais propenso à eliminação de barreiras à comunicação e à circulação de bens e pessoas. A geração de bisnetos dos imigrantes *abrasileirou-se* em grau e em intensidade até então não experimentados. Afinal, além da identidade perante a sociedade brasileira, havia a necessidade de posicionar-se perante o mundo por meio da nacionalidade, dos costumes, da língua.

Ao sair do Brasil, o nipo-brasileiro é desafiado a mostrar e dar prova de sua identidade. Apenas em ocasiões excepcionais o estrangeiro dirá que um nipo-brasileiro é brasileiro pela mera análise dos traços físicos. É nesse momento que bisnetos de imigrantes japoneses costumam revelar-se mais apegados aos indicadores de brasilidade. A geração que começa a retornar ao Japão, em busca de trabalho e melhores condições de vida, em rota inversa dos antepassados, leva consigo, por exemplo, o gosto gastronômico, musical, e o comportamento típico do Brasil. Em terras estrangeiras, churrascaria, MPB, pagode ou *funk* dos morros do Rio de Janeiro transformam-se em referenciais que os situam no mundo e os sensibilizam.

Os “yonsei” apresentam os olhos cada vez menos puxados. Acredita-se que 61% dessa geração tem, pelo menos, um ascendente não japonês². As feições físicas vão se distanciando das origens orientais e vão se aproximando, ao ritmo inexorável da biologia, aos traços brasileiros. Entre os dois mundos, esses descendentes não chegam a ser japoneses e tampouco são totalmente brasileiros em termos físicos. A grande maioria não fala japonês, embora entenda frases ou palavras usadas em casa. Estão na transição, que conduzirá a uma quinta geração já

² Um dos grandes projetos do centenário da imigração japonesa, orientadas pelo IBGE, é o *Censo Nikkei*, que fará levantamento estatístico da comunidade japonesa no Brasil. A última pesquisa foi realizada em 1980 pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. Consulta em 27/02/08: <http://www.japaobrasil.com.br/especiais/420.php>.



distanciada dos costumes e das tradições japonesas. Para esses jovens do século XXI, nem se lhes ocorrerá pestanejar quanto à identidade. Serão brasileiros e o Japão, país distante, será referencial remoto, que estará presente, mas em segundo plano.

2.1 A HERANÇA DAS GERAÇÕES

A bisavó paterna era pequenina. Tinha passos miúdos e pouco falava. Entendia uma ou outra palavra em português e safava-se de qualquer situação sempre com um sorriso tímido, mas espontâneo. Quando nasci, ela já não ouvia, razão pela qual minha avó comunicava-se com ela aos berros, sempre em japonês. Comia como um passarinho: algas, “gohan”, legumes cozidos. Eu assistia fascinada à cena em que ela levava à boca as frugais porções de alimento, equilibradas entre dois pauzinhos compridos. Morreu de um dia para outro, sem qualquer anúncio prévio. Segundo os médicos, a bisavó, que já havia enterrado o marido, morrera de pura velhice.

Minha avó herdou o sorriso espontâneo, mas nem sempre tímido. Mulher também pequenina, era dotada de disposição hercúlea. Levantava-se cedo e deitava-se tarde, depois de todas as tarefas cumpridas. Fez de tudo e trabalhou como pôde para criar os sete filhos. Comunicava-se por meio de uma língua quase inventada: misturava japonês com português e todas as frases - rigorosamente todas - eram pontuadas por um “né”. Cozinhava grandes quantidades de comida, que variavam entre receitas japonesas e brasileiras. Falava alto (herança da comunicação com a mãe quase surda) e, nos finais de semana, quando chegava, antes do sol nascer, à casa em que passei a infância, ouvia-a de longe. Era engraçada e solícita. Observava com atenção o que a circundava e costumava ter posições definidas sobre os temas que lhe eram afeitos. Não impunha opinião, mas argumentava com talento e razoável tato. Não morreu, mas está muito doente, sob o cuidado de uma das filhas, casada com um brasileiro loiro, de olhos azuis.



O avô era a antítese da avó. Alto, muito magro e calado, estava sempre acompanhado de uma lupa, que aumentava as letras dos jornais em japonês. Em uma cidade no interior brasileiro, desconheço como eram obtidos esses exemplares. Também ignoro a atualidade das notícias que lia. Não falava português, mas assistia aos noticiários brasileiros. Pouco enxergava e pouco ouvia. Daí também a explicação dos altos decibéis da avó. Sorria com regularidade e tinha os olhos tão pequeninos que quase davam a impressão de estarem fechados. Quando ingressei na Universidade, fui até sua casa para contar-lhe. Sem poder escutar-me, escrevi, em uma grande folha branca, duas palavras que ele parece ter entendido, já que fez o sinal de positivo com o dedão e permitiu-se uma gargalhada: *Universidade. Direito.*

Meu pai herdou características do pai e da mãe de modo quase proporcional. “Sansei”, casou-se com uma brasileira, minha mãe, depois de ter namorado algumas garotas da própria comunidade japonesa. Enquanto estava na Universidade, dava aulas de japonês para crianças da colônia e também de judô. Era faixa preta. Conheceu minha mãe, uma de suas alunas, entre os golpes da arte marcial. Logo se encantaram e decidiram deixar as rasteiras e os ataques de lado. Depois do casamento, tornou-se mais calado, característica que o assemelhava ao pai. Seguiu conversando em japonês com meus avós e jamais utilizou palavras japonesas dentro de casa. Para compensar nossa falta de familiaridade com o idioma oriental, antes de mandar a mim e a minha irmã para o “nihongaco”, comprou duas lindas mesinhas para criança, posicionou-as no meio de um dos quartos da casa e explicou-nos que, daquele momento em diante, nos daria aula de japonês. Uma prima da família materna, que então passava as férias em casa, não teve alternativa senão juntar-se às aulas. Sem muito talento para o japonês, a pobre prima especializou-se em arregalar os olhos e em fazer caretas de desespero por ver-se diante de algo tão desconhecido. Eu e minha irmã íamos aprendendo com certa facilidade. As aulas progrediram, mas não passaram de três lições. Entre as muitas



viagens de meu pai, sobrava-lhe pouco tempo para o magistério. Por conta disso, eu e minha irmã chegamos à escola do rigoroso “sensei”.

A relação por vezes conflituosa com os colegas do “nihongaco”, 100% japoneses em comparação com minha metade brasileira, e a falta de identidade com a cultura e com a língua japonesa, restritas aos espaçados encontros com meus avós, suscitaram veementes campanhas em casa para que meu pai tirasse a mim e a minha irmã das aulas de língua, que testavam o limite de nossa disciplina duas vezes na semana: acordávamos às 6h, pois, às 7h, o “sensei” entrava na sala de aula. Dos 6 aos 9 anos de idade, a campanha não foi bem sucedida. Aos 9, porém, minha mãe decidiu assumir nossa causa e nos tirou do japonês. Para não decepcionar os pais, pedimos que nos matriculassem em curso de inglês e de espanhol, idiomas mais próximos à nossa realidade. E assim foi feito.

A cada geração, atenuou-se a carga da herança cultural. A geração mais jovem, composta pelos bisnetos dos primeiros imigrantes, foi, porém, revolucionária no distanciamento que imprimiu à relação com a raiz oriental. O exemplo de minha família não foi exceção, senão mostra do fenômeno que acontece, há mais de duas décadas, na sociedade brasileira. Os “yonsei” incorporaram valores e costumes ocidentais, em processo que demonstra a complexidade do diálogo entre uma e outra geração. Por oposição ao passado ou por demanda da personalidade e do caráter, a raiz oriental vai se revelando, nos jovens da quarta geração, quase como um adorno, sutil, mas presente.

O que parece ser irreversível e perene é a transmissão de um saber intuitivo do que seja o modo de ser dos japoneses. Por mais que os “yonsei” afastem-se do Japão e do que a ele se relacione, para o Brasil essa geração ainda representa o Japão. E dela costuma-se esperar comportamentos que estão atrelados aos japoneses. Além disso, por mais que a brasilidade defina e caracterize os “yonsei”, há o inefável, o legado imaterial que se manifesta em uma postura de vida, na relação com o outro, no diálogo com terceiras culturas. Essa herança, que



pode ser imperceptível a olhos treinados apenas para o Ocidente, não se condiciona a gerações e apresenta-se nos atos mais simples da vida, até mesmo quando se possa crer que o homem é fruto apenas de suas circunstâncias.

2.2 O JAPÃO COMO OPÇÃO: CURIOSIDADE PELO MUNDO OU NECESSIDADE CONJUNTURAL?

As transformações e as crises econômicas da década de 1990 fizeram do Japão atrativo pólo de oportunidades laborais. Os descendentes dos imigrantes que deixaram o longínquo oriente, no início do século XX, diante de dificuldades financeiras e de reduzidas expectativas em relação à prosperidade no Brasil, começaram a retornar ao Japão. Como a história tende a repetir-se, embora em contexto e com variáveis diferenciados, o papel desempenhado pelas diferentes gerações impressionava pela semelhança. Assim como os antepassados chegaram ao Brasil para servir como mão-de-obra nas lavouras cafeeiras, também os descendentes desembarcaram no Japão em condições parecidas, como operários em indústrias e em linhas de produção. Se antepassados não falavam português, os descendentes tampouco sabiam expressar-se em japonês. O intuito, inclusive, era o mesmo: trabalhar, formar pecúlio e regressar à terra de origem. Havia as exceções, é claro. Nem todos os descendentes retornavam ao Japão para trabalhar em funções não especializadas. Muitos deles para lá deslocaram-se para desempenhar cargo de relevo e destaque. E até mesmo por turismo, para percorrer, com a herança sentimental, o passado remoto da família.

Entre os seis irmãos de meu pai, alguns decidiram regressar ao Japão. Partiram, estabeleceram-se em diferentes cidades japonesas, de acordo com a oferta de trabalho e, em vez de retornar ao Brasil, acabaram levando toda a família para o oriente, como fizeram as gerações que chegaram ao Brasil para temporada que se previa breve e se tornava, por



fim, estada permanente. Em minha casa, nem cogitou-se a possibilidade de transferência para o Japão. Visionária estrategista do lar, minha mãe defendia que qualquer mudança para o exterior deveria implicar condições melhores ou iguais às encontradas na terra pátria. Partir como forasteiro para tentar a sorte alhures não estava nos planos dessa mãe brasileira. Estabelecido profissionalmente, com promissoras perspectivas de futuro, tampouco via meu pai inclinado a instalar-se no Japão.

A mim, atormentava-me a idéia de que meus pais pudessem pensar em ir para o outro lado do mundo. A primeira preocupação era como faria para continuar meus estudos. Só de imaginar que teria de aprender tudo em língua japonesa, já experimentava o amargo dissabor de ser e de sentir-me estrangeira. O meu interesse pelo extremo oriente parecia ser apenas de natureza turística, até para não insinuar ameaça às mais inabaláveis certezas quanto à identidade.

Ao recordar esse passado, fica clara minha resistência para permitir que a cultura japonesa pudesse envolver-me sem pretensões maiores do que a de me encantar e me enriquecer. Há vários motivos que podem explicar o fenômeno. Como estas linhas não se prestam à terapia, mas, sim, a um relato de experiência perante legado da cultura japonesa, passo, de imediato, à fase em que, anos mais tarde, senti necessidade de estar em contato com elementos que me conectassem com o Japão.

Durante a faculdade, chamou-me a atenção os programas de cooperação acadêmica promovidos pelo Governo japonês. Não raro, encontrava grupos de estudantes vindos do Japão no campus da universidade em que estudava. A princípio, observava-os para ter noção de quão diferente eu era em relação a eles. Depois, passei a buscar informação do que vinham fazer no Brasil e como era a ida de estudantes brasileiros ao Japão, já que, ao passar pela biblioteca, vi, ao longe, cartaz que oferecia especialização em Direito Marítimo, área que me interessava e que era pouco estudada no Brasil. Senhores dos mares e da pesca, os japoneses certamente teriam muito a ensinar.



Fui ao departamento encarregado de estudos orientais e conversei, por agradáveis horas, com a senhora, nipo-brasileira “nissei”, encarregada do programa. Relatou-me as vantagens da especialização e os benefícios oferecidos pelo Japão durante a estada no país. Já estava quase emitindo a passagem para que eu embarcasse o mais rápido possível quando deteve-se, já segurando os formulários, com a seguinte pergunta: “você fala japonês, né?”. O que primeiro me veio à memória foi o implacável “sensei” das 7 horas da manhã. Em segundos, vi a bolsa de estudos evaporar-se em meio à ignorância lingüística. Resisti, porém, à idéia de perder a oportunidade e reagi com um sorriso sem graça: “Estudei quando era criança. Seria preciso dar uma lembradinha, né?!”. Até o “né” fiz questão de usar, para mostrar à gentil senhora que, no fundo, minha fala era tal qual a dela ou da minha avó. Diante de minha resposta, abriu a agenda e mostrou-me os horários disponíveis para eu fazer o teste que avaliaria os conhecimentos de japonês. Em tom quase fúnebre, escolhi o último dos horários, no último dos dias indicados. Fui para casa, busquei o dicionário de japonês, perdido em meio a tantos livros quase esquecidos, e pus-me a exercitar a memória.

Titubeei quanto a ir ou não ir ao fatídico teste. Como imaginava que o exame até poderia ser fácil, já que não deveria interessar ao Japão descartar estudante empenhada em especializar-se por lá, apresentei-me à senhora na data acordada. Não nego que experimentava ponta de nervosismo. Em uma sala repleta de aparatos tecnológicos - em universidade pública, só mesmo com financiamento e patrocínio japonês para estar em dia com a modernidade -, sentei-me à frente do teste. A senhora estava por perto, mas ocupava-se de seus afazeres. Por longos minutos, fiquei a admirar a sopa de caracteres espalhados pelo branco da folha. Tentei usar a intuição ou invocar os talentos mediúnicos da tia psicóloga especialista em ver fantasmas. Nada adiantou. Tive de render-me à verdade. Levantei-me, caminhei até a mesa da senhora e confessei: “Está bem difícil esta prova. É um nível bem avançado, né?!”. Ela ainda tentou ajudar-me: “É o mais básico que temos. Se quiser, você pode escrever algumas frases em



japonês sobre os seus objetivos no Japão”. Decidida a fazer minha última declaração a ela sem o adorno do “né”, despedi-me: “Eu pensava que minha memória fosse melhor do que realmente é. Não tenho condições de fazer a prova”. Sai cabisbaixa da sala e voltei para casa.

A senhora ainda telefonou-me pelo menos três vezes, para perguntar se não queria tentar fazer o teste novamente. Mas não adiantava. Eu não sabia nada. Convenci-me de que era vítima de bloqueio mental e abandonei os planos da especialização em Direito Marítimo. E lá fui eu em busca de bolsas de estudo na França.

Depois de ingressar na carreira diplomática, e de ouvir de quase todas as pessoas a clássica pergunta “você fala japonês?”, decidi matricular-me no curso para iniciantes. Fui surpreendida pela descoberta de que não sofria de qualquer bloqueio mental, já que, aos poucos, a língua japonesa ia sendo lembrada. Cada palavra que conseguia relacionar aos estudos da infância tinha sabor de vitória. E não era vitória de Pirro, porque o “sensei”, dessa vez, não era um austero e inflexível senhor, mas um paciente e talentoso jovem, que nascera brasileiro, segundo a certidão do cartório e os traços físicos ocidentais, mas com delicada alma de japonês.

Ao longo do curso, fui reaproximando-me (ou aproximando-me de verdade, pela primeira vez) do Japão e das raízes paternas. Passei a freqüentar restaurantes nipônicos, onde equilibrava com gosto e perícia os alimentos entre os pauzinhos compridos, tal qual minha bisavó, e a assistir ao canal japonês na TV a cabo, embora ainda não pudesse entender a maioria dos enunciados. Embora sempre tenha me sentido profundamente brasileira, as pessoas com as quais convivia tratavam de lembrar-me, a todo o momento, com comentários ou perguntas, da minha herança japonesa. Os traços orientais passaram a ser a característica que, aos olhos de muitos, eu podia ser identificada. Não houve mais como negar o legado paterno. O Japão voltou a figurar em meu atlas, não como opção de destino onde me pudesse estabelecer em bases permanentes, mas como prioridade na lista de



viagens pelo mundo, nas quais faça uso inequívoco da herança que me conecta ao Brasil e ao Japão ao mesmo tempo.

3. UMA DIPLOMATA YONSEI

É comum um diplomata ser questionado por que escolhera a carreira diplomática. Explico-me melhor: não se costuma perguntar a um médico, a um engenheiro ou a um advogado por que razão escolhera aquela profissão. Infere-se que se assim o fez é porque era dotado de talento ou habilidade para a profissão eleita. Já a carreira diplomática, por ser restrita, hoje, a menos de 1.400 pessoas no Brasil, causa curiosidade, seja por desconhecimento, seja por idealização do que seja a vida de um diplomata. Em centros como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, a circulação de informações sobre a carreira e sobre cursos de relações internacionais torna a figura do diplomata e as funções por ele desempenhadas mais compreensíveis. Brasil afora, diplomata e diplomacia seguem sendo, de maneira geral, incógnitas.

Excluída a possibilidade de migrar para o Japão, restou a mim e a minha irmã estudar e identificar atividades que nos pudessem estimular em termos profissionais, intelectuais, e que nos permitissem ter, ao mesmo tempo, interessantes experiências de vida. Desde cedo, começamos a aprender línguas estrangeiras. Terminado o capítulo com o inesquecível “sensei”, se nos abriram as portas dos idiomas derivados do latim e de raiz anglo-saxã. Para complementar as investidas no desenvolvimento das línguas, minha irmã e eu, a cada recesso escolar, instalávamo-nos em alguma parte do mundo e iniciávamos a etapa empírica de qualquer aprendizado. A crescente convivência com o mundo e com a pluralidade de manifestações culturais e comportamentais nos auxiliou a identificar o que fosse dotado de grande potencial para nos desagradar ou, simplesmente, para não nos satisfazer.

No início da adolescência, surgiu-me a oportunidade de conhecer a Rússia. Seria viagem curta, em que me dividiria entre Moscou e São



Petersburgo. Nessa breve estada, depois de contato com alguns diplomatas brasileiros e estrangeiros, vislumbrei estimulante futuro, em diversos países e entre temas variados. Decidi estudar para o concurso do Instituto Rio Branco e, para tanto, propus-me resgatar a herança nipônica imaterial: disciplina. No momento de ir para a universidade, escolhi curso que me auxiliasse a adquirir visão abrangente das matérias exigidas no certame de admissão ao Itamaraty. E reforcei o estudo de língua portuguesa, minha pátria por excelência, como já defendia Fernando Pessoa. Contava com o apoio da família e com a alegria que costuma acompanhar sólidos projetos de vida.

No momento em que ingressei no Ministério das Relações Exteriores, meus pais já estavam separados. Em que pese a grande afinidade que compartilhavam nos primeiros anos de namoro e de casamento, as diferenças culturais recrudesceram com o passar dos anos, a ponto de tornar a relação insustentável. Apesar de acreditar-me absolutamente brasileira, no Itamaraty o que despertava curiosidade era minha ascendência nipônica. Os colegas que conheciam alguma palavra ou frase amável em japonês aproximavam-se já as pronunciando. E eu, nessas tantas ocasiões, socorria-me com o sorriso sem graça que usara, tempos antes, com a senhora a coordenar, na universidade, programas acadêmicos do Governo japonês.

Em reuniões com diplomatas estrangeiros ou em conferências internacionais, não raro me tomam por tailandesa ou chinesa, seja pelo traço nipônico atenuado pelo componente genético brasileiro, seja pela presença maciça de chineses no mundo. Quando explico aos interlocutores que sou fruto da mistura das raças, já preparo-me para as sucessivas perguntas sobre as gerações de meus antepassados japoneses. Costumo responder as indagações sem deixar de mencionar a família de minha mãe, que considero peculiar, porque formada por 21 irmãos.

Como diplomata “yonsei”, tenho a tarefa de neutralizar a percepção imediata e superficial sugerida pelo físico. Acredito ser inevitável que meus interlocutores se questionem onde começa e onde



termina a influência do Japão sobre minha percepção do Brasil. Por isso, talvez com mais esmero que meus demais colegas, creio que me compete incorporar e demonstrar com mais afinco minha condição de brasileira, sem extremismo ou caricatura. Sinto que a herança japonesa tangencia minha personalidade, meus interesses e minha relação com o mundo, mas não os define ou os determina. Ao conversar com minha irmã sobre o tema deste ensaio e sobre memórias que me escapavam, ouvi resposta de sincero desprendimento: “Mas eu sou brasileira!”. Sua exclamação demonstrou o quão sutil é a herança que carregamos, pois faz-se imperceptível.

4. EPÍLOGO: A CAMINHO DO SEGUNDO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

O primeiro centenário da presença dos japoneses no Brasil foi marcado por abrupta necessidade de adaptação, por árduo trabalho, por hibridismos culturais e por arraigado sentido de família. Em cem anos, a imigração deu mostras de completar um ciclo, já que à vinda dos primeiros japoneses seguiu-se a volta de netos e de bisnetos para o oriente.

Desde que aportou em Santos, em 1908, a comunidade japonesa imprimiu sua marca no Brasil e fez-se presente, por meio de atuação destacada nos diversos setores da vida brasileira, dando mostra de honra e infatigável perseverança e resignação. O Brasil soube incorporar sem atritos o legado oferecido pelos japoneses, que não foram exceção no quesito *herança*, haja vista que tantas outras nacionalidades também deslocaram-se para os trópicos em busca de melhores condições de vida. Cada contingente com costumes, línguas, ritos religiosos e comidas que lhe eram próprios. E o Brasil teve a generosidade de jovem nação para dar as boas-vindas às contribuições oferecidas.

A caminho do segundo centenário da imigração japonesa, fica em suspense o desenrolar das rotas migratórias: regressarão ao Brasil os



descendentes dos nipo-brasileiros que se transladaram ao Japão a partir dos anos 1990? Continuarão os nipo-brasileiros a caminho, em massa, do Japão, em busca de empregos que lhes permitam sustentar a família no Brasil ou que lhes dê condições de instalar todos os familiares no oriente? São perguntas cujas respostas estão condicionadas aos influxos da economia, da política e - por que não? - do coração. Sem antecipar-me em exercício de futurologia, assisto aos movimentos de retromigração. Se a mim tocar-me regressar ao Japão na condição de diplomata, partirei com a sensação de orgulho e de missão cumprida: meus antepassados, se vivos, estariam felizes e satisfeitos com a decisão que, há quase cem anos, decidiram tomar. Eventual ida ao Japão seria prova incontestada de quão bem souberam os japoneses adaptar-se ao Brasil, a ponto de descendente retornar ao Japão como representante dos interesses brasileiros.

As geração dos descendentes que permanecerão no Brasil terão o desafio de preservar os traços cada vez mais diluídos da cultura japonesa. O aprendizado da língua nipônica, a prática dos ritos religiosos e dos hábitos alimentares, a reverência aos antepassados, a dedicação ao trabalho e ao núcleo familiar, todos esses serão fatores a desafiar a comunidade de nipo-brasileiros inserida em um mundo de fronteiras relativas, de informações e comunicações instantâneas e de uniformização crescente de comportamentos. Será com boa dose de curiosidade e de legítimo interesse que serei parte e espectadora desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LEÃO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.



A HERANÇA CULTURAL JAPONESA INCORPORADA À SOCIEDADE BRASILEIRA

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1984.

SAITO, Hiroshi (org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

SCHADEN, Egon. *Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil* in SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi (orgs.). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

Sítio da Internet

Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, acesso em 27/02/08
<http://www.japaobrasil.com.br/especiais/420.php>





II.



**UM JAPÃO NO BRASIL: HERANÇAS
DE 100 ANOS DE HISTÓRIA**





UM JAPÃO NO BRASIL: HERANÇAS DE 100 ANOS DE HISTÓRIA

Candice Sakamoto Souza Vianna

REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DOS NIPO-DESCENDENTES

samazama no
koto omoidasu
sakura ka na
(Matsuo Bashô)

quantas memórias
me trazem à mente
cerejeiras em flor

O processo migratório, entendido além do simples fluxo transnacional de pessoas, enseja diversas e complexas transformações na sociedade receptora. No caso da imigração japonesa para o Brasil, tais mudanças, ainda em curso, revelam-se mais fascinantes, devido à distância cultural entre os dois povos. Se, por um lado, pode-se descrever objetivamente a contribuição dos imigrantes e seus descendentes, por exemplo, na agricultura, na arquitetura – com a formação de bairros étnicos – e nos esportes, por outro, suas conseqüências na construção de uma identidade cultural são de difícil apreensão.

A preocupação com a integração dos imigrantes japoneses à sociedade brasileira data de período anterior ao início do próprio processo migratório. Múltiplos e acalorados foram os debates a respeito da possibilidade de assimilação social desses potenciais



imigrantes. E mesmo após a chegada dos primeiros navios, esse tema continuou a ser amplamente discutido, principalmente por políticos e intelectuais envolvidos na questão da formação nacional brasileira.

A antropologia cultural e a sociologia das décadas de 1940 e 1950 tratavam dessa problemática com base nos conceitos de assimilação e aculturação. Tal enfoque pressupõe uma dicotomia contida nas idéias de nacionalidade e de homogeneidade cultural (Ennes, 2001). Isto é, aponta-se para a perspectiva de os grupos étnicos minoritários serem completamente incorporados à sociedade dominante, de forma a perderem, gradualmente, suas características diferenciadoras. Assim, as especificidades culturais dos imigrantes e seus descendentes estariam fadadas ao desaparecimento, à medida que esses indivíduos passassem a compor a sociedade nacional. A questão principal em torno da imigração desejada para o Brasil, portanto, residia no grau de assimilação de tal ou qual etnia, para que se pudesse atingir o ideal de uma sociedade culturalmente homogênea.

As noções de “etnicidade” e pluralismo cultural, desenvolvidas nas décadas subseqüentes, vêm a tornar a temática mais complexa (Fausto, 1991). A partir desse arcabouço teórico, possibilita-se a compreensão da co-existência, no mesmo espaço nacional, de distintos grupos étnicos, cuja convivência produz transformações de via dupla, porém, assimétricas, que contribuem para a construção de novas identidades culturais. A interação social entre os imigrantes de diferentes origens e entre estes e os nacionais não promove necessariamente a prevalência intacta da cultura dominante, senão inclui novos elementos na sociedade e gera progressivas mudanças em todos os grupos envolvidos, com maior ou menor intensidade.

Nesse sentido, Marcelo Ennes, em seu estudo a respeito das relações sociais entre nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiros, utiliza-se do conceito de “identidade inacabada”, entendido como “o processo dinâmico e ininterrupto de construção e desconstrução de identidades étnico-culturais” (Ennes, 2001:16). Essa abordagem é interessante, pois

nos permite compreender a integração à sociedade brasileira dos japoneses e seus descendentes como uma rede de trocas culturais, mediante a qual eles incorporam práticas e representações sociais que lhes são inicialmente estranhas, ao mesmo tempo em que transmitem novas disposições aos não-nipo-descendentes.

Por conseguinte, a formação da identidade cultural é processo contínuo, sujeito a constantes mutações. Segundo a definição de Stuart Hall, identidade cultural são as referências culturais comuns a um grupo, o qual compartilha da mesma origem e história. Sendo, portanto, fator histórico, sofre transformações com o próprio desenrolar dos acontecimentos. A identidade cultural ressalta as semelhanças entre determinados indivíduos, definindo grupos de pertencimento e, conseqüentemente, estabelecendo a alteridade perante os demais.

Atualmente, existe vasta bibliografia sobre o processo de incorporação dos japoneses à sociedade brasileira e da formação da identidade cultural de seus descendentes. O elevado interesse talvez seja motivado pela já citada distância cultural entre o Brasil e o Japão, conjugada ao fato de se tratar de imigração recente na história do País. Esses estudos são de suma importância para que se possibilite o desenvolvimento de análises profundas e fundamentadas a respeito desse processo, superando os estereótipos comuns atribuídos aos imigrantes japoneses e seus descendentes. Isso não significa que os estereótipos devam ser ignorados, afinal eles possuem lastro na realidade observada e refletem a visão do outro a respeito de características do grupo que lhe são mais distintas. Curioso é notar, por meio de artigos sobre nikkeis¹ de outros países – Peru, Argentina, Estados Unidos –, que os estereótipos se repetem. Tanto nessas nações como no Brasil, os nipo-descendentes são primordialmente vistos como pessoas trabalhadoras, honestas, diligentes, que objetivam à ascensão financeira e priorizam os estudos.

¹ O termo nikkei é utilizado para designar os descendentes de japoneses na América. Foi adotado oficialmente na Convenção Panamericana Nikkei de 1985, em São Paulo.



Se as questões de identidade e de integração social são relevantes em qualquer processo migratório, é certo que elas ganham contornos específicos e mais complexos no caso da imigração japonesa para o Brasil. A razão para tal fato é que os nikkeis no País, apesar de sua nacionalidade brasileira, não estão completamente inseridos no padrão de identidade cultural dominante ou não são vistos nessas condições. Isto é, mesmo os nipo-descendentes aqui nascidos e criados, cujos comportamentos e referências culturais são essencialmente brasileiros, são designados, em geral, como “japoneses” pelo restante da sociedade e, muitas vezes, por eles próprios.

Essa situação específica dos nikkeis é de difícil compreensão tendo em vista a imagem do Brasil como país aberto à recepção e aceitação de culturas estrangeiras, local onde os preconceitos raciais e as diferenças étnicas não constituem significativa barreira social ou assumem aspectos conflituosos. Adriana de Oliveira, entretanto, apresenta-nos, em seu estudo acerca do tema, uma explicação bastante elucidativa. De acordo com a cientista social, a exclusão identitária dos nikkeis relaciona-se com as particularidades da construção do imaginário e da identidade nacionais, quais sejam, a distinção racial baseada no fenótipo e o mito de formação do brasileiro por meio da união das “três raças”.

No Brasil, a caracterização racial está intimamente relacionada com o fenótipo do indivíduo, com os traços físicos visivelmente presentes. Ao contrário de outras sociedades, nas quais o fator de distinção é sangüíneo ou cultural, aqui são os tipos físicos que prevalecem como determinantes da categorização racial. Os negros não são caracterizados como tais por descenderem de africanos ou por compartilharem referências culturais próprias aos afro-descendentes, mas por apresentarem certo fenótipo – como cor de pele. O mesmo pode ser dito com relação aos nipo-descendentes. Serão eles referidos como japoneses devido a suas características físicas – sendo os “olhos puxados” a mais marcante. Sua identificação com o



japonês independe, portanto, do local de seu nascimento, do grau geracional ou de miscigenação: desde que tenha o fenótipo japonês, será visto como tal pela sociedade brasileira.

Outro fator explicativo é o mito da fusão das “três raças” como formadoras da identidade brasileira. A construção desse imaginário, bastante enfatizado por Gilberto Freyre, encerra a idéia de que o brasileiro formou-se com a união do negro, branco e índio. O japonês, não pertencente a nenhuma dessas raças, é excluído dos grupos que tradicionalmente compõem a imagem do brasileiro. Dado que a categorização racial ocorre no Brasil por meio do fenótipo, não há possibilidade de que nipo-descendentes se incluam nos grupos tradicionalmente formadores, pois seus traços físicos não fazem parte da identidade nacional. Daí entende-se como os ítalo-descendentes foram incorporados mais rapidamente e de forma integral ao imaginário do homem brasileiro: apesar de a imigração italiana ser recente - contemporânea à japonesa -, os italianos e seus descendentes, pelo seu fenótipo, foram vistos como pertencentes à raça branca, portanto, parte da identidade brasileira. Logo, os nikkeis “estão ‘submetidos’ à situação de eternos japoneses, mesmo depois de três ou quatro gerações, e de fazerem parte de um estilo de vida e de um universo cultural brasileiro” (Oliveira, 1997).

Sendo insistente e cotidianamente chamados de japoneses, os nipo-descendentes, por mais que se sintam brasileiros, mantêm a percepção de que se diferenciam, em certo grau, da sociedade nacional. Sentem-se também, e em alguma medida, japoneses: japoneses do Brasil. Nesse contexto, o fenômeno decasségui², característico da década de 1990, contribui para que seja repensada a condição do nikkei no Brasil.

² No idioma japonês, a palavra decasségui refere-se ao trabalhador temporário que deixa seu local de residência em busca de melhores condições de emprego. No Brasil, ela passou a ser utilizada para caracterizar os nipo-descendentes que partem para o Japão nas condições específicas de trabalhadores temporários. Esse próprio movimento migratório é comumente designado de fenômeno decássegui.



Isso porque aqueles que emigram defrontam-se com a constatação de que não são japoneses, como lhes fez acreditar a sociedade brasileira. As diferenças culturais, lingüísticas, comportamentais que observam são enormes, independentemente do grau geracional ou do grau de integração que aqui desfrutavam. Esses emigrantes percebem e assumem sua brasilidade justamente quando mais esperavam se identificar com a cultura de seus antepassados. Tal fato ocorre, principalmente, porque no Japão, ao contrário do que acontece no Brasil, as caracterizações étnicas têm por base a origem e a cultura, e não o fenótipo. Assim, apesar de serem fisicamente semelhantes aos japoneses, os nipo-brasileiros são claramente vistos pela sociedade nipônica como brasileiros.

Por esse motivo, parece-me que o fenômeno decasségui pode ser compreendido mais como uma continuidade da formação da identidade cultural do que uma ruptura. De fato, ele representa uma inversão no sentido do fluxo migratório, porém, em termos culturais, ele pode ser entendido como parte do processo contínuo de integração dos nipo-descendentes na sociedade brasileira. Ao assumirem sua brasilidade no Japão, os decasséguis retornam ao Brasil com novas percepções que podem alterar a identidade cultural dos nikkeis e sua participação na sociedade nacional. Ironicamente, é a ida à terra de seus ancestrais e a busca por suas raízes que fazem que eles se vejam como verdadeiramente brasileiros.

Diante dessa complexidade, pode-se dizer que os nipo-brasileiros possuem a particularidade de serem, simultaneamente, portadores de duas identidades, mas talvez nenhuma delas de forma realmente integral. Transcorridos cem anos desde a chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil, continua pertinente a discussão acerca de quem são os nikkeis que aqui nasceram, cresceram e formaram-se. A sociedade nikkei no Brasil tem debatido intensamente essa questão nos últimos anos, na busca pela compreensão das perspectivas de futuro da cultura japonesa no País.



Ao se analisar as características populacionais dos nipo-descendentes residentes no Brasil, observam-se significativas mudanças ao longo do século passado. Dentre elas, dois fenômenos são de maior relevância. O primeiro refere-se ao grau geracional dessa população. Os sanseis (terceira geração no País) são, hoje, os mais numerosos, correspondendo a aproximadamente 41% dos nipo-brasileiros. Encontram-se, inclusive, descendentes de quinta geração (os gosseis), embora em pequeno número. Eles representam apenas 0,3% dessa população.

O segundo aspecto que merece menção é o índice de miscigenação, pois à medida que se avançam nas gerações, eleva-se o número de casamentos inter-étnicos e de descendentes miscigenados. São eles atualmente 27% do total da população de origem japonesa, dentre os quais a maioria apresenta “grau de japonidade” de 50%. Isto é, um de seus pais tem origem japonesa “pura”, enquanto o outro é não-nipo-descendente.

Esses dados revelam as transformações progressivas na sociedade nikkei e levantam questões a respeito da transmissão e perpetuação da cultura japonesa no Brasil. A sucessão de gerações de nipo-brasileiros e a crescente miscigenação apontam, inevitavelmente, para o contínuo distanciamento entre as referências culturais dos novos nikkeis e de seus ascendentes. Se os nipo-descendentes passam a integrar cada vez mais a sociedade local, compartilhando comportamentos, valores e referências comuns aos brasileiros, indaga-se de que maneira a herança cultural japonesa poderá ser repassada para essa população, que já não se identifica, em muitas medidas, com a colônia nipônica.

Logo, apesar do número crescente de nipo-descendentes – que somam hoje em torno de 1.300.000 –, o que se observa na colônia nikkei é um arrefecimento da participação de seus membros. Aqui, entende-se o termo colônia como referência à comunidade criada pelos isseis (geração dos imigrantes) que inclui aqueles descendentes que se identificam e possuem a consciência de serem nikkeis. Ela distingue-se



da sociedade nikkei, a qual se refere ao universo dos nipo-descendentes, mas que não implica a existência de uma organização de caráter social.

As colônias nikkeis foram construídas pelos imigrantes japoneses com vistas à superação das dificuldades culturais, sociais e econômicas que enfrentaram nas primeiras décadas de imigração. Para conseguirem sobreviver e prosperar em país completamente estranho e em condições adversas, os isseis constituíram escolas de língua japonesa, cooperativas agrícolas de produção, associações de províncias (*kenjinkai*), associações culturais (*bunkyo*), hospitais, sociedades de assistência social e até, de auxílio financeiro, como o Banco América do Sul. Era uma maneira de congregar esforços para auxílio mútuo, ao mesmo tempo em que se mantinha viva a cultura japonesa. Além da necessidade de sobrevivência, contribuiu para a formação dessa colônia o próprio espírito japonês da coletividade, isto é, as tradições associativas presentes na cultura japonesa, segundo a qual é mais fácil prosperar coletivamente do que individualmente. Embora o valor do individualismo ocidental tenha influenciado sobremaneira a sociedade japonesa, o coletivismo e solidariedade social permaneceram como forças orientadoras do comportamento dos imigrantes no País.

Entretanto, o processo que se nota é um afastamento dos nipo-descendentes com relação às colônias. Aquelas que permanecem mais fortemente organizadas são compostas por pessoas que se dedicam às atividades agrícolas e de comércio autônomo. Os descendentes que migraram para os centros urbanos e que adquiriram alto nível de escolaridade e elevada posição sócio-econômica perdem progressivamente a identificação com a colônia. Esse fato, aliado ao distanciamento das gerações e ao aumento da miscigenação, levanta preocupações dentro das colônias, e principalmente dentre os isseis, que anseiam pela continuidade das instituições que lhes são histórica e afetivamente importantes.

Diante dessas perspectivas, Susumu Miayo, ex-diretor executivo do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, propõe um novo

enfoque para a questão do legado da cultura japonesa para os nipo-descendentes e para a sociedade brasileira em geral. De acordo com o autor, as instituições nipo-brasileiras têm maior chance de prosperidade ao se abrirem para toda sociedade, ao invés de restringirem-se aos nikkeis. As contribuições culturais japonesas seriam compartilhadas com o brasileiro, independentemente de sua origem, integrando-se, como os próprios nikkeis, à sociedade local. Miayo aponta exemplos bem-sucedidos de empreendimentos que se iniciaram em colônias de imigrantes e se integraram à sociedade brasileira, incorporando a população em geral, como a criação dos hospitais Beneficência Portuguesa, Osvaldo Cruz, Albert Einstein, e dos colégios Dante Alighieri, Porto Seguro e Brasil-Coréia. No caso dos colégios, as influências da cultura dos imigrantes são particularmente sensíveis, pois todos os alunos admitidos, sejam descendentes dos imigrantes ou não, aprendem o idioma desses imigrantes e apreendem parte de sua cultura, valores e comportamentos. A abertura para o público brasileiro em geral, que já vem ocorrendo entre as organizações nikkeis, apresenta-se como possibilidade de difusão e reconstrução da identidade e da cultura japonesa no Brasil. Trata-se de um processo de integração, não apenas dos nipo-descendentes, mas das instituições construídas pelos imigrantes no País.

Outra preocupação dos isseis reside na transmissão, não apenas da cultura em geral, mas do “espírito japonês” para as gerações sucessoras. Esse “espírito japonês” compreende algo mais abrangente do que o aprendizado do idioma e o conhecimento histórico sobre o Japão. Ele diz respeito ao modo de pensar e agir, aos valores que estão presentes de forma marcante em todos os aspectos da vida social. Dentre os principais, e mais apreciados pelos imigrantes, podemos mencionar diligência, integridade, perseverança e a honestidade. Apesar de não serem exclusivos do japonês – pois a própria moral protestante ressalta tais valores –, eles representam pilares da cultura nipônica e



consistem em fortes características de auto-representação dos nikkeis. Essa é a razão pela qual os nipo-descendentes são desejosos de transmitirem essa herança às gerações vindouras. Esse legado, no entanto, propaga-se por meio da educação familiar, e não por via das organizações nikkeis exploradas anteriormente. É a convivência diária no núcleo familiar o veículo por excelência de transmissão dos valores que nutrem o “espírito japonês”.

Com isso, enfatiza-se como a construção dessa “identidade inacabada” ocorre por meio de canais institucionalizados e, ao mesmo tempo, pela convivência cotidiana e pela educação familiar. São formas de promover a integração social, procurando conservar ou até ressignificar aspectos da cultura dos imigrantes que são valorizadas na sociedade nikkei e na brasileira em geral. Os nikkeis podem-se sentir brasileiros, mesmo que não sejam integralmente incluídos no padrão tradicional de identidade nacional, resguardando aquilo que lhe é particularmente precioso.

O processo de integração social, que, como já dito, é fluido e permanente, ganhou características próprias de acordo com cada geração. A construção da auto-imagem e auto-definição dos nikkeis varia bastante à medida que sociedade nipo-brasileira se desenvolve, abrigando gerações mais distantes dos isseis e de maior grau de miscigenação. Em geral, a geração dos imigrantes japoneses conserva sua identificação com a cultura e sociedade de origem, mantendo sua auto-representação como japoneses. Já seus descendentes diretos, os nisseis, vivem um processo mais conflituoso, pois são brasileiros natos, mas estão fortemente vinculados às tradições de seus pais. Trata-se de uma identidade construída com mais complexidade e, na maior parte dos casos, não ocorre sem crises. A literatura a respeito dos nisseis ressalta como esses descendentes abrigam identidades duais e muitas vezes conflitantes. Se a convivência diária com brasileiros e sua condição própria de brasileiro os incita a se identificar com essa cultura, seus pais e a colônia nipônica tendem

a reforçar suas diferenças e sua identidade japonesa. Logo, há um conflito entre o mundo social – no qual afirmam sua brasilidade – e o mundo doméstico – o qual lhe cobra e lhe incute a identidade japonesa.

No que se refere aos sanseis, a maior parte da literatura concorda que tal processo ocorre de forma mais amena, menos conflituosa. Estudando os nipo-descendentes nos Estados Unidos, Kunisuke Hirano afirma que a terceira geração teve a oportunidade de construir seus sentimentos com relação ao Japão mais espontânea e seletivamente. Isso significa que eles detêm maior liberdade de escolha de identificação cultural, podendo decidir participar ou não da comunidade japonesa, conhecer mais ou menos profundamente a cultura de seus avós. Compreende-se, portanto, que o processo de integração social dos sanseis é mais voluntário: não se lhes impõe uma identificação com o Japão, já distante da memória de seus pais. Parte-se da vontade própria do sansei a busca por suas raízes culturais.

Naturalmente, trata-se de generalizações que não visam à compreensão de cada caso particular. A história de cada imigrante e seus descendentes apresenta vicissitudes que alteram, em certa medida, a percepção desse processo. Cada um vivencia essa experiência a sua maneira, influenciado pela trajetória de seus ascendentes, pela recepção da sociedade local, pela curiosidade pessoal.

No meu caso particular, como nipo-brasileira, o tema da integração social e da identidade cultural japonesa no Brasil assume grande relevo. Não apenas ele desperta meu interesse acadêmico como oferece subsídios para a própria compreensão de minha experiência individual. Mais do que o auto-conhecimento, o estudo sobre a imigração japonesa e as gerações subseqüentes estimula a curiosidade naqueles que, de alguma forma, se relacionam com esse encontro cultural.



Contrariamente ao que, em geral, ocorreu com os nisseis no Brasil, não foi o mundo doméstico, mas o ambiente externo que me revelou minha condição de nipo-descendente. Na arena familiar, não houve pressões para que eu me auto-definisse como nikkei, mas o mundo social, certamente, via-me mais como japonesa do que eu estava disposta a admitir. Assim, acredito que as reflexões teóricas acima expostas são de grande auxílio para aqueles nikkeis que, estando certos de sua brasilidade, nunca compreenderam por que continuavam a ser designados de japoneses por seus próprios conterrâneos. Essa literatura nos auxilia a entender e aceitar o processo de construção de identidades no Brasil e a nossa posição, como nipo-brasileiros, nesse curso contínuo de integração social.

Ao mesmo tempo em que cresce minha curiosidade com relação ao Japão – no que se refere ao idioma, costumes, vestuário, valores, culinária, etc –, torna-se claro que muito desconheço dessa cultura milenar, devido ao distanciamento geracional e geográfico. Talvez seja um pouco frustrante o fato de a curiosidade e a constatação de desconhecimento emergirem concomitantemente. Porém, como sansei e mestiça, reconheço a dificuldade em lidar com diferentes referências culturais, principalmente dentro de uma sociedade multiétnica como geralmente é caracterizada a brasileira.

Nos capítulos seguintes, buscarei retomar como a história da imigração japonesa no Brasil foi objetivada no caso particular de minha família. Da chegada de meu avós, isseis, ao presente momento, procuro analisar como a trajetória de integração social foi experienciada e apreendida pelas três gerações e como se deu a construção da identidade cultural em cada uma. Apesar da escassa literatura sobre o tema, abordarei algumas aproximações sobre como a cultura japonesa é hoje vista e vivida no Brasil, e sobre como o nikkei do século XXI se insere nessas novas interpretações e manifestações da herança nipônica no País.



A CHEGADA DOS IMIGRANTES: UMA HISTÓRIA DE CONTRASTES E INTEGRAÇÃO

tabi ni yande
yume wa karenô wo
kakemeguru
(Matsuo Bashô)

finda viagem
meus sonhos rodopiam
pelo seco descampado

Se os sonhos iniciais dos imigrantes japoneses no Brasil se tivessem concretizado, talvez houvesse pouco a se comemorar hoje, transcorrido 100 anos desde a chegada do Kasato Maru – o navio que trouxe a essas terras os primeiros imigrantes do Japão. Esses viajantes, guiados pela esperança de retorno, enfrentaram as enormes dificuldades de imigrarem para um país que, em quase todos os aspectos, se diferenciava visivelmente de sua terra natal. Em torno de 3 a 5 anos era a expectativa de permanecer no Brasil como trabalhador temporário, para voltar a sua pátria com uma economia de 10 mil ienes.

A história, entretanto, tratou de alterar essas perspectivas e de frustrar, em certa medida, esse sonho. Logo nos primeiros meses, os imigrantes japoneses se defrontaram com a triste realidade de que seria difícil, senão impossível, o enriquecimento fácil e rápido. Outros acontecimentos, como a II Guerra Mundial e a derrota japonesa, contribuíram para que os isseis alterassem suas perspectivas de retorno, enterrando o velho sonho que os motivava a lutar cotidianamente. Foi-lhes um duro golpe, é certo, mas que lhes permitiu vislumbrar um futuro no Brasil. Já na década de 1950, os imigrantes japoneses não estavam mais empenhados em acumular riquezas para voltar à



Terra do Sol Nascente; buscavam proporcionar educação a seus filhos e ampliar as possibilidades para que eles pudessem prosperar aqui, em solo brasileiro.

Dos 190.000 imigrantes do pré-guerra, apenas 10% realizaram o sonho inicial de retorno à pátria. Os demais fixaram sua residência no Brasil, talvez com menos entusiasmo do que resignação. Porém, fato é que os isseis, no simples curso de suas vidas, ensejaram importantes transformações na sociedade nacional. São amplamente conhecidas suas contribuições na agricultura, nas artes, na culinária, nos esportes, isto é, nos mais diversos aspectos da vida social brasileira. Mais do que isso, os imigrantes japoneses transformaram a “cara” do País, ao introduzir um novo fenótipo na sociedade e novas referências culturais.

A história pode não se ter sucedido exatamente como os primeiros imigrantes haviam-na planejado. Mas esses percalços deixaram-nos um legado inestimável, um verdadeiro motivo de grandes celebrações neste centenário da imigração japonesa no Brasil.

As curiosas trajetórias de vida dos isseis foram narradas por diversos autores, na tentativa de compreender, por meio das experiências pessoais, o processo de integração social desses imigrantes. As organizações da colônia têm desempenhado papel de relevo no incentivo a essas publicações, que, além de seu valor propriamente literário, constituem-se como importantes documentos históricos. Não obstante os isseis representarem, atualmente, 12% da população de origem japonesa residente no País, eles continuam sendo os protagonistas dessa história. Assim, não me parece possível relatar minhas experiências pessoais acerca do tema, sem antes resgatar a trajetória da primeira geração de imigrantes da minha família: meus avós.

No entanto, essa tarefa, que inicialmente pode parecer simples, apresenta-se como um enorme desafio. As principais complicações advêm da falta de informações precisas e da dificuldade



de comunicação com meu avô, uma vez que seu português é de difícil compreensão. Quanto à trajetória de minha avó, tenho por base relatos esparsos, cuja objetividade é duplamente prejudicada: pelos subterfúgios da memória de um passado distante e por ser recontada por seus descendentes. Ainda assim, tentarei reconstruir suas experiências como imigrante e sua progressiva integração à sociedade brasileira.

Meus avós vieram para o Brasil em momentos de vida diferentes, porém com o objetivo comum de buscar melhores condições materiais e sociais. Diante das dificuldades que enfrentavam no Japão, foram atraídos pelas informações, cada vez mais difundidas, de que o Brasil do início do século XX era um país com muitas terras disponíveis e de boas oportunidades para se prosperar.

Na época, as companhias de emigração, criadas pelo governo japonês com vistas a incentivá-la, organizavam todo o processo migratório. Além de promoverem a imagem do Brasil, dispunham de navios para o transporte e de instalações no porto de Kobe. Também ofereciam cursos preparatórios e subsídios para a viagem. No Brasil, os imigrantes desembarcavam no Porto de Santos e seguiam para a Hospedaria do Imigrante em São Paulo, para posteriormente se dirigirem às fazendas, em geral, no interior do estado.

Minha avó, Satiko Hirano, nasceu no dia 16 de janeiro de 1926, na cidade de Osaka. Porém, os registros oficiais, emitidos pelo Consulado Geral do Japão em São Paulo, contradizem seu relato: neles, consta nascimento em 01 de dezembro de 1925, natural de Okoyama. Até seu nome foi registrado de maneira diferente no Brasil, como Yukiko Hirano, fato bastante comum entre imigrantes japoneses, devido às barreiras do idioma e às diversas fonéticas que podem ser atribuídas ao *kanji*.

Com apenas dois meses de vida, veio ao Brasil acompanhada de sua irmã, seus três irmãos e seus pais, e por aqui desembarcou no dia 24 de junho de 1926.



Já meu avô, Tadashi, deixou sua cidade natal, Tóquio, em 1936. Aos dezenove anos, Tadashi chegou à nova terra junto com dois casais: sua irmã e respectivo marido, e a irmã desse cunhado, acompanhada do esposo e dos quatro filhos.

A decisão de emigrar, deixando para trás, não só a família, mas as origens e as tradições milenares, não foi trivial. Porém, as condições adversas no Japão do período fizeram da emigração, senão a única saída, pelo menos uma opção bastante atrativa para aqueles desejosos de uma vida melhor.

As décadas de 1920 e 1930 foram momentos de grande crise econômica no Japão, acompanhada de instabilidade social e política. O período que se seguiu após a I Guerra Mundial caracterizou-se pela crescente inflação e pelos elevados impostos, que recaíam sobre a população japonesa. No campo, agravava-se a desigualdade econômica e social, enquanto, na cidade, as condições de trabalho nas fábricas japonesas permaneciam precárias: as remunerações eram baixas, o tratamento dado aos trabalhadores, degradante, as oportunidades, escassas.

Paralelamente, assistia-se à ascensão da corrente política ultranacionalista, encabeçada por setores militares. Retomando agressivamente o projeto expansionista de fins do século anterior, os ultranacionalistas justificavam suas ações com a crença de que o Japão tinha uma “missão histórica e fraterna” com seu entorno. Cabia-lhe estabelecer e liderar a União Asiática, isto é, transformar a região em um bloco de poder para se contrapor ao poderio e expansionismo ocidentais.

O militarismo japonês atemorizava os demais países e seus próprios nacionais, pois muitos japoneses não estavam dispostos a arriscar suas vidas em batalhas promovidas pelo ultranacionalismo. A emigração despontava também como oportunidade para evitar a participação nessas guerras. Foi o caminho escolhido por meu avô. Seus irmãos, que lá permaneceram, tiveram que lutar na guerra com a China e na II Guerra Mundial.



Diante desse cenário político, em 1923, os Estados Unidos proibiram a entrada de imigrantes japoneses em seu território – imigração esta que se iniciara em 1907. Temia-se que a expansão do Japão pudesse ocorrer em solo americano por meio da imigração.

Soma-se a essa conjuntura de crises econômicas, sociais e políticas o terremoto de 1923 em Tóquio. Parte da cidade foi devastada, exigindo-se pesados investimentos para a reconstrução. Meu avô recorda-se com assombro desse acontecimento: ele almoçava com a família, quando foram todos subitamente lançados da sala de almoço ao quintal. Por mais que tentassem, não conseguiam levantar-se do chão. Com a casa destruída, a família não encontrou outra solução senão se abrigar, durante vários dias, em barracas na plantação de batata-doce das cercanias.

Por essas razões, o período que se estende de 1925 a 1942 foi aquele no qual desembarcou em Santos o maior número de imigrantes japoneses, representando dois terços do total que para cá vieram. A história de Satiko e Tadashi, portanto, não foge à estatística e traduz as dificuldades pelas quais passava seu país natal.

O caminho que ambos seguiram foi semelhante e bastante representativo da história da imigração japonesa no Brasil: iniciou-se com o trabalho pesado na lavoura e seguiu-se com a mudança para a cidade de São Paulo, onde suas trajetórias de cruzam.

Satiko nunca falou muito das terríveis dificuldades com as quais se deparou a maioria dos imigrantes, talvez por ter vindo tão pequena – recém-nascida – de modo a não sofrer os impactos e decepções iniciais. Ela conta, entretanto, que sua família instalou-se primeiramente em Paraguaçu Paulista, no interior de São Paulo, onde trabalharam nas plantações de algodão. Trabalhava-se muito e ganhava-se pouco: as perspectivas de acumulação de riqueza e de melhoria de condições de vida mostravam-se cada vez mais distantes. As grandes cidades apresentavam-se como a única oportunidade para realmente prosperarem e para poderem oferecer educação a seus descendentes.



Segundo os relatos de Satiko, sua família pôde logo se emancipar e saldar suas dívidas de viagem, para se dirigir à cidade de São Paulo, graças à qualificação de seu pai, Toyo Hirano. Este trabalhara na indústria naval japonesa e, portanto, era bom marceneiro. Por ter uma profissão no Japão, Toyo e sua família sentiram-se profundamente “enganados” ao aqui chegarem: a vida na lavoura era ainda mais dura, mais bruta e com menos perspectivas do que em sua terra natal. Tal sensação foi tão comum entre os imigrantes que havia uma canção popular que lhe dava voz: “Foi uma mentira quando disseram que o Brasil era bom: a companhia de emigração mentiu” (Handa, 1987:164). Mesmo assim, foi devido à habilidade de fazer móveis de madeira que a família de Satiko foi capaz de deixar o trabalho pesado nas fazendas para tentar uma nova vida na cidade de São Paulo.

Na capital paulista, Toyo abriu uma tinturaria. A profissão de tintureiro era bastante comum entre japoneses, uma vez que exigia baixo investimento inicial e pouco conhecimento da língua portuguesa. Embora possuísse a tinturaria, Toyo empregava outros para trabalhar no estabelecimento, pois preferia dedicar-se à confecção de móveis.

A grande dificuldade enfrentada foi, inegavelmente, o idioma. Toyo nunca falou fluentemente o português. Minha mãe conta que se lembra de brincar muito com seu avô, mas não se recorda de nenhum diálogo, nenhuma conversa. Já Satiko, minha avó, aprendeu rapidamente o idioma da nova pátria, pois recebeu toda sua educação no Brasil. O fato de passar a infância em pequenas cidades do interior paulista dificultou o acesso à educação. Esse era, aliás, um problema recorrente entre os imigrantes japoneses. Apesar do enorme valor que atribuíam à educação, muitos não tiveram acesso a ela, pois as escolas situavam-se nos grandes centros urbanos. A criação de escolas japonesas visava preencher tal lacuna, ao mesmo tempo em que se transmitia aos descendentes a cultura e o idioma japoneses. Satiko, pela distância geográfica, não freqüentou essas escolas, mas pôde terminar o curso primário em escola brasileira e, portanto, assimilar



muito da cultura local. Embora falasse japonês, dado que era o idioma utilizado em casa, não aprendeu a ler e escrever em sua língua materna.

Ao contrário, meu avô Tadashi sofreu bastante com o novo idioma, pois concluiu seus estudos no Japão e não teve educação formal no Brasil. Até os dias de hoje, não fala corretamente o português. Além do idioma, teve que se adaptar aos novos hábitos alimentares e ao clima, que considerava demasiado quente.

Lembro-me de encontrar com meu avô, em razão da comemoração de seu nonagésimo aniversário, e de ouvir seu relato a respeito de suas impressões iniciais ao aqui chegar. Proveniente de Tóquio, cidade que na época abrigava em torno de 7,3 milhões de habitantes, sofreu grande impacto com a ausência de infra-estrutura no novo país. Seu desespero foi imenso quando embarcou no trem que o levaria para seu destino nas fazendas do interior paulista. A cada parada do trem, observava ao redor e não via nada: nenhuma cidade, nenhum habitante, nenhum sinal que se assemelhasse à grande Tóquio que abandonara. Embora pudesse ter pensado a respeito, nunca mencionou um possível arrependimento por ter emigrado, talvez pelo orgulho japonês que lhe impôs uma segura determinação de “vencer na vida”.

A antropóloga Célia Sakurai identifica, na trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil, a forte presença de valores como o *gambarê*. Com origem na filosofia confucionista, o *gambarê* significa a perseverança e o esforço para seguir adiante, não obstante as dificuldades que se apresentam. Trata-se de certa resignação diante das adversidades da realidade social, associada a uma força para superá-las. No Brasil, a idéia de *gambarê* fez parte do espírito de luta dos imigrantes japoneses, impulsionando-os para o trabalho intenso e para sacrifícios diários, tendo como objetivo uma vida melhor. “É ela que alicerça a decisão de ficar e vencer” (Sakurai, 1993:59).

No entanto, o choque inicial para Tadashi foi significativo. Acabara de terminar seus estudos no Japão e logo teve que se deparar



com a dura realidade do trabalho nas lavouras de café. Em sua terra natal, Tadashi levava uma vida de estudante, o que era bastante respeitado pela sociedade japonesa. Sempre que possível, ele e seus amigos viajavam e eram comumente acolhidos em casas de famílias, pela simples fato de serem estudantes. No Brasil, as condições eram completamente diferentes, principalmente nas fazendas. Mas, por ser jovem e sem família para sustentar, foi-lhe possível economizar o suficiente para partir, sozinho, para a cidade de São Paulo, onde poderia desenvolver outras atividades, menos pesadas e mais rentáveis.

No centro urbano, Tadashi trabalhou em uma pensão e depois em tinturarias. Aprendido o ofício, abriu uma tinturaria no centro da cidade, trazendo a família de sua irmã para auxiliá-lo no trabalho. Com o início da II Guerra Mundial, foram obrigados a deixar o centro da capital paulista, pois não era mais permitido a japoneses residirem nessa região. Mudaram-se para o bairro de Belém em 1942, quando Tadashi começou a trabalhar na tinturaria de Toyo, pai de Satiko. Em fevereiro do ano seguinte, Tadashi e Satiko casaram-se. Receberam de Toyo a tinturaria, onde trabalhariam juntos por muitos anos. Um casamento bastante conveniente para Toyo, pois, assim, haveria alguém para cuidar da tinturaria e o marido de sua filha teria seu próprio negócio.

O casamento na cultura japonesa possui um significado distinto daquele da sociedade ocidental. Segundo Célia Sakurai, a motivação primordial do matrimônio não é a afeição ou o amor romântico do Ocidente, mas a conveniência de viver uma vida conjunta, o que traz vantagens tanto ao homem quanto à mulher. A hierarquia familiar, o casamento por intermediação (*miai*), a autoridade do marido, o papel diferenciado do primogênito e o ideal de mulher como “boa esposa e mãe sábia” são práticas e valores que orientaram a sociedade japonesa até o pós-guerra. E, apesar das mudanças radicais implementadas nesse período, tal como o Código Civil de 1947, esses costumes ainda permanecem vivos no imaginário japonês.

No período, o casamento inter-étnico era pouco aceito entre os japoneses. Havia preconceitos de ambos os lados. Os brasileiros viam esses imigrantes, devido a seus hábitos, fenótipos e modo de vida, com estranhamento. Os japoneses primavam pela perpetuação de sua auto-imagem como um povo único e uma “raça pura”. É o que muitos autores se referem como o imaginário de *uniqueness* do povo nipônico, que tem lastro no mito antigo de criação do Japão e de formação do japonês. Datam do ano de 712 os relatos sobre esse mito, documentados nos famosos Registros de Assuntos Antigos. A história de milhares de anos de isolamento do povo japonês veio a reforçar essa imagem de povo único e homogêneo, fartamente explorado posteriormente, com a emergência do ultranacionalismo já mencionado. Dados estatísticos da década de 1940 revelam que os casamentos inter-étnicos eram raros: 8% entre os homens e 1% entre as mulheres.

Em 1943, nasceu a primeira filha dos meus avós, Shizue. O segundo filho chega em 1946, recebendo, oportunamente, o nome de Kazumi, que significa paz. Três anos mais tarde, nasce minha mãe, Midory.

Dessa época, recordo os relatos de meu avô a respeito das dificuldades impostas aos japoneses em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Proibiram-se os jornais escritos em língua japonesa, a utilização desse idioma em público, as reuniões de *nikkeis* e sua livre-circulação sem salvo-conduto. A entrada do Brasil no conflito em 1942 provocou um endurecimento das medidas restritivas dirigidas aos súditos do Eixo e elevou a desconfiança com relação a eles. Entretanto, meus avós não sofreram discriminação por sua origem. Relacionavam-se muito bem com a vizinhança, imigrantes de diversas nacionalidades.

No bairro de Belém, onde moravam, havia muitos italianos e portugueses, mas poucos japoneses. Desse modo, a convivência foi mais intensa com imigrantes de outras origens, embora se relacionassem



também com japoneses da mesma profissão. Às vezes, participavam de festas tradicionais e de *pic-nics* com seus conterrâneos. Entretanto, a convivência com eles não era diária, mas eventual. Minha avó já tinha costumes um pouco diferentes na época e talvez esse fato tenha contribuído para seu progressivo distanciamento da colônia nipônica. Relacionava-se muito bem com os demais imigrantes e com os descendentes dos mesmos, pois falava o idioma local com perfeição. Aos olhos deles, o casal era sempre visto como muito trabalhador, honesto e de pouca conversa.

A despeito de compartilharem origem e valores comuns, as diferenças entre Satiko e Tadashi eram perceptíveis em diversos aspectos. O fator que provavelmente mais contribuiu para tanto foi a educação distinta que cada qual recebeu: ela no Brasil e ele no Japão. Satiko sempre falou que se sentia brasileira. Nascera lá, mas cresceu, formou-se, criou raízes por aqui. Falava o português fluentemente – talvez melhor do que o Japonês – e gostava de se relacionar com todos. Estava totalmente integrada à sociedade brasileira.

Já Tadashi manteve sua identidade nacional, embora tivesse, há muito, abandonado o velho sonho de retorno à terra natal. Gostaria sim de visitá-la – e, de fato, o fez em 1986. Mas dizia que sua família estava aqui, não tinha mais ninguém no Japão e estava satisfeito com a vida que construiu nos trópicos. Ainda hoje, ele fala que se sente profundamente realizado ao ver todos seus filhos e netos “bem encaminhados na vida” e por ter contribuído para tal desenvolvimento.

Minha mãe recorda-se das queixas – aliás, frequentes – de seu pai a respeito da “brasilidade” de Satiko. Criticava-a por não ser reservada, conversar demasiado com outros sobre assuntos familiares, não dar apoio total ao marido e querer certa independência. De fato, as origens poderiam ser as mesmas, mas a formação e a identidade nacional mostravam-se bastante distintas, o que certamente influenciava a visão de mundo e a maneira de ser de cada um.

Assim, com a separação do casal na década de 1980, essas diferenças tornaram-se ainda mais evidentes. Cada qual seguiu seu rumo, que refletia o respectivo grau de integração cultural.

Tadashi foi morar com minha tia Shizue em Cornélio Procópio – interior do Paraná –, onde há, ainda hoje, forte presença da sociedade japonesa. Já aposentado, começou a levar uma vida mais tranqüila, junto a seus dois netos, filhos de Shizue e seu marido Yoshio e a seus novos amigos da sociedade japonesa local.

Adotou a religião budista e, após um período de fanatismo religioso, passou a buscar o equilíbrio e a harmonia (*wa*) na tranqüilidade de sua vida. Por conta de sua identificação com o budismo, voltou a ler muita literatura japonesa. Também lê, até os dias de hoje, diversos livros de política, sempre no idioma materno. Voltou a conviver majoritariamente com japoneses em Cornélio Procópio, adquiriu novos hábitos e conquistou muitas amizades. Atualmente, seus principais passa-tempos são assistir à televisão – apenas canais japoneses –, ler – literatura japonesa – e jogar *gateball* – o qual pratica com seus colegas conterrâneos, participando, inclusive, de torneios.

Dessa forma, Tadashi passou a praticar cada vez mais o idioma de origem e foi, aos poucos, esquecendo-se do Português. Minha mãe conta que, quando ele era mais jovem, falava bem o idioma local: dialogava com brasileiros, discutia política, lia o jornal e comentava as notícias. Ela recorda que, aos domingos, na hora do café-da-manhã, ficavam todos à mesa, cada membro da família lendo uma parte do jornal. Hoje, é muito difícil compreender o que ele diz quando fala Português. Quase não conjuga verbos e tem dificuldade para formular uma frase inteira. Ainda assim, é bastante alegre e adora fazer piadas – com gestos e palavras esparsas! É uma pessoa muito bem-humorada e “*zen*” – segundo minha mãe, ele adquiriu essa última característica ao adotar a religião.



Em 1986, meu avô teve a oportunidade de visitar o Japão, passados 50 anos desde sua chegada ao Brasil. O Governo Japonês e a Aliança Cultural Brasil-Japão promoveram um programa de viagem à terra natal para japoneses de mais de 70 anos, que ainda tivessem parentes lá residentes e que nunca houvessem retornado. É o chamado *satogaeri* (viagem de visita à pátria), que se tornou mais freqüente a partir de 1973. Ele gostou muito de voltar temporariamente ao Japão, mas constatou que tudo estava já bastante diferente. Assim, não teve vontade de permanecer lá: percebeu que sua vida estava construída no Brasil, onde sua família se formara e crescera.

Quanto à minha avó, por ter vivido toda sua vida aqui, sempre dizia que não tinha vontade de conhecer seu país natal – embora minha mãe desconfie de isso não ser totalmente verdade, já que Satiko não era uma pessoa que gostava muito de revelar seus sonhos.

Em 1981, mudou-se para Campinas, onde viviam minha mãe, meu pai e minha irmã, recém-nascida. Lembro-me de que ela adorava ler o jornal, assistir a filmes – seus preferidos eram os clássicos da década de 1950 e 1960 – e a programas televisivos sobre a vida animal. Gostava também de pintar, costurar, fazer tricô, ler romances, cantar e cuidar do pomar que havia no jardim de casa. Mais do que tudo isso, amava passear no centro da cidade e no mercado central, onde comprava frutas e verdura. Ela conversava bastante com as pessoas e suas amigas eram todas brasileiras – da vizinhança e das aulas de pintura. Sempre que recebíamos visitas em casa, ela logo começava a conversar, a contar as histórias de como eram as coisas no “seu tempo”.

Creio que a intensa convivência que tive com minha avó tenha sido essencial para a herança cultural japonesa que recebi. Ela representou, para mim, uma “segunda mãe”, pois desde pequena eu vivia seguindo seus passos. Lembro-me de que minha avó sempre me carregava em suas costas, “de cavalinho”, como chamávamos. Apenas recentemente descobri que carregar as crianças amarradas nas costas era um costume muito difundido entre as mulheres japonesas.



Com Satiko, aprendi a apreciar a comida japonesa, não somente aqueles pratos mais comuns presentes no cardápio de inúmeros restaurantes japoneses, cada vez mais presentes no Brasil. Ela cozinhava muito bem e conhecia uma variedade enorme de receitas. Quase todos os dias, havia um prato japonês em casa. Quando ainda morava em São Paulo, fazia e vendia comida japonesa sob encomenda. Nos períodos de festas, como Natal e Ano Novo, chegava a preparar centenas de *sushis*.

Ela também nos ensinava algumas palavras japonesas do cotidiano. Aprendi o nome de alguns objetos primeiro em japonês, para depois conhecer sua denominação no meu idioma.

Da minha infância, recordo-me de fazer *origamis*, vestir *kimonos* à noite e usar os *futons* para dormir. Ela mesma os confeccionava e são, até hoje, meus acolchoados preferidos.

Foram diversos os hábitos que incorporei na infância e que, apenas anos depois, percebi que não faziam parte da vida das demais pessoas: provinham de minhas raízes nipônicas. Acordo-me da minha indignação quando ia dormir na casa de minhas amiguinhas da primeira série e elas não sabiam o que significava *makura* – travesseiro.

Atualmente, reconheço a importância da convivência com minha avó, não apenas por ser ela uma companhia maravilhosa, mas também por essa herança, que imperceptivelmente nos passava. Sempre a vi como uma pessoa muito batalhadora, trabalhadora, constantemente disposta a ajudar os outros e a agradar-lhes.

Hoje, 100 anos após o início da imigração japonesa no Brasil, diz-se que os *yonseis* – quarta geração de *nikkeis* – pouco guardam da cultura milenar de seus ascendentes, principalmente devido à ausência de convívio com seus bisavós, os imigrantes japoneses.

Eu e minha irmã, felizmente, tivemos essa enriquecedora oportunidade. Embora Satiko se considerasse brasileira, suas raízes



nipônicas mostravam-se presentes no cotidiano: na culinária, nos passa-tempos, nos valores, na maneira de ser. Seu falecimento em dezembro de 2005 foi, para nós, uma enorme perda. E certamente o momento mais difícil da minha vida.

NISSEIS: OS BRASILEIROS DE “OLHOS PUXADOS”

atrás desta porta
outra geração celebrará
o Festival das Meninas
(Matsuo Bashô)

A história dos nisseis da minha família começa já nos centros urbanos. Eles viveram uma realidade bastante distinta daquela de seus pais. Todos foram criados junto a brasileiros e tiveram possibilidade de estudar nas melhores universidades. Seu leque de escolhas ampliou-se, tanto no campo profissional quanto pessoal. O idioma não se configurava mais como uma barreira: todos aprenderam o português como a primeira língua. Ao contrário de seus pais, a segunda geração considerava que já não tinha o direito de falar erradamente o idioma local. Como consequência, a língua japonesa começou a ser esquecida, para, aos poucos, tornar-se estrangeira.

O contexto no qual cresceram era também outro. Os nisseis assistiram, de longe, à reconstrução do Japão e a sua ascensão como potência econômica e política. Tal fato certamente exerceu alguma influência sobre a imagem que por aqui se construía a respeito dos japoneses. Os estereótipos alteravam-se. Eles passaram a ser visto, no Ocidente, como um povo pacífico, disciplinado e trabalhador, capaz de reerguer seu país das cinzas.

O “Milagre Japonês” do pós-guerra impressionava o mundo. Os Jogos Olímpicos de 1964, com sede em Tóquio, mostrou aos demais países um Japão moderno, por meio de transmissões de imagens



ao vivo. O trem-bala e os bens de consumo cada vez mais baratos, práticos e miniaturizados eram frutos da acelerada inovação industrial, impulsionada pelo avanço tecnológico. Era o Japão como ícone do pacifismo e da modernidade, imagem bem distinta daquela do início do século.

Além disso, a retomada do fluxo de imigrantes japoneses em 1952, associado ao nascimento de novos descendentes, elevou o número de nikkeis no País. Na década de 1960, eles somavam cerca de 600 mil pessoas: já se consolidavam como a maior população de origem nipônica fora do Japão. Tornaram-se mais numerosos, mais presentes nas cidades e, aos poucos, foram conquistando novos espaços na sociedade brasileira.

Os nisseis, em sua maioria, não sofreram choques culturais. Nasceram já no seio da sociedade brasileira e apenas ao longo de suas vidas tomaram consciência de suas origens estrangeiras. Afinal, eram brasileiros. Brasileiros com olhos puxados, evidentemente, e com, talvez, alguns costumes singulares. Mas essas diferenciações foram-se gradualmente diluindo. Eram mais japoneses aos olhos arredondados dos outros do que a seus próprios. Eles freqüentaram ambientes comuns a brasileiros de diferentes origens e já não precisavam se refugiar em colônias japonesas para se sentirem em casa.

Talvez a história de minha mãe nesse aspecto tenha sido bastante distinta daquela da maioria dos nisseis, seja pelo fato de minha avó ter-se, tão logo, integrado à cultura local, seja por sua própria personalidade. De qualquer forma, ela nunca se identificou com a colônia japonesa, muito embora se orgulhasse muito de suas origens. A vontade de se relacionar com os demais e de se integrar, o medo de isolamento social e cultural e sua criação na grande cidade de São Paulo, cada vez mais multiétnica, motivaram-na a evitar a convivência em círculos fechados de nikkeis e a buscar, fora deles, sua verdadeira personalidade e identidade. A colônia japonesa, já presente na capital na metade do século anterior, parecia-lhe demasiado fechada. Se tal



característica dificultava a integração com outros brasileiros e a assimilação dos costumes locais, deve-se reconhecer que foi de grande importância para manter vivas as tradições e os princípios da cultura milenar japonesa.

Trata-se do dilema que coloca em extremos a preservação total da cultura de seus ascendentes e a assimilação completa do modo de vida local. Cada nissei resolveu esse dilema a sua maneira, resguardando os valores e práticas que lhe eram importantes, sem deixar de agregar novos elementos culturais da sociedade da qual eram já parte indissociável. Obviamente, tal processo não é racional ou linear. É extremamente difícil reconhecer em si as qualidades que provêm de uma ou outra cultura. Seja como for, os nisseis que aqui nasceram, cresceram e construíram suas vidas distanciaram-se culturalmente de seus familiares que permaneceram na Terra do Sol Nascente. Aliás, as transformações ocorridas no Japão do pós-guerra foram imensas, de modo que dificilmente minha mãe se identificaria muito, apesar das raízes comuns, com os japoneses que hoje vivem em seu país.

A cidade de São Paulo, na década de 1940, era uma metrópole próspera e cheia de oportunidades. O acelerado crescimento econômico atraía imigrantes, seus descendentes e migrantes de outros centros urbanos e das zonas rurais. Todos se dirigiam à capital paulista em busca de melhores condições de vida e perspectivas de ascensão social, motor precípua dos movimentos migratórios. O crescimento demográfico de São Paulo expressa esse movimento populacional: de 1,3 milhões de habitantes em 1940, a cidade passa a abrigar 2,2 milhões após 10 anos. Os novos habitantes alteraram significativamente a vida na grande cidade, forjando-se um ambiente propício para a convivência de diferentes culturas, que se manifestavam livremente, se reafirmavam e, gradualmente, se integravam. Estima-se que, dentre os 5,5 milhões de imigrantes que chegaram ao Brasil a partir de 1880, 2,5 milhões dirigiram-se a São Paulo. É nesse cenário multi-étnico que nasce minha mãe, Midory, em 15 de setembro de 1949.



Midory passou os primeiros anos da infância no bairro de Belém, onde seus pais trabalhavam. As famílias da vizinhança, todas brasileiras, eram muito próximas, de modo que as crianças logo se tornaram amigas entre si. Tinham, todas, idades semelhantes e brincavam na rua cotidianamente. Segundo minha mãe, não havia qualquer discriminação por razão de suas origens japonesas. Seu melhor amiguinho não entendia muito bem as diferenças e, quando nasceu sua irmã, queria que ela tivesse os olhos puxados, como minha mãe. Perguntava a seus pais por que não poderia assim ser.

Midory sentia-se brasileira, exatamente igual a seus amigos da vizinhança. Quando ia para São Bernardo – onde viviam os parentes que vieram com Tadashi ao Brasil e seus descendentes – convivia com a colônia japonesa, mas sentia-se “fora do contexto”. Não falava japonês, vestia-se de forma diferentes e já tinha hábitos mais brasileiros. Tampouco estava tão acostumada com a comida e as tradições japonesas e desconhecia a maioria das canções. Ainda assim, relacionava-se muito bem com seus tios e primos de São Bernardo e deles recebia atenções especiais por ser a “caçulinha” da família.

As primeiras percepções de sua alteridade e as dificuldades iniciais que enfrentou tiveram lugar quando sua família se mudou para o bairro da Móoca. Os vizinhos eram outros e, aos oito anos, Midory teve que conquistar novas amizades. Porém, sempre que havia brigas, chamavam-na de japonesa, como se fosse um xingamento. Não teve ajuda ou apoio de sua família para compreender e superar essa situação, pois era difícil falar para seus pais que seus traços físicos eram motivo de xingamento. Foi a primeira vez que sentiu o preconceito.

Outro momento no qual percebeu certa discriminação em função de suas origens foi quando fazia cursinho pré-vestibular. Nas salas de aula, alguns professores chegavam a dizer: “já eliminou seu japonês hoje?”. Nesse ambiente competitivo, entendia-se que cada nikkei no cursinho representava uma vaga a menos na universidade. Os nipo-descendentes já eram vistos como estudiosos, esforçados,



inteligentes. As estatísticas explicam a construção desse estereótipo: apesar de representarem somente 2% da população do Estado de São Paulo, os nikkeis correspondiam, na década de 1970, a aproximadamente 12% dos estudantes aprovados das grandes universidades paulistas.

A educação, para a família de minha mãe, ocupava lugar central. Seus pais investiram muito na formação dos filhos, para que eles pudessem ter acesso ao ensino superior e, portanto, a melhores oportunidades no mercado de trabalho. Shizue preferiu cursar escola técnica e começou a trabalhar desde cedo. Kazumi graduou-se no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e Midory, na Escola de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em 1971, Midory ingressou na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Foi uma enorme conquista, porém insuficiente: seu grande sonho era tornar-se médica. Obteve, então, o apoio de Kazumi, que, por já se ter formado, poderia auxiliar financeiramente a família. Havia certa expectativa, embora velada, de que Kazumi deveria ajudar sua irmã mais nova e sua mãe, uma vez que era o irmão mais velho. Na cultura japonesa, o irmão mais velho tem um papel diferenciado na estrutura familiar. Se, por um lado, recebe alguns privilégios, por outro, deve arcar com mais responsabilidades. Com o incentivo do irmão, Midory decidiu abandonar os estudos de Engenharia e prestar vestibular para Medicina. No ano seguinte, ingressou na Unicamp e passou a morar em Campinas.

Dos setenta estudantes de sua turma, apenas quatro eram nipo-descendentes. Não era possível “passar despercebida”, mas tampouco havia preconceito racial. O fato de ser nikkei já era motivo de respeito. A colônia japonesa no Brasil prosperava, enquanto, no outro lado do mundo, o Japão consolidava sua posição entre as nações mais ricas do globo. O acelerado crescimento econômico japonês fez do país a segunda maior economia mundial em 1967. Os nipo-descendentes passaram a ter orgulho de suas raízes e auto-estima.



Minha mãe conheceu meu pai, Bruno, na USP, em 1971. Logo começaram a namorar e, em março de 1975, casaram-se. Embora não fosse muito comum na época, o casamento com “gaijin” (estrangeiro) foi bem aceito na família de Midory, assim como ela não sofreu discriminações entre os parentes de meu pai, descendente de portugueses. Não houve pressões para que ela se casasse com nikkei. Os nipo-descendentes no Brasil superavam o mito da “uniqueness” do povo japonês. Integravam-se definitivamente à cultura e identificavam-se com a população local. A sociedade brasileira seguia seu curso contínuo de miscigenação.

De fato, a trajetória de Midory não poderia ter sido diferente. Sempre conviveu mais com brasileiros de distintas origens do que com nikkeis. Desde a infância até a vida adulta, seus amigos e suas principais referências não faziam parte da colônia nipônica, de forma que ela criou uma identificação maior com os demais brasileiros.

Quando lhe perguntei se ela se sentia brasileira, respondeu que sim. Disse que tinha preferência pelas coisas brasileiras, tinha vontade de ver o Brasil crescer mais, com menos desigualdades sociais. Ver o povo tornar-se mais culto, menos pobre, com uma vida melhor. “Penso no Brasil, não penso no Japão”, disse-me.

Ainda assim, ela reconhece em si características herdadas da cultura de seus ascendentes: timidez, paciência, detalhismo, intransigência e forte apego aos princípios. Talvez o gosto por decoração e por *ikebanas* (arranjos florais) sejam também influência de suas raízes nipônicas.

Naturalmente, Midory nutre uma admiração especial pela cultura japonesa. Impressionam-na capacidade de se modernizar tão rapidamente e a busca pela harmonia, seja nos arranjos dos pratos, nas estampas dos tecidos, seja no modo de vida. Sua maior curiosidade é entender como os japoneses conseguem viver em espaços tão pequenos sem acumular coisas! Ela também tem muita vontade de conhecer o Japão, passar alguns meses lá para realmente poder viver o dia-a-dia



das pessoas. Ironicamente, a única pessoa do meu núcleo familiar que já esteve na Terra do Sol Nascente é meu pai, o *gaijin*.

Para a geração de minha mãe, ser nikkei era ainda ser bastante diferente dos descendentes dos demais imigrantes. Era ser japonês, mas em “lugar errado”. Já havia possibilidade de entrosamento com outros brasileiros, mas ainda era difícil vencer a timidez e o olhar dos outros, que insistiam em considerá-la diferente. Adicionalmente, ela sentia que deveria corresponder às enormes expectativas de seus pais, que tanto batalharam para investir no futuro dos filhos. Para estes, não existiam fracassos, desistência, mas tampouco havia escolas particulares, privilégios. Ser nikkei era viver em constante ambigüidade: sentir-se brasileira e ser vista como japonesa; buscar integrar-se completamente e, ao mesmo tempo, manter suas raízes; ter orgulho da cultura de seus pais, mas desconhecer muito de seus costumes, tradições e mentalidade. Uma ambigüidade que, quiçá, seria resolvida na geração posterior.

SANSEIS: APRENDENDO A SER JAPONÊS

verde a árvore caída
vira amarelo
a última vez na vida
(Paulo Leminski)

Há pouca literatura sobre a trajetória de vida e o modo de ser dos sanseis. O motivo talvez seja a constatação de que a terceira geração de japoneses no Brasil já se sente perfeitamente integrada à sociedade nacional. Filhos de pais que se percebem como brasileiros, os sanseis, em geral, não sofreram crises identitárias. São, e querem ser, genuinamente brasileiros.

Essa geração nasce em um momento histórico no qual o papel dos imigrantes japoneses e de seus descendentes no desenvolvimento



do País é amplamente reconhecido. As prestigiadas comemorações de 50, 70, 80 e, hoje, dos 100 anos da imigração japonesa refletem essa percepção. Nas décadas de 1970 e 1980, os nikkeis não estavam apenas incorporados à sociedade brasileira: eram parte, em sua maioria, das classes média e alta. Além disso, representavam o grupo de maior escolaridade no País. O japonês já era considerado, por muitos intelectuais, uma etnia que “deu certo no Brasil” (Sakurai, 1993:17).

Além disso, diversos nipo-descendentes passam a ocupar lugar de destaque nos mais variados ramos da vida nacional: nas artes, nas empresas, nos esportes. Progressivamente, o brasileiro de “olhos puxados” torna-se uma figura mais presente no cotidiano do País. Os sanseis já não são vistos com “estranhamento” por seus conterrâneos, pois, apesar do fenótipo diferente, comportam-se exatamente como os não-nipo-descendentes e compartilham as mesmas referências culturais. É a diluição da alteridade.

A ausência de estranhamento não significa, porém, completa normalidade. Embora numerosos, os nipo-brasileiros representam um grupo minoritário, facilmente identificado pelos traços físicos. Trata-se de um processo intrinsecamente contraditório: aceita-se a brasilidade dos nikkeis, ao mesmo tempo em que eles preservam certa marca distintiva. O que se observa no Brasil atual é uma curiosidade e interesse pelas origens desses brasileiros.

No meu caso, a consciência a respeito de minhas raízes ocorreu tardiamente, de forma bastante similar à história de minha mãe. A infância se caracterizou por um período em que as distinções étnicas, na minha percepção de criança, não existiam. Não notava a diferença entre minha família materna, de origem japonesa, e paterna, descendente de portugueses. Nunca consegui identificar nas feições de minha mãe e de minha avó os traços tipicamente japoneses.

Nesse aspecto, meu mundo doméstico diferiu pouco daquele experienciado por brasileiros de outras origens. Como já mencionado, a convivência próxima com minha avó foi a principal responsável pela



introdução de alguns elementos particulares do modo de ser japonês, como determinados hábitos, valores e expressões. Mas, em geral, considero que o contato que tive com a cultura japonesa na infância não foi intenso. O fato de os irmãos de minha mãe morarem em outra cidade contribuiu para esse distanciamento. Quando visitava meus primos na cidade de São Paulo, notava que eles tinham os costumes nipônicos mais fortemente presentes, por se relacionarem diariamente com a família da esposa de meu tio, também nikkei.

A convivência com nipo-descendentes foi escassa não apenas no círculo familiar, como nas demais esferas sociais. Nas escolas que freqüentei, meus colegas eram sempre brasileiros das mais variadas origens. Havia, decerto, nikkeis, alguns dos quais são, até hoje, grandes amigos meus. Porém, minha aproximação a eles não se deu por razão de uma identificação étnica. Sempre os vi como brasileiros e creio que era vista da mesma forma. Nunca senti qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Foi na adolescência que tomei consciência de que minhas raízes diferenciavam-me do brasileiro padrão. Justamente na fase da vida em que o que se quer é ser igual aos demais. Nessa idade, não conseguia compreender por que me chamavam freqüentemente de japonesa e não se referiam a meus colegas como italianos, portugueses, espanhóis.

Ao entrar na idade adulta, tais diferenciações deixaram de me incomodar. Ao contrário, comecei a valorizar as características que, de certa maneira, tornavam-me peculiar, fora do padrão estético tradicional do brasileiro. Concomitantemente, constatei que as pessoas, em sua maioria, nutriam especial interesse e curiosidade com relação a minhas origens e a meus traços mestiços. É muito freqüente me perguntarem a respeito da nacionalidade de meus ascendentes.

Aos poucos, reconheci, aceitei e valorizei minhas raízes. Mais do que isso: elas começaram a despertar, em mim, intensa curiosidade acerca do Japão e de sua cultura milenar. Pode-se dizer, que se tratou



de um processo gradual, em larga medida motivado pela própria sociedade brasileira. Apesar de não questionarem minha brasilidade, são numerosos os não-nipo-descendentes que esperam de mim certo comportamento ou conhecimento sobre as tradições japonesas, devido a minha fisionomia. Muitos deles perguntam-me se eu falo o idioma japonês e querem saber mais sobre essa cultura. Eu, no entanto, pareço desapontá-los, por desconhecer grande parte das tradições de meus avós.

Essa situação começou a me causar uma sensação de desconforto. Percebi que a história de integração social de minha família implicara o afastamento da terceira geração com relação a uma cultura que fascina tantos brasileiros. Tal fato despertou-me a vontade de conhecer mais a respeito do país de meus avós e do Japão dos dias de hoje.

Lembro-me de um acontecimento que me foi particularmente relevante nesse aspecto. Participando como diplomata de ligação em um evento no Palácio do Itamaraty, conheci uma coreana que falava português com notável fluência. Em uma conversa casual, contei-lhe sobre meu desejo de aprender um idioma oriental – fosse ele o chinês, o japonês ou o coreano. Apesar da crescente importância da língua chinesa, ela logo me dissuadiu de estudá-la. Afirmou, sem hesitação, que o estudo do japonês seria, para mim, uma inestimável fonte de auto-conhecimento, por meio da qual eu teria maior contato com minhas próprias raízes. Não compreendi de pronto a importância daquilo que ela me dizia, mas, ainda assim, resolvi acatar sua sugestão.

Em 2007, comecei a estudar japonês. De fato, senti que foi um encontro com minhas raízes. Em alguma medida, tive a sensação de resgatar um pouco de minha “japonicidade”. Além do fascínio inerente a um idioma que se constrói sobre uma lógica completamente distinta da ocidental, o estudo do japonês me estimulou ainda mais a curiosidade com relação a minhas origens. Interessante foi notar que, apesar de a maioria das palavras serem totalmente diferentes do



português, alguns sons me eram familiares: eram vocábulos que, embora eu não tivesse consciência, faziam parte de minha memória.

Outro hábito que adquiri recentemente foi comprar produtos japoneses – como *sembei* (bolacha de gergelim), *hashi*, chá verde, sakê, artigos de decoração. De alguma forma misteriosa, a presença do Japão materializada nesses objetos traz-me a sensação de proximidade com minhas raízes.

Com relação a acesso a produtos de origem japonesa, a sociedade nikkei no Brasil pode ser considerada privilegiada. Susumo Miyao aponta as dificuldades que enfrentam os nipo-descendentes no Uruguai nesse aspecto. Livros e revistas em japonês quase não são encontrados no país vizinho e não há publicação de jornais nesse idioma. Alguns assinam jornais em língua japonesa produzidos no Brasil. No que se refere aos alimentos tipicamente japoneses, a escassez é ainda mais contrastante. Produtos raros no Uruguai, como *mochi*, *shoga*, *kamaboko*, *moyashi*, *miso*, *shoyu*, dentre outros, são aqui de fácil obtenção.

Esse contraste ocorre não apenas em razão de o número de nikkeis no Brasil ser infinitamente maior do que no país vizinho. Mas também porque esses produtos foram de tal forma incorporados aos hábitos do brasileiro que seu mercado consumidor não se restringe à comunidade nikkei. Criou-se um mercado tão amplo que muitos desses artigos originalmente japoneses são hoje produzidos em território nacional.

A presença japonesa no Brasil não foi somente marcante, mas gradualmente passou a fazer parte do País. Os hábitos e produtos japoneses foram aceitos e incorporados ao próprio modo de ser do brasileiro, em processo semelhante ao que ocorreu com seus descendentes. Isto é, da mesma forma que acontece com os nipo-brasileiros, a cultura japonesa torna-se também parte da cultura brasileira, resguardando, em certa medida, a característica de ser tipicamente japonês.



Mais do que a simples transmissão de uma herança cultural, o processo de integração social fez que, no Brasil, as tradições japonesas fossem reinventadas. Assim, adquiriram, no seio da sociedade nacional, novos significados. Conforme nos indica o pesquisador Sachio Negawa, alguns eventos tidos como tradicionalmente japoneses foram inventados pela comunidade nipônica no Brasil a partir da década de 1960, como é o caso da festa T'ôyô-Matsuri, que celebra anualmente a cultura oriental no mês de dezembro.

A influência japonesa no País não se restringe à herança deixada pelos imigrantes. Eles estabeleceram um canal de difusão cultural que permanece ativo. Logo, continuamos a receber elementos culturais do Japão, mesmo depois de finda a imigração. É o que se observa no sucesso, entre os nacionais, dos *mangás* (histórias em quadrinho), *animes* (animação), *rock* (o rock japonês) e *karaoke*.

Verifica-se, por conseguinte, como a cultura japonesa está presente no Brasil e no brasileiro. Basta caminhar pelas ruas do bairro oriental da Liberdade, na cidade de São Paulo, para se constatar que os não-nipo-descendentes são grandes apreciadores dos costumes e produtos japoneses.

Nas últimas décadas, o apreço e a curiosidade da sociedade brasileira pela cultura nipônica são visivelmente crescentes. Na área acadêmica, esse elevado interesse traduz-se em numerosos estudos e publicações acerca do tema e reflete-se em acontecimentos como a construção do edifício dedicado ao Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo, em 1976, e a criação do Centro de Estudos da Língua Japonesa, na década seguinte.

Nas novas gerações, a valorização da cultura nipônica tem efeitos no cotidiano e na construção do imaginário. Alguns adolescentes de hoje chegam até a confessar que gostariam de ter origens japonesas. Teria o nikkei do século XXI se tornado, em certa medida, um “outro desejado”?



Essas reflexões fazem-me admitir que a maior parte da herança japonesa no Brasil não está em nós, nipo-descendentes. Com os esforços dos isseis e dos nisseis para se integrarem completamente na sociedade nacional, muito da cultura japonesa não foi transferida de pai para filho. Não obstante, ela encontra-se largamente difundida na sociedade brasileira em geral.

As instituições nikkeis, os bairros étnicos, os numerosos restaurantes japoneses, a prática de judô e de caratê, os festivais tradicionais, muito da cultura nipônica já está de tal forma enraizada na vida do brasileiro que independe dos nikkeis para se perpetuar. Ela se transmite fora do núcleo familiar, alimentada pela curiosidade do não-nipo-brasileiro com relação ao Japão e ao modo de ser japonês. Foi essa mesma curiosidade que despertou meu interesse particular sobre minhas origens.

Os imigrantes japoneses deixaram exclusivamente a nós, nipo-descendentes, a inconfundível herança genética. Mas deixaram a todo brasileiro um legado talvez mais importante: a possibilidade de ser, um pouco, japonês.

BIBLIOGRAFIA

ARAI, Jhony. *Viajantes do Sol Nascente: Histórias dos imigrantes japoneses*. São Paulo: Editora Garçon, 2003.

Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. *Pesquisa da População de Descendentes de Japoneses Residentes no Brasil: 1987-1988*. São Paulo, 1990.

Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil. *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

ENNES, Marcelo. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

HANDA, Tomoo. *Memórias de um Imigrante Japonês no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HIRANO, Kunisuke. *How Japanese Americans saw Japan: the case from Issei to Sansei in Mainland U.S.*. www.discovernikkei.org/forum/en/node/1970 (consultado em 30.01.2008)

LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MAEYAMA, Takashi, Saito, Hiroshi. *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MIYAO, Susumu. *Nipo-Brasileiros – Processo de Assimilação*. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 2002.

NEGAWA, Sachio. *O Japão no Brasil*. Humanidades, 2007, pp. 35-42.

OLIVEIRA, Adriana. *Japoneses no Brasil ou Brasileiros no Japão: A trajetória de uma identidade em um contexto migratório*. Tese (mestrado). Campinas, Unicamp. 1997.

SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.

_____. *Os Japoneses*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.





III.

**ENSAIO SOBRE A HERANÇA
CULTURAL JAPONESA INCORPORADA
À SOCIEDADE BRASILEIRA**





ENSAIO SOBRE A HERANÇA CULTURAL JAPONESA INCORPORADA À SOCIEDADE BRASILEIRA

Cecília Kiku Ishitani

Poucas culturas são tão singulares e marcantes como a cultura japonesa: por sua herança milenar, por seu culto e respeito às tradições, por sua rápida inserção rumo à modernidade, e pelos desafios que nascem de uma sociedade que busca harmonizar valores e realidades aparentemente contraditórios, cuja conciliação requer pragmatismo.

Faço parte do 1,5 milhões de nikkeis¹ (japoneses e seus descendentes) que vivem no Brasil, e que constituem a maior população japonesa fora do Japão. Invariavelmente penso na sorte que tive por meus avós terem escolhido o Brasil como país de adoção e a gratidão que sinto pelo País que abriu as portas para a imigração japonesa em um momento de dificuldades por que passava o Japão, quando a maior parte das nações, pelos mais diversos motivos, limitava ou simplesmente proibia a entrada de naus japonesas em seus portos.

Ser descendente de imigrantes em um país composto majoritariamente por imigrantes como o Brasil, verdadeiro “caldeirão” étnico e cultural, não nos torna únicos. O que nos distingue dos descendentes de outras origens são os evidentes traços físicos, uma educação rígida, uma forte herança cultural, a tendência a manter-nos dentro de nosso grupo, consoante o sentido de coletividade, e uma mentalidade conservadora e tradicionalista em comparação aos padrões locais.

Neste breve ensaio tenho a intenção de: i) abordar sucintamente a questão imigratória; ii) relatar um pouco da experiência de minha família; iii) discorrer sobre minha experiência pessoal, o elo

¹ Dados estimados pela Embaixada do Japão no Brasil.



de ligação artística e a condição de diplomata; iv) considerar a evolução da comunidade nipo-brasileira e o estreitamento dos laços político-econômico-culturais dos dois países; e v) por fim, analisar as perspectivas da relação bilateral e ponderar como o pragmatismo que pautou a aculturação dos descendentes de japoneses no Brasil pode constituir referência para a atuação externa do País, sem perder de vista valores essenciais, tendo por objetivo a ocupação de nichos e espaços nas mais diversas instâncias.

1) A QUESTÃO IMIGRATÓRIA

O Japão teve um processo emigratório relativamente tardio em comparação às nações européias. Os primeiros fluxos migratórios iniciaram-se apenas no final do século XIX. Referido isolamento prevaleceu durante o Xogunato, e apenas ao longo da Restauração Meiji (1868) ocorreu a abertura dos portos. Premido pela pressão demográfica e pela escassez de alimentos, o Governo japonês viu-se na necessidade de adotar, por fim, uma política de emigração.

Levas se direcionaram ao Havaí (1868), Califórnia (1888), México, Peru e Bolívia (1899) e aportaram no Brasil, pela primeira vez, no ano de 1908. Para tanto, foi assinado em novembro de 1895, em Paris, pelos Ministros Plenipotenciários do Brasil e do Japão, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.

Os primeiros emigrantes que partiram do Japão eram instruídos pelas autoridades de seu país a serem “embaixadores civis” de sua nação e a portar trajes ocidentais na viagem, para não causar estranheza em seus países de destino². Eram, ademais, alfabetizados, pois a Restauração Meiji tinha instituído a obrigatoriedade do ensino (1871), e haviam sido criados com a mentalidade de que a instrução

² Ninomiya, Masato. “O Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil e as Perspectivas para o Futuro”, texto revisto e ampliado de palestra proferida, em 05.12.06, na Universidade de Nanzan, cidade de Nagóia, Japão.

era necessária e primordial. As fotos de chegada do navio “Kasato Maru”, no Porto de Santos, em 1908, mostram imigrantes ocidentalizados, pelo menos em sua aparência.

A assimilação local das primeiras levas de imigrantes japoneses não foi fácil: a barreira da língua, a diferença dos costumes, a comida, doenças, entre outros fatores, dificultaram a familiarização com o novo país. Esses imigrantes tinham, ademais, a ilusão do enriquecimento rápido e o desejo de regressar ao país de origem em poucos anos.

O fluxo migratório nipônico para o Brasil, até a Segunda Guerra Mundial, segundo alguns estudiosos, pode ser dividido em dois períodos: de 1908 a 1925, de caráter experimental, e de 1926 a 1941, quando a imigração foi promovida e subsidiada pelo governo japonês. O primeiro período é marcado pelas variações no fluxo, tendo em vista as dificuldades de adaptação dos colonos, as oscilações da política imigratória brasileira e a emigração para os Estados Unidos. O segundo período, por sua vez, é marcado por um fluxo mais expressivo, crescente e regular, com uma maior dispersão geográfica e introdução da figura do imigrante proprietário³.

Como destaca o Professor Masato Ninomiya⁴, podem ser considerados os anos dourados da imigração o período de 1924 a 1934, com a proibição da imigração japonesa para os Estados Unidos (“Quota Immigration Act”, de 1924) e o financiamento, a fundo perdido, oferecido pelo Governo japonês para a compra das passagens pelos imigrantes.

Os imigrantes japoneses no Brasil tendiam a constituir colônias, pela própria dificuldade de comunicação, e o seu isolamento,

³ Carneiro Leão, Valdemar. “A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-34). Contornos Diplomáticos”, Fundação Alexandre de Gusmão/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília, 1990.

⁴ Ninomiya, Masato. “O Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil e as Perspectivas para o Futuro”, texto revisto e ampliado de palestra proferida, em 05.12.06, na Universidade de Nanzan, cidade de Nagóia, Japão.



entre outras razões, passou a ensejar a desconfiança por parte de algumas autoridades locais. Nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte, que se iniciaram em novembro de 1933, lançou-se a controvérsia. Entre as principais objeções destacavam-se a questão da eugenia, a ameaça à segurança pátria (com o argumento do imperialismo e expansionismo japonês) e o problema da assimilação. Uma obra de Oliveira Vianna (“Raça e Assimilação”), lançada à época, radicalizava afirmando, em célebre frase, que “o japonês é como enxofre: insolúvel”, e postulava sua total incapacidade de se deixar absorver⁵. Essa corrente contrária à imigração acabou por vingar na Constituinte de 1934, quando se instituiu a cláusula de redução de novos imigrantes por nacionalidade para 2% do total ingressado nos últimos 50 anos. Tratava-se de medida claramente discriminatória, uma vez que afetava apenas a imigração japonesa.

Com o rompimento das relações diplomáticas, a imigração foi interrompida em 1942 e só retomada quase dez anos depois, a partir do início da década de 50. Nesse período de hostilidades que se seguiram ao rompimento das relações entre os dois países, uma série de restrições foram impostas aos descendentes japoneses, como o congelamento de bens, a proibição de falar em público em seu idioma, a limitação de deslocamento para além dos limites de seu domicílio, entre outras dificuldades.

Com a rápida recuperação econômica do Japão após a guerra, o número de imigrantes passou a diminuir consideravelmente, sobretudo a partir da década de 60. O último navio de imigrantes a aportar no Brasil foi o “Nippon Maru”, que chegou em Santos, em março de 1973. Iniciou-se então um adensamento das relações econômico-comerciais entre os dois países.

⁵ Carneiro Leão, Valdemar. “A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-34). Contornos Diplomáticos”, Fundação Alexandre de Gusmão/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília, 1990.

Na década de 80, com a crise econômica no Brasil, teve início um movimento de emigração dos descendentes de japoneses do Brasil para o Japão, em busca de melhores condições de trabalho. O fenômeno dos “dekaseguis” (em sua acepção literal, que “ganham dinheiro fora de sua terra”) tomou corpo e hoje constituem uma comunidade de quase 300.000 descendentes retornados ao Japão.

II) A EXPERIÊNCIA FAMILIAR NA ADAPTAÇÃO A UM NOVO “LOCUS”

Meus quatro avós imigraram ao Brasil nas décadas de 20 e 30, período auge da imigração, seduzidos pelas oportunidades de trabalho e pelos incentivos oferecidos pelo governo japonês. Meus avós paternos, já falecidos, após mais de 60 anos vivendo no Brasil, mal aprenderam a falar português. Viviam dentro de sua comunidade, inicialmente no interior de São Paulo e depois no norte do Paraná, mantendo hábitos e tradições como se permanecessem em parte de seu país de origem. Por viverem tão confortavelmente dentro de seu “locus” não sentiram a necessidade de aprender o idioma do País.

Paradoxalmente, pelo pragmatismo que caracteriza a cultura nipônica, compreenderam a necessidade de integrar os filhos à nova realidade. Concluído o estudo básico, mandaram-nos estudar em escolas brasileiras, em grandes centros urbanos. Batizaram-nos, ademais, segundo a fé católica, ainda que, por origem, fossem budistas e xintoístas.

Embora mantivessem suas tradições dentro do círculo familiar, tinham orgulho de seus filhos que, pela educação e pelo trabalho, integravam-se ao novo meio.

Lembro, com graça, que meus avós nunca aprenderam a pronunciar os nomes dos netos, pois continham consoantes comuns que não existiam no alfabeto japonês, como o ‘f’, o ‘v’ e o ‘l’, entre outros.



Imagino que, por essa e outras razões, a adaptação não tenha sido fácil. O Brasil, apesar de seu caráter multicultural, é um país em que a latinidade e a espontaneidade são traços marcantes. Os brasileiros, por costume, abraçam, discutem, choram, celebram e externalizam muito as emoções. Os japoneses, em contrapartida, aprendem desde cedo a reprimir seus sentimentos, cuja manifestação demonstra fraqueza e mesmo descortesia. Por educação, e para não constranger o interlocutor, evitam o contato visual e mantêm sempre uma certa distância física. Abraços e comemorações efusivas, nem mesmo entre familiares.

Na culinária, lembro que em casa se mesclavam elementos da culinária brasileira e japonesa sem nos dar conta. Comíamos costela e bisteca de porco, temperadas com gengibre e molho de soja (“shoyu”). O arroz com feijão era com arroz japonês (branco, quase pastoso, sem sal nem óleo) e feijão brasileiro.

Ainda criança, tínhamos uma professora japonesa que vinha em casa nos ensinar o idioma de meus avós, canções e histórias infantis japonesas, e a fazer “origamis” (dobraduras). Na parte artística, também tinha uma professora com a qual empenhei-me em aprender a arte da caligrafia japonesa, os “kanjis”.

Freqüentei uma escola de freiras japonesas para seguir os estudos de japonês. Muito rigorosas, pretendiam nos ensinar disciplina e humildade e às vezes até impunham pequenos castigos físicos como forma de corrigir a postura ou reprimir comportamentos considerados inadequados. Minha irmã mais nova, por exemplo, canhota de nascença, tinha a mão esquerda invariavelmente amarrada com elástico para aprender a escrever com a direita. Como não sabia se a proibição tinha razões religiosas ou culturais, ela tampouco se queixava. Até meus pais se inteirarem.

No aspecto religioso, lembro de minha mãe, católica fervorosa, que freqüenta a novena toda semana e está sempre na Igreja e que, paradoxalmente, mantém em casa um pequeno altar xintoísta,

contendo incenso e um pouco de comida em reverência aos ancestrais. Puro sincretismo religioso, no mais autêntico espírito brasileiro.

As missas em memórias dos mortos, eventos aos quais acompanhava minha avó materna, recordo-os como momentos alegres e de confraternização. Organizavam-se, após a cerimônia, grandes almoços com a família e amigos.

Como toda família de origem japonesa, a minha manteve igualmente resquícios patriarcais. Lembro de minha avó paterna, que por muitos anos repreendeu minha mãe por ter tido apenas um filho homem e “tantas” filhas mulheres. Com o passar dos anos, entretanto, conformou-se e até se orgulhava da situação.

Apesar disso, nas festas de fim-de-ano, que eram celebradas com toda a família, meu irmão desfrutava de todas as regalias. Um costume muito japonês é presentear seus entes próximos com um envelope contendo dinheiro. Meu irmão, pelo simples fato de ser homem, era invariavelmente presenteado por minha avó e tios com um envelope polpudo, ao passo que as meninas recebiam um envelope mais parcimonioso.

A educação e a disciplina em casa sempre foram muito rígidas. A prioridade de meus pais era o estudo, acima de qualquer outra consideração. Meu pai costumava nos dizer que tínhamos a obrigação de ser as primeiras de turma, pois “não tínhamos nenhuma outra preocupação”. Essa rigidez nipônica, entretanto, era matizada por um pragmatismo que muitas vezes confrontava seu conservadorismo. Desde cedo nos inculuiu o desejo de viajar e conhecer novos países e culturas, aprender idiomas e integrar-nos ao mundo. Praticamente em todas as férias escolares nos mandava viajar a um novo país para fazer um curso de línguas ou estudar o que quer que fosse.

Creio que essa disciplina paterna e seu “conservadorismo pragmático” foram, em grande medida, os responsáveis pelo fato de minhas duas irmãs e eu termos optado por seguir a carreira diplomática.



III) A EXPERIÊNCIA PESSOAL, O ELO DE LIGAÇÃO ARTÍSTICO E A CONDIÇÃO DE DIPLOMATA

Como neta de japoneses, ou “sansei” (terceira geração), correspondo a 41,33% da colônia japonesa que vive no Brasil⁶. Essa geração, já majoritária⁷, encontra-se bem assimilada à cultura brasileira.

O fato de ter traços físicos orientais, sendo brasileira, muitas vezes pode induzir ao erro, criando situações por vezes anedóticas.

Por alguma razão, os japoneses sempre tiveram uma tendência a inclinar-se para as ciências exatas e biológicas. Creio que, por isso, durante muito tempo, e por morar fora de São Paulo, centro de concentração da comunidade, sentia-me singular em muitas situações: em minha classe da Faculdade de Direito, no curso de francês ou de inglês, era a única representante nipo-brasileira. Embora nunca tenha tido problemas quanto ao meu sentido de brasilidade, invariavelmente me identificavam na escola como a “japonesa”, ou “oriental”. E os traços físicos não davam margem à dúvida.

No início da faculdade, fui selecionada para cumprir um programa de intercâmbio em uma universidade no Japão, a Universidade de Okayama. Na terra de meus ancestrais, embora conseguisse comunicar-me com um japonês básico, meus interlocutores olhavam-me com certa perplexidade: creio que analisando se afinal era ou não japonesa. Embora os traços físicos fossem de uma oriental, o comportamento era, em quase todos os seus aspectos, de uma ocidental.

Essa foi a primeira vez que estive no Japão e não podia deixar de sentir-me impactada pelas diferenças culturais, embora, desde pequena, estivesse acostumada a conviver com muitas das tradições de

⁶ Dados da Unicamp.

⁷ em comparação aos 12,51% de isseis, 30,85% de nisseis e 12,95% de yonseis, dados da Unicamp.

meus avós. Imaginava o choque para um brasileiro ou qualquer outro estrangeiro que nunca teve essa familiaridade. Meus colegas de intercâmbio, brasileiros e americanos, estavam invariavelmente atônitos. O Japão atual, que busca conciliar suas tradições milenares com a modernidade, ainda é um universo singular.

Como o intercâmbio era em uma cidade de médio porte, como Okayama, não se sentia toda a ocidentalização por que passaram grandes centros como Tóquio. Pude constatar “in loco” a formalidade, a hierarquia, a disciplina e a ordem dessa sociedade: pessoas que se reverenciavam e se desculpavam a toda hora, comidas esmeradas como verdadeiras obras de arte, ruas e jardins limpos e ordenados, motoristas de táxi que conduziam de luvas brancas, pessoas sempre educadas e corteses. O intercâmbio previa também a estada de uma semana com uma família japonesa padrão do interior. Senti como as tradições ainda se mantêm bastante presentes: o papel subserviente da mulher, mas, ao mesmo tempo, responsável pela administração das finanças da casa, a rigidez da educação e dos padrões escolares, o hábito dos homens de trabalhar muitas horas-extras e socializar com chefe e colegas em bares de sakê (bebida alcoólica japonesa feita à base de arroz) após o trabalho como modo de conformar-se ao grupo. Isso porque, pela lógica nipônica, ser diferente ou destoar da coletividade não é visto com bons olhos.

Pude entender melhor meus avós e a forma segundo a qual fomos educados pelos nossos pais.

Herdeira de todos esses elementos, inspirei-me a desenvolver um trabalho artístico, como pintora, que representasse a simbiose de minha herança nipônica e minha realidade brasileira.

Na pintura, busco explorar preceitos da arte japonesa, como a serenidade (“sabi”) e a simplicidade (“wabi”). Há referências também à caligrafia dos “kanjis” e à harmonia dos “origamis” (dobraduras). Como na estética nipônica, procuro que a sugestão prevaleça sobre a explicitação e que a leveza do gesto insinue contornos. Os espaços



vazios devem inspirar equilíbrio e reflexão, com o culto à natureza do budismo e do xintoísmo. As referências brasileiras são as mais diversas, seja pela escolha dos materiais, seja pelo objeto de observação e pelo tema da pintura.

Artistas nipo-brasileiros, como Tomie Ohtake, Tikashi Fukushima e Manabu Mabe, que no final da década de 50 lançaram o que se convencionou chamar abstracionismo orgânico, lírico ou expressionista, inspiram meu trabalho e meu desejo de conciliar as duas influências. Creio que a arte constitui uma das pontes mais imediatas para comunicar e relacionar universos distintos. Gera-se uma empatia imediata e espontânea, que prescinde de palavras ou explicações.

Creio que a arte enriquece igualmente meu trabalho como diplomata, ao criar novos canais de interlocução.

Por trabalhar nestes últimos anos à frente do setor cultural e de divulgação de duas representações diplomáticas, pude constatar como a cultura pode constituir motor catalisador de oportunidades econômico-comerciais e facilitador de vínculos para todas as demais esferas, políticas e sociais.

As implicações da descendência nipônica também se estendem à área profissional. Há muitos valores da tradição japonesa que são pertinentes no exercício diplomático: a observação, a paciência, a ponderação e a discrição.

O número de diplomatas descendentes de japoneses, entretanto, ainda é reduzido. São menos de uma dezena. Se incluirmos os mestiços, o percentual torna-se um pouco mais elevado. Essa representatividade é importante para que o Itamaraty reflita a composição étnico-cultural da nação brasileira.

O primeiro descendente a ingressar na carreira foi o Embaixador Edmundo

Susumu Fujita, por concurso direto, no ano de 1975. A segunda foi Fátima Keiko Ishitani, a primeira descendente mulher,

no ano de 1990, quase dezesseis anos depois. Desde então, a carreira passou a despertar um maior interesse da comunidade, com o ingresso de outros representantes nos anos subseqüentes.

Creio que a carreira diplomática por muito tempo foi vista como elitista. Imagino que por essa razão muitos sequer contemplavam a possibilidade de ingressar nesse seleto grupo. O precedente aberto pelo Embaixador Fujita e, posteriormente, pela Conselheira Fátima Ishitani ajudou a desmistificar essa percepção.

É curioso comentar que meu pai, diante do interesse demonstrado por minha irmã mais velha em ingressar no Itamaraty, buscou, inicialmente, dissuadi-la da idéia. Como era muito estudiosa e obstinada, temia que se frustrasse, por acreditar que era um concurso restrito a determinado grupo. Pensou, caso seus prognósticos se confirmassem, em convencê-la a optar por outra carreira: magistratura, procuradoria ou outra carreira afim. Ainda muito nova, com vinte anos, foi uma das diplomatas mais jovens a passar no concurso do Rio Branco.

A realidade é que o concurso de admissão à carreira diplomática é um dos mais democráticos da administração pública e que tem nessa transparência o reconhecimento de seu mérito e excelência.

O fato de ser uma diplomata brasileira com origem japonesa pode eventualmente gerar curiosidade diante de um eventual comissionamento no Japão. Não ignoro que essa situação possa vir a causar certa desconfiança inicial por parte de meus interlocutores. Passado o primeiro impacto, antevejo que não teria maiores dificuldades, pelo próprio pragmatismo que orienta a cultura nipônica.

Sinto admiração por diversos valores da tradição japonesa, muitos dos quais fazem parte da educação que recebi e por isso sou grata aos meus antepassados. Mas, a minha vivência e a minha realidade referem-se unicamente ao país do qual faço parte e que corresponde à minha circunstância.



Sinto orgulho de, como diplomata brasileira de origem japonesa, representar, ainda que infimamente, parte do microcosmo nacional.

IV) A EVOLUÇÃO DA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA E O ESTREITAMENTO DOS LAÇOS POLÍTICO- ECONÔMICO-CULTURAIS DE BRASIL E JAPÃO

- A EVOLUÇÃO DA COMUNIDADE

Os casamentos inter-raciais, muito comuns na sociedade brasileira, no caso dos nipo-brasileiros ocorreram de forma mais tardia. Na primeira geração (isseis) essa miscigenação foi praticamente nula. Na segunda geração, foi de 6%. Na terceira geração (sansei) esse índice aumentou consideravelmente para 42% e, na quarta (yonsei), atingiu cerca de 61%⁸.

Para o Professor Kiyoshi Harada, em seu livro “O Nikkei no Brasil”⁹, a trajetória da comunidade japonesa no Brasil teve quatro etapas. Integram a primeira etapa os imigrantes que chegaram desde 1908 até a Segunda Guerra Mundial. Segundo ele, esse grupo tinha por objetivo arrecadar riquezas e possivelmente retornar ao Japão. A segunda etapa inicia-se na década de 50, com a retomada do fluxo migratório e dura até 1962. Há em comum a busca por uma nova pátria. Esse novo imigrante não representava apenas força de trabalho, e vinha munido de algum patrimônio e equipamentos. Na terceira fase, que vai de 1963 a 1980, os imigrantes passaram a gozar de conforto no Brasil. Na quarta fase, que se iniciou em 1981 e que ainda não terminou, há a total integração com a sociedade brasileira e a transmissão da cultura milenar. Ou seja, a preservação cultural, atávica, mantém presente importantes valores e tradições, sem prejuízo da assimilação plena à nova pátria.

⁸ Dados da Unicamp.

⁹ Harada, Kiyoshi. “O Nikkei no Brasil”, Editora Atlas, 2008.

A verdade é que, se por um lado os nikkeis se aculturaram perfeitamente, por outro, deixaram influências que muitas vezes passam despercebidas, pois já foram incorporadas aos costumes brasileiros. Por exemplo, a inclusão de “sushis” em churrascarias e restaurantes por quilo; práticas medicinais alternativas, como o “do-in”, shiatsu, acupuntura e meditação; a prática de esportes como o judô, o beisebol e o karatê; a diversão com o “karaokê”, a popularização da “saikirinha” (caipirinha feita com sakê); entre outros.

Notadamente a partir da década 60, verifica-se um grande êxodo rural da comunidade nipo-brasileira. Os descendentes de japoneses saíram do campo e dirigiram-se às cidades a fim de concluir seus estudos. A década de 60 representa, desse modo, um marco importante de integração da comunidade, sobretudo pelo aumento de nikkeis que ingressaram nas Universidades, e que passaram a exercer os mais diversos ofícios nos grandes centros urbanos, fato que culmina hoje na expressiva participação deles na vida cultural, social e política do País.

Com essa diversificação, os descendentes marcaram sua presença praticamente em todos os setores de atividades: oficiais das Forças Armadas, como o Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito; agentes do Ministério Público e magistrados, como Massami Uyeda, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e Fernando Ono, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Ministros de Estado, como Shigeaki Ueki, Ministro de Minas e Energia do Governo Geisel; atletas e deportistas, como o mesa-tenista Hugo Hoyama, brasileiro que mais medalhas recebeu nos jogos Pan-Americanos; artistas plásticos, como Mabe e Tomie Ohtake; cineastas como Tizuka Yamazaki; empresários hoteleiros, como Chieko Aoki; políticos e diplomatas, entre outros.

Paralelamente, com a crise econômica do Brasil na década de 80 e o crescimento econômico do Japão, a partir de meados dessa década, verifica-se o surgimento do fenômeno dos “dekaseguis” (aquele



que viaja para trabalhar). Descendentes nipo-brasileiros viram-se seduzidos pela oferta de trabalho e expectativa de enriquecimento rápido no Japão, revivendo as expectativas de seus ancestrais que emigraram ao Brasil desde o início do século passado. Hoje são mais de 300.000 descendentes emigrados que remetem divisas significativas para seus familiares no Brasil, em cifras superiores a US\$ 2 bilhões de dólares anuais, e que ajudam a revitalizar a economia de suas cidades de origem.

No Japão, simbolicamente, ocorre a mudança da era Showa, ou “era da Paz Iluminada”, para a era Heisei, ou “era da Paz e Concórdia”. A era Showa, que durou 62 anos, encerra-se com a morte do Imperador Hiroito, em janeiro de 1989. A investidura no trono do crisântemo do Imperador Akihito, 125º. monarca da dinastia, ocorre em novembro de 1990, no segundo ano da era Heisei.

A tradição milenar mantém-se presente no Japão convivendo com os avanços da modernidade, que se percebem a olhos vistos, e identificam a nação nipônica com os recursos tecnológicos mais modernos e sofisticados.

- O ESTREITAMENTO DOS LAÇOS BILATERAIS

A partir da segunda metade da década de 50 observa-se a instalação de “trading companies” japonesas no Brasil, que se dedicaram ao comércio exterior. Essas tradings visaram sobretudo a prover o mercado japonês de insumos básicos, grãos e produtos agrícolas em geral.

Nas décadas de 60 e 70, no contexto do dinamismo econômico e avanço tecnológico do Japão, o Brasil foi um dos países mais beneficiados com a recepção de investimentos e transferência de tecnologia japonesa. Pela complementaridade econômica e de interesses, o Japão constituiu-se em um dos maiores importadores de “commodities” brasileiras e parceiro em projetos estratégicos de interesse do governo militar brasileiro.

Instalaram-se desde então as mais diversas indústrias no País, como na área naval, têxtil, automobilística, alimentícia e siderúrgica. Referidas indústrias estavam representadas pelas multinacionais Ishikawajima Estaleiros do Brasil (naval), Kanebo (têxtil), Toyota (automobilística), Yukijirushi, Yakult e Ajinomoto (alimentos), e Kawasaki e Usiminas (siderurgia), entre outras.

Como destacou o Professor Masato Ninomiya, em recente texto revisto¹⁰, a década de 70 pode ser considerada os “anos dourados” da cooperação Brasil-Japão.

Quando por ocasião da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Japão, no ano de 1976 (Presidente Ernesto Geisel), foram assinados uma série de projetos de cooperação bilateral de porte. Entre os principais projetos de investimento e transferência de “know-how” mencionam-se: Projeto de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), Alumínio Nipo-Brasileiro (ALBRAS), Alunorte, Minas de Ferro Carajás e Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST).

Para um país com uma importante atividade agrícola como o Brasil, uma das mais relevantes contribuições dos japoneses foi a recuperação e aproveitamento do solo do cerrado (que ocupa um quarto do território nacional), nas décadas de 70 e 80. Essa parceria estratégica, o PRODECER, que contou com financiamento japonês, permitiu a expansão da fronteira agrícola no Brasil com a produção recorde de grãos. Seu “know how” de sistema cooperativista para o abastecimento dos centros urbanos também foi notável. Facilitavam aos pequenos produtores insumos em geral (sementes, adubo, equipamentos, etc), ensinavam técnicas agrícolas e disponibilizavam canais de distribuição, criando um novo mapa de oportunidades para os hortifruticultores.

¹⁰ Ninomiya, Masato. “O Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil e as Perspectivas para o Futuro”, texto revisto e ampliado de palestra proferida, em 05.12.06, na Universidade de Nanzan, cidade de Nagóia, Japão.



O apoio da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), com financiamento, capacitação ou suporte tecnológico, é digno de nota. Menciona-se, entre outros, o projeto de irrigação da Bacia do São Francisco, entre tantas outras iniciativas que viabilizaram e permitiram a modernização agrícola brasileira. O Governo brasileiro também foi beneficiado com recursos da Ajuda Oficial de Desenvolvimento do Japão (ODA), e financiamentos do Japan Bank for International Cooperation (JBIC).

A década de 80 foi um período muito próspero da economia japonesa, em que investimentos vultosos foram feitos no exterior. O Brasil infelizmente não se beneficiou dessa abundância pois, com a crise da dívida externa, o fluxo de investimentos estrangeiros para o País praticamente se estagnou.

A década de 90, por sua vez, foi um período de ajuste para a economia japonesa (explosão da “bolha econômica”), razão de o relacionamento econômico-comercial entre os dois países não ter sido tão dinâmico nessas duas décadas.

Na esfera política, a visita do ex-Primeiro Ministro Koizumi ao Brasil, em 2004, seguida de visita do Presidente Lula ao Japão, demonstrou o desejo de conferir renovada força ao relacionamento bilateral.

Com a recuperação da estabilidade econômica nos dois países criam-se as condições para retomar e aprofundar projetos de comércio, investimentos e cooperação tecnológica.

Na área da TV digital, em que o Brasil adotou o padrão japonês, abrem-se novas possibilidades de cooperação, nas áreas de ciência e tecnologia e também no campo da produção. Há a expectativa do Governo brasileiro de que uma fábrica de microprocessadores e de semicondutores possa vir a ser instalada no Brasil.

Na parte da energia limpa e biocombustíveis também abrem-se prospectos de profícua cooperação. Quanto à produção brasileira de etanol, há interesse do Governo japonês em promover a sua importação.

Ambos os países compartilham preocupações ambientais e de segurança energética. Nesse sentido, já haveria um acordo em andamento entre a Mitsui e a Petrobras. Além disso, o Brasil encontra-se em vias de finalizar um financiamento de porte do Japan Bank for International Cooperation (JBIC) com vistas à pesquisa e ampliação da produção de energia limpa a partir de fontes renováveis de base agrícola.

V) PERSPECTIVAS DA RELAÇÃO BILATERAL, PRAGMATISMO E POLÍTICA EXTERNA

Pretende-se, por fim, analisar as perspectivas da relação bilateral e avaliar como o pragmatismo que permitiu a aculturação dos descendentes de japoneses no Brasil pode constituir referência para a atuação externa do Brasil, sem perder de vista valores essenciais, e visando à ocupação de nichos e espaços possíveis nas mais diversas esferas.

A dimensão humana constitui, indubitavelmente, um dos principais patrimônios de nossas relações bilaterais. Atualmente, vivem no Brasil 1, 5 milhões de descendentes de japoneses, a maior comunidade nipônica fora do Japão, e no Japão, mais de 300.000 brasileiros nikeis, a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior. Trata-se de vetor de estímulo essencial para todas as demais instâncias de cooperação.

Com a superação das dificuldades econômicas que assolaram os dois países, em distintos períodos, pode-se dizer que hoje se reúnem as condições necessárias para um novo “ciclo virtuoso” de nossas relações econômicas, comerciais e tecnológicas.

A globalização e as novas condicionantes internacionais, bem como o pleno vigor de sólidos regimes democráticos nos dois países ensejam a oportunidade de alcançar um novo patamar nas relações Brasil-Japão, com uma maturidade superior ao período do governo militar brasileiro.



Para além da segurança alimentar buscada pelo Governo japonês e que resultou, no passado, em projetos de financiamento e cooperação na área agrícola, há, adicionalmente, o envolvimento e preocupação com questões globais, como a preservação ambiental e a segurança internacionais. Passou-se, portanto, de um contexto eminentemente bilateral para uma perspectiva multilateral.

Atualmente o Brasil é beneficiário de recursos e tecnologia para gestão ambiental, projetos de apoio a comunidades carentes, redução de desigualdades regionais, ganhos de competitividade e projetos de infra-estrutura.

Uma visão mais ampla torna-se, pois, necessária, inclusive para alcançar benefícios que, de outra forma, sem concessões e inclusão de demais interessados, tornam-se inatingíveis.

Como destacou o Senhor Ministro de Estado, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia oficial de abertura do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão, “a comunidade internacional tem a genuína expectativa de que o Brasil e o Japão assumam, no plano global, responsabilidades compatíveis com a solidez de suas instituições, o peso de suas economias e a consistência de suas ações diplomáticas.”

De fato, Brasil e Japão possuem posições comuns nos diversos temas que sobressaem na agenda internacional, como desarmamento, controle ambiental e mudanças climáticas, cooperação para o desenvolvimento e reforma das Nações Unidas.

Partilham, ademais, o interesse pela promoção de uma política inclusiva dos países em desenvolvimento, participação moderada na solução de conflitos e pela paz internacional.

Há, desse modo, o interesse compartilhado dos dois Governos no reforço do sistema multilateral, em todos os seus aspectos, uma vez que há a convicção comum de que o multilateralismo é o novo nome da paz.

Quanto ao processo de assimilação dos descendentes de japoneses no Brasil, é importante destacar que o êxito da integração

não esteve relacionado ao tempo de convivência, como destaca Kiyoshi Harada em “O Nikkei no Brasil”¹¹. Conforme comenta: “No México, eles comemoraram o centenário de imigração em 98, mas não há participação da comunidade nikkei na vida nacional. No Havaí a imigração ocorreu no século 19, mas a integração também não é total. Em 2005, na Convenção de Nikkeis, soube que lá nos Estados Unidos houve um único senador nikkei. Não há mais nenhum nome expressivo do parlamento. Não há magistrados, ministros, cientistas”.

Em contrapartida, no Brasil, como enfatiza Harada, o primeiro vereador nikkei, Yukishigue Tamura, elegeu-se em São Paulo no ano de 1947, além de estarem presentes nos mais diversos setores da vida nacional: nas artes, na política, na diplomacia, com uma contribuição muito positiva. As oportunidades foram aproveitadas, de forma empreendedora e pragmática. Houve a compreensão, por parte dos descendentes de japoneses, de que, sem representatividade e ocupação de novos espaços ficariam à margem da sociedade e dos benefícios do progresso, sem nenhum poder de influência.

Pode-se afirmar, ademais, que os nikkeis no Brasil tendem a ser mais flexíveis e adaptáveis que os próprios japoneses no Japão, ainda “conformados” dentro de preceitos de formalidade e hierarquia.

O próprio processo de hiperinflação por que passou o Brasil, com a desvalorização diária da moeda, entre outros choques econômicos que afetaram a rotina e as perspectivas do cidadão comum, possivelmente contribuíram em tornar os nikkeis brasileiros muito mais “criativos” e “adaptáveis”.

Na esfera internacional, a política externa brasileira tem, de fato, pautado-se pelo pragmatismo e criatividade. Busca-se, com ênfase e intensidade diferenciadas, mas nunca excludentes, ampliar o leque de interlocutores e os foros de atuação, com a ocupação de espaço crescente.

¹¹ Harada, Kiyoshi. “O Nikkei no Brasil”, Editora Atlas, 2008.



A “multipolaridade” se consolida como marca precípua da política externa do País: busca-se estreitar laços com a África, a Ásia e o Oriente Médio, aprofundar as relações com os países da região, e manter o bom relacionamento com parceiros tradicionais como a Europa e os Estados Unidos. Não por outra razão, a economia e o comércio dão mostras de grande dinamismo e a participação em foros multilaterais amplia-se e ganha novos contornos. Iniciativas como a do G-20, que possibilitou conquistar a simpatia de demais países em desenvolvimento, ou a do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) estabelecem importante precedente e geram confiança e respeito em nível global.

De minha experiência pessoal, lembro-me de uma exposição de pintura que realizei, no Brasil, há quase 7 anos, e que intitulei “YUGEN”, termo utilizado para descrever a estética japonesa. Inspirei-me nesse tema após uma visita ao ateliê da mestre Tomie Ohtake, cujo trabalho muito admiro: simplicidade e serenidade imperavam na casa, em sua atitude e em sua arte. O termo “Yugen” significa: “a beleza que não é aparente, não é evidente, não é efêmera”.

Penso que, na diplomacia, do mesmo modo, muitas vezes os resultados não se vêem de imediato, mas apenas se sentem no longo prazo, de forma permanente.

Tendo como referência minha infância, recordo, ainda, de minha avó paterna que, ao despedir-se, sempre fazia a mesma recomendação: “gambatte kudasai”. Era quase um mantra que escutei toda a infância e adolescência. Eram palavras de estímulo para que me esforçasse e perseverasse no que quer que fosse. Lembro, com graça, que jamais me desejou “boa sorte” ou algo similar.

O elemento fortuito ou da casualidade não existiam em sua concepção. Mas, ao fim, parece-me sábia a idéia de acreditarmos que somos responsáveis em tomar ações e perseverar em nossos objetivos. Seja no exercício profissional, seja em qualquer outro aspecto da vida.

E esse é um ensinamento que gostaria, no futuro, de transmitir aos meus filhos.

Em conclusão, a contribuição dos descendentes japoneses no Brasil acaba se confundindo com a história do próprio Brasil no século XX, pois se encontram plenamente assimilados. Com discrição, ajudam a construir a história de uma nação jovem, multicultural e multiétnica que abriu suas portas e criou oportunidades a todos os imigrantes que hoje compõem sua identidade. E, por essa razão, sinto-me grata e afortunada de integrar esse microcosmo de uma sociedade que tem, em sua pluralidade e diversidade, credenciais únicas para atuar e influir na nova aldeia global.





IV.

**CAMPAI, SAÚDE! UM BRINDE AO
BRASIL NIPO-BRASILEIRO**







CAMPAI, SAÚDE! UM BRINDE AO BRASIL NIPO-BRASILEIRO

Denis Ishikawa dos Santos

Quando os pioneiros japoneses desembarcaram em Santos, em 1908, dificilmente poderiam antever o significado de sua chegada ao Brasil. Ao emigrarem do Japão, no período histórico de modernização mais brutal daquela nação, tinham em mente obter alimento, trabalho e terra, muitas vezes com a finalidade de voltar “por cima” – expectativas a que o Brasil pré-moderno apenas em parte poderia corresponder. Nos cem anos que passaram, os imigrantes nipônicos abandonaram a busca do eldorado temporário e legaram a seus descendentes uma inserção extraordinária na sociedade brasileira, apesar do acentuado hiato cultural. Os atuais indicadores socioeconômicos mostram que os descendentes daqueles imigrantes que fugiram da fome têm um dos melhores padrões de vida do País.

Hoje, o que mais chama a atenção na colônia nipônica no Brasil é o respeito e a admiração de que goza entre todos os estratos da sociedade brasileira. Disciplina, organização e inteligência são qualidades geralmente associadas ao descendente de japoneses. Em uma analogia à bela caligrafia de um “kanji”, ele personifica o traço delicadamente firme e preciso, harmônico e sem excessos.

Em qualquer cursinho pré-vestibular, o japonês de óculos encarna os estereótipos do gênio da matemática e do ladrão de vagas nas melhores universidades. O que esse fato indica em um país cujos alunos apresentam um dos desempenhos mais fracos naquela disciplina, segundo pesquisa da OCDE? Que precisamos de mais estudantes descendentes de japoneses em nossas escolas? De modo algum. Que japoneses têm facilidade com números? Talvez. Que precisamos olhar



com mais atenção para o que diferencia esses alunos dos demais além de seus olhos puxados? Certamente.

Em sua trajetória de êxito, os japoneses, no Brasil, incorporaram o paradigma do trabalho, da educação e da transformação, sem negar as raízes culturais que lhes davam identidade própria, não conflitante com a brasileira. Ao criarem novos laços de pertencimento com a sociedade que os acolheu, lograram preservar um pouco dos antigos valores e costumes, trazidos de uma terra tão distante e diversa. A sociedade brasileira, por sua vez, não passou indiferente a essa presença.

Nas linhas que seguem, não pretendo identificar causalidades históricas do processo de imigração dos japoneses no Brasil ou explicar em termos econômicos a contribuição nipônica ao desenvolvimento da agricultura e da indústria nacionais, nem mesmo glorificar as influências de artistas japoneses e de seus descendentes nos rumos da arte brasileira.

Tampouco é minha intenção fazer a sociologia ou a antropologia da integração de seus descendentes à Nação, seja da perspectiva da sociedade receptora, seja daquela do grupo recebido. Sobre esses temas, estudos já existentes e ainda por serem realizados, com o necessário rigor acadêmico, certamente têm mais a dizer do que estas palavras.

Meu objetivo, nem por isso, é pouco ambicioso: demonstrar que, mesmo após um século de integração à sociedade brasileira, os descendentes de japoneses ainda não devem considerar terminada sua contribuição à construção nacional. Ainda têm muito por fazer, por fazerem-se ouvir e conhecer, inclusive por meio da diplomacia.

Os primeiros cem anos de presença japonesa no Brasil foram, aparentemente, coroados de êxito, mas não nos esqueçamos do grande número de brasileiros, descendentes de japoneses, que emigraram para o Japão nas últimas décadas, em grande parte por deficiências estruturais do Estado-nação brasileiro. Nem deixemos de recordar as inúmeras



dificuldades que esses emigrantes enfrentam para adaptarem-se à fechada estrutura social nipônica.

O século que se inicia será particularmente desafiador para a integridade sociocultural da comunidade nipo-brasileira, já que ela tende, no Japão, a enraizar-se e, no Brasil, a diluir-se e a acomodar-se. Como dar continuidade às transformações desencadeadas pelos japoneses no Brasil? A essa pergunta, dificilmente oferecerei resposta satisfatória, mas espero que desperte a consciência dos nipo-brasileiros sobre seu papel nada coadjuvante na determinação do destino do País.

Antes de entrar no tema propriamente dito, no entanto, farei uma digressão sobre minha experiência pessoal com a comunidade nipo-brasileira, da qual derivam as impressões que fundamentam os comentários que seguirão.

EM SÃO PAULO

Tendo nascido e crescido em São Paulo – ao que consta, a maior concentração de imigrantes japoneses e de seus descendentes no mundo –, ter olhos puxados nunca foi fato que atraiu particular atenção. Carregar um sobrenome estrangeiro, tampouco, em uma cidade que recebeu, e ainda recebe, contingentes imigratórios de várias partes do planeta.

O fato é que nunca fui um típico descendente de japoneses. Jamais morei em um bairro dominado pela colônia enquanto vivi na capital paulista. Meu círculo de amigos nunca foi carregado de sobrenomes nipônicos. Não frequentei “gakkou” na infância, por decisão de meus pais, e só fui alfabetizado em língua japonesa quando adulto, por iniciativa própria, após ter estudado algumas línguas européias. Minha educação não poderia ter sido mais brasileira, exceto por ter realizado o Ensino Médio em colégio com presença maciça de descendentes de orientais – não apenas de japoneses, mas também de chineses e coreanos.



Apesar de não ter pertencido à colônia plenamente, nunca escapei dos rótulos que se aplicam aos descendentes de japoneses. Meu prenome – aquela palavra que me confere individualidade desde o nascimento – sempre suscitou a fatídica sufixação (o famoso “-san”), não só por familiares, mas também por amigos. Os apelidos, aliás, eram sempre relacionados ao Japão.

Em festas de família, os agora popularizados sushi, sashimi e tempurá não podiam faltar à mesa, convivendo com os pratos mais comuns do paladar nacional, como o churrasco e a feijoada. Até hoje sinto a necessidade de comer o “mochi” no primeiro dia de cada ano, seguindo a tradição passada por minha avó, que chamava de “batchan”, como é comum nas famílias nipo-brasileiras.

Com exceção dessas curiosidades, no entanto, minha vida, desde a infância, foi a de um brasileiro. Fui ensinado a amar meu país e a tomá-lo como meu ponto de referência. O Japão, tão distante de minha vida pessoal quanto geograficamente, era apenas objeto de pequenas histórias de minha avó, que de lá veio na década de 1930, e de meus tios, que para lá emigraram na década de 1990, em busca de melhores oportunidades.

Muitas vezes senti vontade de aprender mais sobre minhas origens nipônicas, mas a falta de registros familiares muito dificultou essa pesquisa. Tenho orgulho de dizer, contudo, que meus antepassados, em momento tão triste da história japonesa, resolveram embarcar em um navio e passar meses dentro dele, com destino a um país longínquo que, de todo, desconheciam. Ao chegarem a Santos, encaminharam-se ao interior paulista, onde, inicialmente, prestaram sua mão-de-obra ao cultivo de café. Depois de muito esforço, lograram mudar-se para uma das cidades mais próximas e abrir o próprio pequeno negócio.

Foi nessa época que minha mãe nasceu, antes de a família dirigir-se à capital paulista. As dificuldades que encontraram ao longo dessa trajetória não foram poucas, mas o espírito de



determinação jamais deixou que desistissem de suas aspirações a melhorar de vida.

O mundo mal havia superado o trauma da Segunda Guerra Mundial. Os imigrantes japoneses ainda se defrontavam com insuportável rejeição nacionalista e seus costumes eram publicamente oprimidos, sendo-lhes imposto o dilema de abandonarem o País ou abraçarem a Nação brasileira, ainda que não juridicamente. Meu avô, que já nascera no Brasil, foi obrigado a alistar-se nas Forças Armadas para lutar uma guerra contra a nação de seus próprios pais. Nesse contexto, minha mãe não pôde ter o nome japonês registrado em sua certidão de nascimento, ao contrário de seus irmãos mais novos.

Já na cidade de São Paulo, a família instalou-se no bairro da Saúde, ao qual o título deste ensaio presta homenagem. Meu avô faleceu prematuramente em acidente de trabalho, legando a minha avó a árdua tarefa de criar sozinha cinco filhos, contando somente com a renda de sua atividade de costureira e, eventualmente, de empregos dos filhos mais velhos. Nenhum dos filhos foi, entretanto, deixado fora da escola, tendo todos completado os estudos universitários.

Os resultados são vistos hoje: cada um dos filhos constituiu família e deu seguimento à ascensão social e econômica. A família chegou à terceira e à quarta gerações no Brasil, às quais já é lícito perseguir sonhos pessoais e metas profissionais mais audaciosas.

Essa é a verdadeira história da contribuição japonesa para a formação nacional brasileira. Como a minha família, estou certo de que há inúmeras outras que passaram por comoventes episódios de provação e de superação pessoal e coletiva.

Lanternas japonesas na iluminação pública do bairro da Liberdade são obviedades dos guias turísticos de São Paulo. “Temakis”, mangás e “animes” são apenas o lado “pop” de uma cultura muito mais complexa e bela, cujos valores são passados a cada geração. Quando falo sobre a cultura japonesa incorporada à sociedade brasileira, refiro-me ao todo, não apenas à ponta do “iceberg”.



Ao tomar um trem da Linha Azul do Metrô paulistano, que corta os principais bairros de população nipo-descendente, é possível pintar um quadro dessa história de êxito.

Vemos pequenas “obassans” que, apesar da idade avançada, caminham sozinhas ou em pequenos grupos em direção a suas associações culturais e esportivas de bairro, onde praticam diariamente “karaoke”, “ikebana” e “taiso”, entre tantas outras atividades. Passa um executivo engravatado de feições orientais, apressado para chegar a alguma importante reunião na Avenida Paulista, na qual representará o grupo multinacional em que trabalha. No canto do vagão, escutando música e estudando ao mesmo tempo, um jovem “nikkei” dirige-se à faculdade pública. Outros ainda mais jovens encaminham-se às escolas, colégios e cursinhos, sempre em grupos caracterizados pelos olhos puxados.

Na massa de usuários do Metrô de São Paulo, todos esses personagens passam despercebidos. Eles fazem parte do cotidiano da cidade, que aprendeu a respeitá-los pela inestimável contribuição que prestaram, e ainda prestam, à pujança da maior metrópole brasileira.

EM BRASÍLIA

Ao tomar posse no Itamaraty e conhecer meus novos colegas de profissão, meu estado de origem pareceu a todos um palpite meio óbvio, especialmente para aqueles que se tinham acostumado a ver meu sobrenome em listas do concurso do Instituto Rio Branco. É claro, há descendentes de japoneses espalhados por muitos estados brasileiros – aventaria mesmo dizer que os nipo-brasileiros estão presentes em todas as unidades da Federação –, mas sua concentração em terras paulistas é de tal notoriedade que fui delatado antes pelo sobrenome que pelo sotaque.

Se minha origem paulistana não foi algo surpreendente para ninguém em Brasília, minha ascendência nipônica é que pareceu ser



um fato curioso para muitos, especialmente aqueles que nunca tinham vivido em São Paulo ou no Paraná.

Ser descendente de japoneses em terras paulistanas nunca motivou especial interesse das pessoas à minha volta. No Distrito Federal, perdi as contas de quantas vezes fui questionado, fora do Itamaraty, sobre minha nacionalidade, em vista de meu sobrenome, ao que sempre respondi, para estupefação do interlocutor, que sou brasileiro.

Chocou-me a descoberta de minha estranheza a esse Brasil não-paulista. Antes de mudar-me para o Planalto Central, a pluralidade étnica do povo brasileiro sempre me pareceu um dado perfeitamente assimilado por toda a população. Qual não foi minha surpresa ao notar que, na Capital Federal, não sou sempre reconhecido imediatamente como um brasileiro, tanto por pessoas de origem mais modesta quanto por pessoas que tiveram pleno acesso à educação. Até porque mesmo quem nunca estudou História do Brasil já teve a oportunidade de assistir a telenovelas cujos enredos passavam-se na cidade de São Paulo e incluíam personagens nipo-brasileiros.

O fato desperta ainda mais interesse porque vive, no Distrito Federal, uma comunidade não tão pequena de “nikkeis”. É certo que se trata de uma comunidade muito menos visível que a paulistana, já que muitos desses descendentes de japoneses habitam chácaras e núcleos agrícolas, fora das principais cidades do DF.

Ganham visibilidade, no entanto, pela presença, em Brasília, do Templo Budista, na Asa Sul, que organiza disputadas quermesses no mês de agosto; do Clube Nipo-Brasileiro, no Setor de Clubes Esportivos Sul, que oferece atividades esportivas e culturais típicas do Japão; da Escola Modelo de Língua Japonesa, na Asa Norte, que é uma instituição de referência nos estudos de língua japonesa; e do Departamento de Japonês da Universidade de Brasília, que abriga, inesperadamente, um dos maiores números de estudantes de graduação de Licenciatura em Japonês do Brasil. Sem contar, obviamente, os



vários restaurantes de culinária japonesa, já introduzida no cenário gastronômico brasileiro.

Já em minha atuação no Itamaraty, a ascendência nipônica não parece causar tanta curiosidade, até porque são vários os diplomatas nipo-brasileiros, cuja proporção sobre o total dos diplomatas é certamente superior à porcentagem de nipo-brasileiros na população nacional. O espanto com o sobrenome japonês, na atividade diplomática, ocorre, em geral, entre os diplomatas estrangeiros. São muitos os que desconhecem a história da imigração japonesa no Brasil, o que deve mudar com as comemorações do centenário da chegada do Kasato Maru, incluídas em nossa agenda política externa, em 2008, e bem divulgadas pela mídia nacional.

A ignorância somente cede espaço no caso da Embaixada do Japão, que procura manter contato com os diplomatas nipo-brasileiros. Desde o ingresso no Instituto Rio Branco e independentemente da área de atuação dentro do Ministério, somos convidados para algumas das recepções naquela Embaixada. Trata-se de um gesto de cortesia e de reconhecimento das conquistas dos imigrantes, que constituíram o elemento diferencial das relações entre Brasil e Japão.

A COLÔNIA EM FORMAÇÃO

Minha história pessoal é, provavelmente, de pouco interesse em si, mas ela confirma muitos dos comentários comuns sobre a contribuição dos imigrantes japoneses à construção nacional brasileira.

Após mais de quatro séculos da chegada dos portugueses ao continente americano e exatamente um século depois da vinda da Família Real ao Rio de Janeiro, o Brasil que os primeiros imigrantes japoneses encontraram era um país pré-moderno, de estrutura social oligárquica, com uma população pequena, predominantemente rural e ainda muito concentrada na estreita faixa litorânea.



Os imigrantes japoneses, a exemplo de meus antepassados, desempenharam papel central na mudança daquele Brasil. Não apenas serviram de mão-de-obra para a lavoura do café, peça essencial do processo de industrialização paulista, que se desenrolaria ao longo do século XX, mas também trouxeram consigo valores de disciplina de trabalho e de estrutura familiar que fundamentariam sua ascensão em uma sociedade cada vez mais capitalista, urbana e moderna.

Cooperando dentro dos grupos familiares, sob a regência dos chefes de família, contaram com a colaboração laboral de todos os membros e subsistiram com baixíssimos níveis de consumo pessoal. Em seguida, libertaram-se da situação inicial de colonos, alcançaram a independência econômica, desafiaram o monopólio oligárquico da propriedade da terra no Brasil, diversificaram a produção agrícola e revolucionaram as técnicas de plantio de várias culturas, ao ponto de responderem, atualmente, por imensa parte da produção de alimentos básicos no País.

Migraram para as cidades e dinamizaram suas economias, fazendo do pequeno comércio sua principal atividade. Mais tarde, durante as décadas de milagre econômico brasileiro, a presença da comunidade nipo-brasileira foi fator-chave para a atração de portentosos investimentos industriais nipônicos, que determinaram um salto qualitativo da economia do País.

A principal marca dos nipo-brasileiros talvez tenha sido, entretanto, o valor inestimável depositado sobre a educação dos descendentes. A estrutura familiar que trouxeram do Japão baseava-se na cooperação econômica de todos os membros da família, sob o comando inquestionável de seu chefe. Nos primeiros anos, sob o regime de colonato, só escapavam do trabalho no campo os filhos menores, que eram enviados à escola para estudar e, no futuro, terem melhor sorte. Nem sequer o trabalho doméstico liberava da lavoura as donas de casa.



Foi a educação dos filhos que, afinal, determinou a ida das famílias japonesas às cidades, principalmente à capital paulista. O espaço urbano oferecia maior facilidade de freqüência à escola pelos filhos mais novos, ao passo que os demais membros da família lá encontravam diversas oportunidades de trabalho, para que pudessem garantir o sustento e a poupança para todos. O objetivo era de que os filhos tivessem acesso a empregos mais qualificados, buscando-se, a cada geração, níveis educacionais mais altos e maior conforto para o grupo.

Tanto na cidade, quanto, em menor medida, no campo, os japoneses apresentam, há décadas, níveis excepcionais de educação, não apenas em comparação com a sociedade nacional, mas também diante de descendentes de imigrantes de outras etnias. Os japoneses, muitas vezes, empenhavam-se em uma dupla escolarização, japonesa – voltada para a produção dentro da colônia – e brasileira – que incluía o aprendizado da língua portuguesa, em nada parecida com aquela que falavam, destinada à comercialização dos produtos da terra por meio de distribuidores brasileiros e aos contatos com a burocracia administrativa.

Se, de um lado, a cidade favoreceu a educação dos japoneses, de outro, ela desfavoreceu o funcionamento de mecanismos solidários da colônia. No campo, após superarem a fase de sujeição econômica aos grandes fazendeiros, marcada pelo isolamento em relação às demais famílias de imigrantes, os japoneses passaram a organizar-se em cooperativas agrícolas, nas quais os mais antigos facilitavam a compra de terras contíguas às suas pelos recém-saídos da lavoura de café. Nascia a colônia.

Já na cidade, os mecanismos de solidariedade anteriores não funcionavam para os ofícios e negócios urbanos. Os japoneses mantiveram, no entanto, a identidade de bases étnico-culturais, como uma reação à sociedade brasileira, que, supunham, os via como diferentes. A colônia perdeu parte de seu sentido. Além disso, os primeiros descendentes que completavam os estudos universitários



quebravam a cadeia familiar fechada para formar unidades econômicas independentes. Resultou dessa quebra um novo tipo de isolamento, desta vez com bem-estar social e inserção no mercado de trabalho qualificado.

O DILEMA DE UMA COLÔNIA SOCIALMENTE INTEGRADA

Quando frisei, no início, que os nipo-brasileiros não abandonaram totalmente as raízes culturais importadas pelos imigrantes, não afirmava que os descendentes de japoneses no Brasil ainda se comportam como seus antepassados. A verdade é que passaram por um processo de aculturação, tanto mais intenso quanto maior a integração à sociedade do país receptor.

Antes mesmo dessa fase de inserção social, em particular sob o jugo do colonato, as condições de isolamento e pobreza, somadas à incompatibilidade dos espaços dos novos lares ao seguimento das tradições, já haviam imposto o abandono e a conseqüente perda de muitos aspectos da vida anterior à partida do Japão.

Atualmente, a grande maioria dos jovens de traços nipônicos nem sequer sabe comunicar-se em língua japonesa, exceto por algumas poucas palavras a que foram apresentados na infância, pela influência dos avós e bisavós em sua educação. Desconsiderando, contudo, esse vocabulário mínimo e, geralmente, infantil, o modo de viver, trabalhar, pensar, alimentar-se e divertir-se das gerações passadas cedeu lugar às práticas comuns dos brasileiros, com exceções pontuais.

É interessante notar, no entanto, que esse processo de aculturação não excluiu um certo sentimento de alteridade entre os descendentes de japoneses em relação à sociedade que os cerca. Dentro da colônia, é comum referir-se a seus membros como “nikkeijin” e às pessoas de fora como “gaijin”, palavra que, em japonês, significa estrangeiro.



Não haveria uma contradição no fato de que os descendentes de japoneses – após passarem por um processo de aculturação e de integração a uma sociedade modernizada, graças, em parte, à contribuição material e simbólica de seus antepassados – ainda assim chamarem os demais brasileiros de estrangeiros? Parece-me que não. E isso, por enquanto, nada tem a ver com discriminação de bases étnicas, como poderia parecer ao “brasileiro”, que observa a colônia de fora.

Arriscaria dizer que o comportamento de colônia está relacionado à busca do prestígio que o grupo passou a ter na sociedade maior, em razão de seu crescimento autônomo. De todo descendente de japoneses, esperam-se a dedicação pessoal e a busca da qualidade que marcaram a conduta de seus pais e avós. Ter olhos puxados e sobrenome japonês tornou-se uma vantagem na sociedade competitiva brasileira. Ao diferenciar-se do restante da população, o descendente de japonês faz a propaganda de si mesmo, como trabalhador confiável, bom pai de família e cidadão honesto.

O problema advém quando o alarde das mencionadas qualidades ameaça substituir o paradigma meritocrático por mero preconceito racial. O próprio êxito de grande parte da comunidade nipo-brasileira, fundado na capacidade de seus pioneiros de subverterem a ordem oligárquica que prevalecia ao tempo de sua chegada ao Brasil, acaba sendo a raiz de uma concepção bastante conservadora das novas gerações: a de que a falta de êxito é sinal de falta das virtudes necessárias à adaptação a um modelo social competitivo.

Poderia seguir-se à substituição do paradigma certa arrogância, que prejudicaria o próprio prestígio da colônia. Os japoneses que vieram ao Brasil merecem ser respeitados, sim, por suas árduas realizações, mas a tendência de muitos de seus descendentes de acomodar-se e achar que os problemas vividos pela sociedade brasileira são exclusivos dos “brasileiros” é, para dizer o menos, ingênua.



É muito fácil para os jovens nipo-brasileiros ignorarem a dura realidade, isolando-se em bairros de classe média, distantes o bastante das violentas periferias, enquanto freqüentam colégios, universidades, “shopping centers” e círculos sociais informal e inegavelmente dominados pelos “nikkeijin”.

Obviamente, não chego ao ponto de dizer que as gerações anteriores de nipo-brasileiros tenham sido particularmente participativas, politicamente engajadas ou abertas às demais etnias. Buscaram sempre resolver as dificuldades que entravavam seus caminhos familiares e individuais, sem almejar mudanças maiores da ordem social. Ao menos tinham sérios obstáculos a superar. Hoje, os jovens nipo-brasileiros já não os encontram, desfrutando de um padrão de vida invejável.

A maior preocupação dos novos nipo-brasileiros parece ser ingressar em uma boa universidade (preferencialmente, pública), para que possam obter empregos decentes em instituições, companhias e corporações “de bom nome”. Acompanharam e até mesmo superaram a evolução da classe média procedente de outros grupos étnicos de imigrantes. Desejam poder de consumo, com ou sem justiça social. E acham isso tudo muito natural, já que seu atual conforto foi conquistado com muito suor por seus antepassados.

Perdem-se agentes transformadores da realidade do País, para apenas adicionar mais agentes de manutenção do quadro de extrema desigualdade que aflige a população brasileira. Seria de esperar-se mais de uma comunidade tão bem representada nos meios políticos, mas que se reconhece tão pouco na realidade social brasileira. Agem como se fossem meros espectadores desinteressados no teatro da sobrevivência alheia. Os vínculos de solidariedade que proliferaram dentro da colônia parecem não encontrar uma interface com a sociedade nacional.

A comunidade nipo-brasileira, no Brasil, encontra-se diante de um dilema no ano do centenário da chegada dos primeiros



imigrantes japoneses: tornar-se mais atenta aos problemas que a cercam e, portanto, abandonar seu comportamento de colônia, arriscando diluir-se em forças presentes na sociedade maior; ou fechar-se em seu cotidiano bairrista e alienar-se à Nação que se auto-afirma.

Em outras palavras, aos nipo-brasileiros impõe-se a necessidade da escolha entre assumirem-se brasileiros, sem restrições, ou sujeitarem-se à condição, no museu de nossas raízes culturais, de peça exótica, cuja única chance de extrapolar as fronteiras da comunidade será a de entrar na moda, efêmera por essência.

O DILEMA DOS NOVOS EXPATRIADOS

Do outro lado do planeta, vivem mais de trezentos mil brasileiros descendentes de japoneses. Suas histórias são o outro lado da moeda. No relato da ascensão da comunidade “nikkei” no Brasil, é comum apenas louvar os triunfos daqueles que conseguiram alçar-se a um nível de notoriedade em seus vários campos de atuação no País. A história da imigração japonesa no Brasil não estará completa, entretanto, se silenciarmos sobre o drama daqueles que não tiveram as mesmas oportunidades, ou não conseguiram aproveitá-las, e buscaram a solução no retorno ao Japão.

Ao chegarem àquele país, os nipo-brasileiros defrontam-se com uma verdade incontestável: são brasileiros e, como tal, são tratados pela sociedade nipônica. Não obstante seus traços físicos de japoneses e o pertencimento à colônia no Brasil, sua formação educacional e suas referências culturais são aquelas de um brasileiro comum. Poucos desses emigrantes já dominam a língua japonesa antes de partirem, o que dificulta ainda mais sua adaptação àquela sociedade.

Nessa situação, é comum que os brasileiros expatriados busquem aproximar-se, de forma a tornar suportável o desterro. Viver em um país tão diferente do Brasil, como é o caso do Japão, pode ser penoso. Ter com quem compartilhar a saudade – esse sentimento tão



caro ao brasileiro – das coisas de nossa terra é o remédio que esses emigrantes encontram.

Da mesma forma que os japoneses que vieram para o Brasil, os brasileiros que emigram para o Japão lá chegam com a intenção de formar poupança que lhes permita retornar após um período breve. As expectativas são logo desmentidas, seja pela incapacidade de poupar tudo o que desejam, seja pelas dificuldades de um mercado de trabalho extremamente fechado e rigoroso. Mesmo quando conseguem estabilizar seu padrão de vida, após alguns anos, o retorno é difícil, pois implica a necessidade de reinserção em um mercado de menor remuneração, como é o brasileiro.

A tendência é, portanto, de que lá permaneçam por período indefinido, criando novas raízes e constituindo família. Os filhos nascidos e criados no Japão dificilmente compreendem o que é ser brasileiro, já que sempre viveram na sociedade japonesa, aprendendo a língua daquele país, e não a portuguesa. Podem até mesmo conversar em português no âmbito familiar, mas, quase certamente, não foram alfabetizados em nossa língua nacional.

O Brasil torna-se algo muito distante para esses novos brasileiros, um país de que apenas ouvem histórias de seus pais, à semelhança do que é o Japão para os jovens descendentes de imigrantes japoneses no Brasil, cada vez mais inseridos na sociedade brasileira. Se, no Brasil, os japoneses deram origem aos nipo-brasileiros, no Japão, o movimento tem o sentido inverso.

Os vínculos humanos entre os dois países tendem a enfraquecer-se, com o passar dos anos, exceto se for resgatado nesses brasileiros, estrangeiros ao Brasil, o liame sentimental com a Nação distante.

Eis o dilema dos expatriados: assumir, de uma vez por todas, que sua vida, de agora em diante, está centrada no Japão, já que lá conseguiram melhorar as condições de existência, apesar da discriminação que encontram; ou alimentar os vínculos com sua pátria



de nascença, país onde vivem suas famílias, evitando que seus filhos tomem o Brasil como nação alienígena.

NAÇÃO E NACIONALIDADE

Juridicamente, é fácil dizer quem é brasileiro e quem não é. Basta um simples exercício de exegese do texto constitucional de 1988, para conhecer os critérios empregados para distinguir o titular do direito à nacionalidade. O Brasil, como país historicamente caracterizado como receptor de ondas migratórias – apesar do intenso movimento, observado atualmente, de brasileiros rumo ao exterior –, adota como princípio básico de atribuição de nacionalidade a regra do “jus soli”, com alguns casos especiais em que o constituinte manda aplicar a razão do “jus sanguinis”.

Em princípio, brasileiro nato é todo aquele que nasce no território nacional, além dos nascidos no exterior que têm pai ou mãe brasileiros e que optam pela nacionalidade ao fixarem residência no País. Sem contar os casos em que, nascendo no exterior, adquirem automaticamente a nacionalidade por estarem os pais a serviço do Estado brasileiro.

Não é necessário ser historiador, sociólogo ou lingüista, contudo, para saber que nação e nacionalidade são palavras que, apesar de derivarem de um mesmo radical, inserem-se em campos semânticos distintos. Nacionalidade é instituto jurídico. Nação é conceito político.

Não é dizer que Direito e Política sejam estranhos um ao outro, mas reconhecer que enfocam momentos distintos de uma mesma realidade. O Direito consolida uma ordem, a Política a coloca em questão, podendo fortalecer ou dismantelar suas fundações. As normas programáticas são exemplo notável dessa assertiva: de baixa eficácia jurídica e alto teor político, só subsistem como preceitos vinculantes enquanto o Político as sustenta. Mas o Político, por si só, não torna obrigatória uma ordem.



Nação sem nacionalidade é inexistente. Nacionalidade sem nação é ineficaz.

Na maioria dos casos, o sentimento nacional recai sobre a mesma coletividade que atribui o direito de nacionalidade. É comum e previsível que um indivíduo se sinta pertencente, de uma forma especial, a seu local de nascimento e de criação. Foi sob a influência das pessoas daquele lugar que ele começou a perceber o mundo e a compreendê-lo de acordo com seus conceitos e preconceitos. Foram a paisagem e os problemas vividos no local de origem que inspiraram-lhe as categorias de pensamento, inerentemente ligadas ao idioma com que começou a expressar-se pela convivência com aqueles que o cercavam.

Os movimentos migratórios subvertem essa lógica. De um lado, a naturalidade de um indivíduo não necessariamente coincide com o lugar onde cresceu, o qual, por sua vez, nem sempre é o lugar que lhe permitiu realizar-se pessoal e profissionalmente. É o caso dos imigrantes que abraçam a nação receptora. De outro lado, o local de nascimento pode não corresponder às categorias cognitivas adquiridas por meio da educação. É o que ocorre com os descendentes de imigrantes fortemente segregados do restante da sociedade.

A BRASILIDADE DOS “NIKKEIS” E A NIPO-BRASILIDADE DO BRASIL

Sobre a nacionalidade dos “nikkeis” não há dúvida: são brasileiros. Alguns podem até mesmo ter dupla nacionalidade, mas nasceram no Brasil e a eles é aplicável o preceito constitucional.

As atenções voltam-se para a nação a que eles julgam pertencer. Seria a colônia uma forma de nacionalismo nipônico fora do Japão? Não parece ser este o caso. Os nipo-brasileiros podem até chamar as pessoas de fora da colônia de estrangeiros, mas já assimilaram em tal grau os hábitos e valores dos brasileiros que estão fadados a também o serem. Mesmo porque não resiste aquilo que poderiam



idealizar ser uma grande nação japonesa, nem no Japão, nem em qualquer outra parte.

Um eventual nacionalismo nipo-brasileiro dependeria da existência, ainda que imaginária, de uma terra japonesa de prosperidade incessante, uma verdadeira panacéia para os problemas que proliferam na realidade brasileira. É inegável que aquele país apresenta um dos mais altos índices de desenvolvimento humano do mundo. Saltam aos olhos, porém, as dificuldades de um Japão economicamente apático e demograficamente decadente, com uma enorme quantidade de jovens que não têm qualquer perspectiva realista de inserção no mercado de trabalho.

É certo que muitos nipo-brasileiros continuam a partir em busca de enriquecimento rápido no Japão. A realidade que os confronta, na chegada ao arquipélago nipônico, é suficiente para desmentir qualquer expectativa nesse sentido. As dificuldades da vida dos expatriados brasileiros no Japão revelam a identidade nacional brasileira que lhes é inescapável. Agrupam-se em comunidades que, apesar da ascendência japonesa, distinguem-se claramente da sociedade local pelos hábitos do país de que emigraram.

O Brasil deve, contudo, muito daquilo de que pode orgulhar-se à presença de imigrantes, dentre eles os japoneses.

Na sociedade brasileira, o contato com o elemento estrangeiro facilitou a formação de um sentido de nação, porém não por um mecanismo clássico de contraste entre o local e o estrangeiro. No processo contrastivo de formação nacional, um grupo é comparado com o outro, com a tendência de que as diferenças entre eles ofusquem aquelas existentes entre os membros da mesma coletividade e realcem as semelhanças que sustentam a construção de uma identidade.

Não foi uma oposição desse tipo que ocorreu com a chegada de imigrantes ao Brasil, mas algo mais aproximado ao processo dialético.



No início do século XX, nasceu no País, com os modernistas, a percepção de que nossa formação cultural dava-se por um processo antropofágico. O elemento estrangeiro, a que os habitantes destas terras estão largamente expostos desde as primeiras manifestações de sentimento nativista, é internalizado e transformado em algo diferente, próprio da Nação brasileira.

Em outras palavras, no Brasil, a grande capacidade de absorção de padrões culturais estrangeiros permitiu a composição de algo inteiramente original, que não se resume a um mosaico de cópias de práticas alheias.

A brasilidade há de carregar, portanto, um quê daquilo que os nipo-brasileiros receberam de seus ancestrais que provieram da antípoda. Os japoneses transformaram nossos campos, cidades e indústrias. Modificaram nossos padrões estéticos e hábitos alimentares. Possibilitaram uma verdadeira revolução agrícola, que alçou o País à condição de novo celeiro do mundo, ameaçando até mesmo a liderança mundial da agricultura norte-americana.

O Brasil seria, certamente, irreconhecível sem a contribuição dos imigrantes japoneses. Nos últimos cem anos, a Nação brasileira tornou-se uma realidade massificada, extrapolando os limitados círculos de pessoas que a pensavam inicialmente. Nesse processo de ampliação democrática do projeto nacional, os nipo-brasileiros fizeram-se presentes. A brasilidade, multicultural em sua essência, aproximou-se do continente asiático, podendo aspirar ao ecumenismo que caracteriza historicamente as grandes civilizações.

Forja-se, por derivação do conceito de nipo-brasileiro, o conceito de diplomacia nipo-brasileira. Não se trata necessariamente da diplomacia feita por diplomatas de ascendência japonesa. Trata-se, sim, da possibilidade e do dever de fazer refletir na execução da política externa essa vocação universalista de nossa formação nacional, respeitosa da diferença.



A DIPLOMACIA NIPO-BRASILEIRA

A diplomacia nipo-brasileira poderia parecer, à primeira vista, um paradoxo. Ao diplomata cabe conhecer, formular e defender o interesse nacional, não o interesse de um extrato da nação, seja ele definido em termos étnicos, culturais, sociais, econômicos, políticos ou geográficos.

Ora, a comunidade nipo-brasileira está longe de ser uma parcela representativa da Nação brasileira. Os descendentes de japoneses constituem menos de 1% da população brasileira; concentram-se nas classes sociais de melhor renda; e vivem, majoritariamente, nos Estados de São Paulo e do Paraná. Como ignorar que seus interesses e suas percepções da Nação são claramente marcados por essas circunstâncias?

Defender uma diplomacia nipo-brasileira não pode ser um exercício de captura da política externa brasileira por esse grupo. A qualificação não deve referir-se aos fins da atuação do diplomata nipo-brasileiro. Até porque diplomacia e política externa não se confundem.

Diplomacia é meio, não fim; é arte, não mero instrumento. O caráter nacional é da essência da atividade diplomática, mas não tolhe a liberdade do profissional de buscar formas mais adequadas, sensíveis e eficazes de traduzi-lo na prática cotidiana de seu ofício.

Assim como valorizar as diversas manifestações da criatividade nipo-brasileira nos variados ramos da vida social (artes, administração, política, vida comunitária, entre outros) não afronta o nacional, também na diplomacia o aproveitamento do saber acumulado pela comunidade “nikkei” em sua evolução no País não nega a brasilidade que lhe é inerente.

Se o Brasil não prescindiu dos nipo-brasileiros para deixar de ser um mero plano de elites oligárquicas e tornar-se uma nação democrática, a projeção externa dessa construção não pode deixar de contemplar aquele segmento de nossa sociedade. A diplomacia



brasileira não pode mais ser o retrato de um Brasil ultrapassado, que se concebe europeu e ignora a geografia social e cultural de suas terras, em um esquema de aplicação de idéias fora do lugar.

É nessa linha de pensamento que a democratização do acesso à carreira diplomática deve ser compreendida e perseguida. O objetivo não é, propriamente, facilitar o acesso ao Itamaraty, mas trazer para a diplomacia a diversidade de influências culturais que fundamentam a grandeza da Nação brasileira. É exigir que os representantes do Estado brasileiro diante de outros Estados sejam, antes de tudo, representativos de seu povo.

Falar da diplomacia nipo-brasileira não implica, portanto, afirmar que ela é melhor que as diplomacias que refletem outras influências culturais na formação nacional brasileira. Contrariamente a quaisquer aspirações hegemônicas, a nipo-brasilidade assume seu caráter acessório, embora indescartável. Não se pretende superior, mas necessária.

Os descendentes de japoneses no Brasil podem não ter uma presença muito significativa sobre o total da população. Sua contribuição para a formação nacional excede, contudo, sua importância do ponto de vista meramente demográfico. Os nipo-brasileiros foram ativos exploradores de oportunidades que alçaram o País ao seletor grupo das principais economias do mundo. Além disso, respondem por grandes avanços científicos e tecnológicos que habilitam-nos a almejar uma inserção menos dependente (embora já atrasada) na economia do conhecimento.

A diplomacia nipo-brasileira não depende tanto da existência de diplomatas de etnia japonesa, embora estes já sejam numerosos nos quadros do Ministério das Relações Exteriores. Em uma analogia com a teoria da agência, sua característica fundamental não está no agente, mas no principal. Em outras palavras, não está no diplomata nipo-brasileiro, mas na comunidade nipo-brasileira, que tem demandas canalizadas por formas próprias de representação.



A diplomacia nipo-brasileira tem como desafio relacionar-se com a colônia, identificar seus problemas e reconhecer suas potencialidades. Fazê-lo não é mero trabalho técnico. A tarefa é, por essência, política e requer enorme conhecimento da história, das tradições e das lideranças dos nipo-brasileiros, além da necessária sensibilidade para as linguagens próprias dessa comunidade.

Poder-se-ia indagar se a diplomacia nipo-brasileira, ao tratar das demandas dos descendentes de japoneses, não seria, em verdade, uma agenda de política externa. A resposta é não. Ela trata do fazer, não do que é feito. Endereçar as demandas da comunidade nipo-brasileira não é suficiente para mudar sua essência. Toda diplomacia é realizada com algum propósito político, mas nem por isso deixa de ser meio.

O diplomata descendente de japoneses pode ter maior facilidade, embora não necessariamente, para a diplomacia nipo-brasileira. Muitos outros diplomatas sem qualquer traço étnico japonês mostram-se, porém, aptos à tarefa.

Na outra ponta, a diplomacia nipo-brasileira tem como interlocutor o diplomata japonês. Não é o caso de afirmar que toda política externa de interesse da comunidade japonesa no Brasil esteja direcionada para o Japão, mas sua agenda é inegavelmente dominada por esse país. Embora a razão mais concreta dessa dominância seja o critério étnico de seleção dos brasileiros que para lá emigram, também há de se recordar a participação dos nipo-brasileiros como agentes humanos da intensa cooperação entre os dois países.

Assim como na diplomacia com a comunidade, na atuação com a Chancelaria japonesa, os diplomatas “nikkeis” não devem ser considerados interlocutores privilegiados. O importante passado das relações bilaterais não foi resultado, majoritariamente, da atuação de diplomatas nipo-brasileiros, da mesma forma que os esforços atuais nesse campo.



O diálogo é, todavia, certamente facilitado para os diplomatas nipo-brasileiros, por haver grande entendimento mútuo com os japoneses, algo que somente com muito esforço pode ser alcançado pelos demais brasileiros – embora sejam vários os que lograram fazê-lo.

Sobre essa relação com a Chancelaria japonesa, convém esclarecer que simplesmente não existe o risco, eventualmente apontado pelos mais alarmistas, de cooptação dos diplomatas nipo-brasileiros pelos interesses nipônicos. Japoneses ou não, os diplomatas descendentes de imigrantes nipônicos são brasileiros, tanto em termos de nacionalidade jurídica quanto de identidade nacional. Como todos os demais diplomatas brasileiros, têm um compromisso com a efetivação do projeto nacional esboçado, democraticamente, pelos representantes do povo.

Além disso, os descendentes de japoneses passam pela mesma seleção exigente dos demais diplomatas para admissão ao Itamaraty e demonstram elevada capacidade de crítica, que os protege de serem iludidos por pequenos gestos ou por algo tão tolo como um traço facial.

Suspeitar da estreita relação dos diplomatas nipo-brasileiros com os japoneses não é apenas um voto de desconfiança naqueles que carregam o sobrenome oriental. É também imputar aos japoneses uma atitude de má-fé totalmente infundada no histórico de estreita cooperação entre os dois países, tão importante para o desenvolvimento do Brasil.

As relações com o Japão voltaram, em 2008, a constar na agenda prioritária da política externa brasileira, por um entendimento de que seus frutos concorrem para a concretização de um País economicamente robusto, socialmente justo e politicamente relevante, que possa atuar na construção de um quadro internacional pacífico, democrático, estável e próspero.

O Brasil faz-se presente, cada vez mais, no plano internacional, rejeitando o papel de mero espectador do jogo das principais potências. A Ásia é uma das últimas fronteiras da diplomacia brasileira e o Japão,



tradicional parceiro do Brasil naquele continente, é uma das portas de entrada mais óbvias.

Brasil e Japão já estiveram em guerra, assim como já tiveram momentos de intenso intercâmbio econômico-comercial. A diplomacia nipo-brasileira deve garantir os meios para que a relação bilateral torne-se, novamente, uma das mais dinâmicas relações do Brasil. Ambos os países têm a ganhar com a revitalização desse relacionamento.

ERGAMOS AS TAÇAS

Em 2008, comemoramos o Ano do Intercâmbio Brasil-Japão, em um gesto dos Governos do Brasil e do Japão de reconhecimento do simbolismo do centenário da imigração japonesa no Brasil. Neste ano, os dois países declaram-se abertamente empenhados em revitalizar as relações bilaterais, para que possam retomar e superar o dinamismo que tiveram outrora.

A homenagem não poderia ser mais justa, nem o propósito político, mais acertado. As relações Brasil-Japão produziram, no passado, crescimento econômico e desenvolvimento social para os dois países. Devemos garantir as condições necessárias para que possam fazê-lo novamente.

O elo humano representado pelos nipo-brasileiros é um ativo com poucos paralelos em outros relacionamentos bilaterais. Nosso Brasil com olhos puxados já rendeu muitos frutos à Nação como um todo, mas pode frutificar ainda mais. Os brasileiros que migraram para o Japão e continuam a luta iniciada por seus ancestrais, por sua vez, merecem receber tratamento condigno com a nobreza de seu sonho.

O mais importante é que esta data sirva não apenas a uma comemoração efêmera, mas à edificação de algo novo. Mais do que pequenos projetos locais e pontuais de difusão da cultura japonesa, mais do que belos espetáculos de “hanabi” (fogos de artifício),



CAMPAI, SAÚDE! UM BRINDE AO BRASIL NIPO-BRASILEIRO

necessitamos mobilizar a comunidade nipo-brasileira em torno de um projeto nacional, que possa dar resposta satisfatória às aflições da porção do País e da comunidade nipo-brasileira que não tiveram o mesmo êxito de muitos dos descendentes dos imigrantes japoneses.

Por ora, o Ano do Intercâmbio é apenas uma rubrica política. Façamos dele uma realidade, para que possamos comemorar novamente, e com mais motivos, o bicentenário da imigração japonesa no Brasil. A diplomacia nipo-brasileira pode desempenhar um papel crucial nessa realização.

Que todos ergam suas taças, no dia 18 de junho, para um brinde ao Brasil, ao Japão e aos nipo-brasileiros.





V.

YOSHIKO BABY
(OU: PASSAGENS CURIOSAS NOS PAPÉIS
DO CAPITÃO EZEKIEL HARDY, BALEEIRO E
IMIGRANTE)





YOSHIKO BABY
(OU: PASSAGENS CURIOSAS NOS PAPÉIS DO CAPITÃO EZEKIEL HARDY,
BALEEIRO E IMIGRANTE)

Henrique Luiz Jenné

BREVE INTRÓITO

*“French girls are bad, too, the worst of all,
except for the Japanese. There’s a place next
door that’s full of Japanese women, but I wouldn’t
live in the same house with one of them.”*
(in “Jungle” – Upton Sinclair)

Dentre meus seis tios-avós maternos, somente um insistiu, solerte, em escapar às inclinações bairristas e conservadoras da seleta claqué européia, que chegara ao Brasil no início do século XX, nimiamente enamorando-se de uma nacional nipônica e, dessarte, deixando-se absorver, de corpo e alma, pela exótica e diligente comunidade japonesa da região de Conquista, às margens do Rio Grande, no lado mineiro.

Ezekiel Hardy aportou no Rio de Janeiro em 1903, aos 14 anos de idade, acompanhado da mãe inglesa e do pai nova-iorquino. A família residira, outrora, no estado norte-americano de Massachusetts. Baleeiro e nômade desde os 19 anos, Tio Ezekiel decidiu, de chofre, em 1921, estancar, na medida do possível, seu apetite por périplos, perambulagens e peripécias, permanecendo em terra mineira por longo período idílico. *Ab, l’amour!*

Arrisco-me a revelar, nas páginas adiante, alguns trechos selecionados do principal diário e da correspondência do Capitão Hardy, cujas laudas indisciplinadas tive o prazer de traduzir, ordenar, corrigir, comprimir, expandir e anotar, visando debuxar um tributo, ainda que modesto, a esse nauta ímpar e a sua issei Dinamene, que tão asinha esta vida desprezou....



1. EZEKIEL ENAMORA-SE

15 de junho de 1921

Muito calor em Cingapura. Mas, depois do frio em Gritviken¹, o aquecimento da natureza é bem-vindo! Ontem à noite, conversei com Herbert Fleet e outros no Clube de Críquete². Ao mencionar que vivia, quando em *terra firma*, no Rio de Janeiro, cujo clima, relevo e cujas praias tanto assemelham-se àqueles da Península Malaia, surpreendeu-me Fleet ao comentar que conhecia bem aquela capital brasileira, onde um seu tio servira como funcionário na Legação Britânica. Caminhando de volta ao *Karrakatta*³ pela noite mormacenta, a lembrança de meus pais, que não vejo desde outubro, veio-me à mente. Mas, como disse Langbehn, *die Sehnsucht ist dem Menschen oft lieber als die Erfüllung*⁴!

17 de junho de 1921

Despertei alvoroçado esta madrugada, não só em virtude do temporal que sacudia o *Karrakatta* com violência inusitada, mas ... aquele mesmo sonho, extraordinário – *Y pues sé / que toda esta vida es sueño, / idos, sombras*⁵. Segismundo acertou, mas é doloroso e inescapável! Conheço o principal culpado desses

¹ Em Grytviken (ou Gritviken), na Geórgia meridional, Atlântico Sul (c. 3 mil quilômetros de Buenos Aires) foi implantada, em 1904, uma estação baleeira, onde cetáceos capturados eram processados. A pequena igreja do vilarejo, construída em 1913, ainda existe.

² O *Singapore Cricket Club* foi fundado em 1854, e é hoje considerado um marco fundamental na história da cidade. Sua fachada é um dos cartões de visita daquela cidade-Estado.

³ O *Karrakatta* era uma nau baleeira, comandada por Ezekiel, com deslocamento de aproximadamente 200 toneladas. Dispunha de um canhão para arpão na proa.

⁴ Julius Langbehn (1851-1907), escritor e crítico alemão. “A saudade é-nos, amiúde, mais atraente do que sua ausência”.

⁵ Momento significativo na “Jornada III”, da obra máxima de Calderón de la Barca, *La Vida Es Sueño* (estreada em 1635). Os apaixonados, Segismundo e Rosaura, são seus protagonistas.



absurdos pesadelos reiterados: o tolo festival de Gangaur, no Rajastan, em março. Eu deveria ter evitado o esforço, a tensão, a asfixia inexorável! Sou marujo e, longe desse mar que se funde ao firmamento, nada sou! Recordo-me, fatigado, da multidão de mulheres olorosas, envoltas em seus *ghagra-choli* rubros ou rosados, a batida cadenciada do *duff*, a enorme fogueira (para mim, uma letal pira viking...) e aquelas tolices sobre Gauri e Issar⁶. Tentarei dormir esta noite, se a chuva e o vento permitirem. Passarei o dia no porão, lendo e escrevendo, ainda que os ratos de bordo estejam famintos....

18 de junho de 1921

*Doubt thou the Starres are fire,
Doubt, that the Sunne doth move:
Doubt Truth to be a Lier;
But never doubt I love.*⁷

Bem cedo, dirigi-me à Capitania dos Portos, a fim de recolher nossos documentos e registrar nossa partida amanhã. Entre os oficiais presentes, reconheci meu velho parceiro de carteadado, um marítimo filipino chamado Madriaga. Explicou-me que estava a caminho do Brasil, como segundo imediato do *Tacoma Maru*⁸, transportando mais

⁶ O Gangaur é o festival que acontece 18 dias após o feriado de Holi, na área do Rajastan, no noroeste indiano. Crê-se que a perfeição da união simbólica de Parvati (Gauri) e Shiva (Issar) profetiza uniões sublimes. *Ghagra-choli* são blusas coloridas e bordadas, abertas nas costas. *Duff* é um pequeno, mas ruidoso, tambor.

⁷ Carta de Hamlet para Ofélia (*Hamlet*, II, ii). “Duvide que as estrelas sejam fogo; / Duvide que o sol se move; / Suspeite até que a verdade é mentira, / Mas jamais duvide que eu amo”.

⁸ O *Tacoma Maru* era um navio a vapor, que deslocava 3 mil toneladas, pertencente à empresa Osaka Sosen Kaisha OSK), e que, em 1944, seria torpedeado pelo submarino norte-americano *Hake*, nas proximidades das Ilhas Molucas.



de cem imigrantes japoneses, e cujo destino final seria o porto de Santos, no Estado de São Paulo. Apertou-me a saudade da família. Combinamos encontrar-nos junto ao Cais 6. Eu subiria a bordo, partilharia do rancho e jogaríamos umas partidas de *whist* alemão⁹. *Le destin conduit celui qui consent et tire celui qui résiste*¹⁰! O *Tacoma Maru* pareceu-me bem cuidado, possuindo a configuração típica, com paus-de-carga na proa, seguidos do mastro, da chaminé e do 2o. mastro. O cuca, um velho japonês, compôs verdadeiras obras de arte culinária (como *sobakiri* e um delicioso *kitsune udon*¹¹). Jogamos e relembramos os velhos tempos até as nove horas, quando despedimo-nos e desejei-lhe *bon voyage*. No convés, alguns passageiros aproveitavam o frescor da noite e conversavam. Sentia-me eufórico – talvez por causa do saquê – e, curioso, aproximei-me de um grupo de risonhas e taramelas jovens nipônicas, para desejar-lhes boa-noite. Mas emoção súbita embargou minha voz: a única das moças que não se trajava à moda ocidental, mas vestia um singelo *yukata*¹², afigurou-se-me, à primeira vista, um anjo! Está na Bíblia: *Eis que envio um anjo diante de ti, para guardarte pelo caminho, e conduzir-te ao lugar que te tenho preparado*¹³.

19 de junho de 1921

Sob o efeito da bebida, e intoxicado pelo mais estranho momento de minha vida, adormeci sobre este diário. Desperto com o sol no zênite e a enteléquia¹⁴ nas nuvens.... E prossigo a narração de

⁹ Há inúmeras variações do *whist*, algo similar ao *bridge*. Na modalidade aqui referida, só há dois únicos jogadores, e não são feitas apostas.

¹⁰ “O destino conduz aquele que consente e arrasta aquele que lhe resiste”. Frase atribuída a Cleantes (320-232 a.C.), conhecido pugilista grego, que se tornou filósofo estoico. O “Hino a Zeus” é um dos fragmentos mais conhecidos de sua obra.

¹¹ O *sobakiri* é o macarrão escuro, feito com trigo mouro, e o *kitsune udon*, prato oriundo de Osaka, é uma sopa contendo macarrão grosso de trigo, acompanhado de *aburaage* (pedaços de tofu adocicado).

¹² O *yukata* é um quimono leve, sem forro, em algodão, geralmente usado no verão.

¹³ Êxodo 23:20.

¹⁴ *Entelekheia*, no original. Lembra-nos do *élan vital* de Bergson.



minha extática aventura da noite passada: à minha proximidade, as moças calaram-se pudicamente. Percebi que me observavam. Meus olhos, contudo, centravam-se no anjo levantino. Tímido, arranquei meu gorro, e desejei-lhes boa-noite, a voz vacilante. Todas elas, salvo o anjo, riram-se de meu desaire. Retirei-me acanhadíssimo – desde meu tempo de foguista, em minha recente juventude, não me sentira tão afoguedado – e, ao mesmo tempo, tremendamente enlevado! Quando cheguei ao *Karrakatta*, já tinha decidido alterar meus planos de viagem e de vida.

Baleias e eu,
Dormindo sob a mesma estrela,
O mar tão sereno.¹⁵

20 de julho de 1921

Chegamos ontem à tarde na Cidade do Cabo. A vista da *Table Mountain*, ao fundo das docas, sempre impressionou-me, mas não hoje.... Sigo absorto, distraído. Embriagado, não vejo a hora de rever minha Perséfone – pois essa ninfa-deusa baila ao sopro de meus sonhos, desperto ou adormecido! Ainda que ciente das palavras de Chamfort (*La pensée console de tout et remédie à tout*¹⁶), receio que a mente humana, mesmo em pleno funcionamento, nem sempre é incólume à tristeza! O *Kinfauns Castle*¹⁷, famoso navio, está atracado aqui perto. Entre seus passageiros, chegados de Southampton, há um

¹⁵ Uma tentativa de haiku ao estilo de Bashô (1644-1694). O original, em inglês, soa correto e harmonioso: *All whales and I / Asleep under the same star / Such a peaceful sea*. Respeita, normalmente, a métrica tradicional (5, 7, 5 *onji*). A pausa (*kireji*) fica no final do segundo verso.

¹⁶ “O pensamento tudo consola e remedia”. O Marquês de Chamfort (1741-1794), autor de *Maximes et pensées, caractères et anecdotes*, é conhecido por várias máximas, como: “Viver é uma enfermidade, de que o sono, que nos alivia a cada dezesseis horas, é mero paliativo; a morte é seu remédio”.

¹⁷ Navio de passageiros e correio da empresa britânica Union Castle, o *Kinfauns Castle* (tonelagem bruta: 9664), construído em 1899, participou de bloqueio contra a belonave Koenigsberg e navios alemães de suprimentos em Zanzibar, em 1915.



casal de missionários a caminho da ilha de Tristão da Cunha, portadores de uma carta de George V, de incentivo aos ilhéus, aislados do resto do mundo¹⁸. E – coincidência surpreendente – o Governo Imperial japonês graciosamente autorizou ao *Tacoma Maru* desviar de sua rota, transportando-os, primeiramente, até aquela ilha!

21 de julho de 1921

Hoje cedo, deixei o *Karrakatta* nas mãos da turma de Elgin Brown¹⁹, para a reconstrução da passarela no convés, a substituição do púlpito do canhão²⁰, bem como a limpeza e repintura do casco. Despedi-me de nossa leal tripulação, todos satisfeitos com a uberidade da temporada (particularmente graças às baleias azuis e aos vários cachalotes), programando reencontrar-nos em março próximo, para a expedição ao Ártico.

Mas, quando fito-te, meiga, doce, e suave,
Céus! Quão desesperadamente adoro
Tua graça cativante; ser teu paladino
Desejo ardentemente – ser um Calidoro –
Um vero Cavaleiro da Rubra Cruz – um robusto Leandro –
Que eu seja amado por ti como aqueles de outrora.²¹

¹⁸ Com efeito, Tristão da Cunha dista 2816 km da África do Sul e quase 3400 km da costa sul-americana. Sua população (menos de 300 habitantes em 2005) descende, em sua maior parte, de náufragos de várias nacionalidades. Batatas e peixes são a base de sua alimentação.

¹⁹ Trata-se do estaleiro Elgin Brown & Hamer, fundado em 1878, e que possui filiais na Cidade do Cabo, em Durban, East London (África do Sul) e Walvis Bay (Namíbia).

²⁰ Os canhões de arpões explosivos de grande calibre, que passaram a ser usados nas baleeiras a vapor no último quarto do século XIX, requeriam constante ajuste e reparo.

²¹ *But when I see the meek, and kind, and tender, / Heavens! How desperately do I adore / Thy winning graces; — to be thy defender / I hotly burn — to be a Calidore — / A very Red Cross Knight — a stout Leander — / Might I be loved by thee like these of yore.* Trecho do poema de Keats (1795-1821), “Imitação de Spenser”. Calidoro é o paragon da Cortesia e, na obra alegórica de Edmund Spenser (c. 1552-1599), rivaliza com Coridon pelo amor de Pastorella. O Cavaleiro da Rubra Cruz simboliza o Cristianismo, em combate contra o Paganismo. Leandro é o legendário amante de Hero, sacerdotisa de Afrodite.



25 de julho de 1921

*Ultimo in barca, peço remo no manca*²². Mal apontava o alvor quando abordei o *Tacoma Maru*. Logo avistei o bom Madriaga, que se surpreendeu, alegremente. Expliquei-lhe que decidira visitar meus pais no Rio de Janeiro, ao invés de valer-me da temporada de caça no hemisfério sul²³. *Ma dov'è la mia fanciulla*²⁴? Seguimos com o grumete pelo convés e, após dois lances de escada, chegamos a meu pequeno camarote, bem próximo à cabina do comandante. Ordenei meus minguados pertences e fui apresentar meus cumprimentos ao Capitão Kamaiaishi, gentil e sociável. Convidou-me para um típico *sado*, com *chakaiseki*²⁵, na tarde de amanhã, que aceitei, empolgado.

26 de julho de 1921

Tendo despertado hoje ao som de gemidos das sirenes e gruas do porto, lembrei-me da improdutividade de ontem, quando passei todo o dia – e parte da noite – deambulando pelo navio, esperando encontrá-La, em vão. Vivi tantos anos despreocupado, indene, e procuro compreender tão intensa compulsão.... Um jovem poeta, desaparecido há poucos anos, ampara-me:

Pois o que nunca me foi dito,
E o que eu nunca soube;
Foi que, todo tempo, meu amor,
Tu serias o amor.²⁶

²² “Ao último no lenho caberá o pior lugar”. Provérbio istro, grafado no diário de Hardy em dialeto ou idioma vêneto.

²³ Com efeito, a temporada de caça a baleias ao largo da costa sul-africana dava-se, geralmente, entre agosto e novembro.

²⁴ “Mas onde está minha garota?” (referência dúbia)

²⁵ *Sado* (ou *chado*) é a tradicional cerimônia japonesa de chá. *Chakaiseki* é uma refeição que, às vezes, serve-se na ocasião, regada a duas rodadas de chá (*koicha* e *usucha*).

²⁶ *For what they'd never told me of, / And what I never knew; / It was that all the time, my love, / Love would be merely you*. Últimos versos do poema “Song”, de Rupert Brooke (1887-1915).



O tempo arrastou-se com vagar mas, enfim, a hora do chá era chegada. Numa saleta forrada com tatames e decorada com duas estampas de Hokusai e uma de Hiroshige ²⁷, estavam o casal de missionários (cujo destino é Tristão da Cunha), o Capitão Kamaishi e, fazendo as vezes de *temae*²⁸, o rústico lapuz paralisado, olhos apalermados e boca aberta, que denotavam surpresa²⁹ recatadamente em *seiza*³⁰, trajando quimono branco e dourado, os cabelos negros atados em coque discreto, ritualmente preparando e servindo o chá verde, estava o Anjo! Ao entrar, curvara-me em Sua direção, como exige a etiqueta. Exultante, sentei-me quase a Sua frente. Quisera poder enlaçá-La de súbito, etereamente mergulhando no vagalhão de Hokusai! O chá (*chanoyu*). Bambo, recebi de Suas alvas mãos a delicada taça dourada, com o lado decorado (um pequeno tigre) para minha apreciação. SORRIU-ME! Seus olhos sorriram em meus olhos! Prosseguiu Seus movimentos, graciosamente coreografados, sublimes. Paciente diário, estou exausto! Continuarei amanhã....

27 de julho de 1921

Seu grito agudo e triste fere

Corações suspensos em mares de amor,

Gaivota ruidosa no alto³¹

²⁷ São dois grandes mestres na arte do *ukiyo-e* (literalmente, “imagens do mundo flutuante”, técnica de impressão xilográfica japonesa). Katsushika Hokusai (1760-1849), é conhecido no Ocidente por suas “Trinta e Seis Vistas do Monte Fuji”. Utagawa Hiroshige (1797-1858), além de artista, era samurai do corpo de bombeiros na área de Yaesu, em Edo (a futura Tóquio).

²⁸ Anfitrião ou anfitrião.

²⁹ *The fool of nature stood with stupid eyes / And gaping mouth, that testified surprise.* Trecho do poema “Cymon e Iphigenia”, de John Dryden (1631-1700), que se refere à lenda do grosseiro aristocrata Cymon, que é banido do nobre lar paterno, e de seu amor pela sofisticada Iphigenia. A pintura de Millais sobre o tema, na Galeria Lady Lever, em Liverpool, é curiosa e quase provocante.

³⁰ De joelhos, cobrindo as pernas e os pés.

³¹ Outro haicu ao modo de Bashô (v. nota 15, acima). No original: *Your sad shrill scream jars / Hearts floating in seas of love, / Noisy seagull high.*



Enquanto a Ninfa encenava novo balé com as mãos, regalando aos presentes primorosos pratinhos com *wagashi*³² (que serve para contrabalançar o amargor do *chanoyu*), discretamente pude obter do Capitão o nome de nossa perfeita anfitriã: Yoshiko! Disse-me, igualmente, que Ela seguia para o Brasil com Sua avó, uma das primeiras viajantes japonesas a arribar no porto de Santos, São Paulo, antes da Primeira Grande Guerra. Confidenciou-me a idade de Yoshiko: 19 anos. Apontou, a um canto, um sóbrio e sutil arranjo floral, resultante de Sua perícia na arte do *kado*³³. Pedi a Kamaishi que Lhe apresentasse meus cumprimentos por Seu virtuosismo, a que ele sorriu, sugerindo-me que Lhe falasse em português, idioma que Lhe ensinara a avó nos últimos dois anos. Inibido, disse-Lhe em linguagem formal: *Senhorita, permiti-me que cumprimente vossa destriedade como ‘temae’: o próprio Furuta Oribe*³⁴ *aplaudiria calorosamente vosso desempenho!* Sua reação foi instantânea. Ligeiramente ruborizada, replicou: *Muito agradeço pero erogio imerecido....*³⁵

Olvido logo tais atrativos – mesmo antes de cear,
Ou antes de regar três vezes meu palato: mas, quando
observo

Tais encantos fulgir com tênue argúcia,
Meu ouvido abre-se como tubarão cobiçoso,
A fim de captar os matizes da voz divina.³⁶

³² *Wagashi* é um bolinho de arroz aglutinado, algo doce, que contém pasta de feijão-azuqui e *mizuame* (tipo de xarope açúcarado) ou *suikazura* (essência de madressilva silvestre).

³³ O *kado* (“caminho das flores”) é uma forma de ikebana (que significa “flores vivas”), e, juntamente com a arte do *sado* (“caminho do chá”) e do *shado* (caligrafia japonesa) compõem as principais disciplinas do(a) especialista na cerimônia do chá.

³⁴ Furuta Oribe (1544-1615), senhor feudal do Castelo de Fushimi, em Kyoto, é considerado um dos grandes mestres e inovadores na história do *sado*.

³⁵ As duas frases em itálico estão em português, no diário. Os rotacismos, claro, são compreensíveis.

³⁶ Da “Imitação de Spenser” (v. Nota 21, acima). *These lures I straight forget – e’en ere I dine, / Or thrice my palate moisten: but when I mark / Such charms with mild intelligences shine, / My ear is open like a greedy shark, / To catch the tunings of a voice divine.*



Encantado, afastei-me, relutante, do Paraíso, duas horas depois. Voltei para cá, amigo Diário. O canto da Sereia Yoshiko embalará meus sonhos. E amanhã....

6 de agosto de 1921

A caminho de Tristão da Cunha. Os dias e as noites sucedem-se como páginas visíveis e vigorosas no livro de minha vida. As Parcas que me perdoem³⁷.... Anteontem, avistamos o baleeiro *Isabella*, perseguindo uma *sei*³⁸ de porte considerável. Normalmente, a visão teria causado certa nostalgia, mas, como aleguei ao amigo Madriaga, a proximidade de Yoshiko, a simpatia de sua *obaasan*³⁹ e das famílias nipônicas, bem como a quase iminência do regresso ao solo brasileiro e ao lar paterno, certamente aplacam meu ímpeto aventureiro! O que não significa, preciso reconhecer, que meu desejo por solidão tenha sido extirpado. Afinal, os dizeres de Pascal: *Rien n'est si insupportable à l'homme que d'être dans un plein repos, sans passions, sans affaires, sans divertissement, sans application. Il sent alors son néant, son insuffisance, sa dépendance, son impuissance, son vide. Incontinent il sortira du fond de son âme l'ennui, la noirceur, la tristesse, le chagrin, le dépit, le désespoir*⁴⁰, ficaram-me na memória desde a juventude. Sinto que meu profundo sentimento por Yoshiko afigura-se complemento

³⁷ No Diário, *Moirae*, que é o nome grego das Parcas (Átropos, Cloto e Láquesis), que controlam o destino humano. Átropos, “a Implacável”, corta o fio da vida.

³⁸ Trata-se do rorqual (*Balaenoptera borealis*), cujo comprimento chega a 20 metros, e cujo peso ultrapassa, freqüentemente, 50 toneladas. É, hoje, espécie protegida internacionalmente.

³⁹ Avó

⁴⁰ “Nada é tão insuportável ao homem quanto estar em pleno repouso, sem paixão, sem atividade, sem divertimento, sem ação. Ele sente, então, sua nulidade, sua inânia, sua dependência, sua impotência, seu vazio. Logo deixará brotar, do fundo de sua alma, o tédio, a escuridão, a tristeza, a aflição, o despeito, a amargura, o desespero”. Cita de um dos *Pensées*, de Blaise Pascal (1623-1662), cientista, matemático e filósofo francês. O surrado exemplar, adquirido pelo Capitão Hardy em *bouquin* na cidade de Honfleur, e edições compactas das obras de Keats, Brooke e Longfellow, além da Bíblia, sempre acompanharam-no por toda parte, e, objeto de leituras, releituras e inúmeras e peculiares glosas, revelam aspectos interessantes de sua personalidade e de sua vida.



YOSHIKO BABY (OU: PASSAGENS CURIOSAS NOS PAPEIS DO CAPITÃO EZEKIEL HARDY, BALEIRO E IMIGRANTE)

sui generis e tonificante, destinado à satisfação de meus dias! Chove muito.

18 de agosto de 1921

A breve passagem por Tristão da Cunha foi temerária, pois um temporal de proporções consideráveis varria a costa da pequena ilha. O *Tacoma Maru* viu-se obrigado a aguardar dois dias, até que os ventos e a chuva amainassem. Os missionários, além da grande quantidade de fardos contendo provisões e equipamento, foram conduzidos por escaler até Edimburgo dos Sete Mares, a minúscula capital. Em minhas anotações de 6 de agosto último, comentava sobre a solidão, e hoje fomos informados por Kamaishi que pouco mais de 100 pessoas vivem naquela quase erma ilhota....

8 de setembro de 1921

Em três dias estaremos aportando em Santos. Yoshiko suspirou *ariviada* ao ser informada desse fato: afinal, foram mais de dois meses de viagem, com parcíssimo tempo passado em terra. Mas confessou-me que, bem no fundo, ela sentiria falta da vastidão e *sirêncio* dos mares! Nunca imaginei que pudesse deixar-me envolver tão irrestritamente por alguém: e Yoshiko é prova disso. Absorvo cada frase sua, cada pensamento, como se eu fora um gigantesco tonel, à espera de doce conteúdo.... Tanto ela como *obaasan* percebem meu profundo interesse, e sorriem, sorriem, sorriem.

Meu coração passou todo inverno tão impassível,
A terra tão morta e congelada,
Que nunca pensei que a primavera viesse
Ou que meu coração voltasse a acordar.⁴¹

⁴¹ Trecho de “Canto”, de R. Brooke (v. Nota 26, acima). *My heart all winter lay so numb, / The earth so dead and froze, / That I never thought the Spring would come, / Or my heart wake any more.*



14 de setembro de 1921

Solo e ares brasileiros, enfim! Ancoramos dia 11, domingo, como previsto, despedi-me de Madriaga e do simpático Kamaishi, e acompanhei *obaasan* e Yoshiko em sua jornada por trem até a Colônia Katsura (*Katsura shokomintō*) ou, mais precisamente, a pequena cidade de Registro⁴². O destino final de nossa “família”: as fazendas onde é cultivado arroz em grande escala.⁴³ Quem diria, um marujo, voluntariamente internado a 500 milhas náuticas da água salgada mais próxima! A fim de permitir que Yoshiko organize sua rotina, aproveito estes primeiros dias para conhecer a vizinhança: esta manhã visitei um local, famoso na região por sua gruta⁴⁴, que penetrei por alguns minutos e, temeroso de acabar enterrado vivo, como quase fez o leal escudeiro de D. Quixote⁴⁵, abandonei-a rapidamente.

8 de outubro de 1921

Cheguei hoje ao Rio de Janeiro, em visita a meus queridos pais. Ao rever o mar tão majestoso, a perder de vista, forte nostalgia apoderou-se de meu espírito. Diante da imensidão líquida, emocionado, recordei-me da passagem que envolve Pip, atirado longe durante uma

⁴² A colônia Katsura fora fundada em 1913, tendo sido um dos primeiros centros organizados de colonização japonesa no Brasil. Situava-se na região de Jipovura, na margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape. Daí ter sido conhecida, mais tarde, como Colônia Iguape (Katsura, Registro, Sete Barras, Quilombo e Juquiá). Seu nome visava homenagear, na época, o então *premier* japonês, Taro Katsura, conhecido incentivador da imigração nipônica.

⁴³ Em 1920, na região da Mogiana, do lado mineiro, aproximadamente 400 famílias japonesas dedicavam-se ao cultivo do arroz, cujo sucesso foi considerável. Em 1919, esses rizicultores já haviam formado uma espécie de cooperativa de produtores que, mais tarde, passaria a ser denominada “Sindicato Agrícola Nipo-Brasileiro”, com sede na cidade de “Uberaba, que integrava o chamado Triângulo Mineiro, de Conquista até a estação Delta, sempre beirando o Rio Grande” (Fonte: “*Nippo-Brasil*”).

⁴⁴ Hardy refere-se, certamente, à conhecida Gruta dos Palhares, na região de Sacramento, considerada a maior gruta de arenito das Américas, com profundidade explorada de 450 metros!

⁴⁵ A hilariante passagem está no grande romance de Cervantes, quando o pobre Sancho Panza e sua modesta cavalcadura caem, acidentalmente, numa gruna.



caça a baleia: “O mar zombeteiramente manteve seu corpo finito à superfície, mas submergiu o infinito de sua alma. Não o afogou de todo, porém. Mas levou-o consciente a profundidades tremendas, onde estranhas formas do rigoroso mundo primal deslizavam para cá e para lá diante de seus olhos passivos...”⁴⁶ Soberbo. Meus pais ouviram meu sucinto relato a respeito de minha “última aventura” (nas palavras de minha mãe, talvez desconhecedora de meu potencial de enlevo pelo sexo oposto). Expliquei-lhes que Yoshiko e eu trabalhávamos, diariamente, nos arrozais (esclareci que, em algumas áreas do Japão, como na região de Tohoku, o pretendente ou noivo vivia e labutava, por algum tempo, com a família da noiva, aspirando ao casamento). À noite, sentávamos com *obaasan* na pequena casa que lhes cabia na colônia, e, atentamente, ouvíamos contos e narrativas do Japão antigo, traduzidas em peculiar português pela avó, lidos de seu único e volumoso livro, uma puída cópia do *Tono Monogatari*.⁴⁷ Narrei-lhes um dos contos mais belos que já ouvira da boa senhora:

OBAASAN NARRA A LENDA DO RAPAZ QUE CONQUISTOU A DEUSA-URSA

“Era uma vez um cidadinha onde tinha muito peixe e muita carne. Um rugar com muita comida. Mas, um dia, começou a faltar comida. Não tinha peixe nem tinha carne, não tinha nada pra comê. Todos pessoas iam morrendo.

Ora, o chefe da cidadinha tinha dois filhos, um menino e uma menina. Depois da fome, só tinha esses dois vivos. A menina disse pro

⁴⁶ Pip é um dos personagens em “Moby Dick”, obra do norte-americano Melville (1819-1891). *The sea had jeeringly kept his finite body up, but drowned the infinite of his soul. Not drowned entirely, though. Rather carried down alive to wondrous depths, where strange shapes of the unwarped primal world glided to and fro before his passive eyes;...*

⁴⁷ Coletânea de contos folclóricos japoneses, compilados por Yanagita Kunio (1875-1962), publicada em 1912.



menino: 'Não tem problema que eu morro, porque só só uma menina, mas você é menino e fica com a herança do papai. Reva essas coisas, vende eras e compra comida pra você e vive. Era deu pro menino um saco de pano com cousas lá dentro.

O menino foi embora pera praia, e depois de andar muito na areia, ele viu uma casinha rá ronge. Perto da casinha tinha um esquereto de bareia. O menino chegou e entrou na casinha. Rá dentro tinha um homem como deus, com roupa de pintinha, e a mulher dere parecia deusa tamém, com roupa preta. O homem diz pro menino: 'Sê bem-vindo'. Depois cozinham muita carne de bareia, o menino comeu. A mulher nunca olha pro menino. Aí o menino saiu e pegô seu saco de pano que a menina deu, e disse pro homem que os tesoros aí dentro era para pagar a comida. O deus, olhando nos tesoros, diz: 'Esses tesoros são muito rindos, mas você não precisa pagar pera comida. Mas vô revar esses tesoros pra minha otra casa, e vô trazer meus tesoros em troca para você. Mas você pode comer toda carne de bareia que quer, sem pagar'. Ere saiu com os tesoros do menino.

Quando o menino e a mulher estavam sozinhos, era disse pro menino: 'Menino, escuita bem o que vô farar. Eu só a deusa-ursa. Meu marido é um deus-dragão. Ere tem muito muito muito ciúme de mim. Porisso não olhei pra você nenhum momento. Eu sei que ere fica ciumento se olho você. Os tesoros de você são rindos como nenhum deus tem. Porisso ere revô os tesoros, e aí vai trazer tesoros de mentira pra trocar. Mas quando ere trazer os tesoros dere, você diz pra ere: 'Não quero trocar tesoros, só quero a mulher'. Ere vai ficar muito zangado e vai embora, e aí nós dois casamo'.

O menino faz isso quando o deus-dragão vorta, e repete o que a deusa tinha farado: 'Eu tamém quero os tesoros, mas eu quero mais a mulher do que os tesoros: assim, por favô, dá-me a mulher invés dos tesoros'.

Todo mundo ouve trovão muito forte — era a zanga do deus — e tudo sumiu, até a casa e o esquereto da bareia. Só ficô o menino, a deusa e os tesoros dere mesmo. Era disse: 'Viú? Eu disse que ere ia zangar muito e sumir'. Aí o menino e a deusa casaram e viveram muito juntos muito



YOSHIKO BABY (OU: PASSAGENS CURIOSAS NOS PAPÉIS DO CAPITÃO EZEKIEL HARDY, BALEEIRO E IMIGRANTE)

tempo, isso exprica porque o urso é um bicho meio parecido com a gente humana.”

18 de outubro de 1921

Ontem ocorreu o *yui-no*⁴⁸, reunindo *obaasan*, Yoshiko, minha família e eu, no pequeno “restaurante” da Colônia. Meus pais presentearam minha doce Baby com um delicado *suehiro*⁴⁹. *Obaasan* surpreendeu-nos com uma dádiva inesperada: um *yanagi-daru*, feito com madeira de salgueiro⁵⁰, que pertencera a seu adorado marido! Meu conhecimento do idioma japonês melhora rapidamente.

2. EZEKIEL NAVEGA

Oceano Atlântico, 2 de fevereiro de 1922.

Querida Baby,

Não te vejo diante de meus olhos, nem sinto teu calor acolhedor há somente cinco dias, mas sonho com tua presença, como se fora, bem próxima, dia e noite! Como prometi, esta será minha última viagem, pois é-me doloroso estar tão distante de ti, de *obaasan* e de nossa (ou nosso?) bebê. Inacreditável, mas é o crepúsculo de meus dias como baleeiro e nômade. Dentro de, talvez, vinte e cinco dias, aporto em Capetown, reúno a tripulação, e partimos. O sol está brilhante, o mar parece verdadeiro espelho esverdeado. Mas só vejo minha Yoshiko!

Sempre com amor,

Teu

Hardy

⁴⁸ Ocasão ritual em que se encontram as famílias da noiva e do noivo, quando são trocados presentes simbólicos.

⁴⁹ Leque decorado, que representa a felicidade e um longo futuro melhor.

⁵⁰ Trata-se de um pequeno barril para saquê, normalmente feito em pinho. O salgueiro significa carinho e respeito na vida conjugal.



HENRIQUE LUIZ JENNÉ

Registro, 10 de fevereiro de 1922.

Marido amado,

Espero que Você consiga estar entre nós no princípio de agosto, pois ocorre, próximo daqui, em Conquista (que tão bem conhecemos...), a “Festa do Senhor Bom Jesus”, celebração religiosa, quando o povo sai às ruas para homenagear aquele Santo. E será nessa mesma época que deverá nascer a Criança, que cresce vigorosa, considerando como fico mais pesada e desjeitosa. *Obaasan* está certa de que é uma linda menina, e que virá ao mundo ao nascer do sol: que nome poderemos dar-lhe? *Obaasan* sugere ASAMI, que significa “beleza da manhã”. O que pensa? Recordo-me que, nos tempos em Gensuikin⁵¹, uma vizinha, minha doce amiga, chamava-se assim. Quando partimos para o Brasil, regalou-nos com aquele belíssimo *noren*⁵² que temos na janelinha da sala. A garça estampada ali, segundo *obaasan*, garante-nos lealdade e honra. Sua eterna

Yoshiko

Cabo, 12 de março de 1922.

Amada Baby,

Lá fora chove forte. Preparamo-nos para sair à caça. Ontem, um armador norueguês, meu velho conhecido, ofereceu-me valor excelente pelo *Karrakatta*. Afinal, nossa baleeira está quase que integralmente reconstruída, e ainda sente a tinta fresca! Prometi-lhe que a barca passaria a ser sua propriedade até meados do ano, após essa última expedição ao hemisfério norte. Bebemos para brindar ao

⁵¹ *Gensuikin* é a cidade de Nagasaki, onde, em 9 de agosto de 1945, trinta e nove mil pessoas morreriam, em virtude da explosão de bomba atômica (contendo oito quilos de plutônio-239) lançada pelos Aliados.

⁵² Cortina ou tapeçaria fixa, geralmente em juta ou algodão, com desenhos coloridos, usada como divisória, como decoração ou como cortinado sobre janelas.



YOSHIKO BABY (OU: PASSAGENS CURIOSAS NOS PAPÉIS DO CAPITÃO EZEKIEL HARDY, BALEIRO E IMIGRANTE)

negócio. Recordei-me, Yoshiko, calorosamente, de teu *chanoyu* saboroso, o balé perfeito executado por tuas mãos, nosso primeiro encontro no *Tacoma Maru*. É como se tudo tivesse ocorrido ontem, tão clara é-me a memória dos meses que passaram.... Só resta-me rezar aos deuses que nos mantenham com saúde e alegria, por longo tempo! Desconheço quando poderei enviar-te a próxima carta – se houvesse mais tempo, escreveria diariamente mas, como sabes, há perigos que corremos e que necessitam ser evitados a todo custo. O mais importante é meu pensamento, que flutua entre esta nau e um distante arrozal nas Minas Gerais....

Sempre teu
Hardy

Registro, 25 de março de 1922.
Meu Hardy,

Ontem à noite visitamos o pequeno teatro da Colônia. Apresentaram-nos uma peça do gênero que chamamos *asura no*⁵³, que Você conheceu no passado, quando viveu perto de Kyoto. Anotei alguns trechos para que pudesse apreciar a beleza dos versos. Estão no papel de arroz, junto com esta carta. Meu conhecimento do português, como sabe, não é especialmente pleno! Perdoe-me pelos erros....

Muito saudosa
Yoshiko

⁵³ O Nô (também chamado *Nogaku*) é uma das quatro formas tradicionais do teatro japonês (as demais são: Kyogen, Bunraku e Kabuki), e pode ser definido como um drama musical com máscaras e danças. Seu tema, quase sempre, envolve o encontro do *shite* (um espírito ou demônio), com o *waki* (que pode ser, por exemplo, um observador ou sacerdote, acompanhado de seu *wakizure*), além do *kyogen* (que atua nos entreatos), dos *hayashi* (músicos que tocam flauta e três tambores e o *jintai* (coro, geralmente seis pessoas). *Wakizure* e *kokatas* (personagens infantis) não usam máscaras. O gênero *asura no* apresenta o espírito de um guerreiro no primeiro ato e, no segundo, o guerreiro como se fora vivo, retratando sua própria morte.



HENRIQUE LUIZ JENNÉ

TRECHOS SELECIONADOS POR YOSHIKO DA PEÇA NÔ

SHITE (no primeiro ato)

Numa fria noite de inverno é bom
estar com entes queridos,
agasalhado e tagarela.

Recorda-me um lugar,
meu lugar próximo à lareira,
o silêncio nevado lá fora,
o crepitar seco das chamas
aqui dentro.

CORO

Ele sempre estava só,
o crepitar seco não interessava,
o estar com entes queridos
não almejava.

WAKI

Posso falar-lhe, senhor? Os entes queridos permitiram que
eu dormisse aqui, junto da lareira. Busco meu sobrinho que foi visto
nesta região pela última vez, anos atrás.

SHITE

Quem é o senhor, e quem era seu sobrinho?

WAKI

Envergonho-me de meu nome. Meu sobrinho era Haruhide
Heitai⁵⁴. O senhor conhece-o?

⁵⁴ Estranha coincidência, pois Heitai, além de significar soldado, significa marinheiro.



YOSHIKO BABY (OU: PASSAGENS CURIOSAS NOS PAPÉIS DO CAPITÃO EZEKIEL HARDY, BALEEIRO E IMIGRANTE)

SHITE

Sim, conheço-o. Suas palavras ecoam, ainda, em minha mente.

SHITE (no final do primeiro ato)

O céu está cinzento,
a chuva e minhas lágrimas chovem.
É quase impossível
morrer feliz.

CORO

As lágrimas e as chuvas respingam
nas ondas salgadas,
gotas de água na
salgada imensidão!

SHITE (no final do segundo ato)

Sejamos ternos, sejamos leais,
felizes seremos,
pois tudo, mesmo o sol, tem uma sombra.

CORO

Ele iniciou sua jornada ao sol,
Flutuando na direção de *oozora*⁵⁵.

Karrakatta, 25 de julho de 1922.

Meu doce amor,

Impossível! Nossa bebê Asami, prestes a nascer, e eu ainda navegando! Estamos próximos de Kagoshima⁵⁶, onde comprei lanternas para nosso próximo festival. Para *obaasan*, levarei um lindíssimo

⁵⁵ “Firmamento” seria uma tradução possível.

⁵⁶ Na ilha de Kyushu, no Japão meridional. Seu vulcão, Sakurajima, domina a paisagem.



HENRIQUE LUIZ JENNÉ

*chuker*⁵⁷ (como aqueles usados nas peças nô). Uma última destra baleia, escapando-nos eternamente! Minha derradeira baleia. Depois disso, em linha reta (com uma parada final no Cabo) para minha Baby e sua bebê!!

Terna e saudosamente teu,
Hardy

Registro, 25 de julho de 1922⁵⁸.
Amado marido e pai,

Bem sei que logo estaremos juntos. Asami nasceu anteontem (criança afortunada, pois foi o dia exato em que nasceu *obaasan*, há quase 70 anos!), muito forte, e adorada por toda a Colônia. Para celebrar e aproveitar a boa sorte, *obaasan* iniciará o pequeno restaurante que sempre desejou possuir, aqui mesmo, em Registro. As colheitas dos últimos anos foram excelentes, e conseguiu economizar suficientemente. Auxiliarei na cozinha e no serviço das cinco mesas à noite, pois na manhã seguirei trabalhando no arrozal, lembrando-me de nossas longas e agradáveis jornadas! Quando puder chegar, Hardy, estaremos todas aguardando-o saudosas.... Em *genpishi*⁵⁹, mando-lhe a ementa do restaurante.

[Segue o texto do cardápio, sem preços no original]

RESTAURANTE
ACEPIPES DA OBAASAN
(COZINHA DE NAGASAKI)

⁵⁷ Trata-se de um leque em sanfona que, no teatro nô, pode representar uma adaga, ou uma colher, etc..

⁵⁸ Carta nunca lida pelo Capitão Hardy. Encontrei-a dentro do volume contendo as poesias de Rupert Brooke, possivelmente preservada por algum dos tripulantes do *Karrakatta*.

⁵⁹ Papel de arroz.

- CHANPON (macarão japonês com peixe e legumes cozidos no pote)
- DESHIMA KOROKKE⁶⁰ (bolinho de batata)
- KAMABOKO (peixe moído, salgado e temperado, em barras, para comer com chanpon)
- KAKU NI (carne de porco desossada, cozida em molho de soja)
- ORLANDA KATSU (costeleta de porco e queijo)
- TONKATSU (costeleta de porco frita com acompanhamento de repolho cru picado, com molho de kara-kuchi⁶¹)
- CASTELLA (famoso pão-de-ló)⁶²

3. EZEKIEL DESAPARECE

[Obituário do periódico *Barnstable Patriot*, de 20 de agosto de 1922]

New Bedford – Ezekiel Hardy faleceu a 3 de agosto de 1922, em razão de ataque por baleia na costa do Japão. Em 1903, ele e seus pais emigraram para a cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Trabalhou, a partir de 1908, na West Australia Whaling Company (Chr. Nielsen and Co.), inicialmente como marujo, a bordo do navio “Karrakatta”, e, mais tarde, como foguista. Em 1916, foi nomeado seu comandante. Yoshiko Murakami, e Asami Hardy sobrevivem ao marido e pai. O enterro deu-se no Cemitério Rural de New Bedford.

⁶⁰ Deshima era o bairro, na velha Nagasaki, em que residiam e trabalhavam os estrangeiros.

⁶¹ Mistura de vinagre com mostarda.

⁶² Trata-se do “pão de Castela”, trazido para Nagasaki pelos portugueses, no século XVI.



HENRIQUE LUIZ JENNÉ

[Dizeres da lápide abolorecida que demarca e protege o vão pó do Tio Ezekiel, fincada em prístino cemitério de New Bedford, Massachusetts, nos Estados Unidos]

**CONSAGRADO
À MEMÓRIA
DO FALECIDO
CAPITÃO EZEKIEL HARDY,
QUE, NA PROA DE SEU ESQUIFE, FOI MORTO
POR UMA BALEIA NA COSTA JAPONESA,
EM 3 DE AGOSTO DE 1922.
ESTA PEDRA
É DEDICADA POR SUA MULHER**

6. MEMÓRIAS DE ASAMI⁶³

Teatro – “Estudei no Brasil e no Japão (em Kyushu, muitos anos depois da Guerra), e formei-me na área de teatro. Aprendi a tocar *noh fûe*, que é a flauta usada no drama nô, e escrevi pequenas peças. Algumas delas foram produzidas no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Hoje entendo, após muitos anos de meditação sobre o tema, como o Zen Budismo realmente revolucionou o teatro nô, durante cuja apresentação uma atmosfera espiritual pervaga o auditório, tão logo os músicos e o coro entram em cena. Toda a estrutura da peça é, nitidamente, uma deliberada negação do realismo: salientam-se os movimentos, a música, os gestos, a emoção, e o enredo passa a ser secundário. Sempre busquei captar o ápex da *Hana* (flor) do mestre Zeami⁶⁴, que, apesar de ser um mero momento fugidio, é exatamente para a

⁶³ Transcrição de algumas das lembranças, opiniões e impressões da “jovem” Asami Hardy, em nossas longas conversas (três horas diárias, por seis dias), em 1996.

⁶⁴ Zeami Motokyo (1363-1443), dramaturgo, esteta e ator que, com seu pai (Kan’ami), também ator, deu grande impulso ao teatro nô no Japão.



consecução daquele momento que o drama é, de fato, criado, os artistas treinados, e é por aquele momento que o auditório espera!”

Religião – “Li em um autor inglês – estou certa de que Papai Hardy teria apreciado meu eterno interesse por seus ancestrais... —, e tendo a concordar, que, em geral, o escopo da religião ocidental é a ação, ao passo que o objetivo da religião oriental é a contemplação. Daí a necessidade que têm o Ocidente pelo Budismo, e o Oriente pelo Comunismo (um cristianismo “muscular”⁶⁵).

Obaasan – “Ensinou-me vários segredos da arte culinária, tão eclética, da região de Nagasaki, onde nascera. Ela e Mamãe também ensinaram-me coisas que hoje poucos aprendem ou praticam, como a caligrafia japonesa (insistiam na perfeição do estilo *kaishō*⁶⁶), a artes de bonsai e de arranjo floral (ikebana, que hoje está tão na moda) e mesmo origami (claro, a garça sempre foi nossa favorita...). Até hoje, apesar de algo enrijecida em corpo e mente, ainda consigo “brincar de artista”. *Obaasan* contava-me antigas histórias folclóricas nipônicas das páginas amareladas de seu velho volume, que ainda possuo, e que sempre utilizei em minhas aulas. Minha lenda predileta era a respeito de Sentaro, o homem que não queria morrer, e que aprendeu uma lição de vida (e morte) no alto do Monte Fuji. Um dia, contá-la-ei a você, se for bem comportado.... Alguns dias antes de falecer – eu teria uns quinze anos –, *obaasan* presenteou-me o leque com que Papai Hardy pretendia obsequiá-la.

Papai Hardy – “Um ser legendário, realmente. *Obaasan* acreditava que eu nascera para substituí-lo neste universo! Mamãe

⁶⁵ Trata-se do livrinho *The Unquiet Grave*, do crítico e autor britânico Cyril Connolly (1903-1974).

⁶⁶ É considerado o estilo clássico, geométrico, da escrita *kanji*, em que cada pincelada é singela, única. Os outros dois estilos são *gyōshō* (semi-cursivo) e *sōshō* (cursivo).



HENRIQUE LUIZ JENNÉ

sempre comentava que eu caminhava e pensava como ele. Visitamos seu sepulcro em New Bedford, tanto em 1932 como em 1942, já durante a 2a. Guerra Mundial. Replantamos as margaridas e violetas à volta. Em 1952, Mamãe sentia-se muito cansada: dizia-se ‘cansada de esperar’. Eu, também, já ando cansada, querido Hakluyt”.

Seleção de haiku deixados por Yoshiko – [caprichosamente escritos em japonês, traduzidos livremente por Asami]

(1922)

Desconsolada e febril
Vislumbro as margaridinhas do campo
Ainda orvalhadas.

(1922)

Sem o calor do coração,
Como aproveitar
O calor do sol ardente?

(1925)

Só eu caminho pelo arrozal
Observada pela triste lua
Em noite de inverno.

(1931)

Em meu sonho desperto,
Ao ouvir o arrebentar das vagas,
Nada senão a chuva no riacho.

(1945)

Noite estival, sem chuvas,
Minha filha toca a flauta



E tranqüiliza os brotos secos.

(1953)

Meu sono não chega jamais,
Apesar do canto da cigarra
E minha serena esperança.

Repouso final de Yoshiko – “Em 1953, eu trabalhava como professora em ginásio no bairro da Liberdade, em São Paulo, quando fui chamada às pressas a Minas Gerais. Mamãe parecia não estar bem. Durante os últimos anos – eu visitava amiúde nosso velho restaurante em Registro, que *obaasan* lhe deixara – ela aparentava estar muito frágil, tal qual pássaro ferido. Seu trinado firme desvanecia-se. Após duas noites de recordações e sorrisos, em 3 de agosto, Mamãe deixou-me com as seguintes palavras: ‘Não se preocupe, Papai Hardy e eu estaremos aguardando tua chegada...’. E partiu. Não sei se chorava ou ria. Decidi chorar sorrindo”.

Inscrições na lápide de Yoshiko – “Pensei muito, muito, muito mesmo, até decidir, e escolhi um trecho citado no diário de Papai Hardy:

Meu coração passou todo inverno tão impassível,
A terra tão morta e congelada,
Que nunca pensei que a primavera viesse
Ou que meu coração voltasse a acordar.⁶⁷

e um haiku de Etsujin⁶⁸
Recoberto de flores,
Anelo expirar súbito
Nesse teu sonho!

⁶⁷ V. nota no. 41, acima.

⁶⁸ Etsujin, poeta japonês (1656?-1739).





VI.

O JAPÃO DE MEUS OLHOS







O JAPÃO DE MEUS OLHOS

Marcos Mauricio Toba

HISTÓRIAS DE ALGUMAS VIDAS

(Guilherme de Almeida)

Noite. Um silvo no ar.

*Ninguém na estação. E o trem
passa sem parar.*

Maranhense de São Luís, nascido em 1857, Aluísio Azevedo não foi apenas escritor, famoso pela obra naturalista *à la* Émile Zola e Eça de Queirós. Foi também diplomata. Após seu ingresso na carreira, em 1895, serviu como cônsul do Brasil na Espanha, no Japão, na Itália e na Argentina. Em 1897, escreveu *O Japão*, talvez uma das primeiras obras escritas por um brasileiro sobre o país. No Japão ele encontrava-se quando foi eleito para ocupar um assento na Academia Brasileira de Letras. A respeito desse ilustre diplomata e de sua relação com o Japão, escreveu, em suas memórias, Afrânio Peixoto:

“Conheci muito tarde Aluísio Azevedo. Foi em Nápoles, no outono de 1909, que nos encontramos. Eu na minha obscuridade ordinária, desconhecido por ele inteiramente; ele, personagem consular, de que me servia para o intermédio da correspondência. (...) O Japão, como viemos a vê-lo já aí se achava numa profecia fácil, pois que era a de um observador que sabe ver e que não colabora com a sua imaginação ou o gosto estragado de seu público, para ajeitar e amaneirar a documentação criteriosa. O artista, porém, não seria desatendido, e o livro daria, materialmente mesmo, do papel às gravuras, feito e impresso no Japão, demonstração material de gosto e de cultura, comentando a narração



MARCOS MAURICIO TOBA

das crenças, tradições poéticas, costumes, virtudes públicas e privadas dos japões. Mas o livro sobre o Japão não se publicara. O que ele vira, outros viram também e, mais felizes, o disseram. O que ele pronunciara, sem o divulgar, fora publicado pela ação, na história, naquele conflito de uma guerra tremenda, na qual se começou a repelir a Europa para o Ocidente. Dia-a-dia o livro ia sendo conhecido e sabido por todo o mundo, sem que fosse impresso e lido. Livro esgotado e inédito. Agora já pareceria feito de lugares comuns e as deduções e profecias, coisas passadas; a novidade e a perspicácia de observação seriam até pela malícia havidas como arranjo e embuste, vistas pela crítica como desinteressantes e ociosas. Desgostoso, Aluísio não quis mais escrever. Do Japão, lhe ficara essa mágoa profunda e uma saudade que, talvez, fizesse esquecer a outra. Vi muitas vezes no seu gabinete de trabalho, em Nápoles, fina tela de seda com uma imagem encantadora: era Satô, formosa criatura, quase ocidental na sua miúda face morena, mas com a graça tênue e sutil, de recato e simplicidade, das musumés, já lendárias. Trouxera-lhe a efigie, desenhada por hábil artista do país, pois que não o pudera acompanhar. Os pais velhos, numerosa parentela, impediram a esposa de seguir o seu conquistador branco, para o outro lado da terra.”¹

O encantamento que o Japão causou em Aluísio Azevedo levou-me à leitura de seu trabalho, *O Japão*, sobre a história épica do país e a resistência dos japoneses às investidas dos imperialistas europeus e norte-americanos.² Diferentemente de outros países, subjugados pelos conquistadores, o Japão

¹ Afrânio Peixoto, *Lembranças de Aluísio Azevedo*. In: *Poeira de Estrada*. Roswitha Kempf Editores, São Paulo, 1984. (<http://www.guesaerrante.com.br/2007/10/20/Pagina944Print.htm>)

² <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000027.pdf>



reagiu às ameaças norte-americanas e às investidas européias e promoveu o desenvolvimento da própria nação no final do século XIX.

Ao refletir sobre a celebração do centenário da imigração japonesa para o Brasil e sua herança cultural incorporada à sociedade brasileira, é impossível olvidar a contribuição de Aluísio Azevedo e de outros diplomatas, que continuam a representar, a seu próprio modo, os laços de amizade que unem Brasil e Japão. Conforme lembrou o Embaixador Celso Amorim, em discurso durante a abertura do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão, em janeiro último, os dois países têm posições afins nos mais diversos temas da agenda internacional, como mudança do clima, desarmamento nuclear, reforma das Nações Unidas e cooperação para o desenvolvimento. Para ele, *“o Brasil e o Japão têm-se unido em benefício de países mais pobres, com grande êxito, em vários casos. Eventuais diferenças não impedem o trabalho conjunto em foros como o da Organização Mundial do Comércio, o que atesta o fato de que os dois países têm o mesmo interesse no reforço do sistema multilateral. Tanto na parte política quanto na parte econômica, Japão e Brasil estão convencidos de que o multilateralismo é o novo nome da paz.”*³

A reflexão a que ora nos propomos, muito modesta, quer, sem grande pretensão, prestar homenagem a todos os cidadãos brasileiros que muito fizeram para estreitar os laços entre os dois países. Busca, ainda, expor o testemunho pessoal de um diplomata brasileiro que passou a infância e a juventude entre as duas culturas, apesar de nunca ter visitado o Japão.

³http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=3240



MARCOS MAURICIO TOBA

I – O JAPÃO NO BRASIL

INFÂNCIA

(Guilherme de Almeida)

*Um gosto de amora
comida com sol. A vida
chamava-se “Agora”.*

Além da contribuição dos imigrantes japoneses para o desenvolvimento econômico do Brasil, especialmente no campo agrícola, alguns importantes aspectos não devem ser esquecidos. Nomes como Tizuka Yamazaki, no cinema, ou Tomie Ohtake, nas artes plásticas, mantêm viva a história da contribuição de origem nipônica para o Brasil.

Assim como outros grupos de imigrantes, os japoneses integraram-se à sociedade brasileira. *Ikebana, sumô, go e shogui, baseball, bonsai, haikai, sashimi, teatro nô, kabuki, dança butô, karaokê, tatame, origami, mangá, kimono, judô, karatê, kumon, ofurô, shiatsu e sushi* são apenas algumas das palavras que se incorporaram ao vocabulário de muitos brasileiros, por intermédio da influência japonesa. A cultura japonesa, portanto, tornou-se parte do mosaico colorido e diverso que forma o Brasil. São muitos os exemplos que ilustram a grande influência da imigração japonesa para nosso País.⁴

Estereótipos foram criados com base em alguns desses elementos. Susumu Miyao, em obra editada com apoio do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, “*Nipo-Brasileiros – processo de assimilação*”, inicia um dos capítulos comentando um artigo

⁴ Por todos, conferir a obra *Guia da Cultura Japonesa*, Editora JBC (*Japan Brazil Communication*), São Paulo, 2004. O livro percorre toda a história da influência japonesa no Brasil, oferecendo endereços de instituições e outros locais que ainda preservam ou fazem parte do rico mosaico da herança japonesa no Brasil.



publicado por periódico brasileiro sobre os bares de karaokê, na década de 90, em que muitos desses estereótipos podem ser identificados:

“Os japoneses, inclusive seus descendentes, não só plantam verduras, como também inventaram os pequenos rádios que usam pilhas e invadem universidades no Brasil. (...) Como diversão, ainda, eles gostam de beisebol, das artes marciais, da pesca e é um pessoal amigo de diversos tipos de bebida e aficcionado do sashimi (peixe cru). Mas isso não é tudo. Os japoneses gostam de cantar. E muito. Até agora, existia o estereótipo de que os japoneses eram acanhados. Muito pelo contrário, eles não esbanjam essa sua habilidade só para si, debaixo do chuveiro. Para tanto, como é bem conhecido, esse pessoal, muito hábil nas adaptações, com o intuito de fazer valer os seus gostos, inventou um bar que possui toda instalação técnica especializada. É o karaokê bar.”⁵

Desde minha infância, a influência japonesa esteve presente. Nos clubes de nipo-brasileiros em minha cidade natal, nas festas que minha família costumava freqüentar, eu convivi com parte dessas tradições. Os banquetes de comida japonesa de Ano Novo, preparados por minha avó, minha mãe e minhas tias, ainda me fazem recordar que sou brasileiro, mas deito raízes no Oriente. Ainda hoje, minha avó prepara, na noite do dia 31 de dezembro, o *ozooni*, uma sopa de molho de soja (*shoyu*) com bolinhos de arroz (*moti*) para celebrar a chegada do Ano Novo.

O HAICAI DE MEUS OLHOS

No último dia 6 de outubro de 2007, no Bairro da Liberdade, em São Paulo, aconteceu o 19º Encontro Brasileiro de Haicai. Nenhum dos primeiros colocados era nipo-descendente. Brasileiros de todas as

⁵ Susumu Miyao, *Japonês visto pelo brasileiro*. In: _____. *Nipo-brasileiros – processo de assimilação*. Tradução de Katsunori Wakisaka. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, 2002, p. 183.



idades e origens vêm prestigiando e cultivando a poesia *haikai*. *Shubei Uetsuka*, um dos encarregados de conduzir os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil pelo *Kasato Maru*, chegado ao Porto de Santos em 18 de junho de 1908, era também um bom poeta de *haikai*. Seu *haimei* (nome literário de poeta de *haiku*) era *Hyôkotsu*. Consta que criou este *haikai* momentos antes de desembarcar em Santos:⁶

A nau imigrante
Chegando: vê-se lá no alto
A cascata seca.
(Tradução de Masuda Goga)

O *haikai*, inicialmente divulgado entre os imigrantes japoneses, acabou por ganhar adeptos brasileiros, como o poeta e escritor Guilherme de Almeida. Guilherme de Almeida começou a escrever haicais em 1936, ano de seu encontro com o cônsul japonês no Brasil, Kozo Ichige, a quem dedicou seu artigo “Os Meus Haicais”, em que tentou sistematizar suas idéias sobre o que seria o *haikai* em português: um terceto com 5-7-5 sílabas, dotado de título, sendo que o primeiro verso rimaria com o terceiro, além de contar com uma rima interna no segundo verso, entre a segunda e a sétima sílabas. Seus *haicais* foram publicados no livro “*Poesia Vária*”, de 1947. Paulista de Campinas, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e ativo combatente contra o Governo central durante a Revolução de 1932, o “*Príncipe dos Poetas*” brasileiros foi também o autor do Hino de Brasília. Seu encantamento pelo *haikai* levou-o a aproximar-se de um grupo de praticantes da poesia em São Paulo, muitos dos quais nipo-descendentes. Defensor da amizade entre Brasil e Japão, foi um dos fundadores e primeiro presidente da Aliança

⁶ H. Masuda Goga, *O haikai no Brasil*. Ed. Oriente - Aliança Cultural Brasil-Japão, São Paulo, 1988, tradução de José Yamashiro, p. 33.



Cultural Brasil-Japão. Para Masuda Goga, grande haicaísta, Guilherme de Almeida “estimulou o ‘abrasileiramento’ da mais concisa poesia de origem japonesa”.⁷

Ainda no colégio, descobri o *haikai* durante as aulas de literatura. O estimado professor, ao ensinar sobre a obra de Guilherme de Almeida, introduziu-nos ao *haikai*. Os poemas simples, curtos, falando da natureza, das estações do ano, da vida, valeram excelentes comparações com os poemas-pílulas *oswaldianos*. Lembro-me bem dessas aulas, pois foi com tal professor que aprendi a valorizar a literatura. Para mim, os *haicais* de Guilherme de Almeida valeram-me um retorno às raízes. Valeram também uma visita ao Bairro da Liberdade, em São Paulo, para conhecer os organizadores dos encontros brasileiros anuais de haicaístas, ligados à Revista Portal. Adolescente à época, o encantamento pelo *haikai* foi natural. As pressões do vestibular, as atribulações da fase de transição características à idade e a ansiedade pela chegada à faculdade e por outras tantas mudanças tiveram expressão na minha pesquisa pelos *haicais* e por Clarice Lispector. Se com Clarice Lispector aprendi que a vida simplesmente “se nos era”, com o *haikai* aprendi a cultivar um certo equilíbrio, mesmo que temporário, em meio aos desafios ínsitos à nossa vida adulta.

TEMPURA E TANABATA MATSURI

Dizem que o *tempura* foi trazido ao Japão pelos portugueses no século XVI.⁸ Ante a proibição de comer carne durante a quaresma (*ad tempora quadragesimae*), missionários⁹ e comerciantes¹⁰

⁷ Paulo Franchetti, *Guilherme de Almeida e a história do haikai no Brasil*. In: *Jornal de Poesia* - sítio <http://www.revista.agulha.nom.br/pfr01.html>

⁸ Naomichi Ishige, *The History and Culture of Japanese Food*. Paul Kegan, Londres, 2001, p. 246.

⁹ Alan Davidson, *The Oxford Companion to Food*. Oxford University Press, Oxford, 1999, p. 788-9.

¹⁰ Thelma Barer-Stein Firefly, *You Eat What You Are: People, Culture and Food Traditions*. Ontario, 1999, p. 275.



portugueses teriam contribuído para a divulgação da receita feita com camarão, vegetais e farinha durante o período Edo. Após anos de evolução, o *tempura* tornou-se um dos pratos típicos da culinária japonesa, apreciado internacionalmente.

Praça da Liberdade, cidade de São Paulo, 8 de julho de 2007. Na feira que ali acontece todo domingo e nos feriados, a barraca do *tempura* está sempre cheia. Todo mês de julho, tradicionalmente, o bairro enche-se de cores no primeiro ou segundo final de semana, para celebrar uma festa folclórica japonesa, a *Tanabata Matsuri*.

A festa *Tanabata Matsuri* celebra a lenda da Princesa *Oribime*, filha de um poderoso deus celestial. Seu talento com o tear deixava seu pai muito orgulhoso. Um dia, após conhecer o jovem *Kengyuu*, por quem se apaixonou, casaram-se. Enamorada, parou de tecer, e seu pai, furioso, decidiu separá-los em dois extremos opostos da Via Láctea. Distantes para sempre, apenas foi-lhes concedido o direito de encontrarem-se no sétimo dia do sétimo mês de cada ano. *Oribime* seria a *Estrela Vega*; seu amado, a *Estrela Altair*. Como na lenda, encontram-se uma vez por ano. Há mais de mil anos, o Festival das Estrelas ou *Tanabata Matsuri* comemora tal reencontro. Em São Paulo, desde 1979, as ruas do Bairro da Liberdade ficam cheias de cores e de árvores em cujos galhos todos podem amarrar os pedidos escritos.¹¹

A *Tanabata Matsuri* sempre me faz lembrar de meu avô materno, falecido em 2000, após um casamento de quase sessenta anos. Sua história, como a lenda de Orihime, é feita de encontros e desencontros. Hoje, anos depois de sua morte, sempre quando devo tomar decisões, fico a pensar como será que meu avô aconselhar-me-ia. A *Tanabata Matsuri*, para mim, é oportunidade de celebrar uma concepção de mundo com que sempre convivi desde pequeno. Meu avô sempre foi um grande fazendeiro, agricultor e adorava criar *bonsais*. Homem rústico, das coisas práticas, porém de um lirismo

¹¹ www.culturajaponesa.com.br/htm/tanabatamatsuri.html



ímpar. Construiu suas casas, a casa de meus pais, capelas. Sempre voluntariou para entidades assistenciais com seu trabalho. Marceneiro de plantão, cimento, tijolos, jardinagem e colheitas sempre fizeram sua diversão. De sol a sol, ensinou a todos o valor do trabalho, da honra, da dedicação. Apesar do trabalho incansável, sempre encontrava tempo para apreciar e chamar a atenção de todos para a beleza de uma de suas muitas flores ou delicados *bonsais*, ou para oferecer conselhos que servem para uma vida inteira. Numa dessas situações, nunca me esqueci de uma de suas últimas lições. Diante de um armário meu quebrado que resolveu consertar, ofereci para pagar pelo conserto e pelos gastos que ele teria. Além de não aceitar nada, ele disse que eu não me deveria preocupar com aquilo, porque eu lhe havia dado “*um grande presente*”: “*o melhor relógio*”. Tenho o dever de precisar que o tal relógio era um despertador de viagem comprado numa loja da cadeia de super-mercados *Duane Reade*, em Nova York, por menos de 10 dólares. Eu sabia que ele havia sido presenteado com relógios valiosos, que teve um relógio de parede caríssimo. Por que, então, meu presente havia sido tão valioso? Indagada a respeito quando ele estava no hospital por conta do câncer que já lhe havia tomado, minha avó soube a resposta: ele adorava o pequeno despertador, porque dizia que nunca falhava e era muito resistente. Meu avô adorava acordar bem cedo, como de costume, com o barulho do tal alarme. O melhor relógio: um relógio muito eficiente.

Assim como a *Princesa Orihime*, meu avô continuou a brilhar na nova constelação, mesmo distante da terra amada. Fazia gosto de que seus filhos se casassem com nipo-descendentes e ainda preservassem aspectos da cultura original – respeitou, entretanto, a decisão da maioria dos filhos, que decidiu não seguir sua vontade; freqüentava grupos de amigos e clubes de sua cultura natal; até seus últimos momentos, adorava estudar a língua japonesa e ler jornais e periódicos da comunidade, na língua materna. Fazia questão de comentar todas as coisas boas que via ou lia sobre sua terra natal. Paradoxalmente, nunca



quis voltar ao Japão. Confessou certa vez a minha mãe, sua filha mais velha, que sua negativa em regressar à terra natal devia-se ao fato de que, ao partir, muitos amigos haviam considerado a decisão de sua família de imigrar como uma deserção - uma “*deserção de ser japonês*”. Assim, meio envergonhado, dizia preferir viajar pelo Brasil a retornar ao Japão, mesmo se fosse como turista. Nos seus critérios muito rígidos, dizia que apenas poderia voltar ao Japão se estivesse milionário ou numa situação que demonstrasse aos antigos amigos e a si mesmo que a “*deserção*” teria se dado por uma boa causa.

Anos depois de sua morte e de ter ouvido essa estória, ainda penso sobre isso. Acredito que antes de “*deserção*”, a escolha de vir ao Brasil foi uma decisão que teve resultados muito positivos. Com minha avó, teve onze filhos. Pessoas honestas, trabalhadoras, que ajudaram a construir o Brasil de nossos dias. Apesar das saudades do Japão, meu avô aprendeu a amar a terra que o acolheu. Fincou raízes profundas, com seu trabalho, sua família, seus amigos. Uma vida muito digna, que foi reconhecida com um enorme e inesquecível cortejo de carros no dia de seu funeral. Tantas foram as manifestações de pesar por sua morte, que fiquei imaginando o peso que seria tentar ser um décimo do que ele foi como pai, como marido, como filho, como amigo, como patrão, como ser humano. Impossível não discordar de meu avô sobre a questão da “*deserção*”, especialmente ao refletir sobre as palavras de Fernando Pessoa, em *Mar Português*: “*Ó mar salgado, quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal! / Por te cruzarmos, quantas mães choraram, / Quantos filhos em vão rezaram! / Quantas noivas ficaram por casar / Para que fosses nosso, ó mar! / Valeu a pena? Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena.*” Meu avô nunca desistiu de nada – ele tornou-se ponte entre duas culturas, entre dois povos, entre dois países. Acabou por adotar o Brasil como seu novo lar.

Muito além do *tempura* e de outras guloseimas japonesas, ou da bela feijoada e de um arroz-com-feijão de dar inveja, minha avó



materna, ainda viva, também é mestra em polidez, doçura e amor incondicional. A ela devo meus melhores momentos da infância, do doce de arroz frito que só ela sabia fazer aos carinhos de avó quando meus pais ou outros adultos perdiam a paciência comigo. Sua fé católica é inabalável. Diferente de meu avô, que chegou ao Brasil em 1933, com mais idade, aos 17 anos, ela chegou ao Brasil ainda criança, em 1920, com apenas um ano de idade. Sua família também convertera-se ao catolicismo no Japão. Fervorosa, dizem que reza pela família inteira. Vai à igreja com grande regularidade. Quando eu era pequeno, meus pais trabalhavam, e passava o dia em sua companhia. Com ela aprendi a ter paciência - a famosa paciência oriental. Aprendi a importância de ao menos tentar ser comedido em tudo – mesmo tendo eu um lado brasileiro bastante exagerado. Ela ensinou-me a tratar a todos com cordialidade, com simpatia, com ternura. Dizem que ela lembra uma bonequinha japonesa, por sua meiguice e delicadeza, mesmo já avançada a idade.

Apresentada a meu avô por uma casamenteira da comunidade, ficaram juntos por quase sessenta anos. Seu irmão mais velho casou-se com a irmã de meu avô, que era também o filho mais velho de sua família. Meu avô, de personalidade forte, contrastava com a flexibilidade e porosidade intrínsecas à personalidade de minha avó. Dona de casa dedicada, trabalhadora, submeteu-se a uma sogra geniosa como o filho, sempre de forma plácida. No leito de morte, minha bisavó disse-lhe que ela havia sido muito mais do que uma verdadeira filha para ela. Importante precisar que meu avô era seu filho mais velho, o modelo dos demais.

No dia em que meu avô faleceu, voltamos eu e ela do hospital, muito tristes. Nunca a tinha visto chorar daquela forma, e chorei junto. Antes de rezar pela alma do ex-marido, ela apenas disse uma coisa que nunca esqueci: “Agora ele está com Deus, ele está melhor.” É na delicadeza dessas entrelinhas que repousa minha grande admiração por minha herança pessoal japonesa.



Fui apenas compreender melhor essa mistura herdada de Brasil e Japão, que convive dentro de mim, quando fui morar em Nova York, em 2001. Lá, os colegas estrangeiros adoravam brincar comigo ao afirmarem que, apesar de parecer 100% japonês, após me conhecerem melhor, notavam que eu era 100% brasileiro – por gostar de samba, bossa nova, pelo meu jeito extrovertido. A verdade é que há um pouco dos dois mundos em minha vida, seja pela herança genética e cultural, seja pelo meio em que cresci e ainda vivo. Ao enfrentar as dificuldades de um estudante estrangeiro em outro país, passei a valorizar a saga de meus quatro avós e de suas famílias, que atravessaram mares para chegar ao Brasil – sem falar português, sem muito conhecer sobre o novo destino.

A saga do *tempura* guarda semelhanças com a saga de minha família. Quem imaginaria que o *tempura*, herança portuguesa no Japão do século XVI, tornar-se-ia também herança japonesa no Brasil do século XXI? No meu caso, meus avós maternos, que são também meus padrinhos de batismo, cidadãos japoneses que vieram para o Brasil, também me transmitiram o valor do simples, a beleza das pequenas coisas e a importância do trabalho árduo. Mostraram-me ainda a importância da gratidão que devemos ter para com Deus e para com todos aqueles que nos ajudam, com quem aprendemos e convivemos. Minha mãe costuma dizer que meu avô teria ficado muitíssimo feliz com meu ingresso na carreira diplomática. Neto de cidadãos japoneses, para mim é uma honra pertencer aos quadros a que também pertenceram tantos ilustres diplomatas e homens de Estado. Grato sou a todos os brilhantes colegas de carreira que até o presente momento conheci e com quem tive o privilégio de conviver. A alegria é maior porque sei que ainda terei o privilégio de conhecer muitos outros, com quem muito ainda poderei aprender.



KASATO MARU

A chegada do navio Kasato Maru ao Porto de Santos, em 18 de junho de 1908, com 781 passageiros, marca o início do processo de imigração japonesa ao Brasil. Até 1941, vieram para o Brasil cerca de 188 mil cidadãos japoneses. Entre 1932 e 1935, 30% dos imigrantes vinham do Japão. Em 1940, 94% do total de imigrantes japoneses concentravam-se em São Paulo e 87% deles trabalhavam com agricultura. Desde as negociações que deram origem ao Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países, firmado em 5 de novembro de 1895, o destino da grande maioria desses imigrantes tinha sido traçado: as fazendas de café do oeste paulista.

Uma curiosa carta datada de 22 de fevereiro de 1911, dirigida ao Diretor da Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo pelo dono de uma fazenda de café que acabara de receber um grupo de imigrantes japoneses, retrata alguns traços que iriam marcar a presença japonesa nas lavouras brasileiras:

“Fazenda Boa Vista, 22 de fevereiro de 1911.

Ilmo Sr. Luiz Ferraz

MD. Diretor da Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo

Em resposta à sua carta de 16 do corrente, tenho a dizer que desde o começo de julho do ano p.p., tenho nesta minha fazenda 10 famílias de japoneses, com 39 pessoas, não tendo-se retirado nenhum e tudo me faz crer que pensam em ficar, pois mostram-se muito contentes, têm grandes roças de milho, feijão e arroz e já adquiriram porcos, galinhas, etc. Tenho esta fazenda há 18 anos e conquanto eu tenha tido sempre colonos bons e constantes, nunca tive melhores que os atuais japoneses. São inteligentes, asseados, trabalhadores, obedientes, muito ordeiros, comunicativos, alegres e muito sadios. Fizeram uma grande parte da colheita de café passada, mostrando-se muito hábeis nesse trabalho, e



MARCOS MAURICIO TOBA

nas capinas dos cafezais vão trabalhando a meu contento. Adaptaram-se perfeitamente ao nosso meio. Alimentam-se mais ou menos como os outros colonos e apreciam muito o café.

Muitos deles já nos compreendem regularmente, tanto que em outubro, isto é, três meses depois da chegada deles aqui, dispensei o intérprete. Todos os homens e mulheres sabem ler e escrever.

Estou muito satisfeito com esses novos colonos, que em oito meses ainda não me deram o menor desgosto. (...)

Fabio Ramos

PS: Já nasceu aqui um japonêsinho.”¹²

Muito se discutiu sobre a abertura para a imigração asiática antes de 1908. No Parlamento brasileiro, muitos temiam-na pelas mais variadas razões de ordem étnica, cultural ou até mesmo com base em preconceitos. O fator mais determinante para uma decisão favorável à chegada do *Kasato Maru* foi a necessidade de mão-de-obra. Diante da proibição do governo italiano, em 1902, de imigração de seus nacionais para o Brasil, o Governo brasileiro sentiu-se pressionado a aprovar a vinda de japoneses. A isso, acrescenta-se o fato de que, no espírito do Convênio de Taubaté, de 1906, uma das metas para revalorizar o café era a de expandir os mercados compradores. Acreditava-se que a vinda de japoneses poderia ajudar a abrir o mercado japonês para o café brasileiro. A comprovar tal fato, o Governo paulista, em 27 de junho de 1908, assinou contrato para a propaganda do produto no Japão.¹³

Comparada à história dos imigrantes portugueses, italianos, alemães e espanhóis no Brasil, a saga dos japoneses começou muito tardiamente: apenas a partir de 1900 que são registrados os primeiros

¹² Arlinda Rocha Nogueira, *Considerações gerais sobre a imigração japonesa*. In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. Ed. Vozes e EDUSP, São Paulo, 1973, ps. 56-68.

¹³ *Ibidem*, p. 60.



números significativos. O Brasil não foi seu único destino. Estados Unidos, Canadá e Austrália foram os principais destinos antes do Brasil e de outros países latino-americanos. Apenas após a década de 20 o Brasil superará os demais países no número de imigrantes japoneses recebidos, pois restrições passaram a limitar sua entrada em países como Estados Unidos e Canadá. Os chineses, primeiros trabalhadores asiáticos nas minas californianas durante o *gold rush*, sofreram preconceito por submeterem-se a salários muito baixos e pouco competitivos, à vida em cortiços que formavam nas cidades e à manutenção de seu modo de vida de forma semelhante a como viviam na China. Por pressão dos sindicatos de trabalhadores norte-americanos, ainda no século XIX, as primeiras restrições foram-lhes impostas. Muitas serão também estendidas aos imigrantes de outras nacionalidades. Até mesmo no Havaí, em que os japoneses representavam 40% da população em 1898, as restrições à entrada de japoneses passaram a vigorar após a incorporação das ilhas aos Estados Unidos. A campanha contrária aos imigrantes de origem asiática tem seu marco com a proibição de sua entrada nos Estados Unidos, em 1924. É quando o Brasil torna-se o principal destino para muitos japoneses.¹⁴

Nos anos 30, a imigração japonesa para o Brasil também sofreu restrições. O mesmo debate sobre os possíveis males da imigração asiática chegou ao Brasil. Em primoroso trabalho, com vasta pesquisa histórica e bibliográfica, o Embaixador Valdemar Carneiro Leão analisa a crise diplomática gerada decorrente de tais restrições.¹⁵

¹⁴ Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa ao Brasil, *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa*. Editora Hucitec – Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, São Paulo, 1992, p. 33.

¹⁵ Valdemar Carneiro Leão, *A crise da imigração japonesa no Brasil*. IPRI, Brasília, 1990. A obra ainda traça excelente panorama histórico do processo da imigração japonesa para o Brasil.



MARCOS MAURICIO TOBA

MALÁRIA, AMBIENTE HOSTIL E GAFANHOTOS

NOROESTE

(Guilherme de Almeida)

Dilaceramentos...

Pois tem espinhos também

A rosa-dos-ventos.

A vida dos primeiros imigrantes não foi nada fácil. Minha avó até hoje recorda passagens tristes, como a perda de todos os bens trazidos do Japão por sua família durante a travessia de um rio no interior de São Paulo. Recorda também a decisão difícil de sua família de mudar-se do *Hirano Shokuminti* ou Núcleo *Hirano* (famoso entre os membros da colônia nipônica como o primeiro grande núcleo de imigrantes japoneses), na região de Bauru, por medo da malária, que matou grande número de pessoas.

Umpei Hirano, fundador do núcleo que levou seu nome, foi um dos primeiros intérpretes da primeira leva de imigrantes que chegou ao interior de São Paulo. Apoiado pelo primeiro Cônsul-Geral do Japão no Brasil, *Sadao Matsumura*, fundou um núcleo de colonização japonesa em que os agricultores pudessem trabalhar de modo independente. Cerca de 200 duzentas famílias de imigrantes apoiaram a idéia. A limpeza do terreno inóspito, às margens do Rio Dourados, foi bastante penoso. Em dezembro de 1916, quando o arroz começou a forrar o chão verde, alguns colonos já morriam de malária. Relatos muito tristes testemunham o sofrimento com a falta de caixões e o desaparecimento de famílias inteiras. Com a falta de medicamentos, muitas famílias, como a de minha avó, decidiram abandonar a colônia. Após a decisão de reconstruir a colônia num local mais alto, as famílias restantes foram vítimas de uma nuvem de gafanhotos, em 1917. Em 1918, uma longa seca castigou a região. Em 1919, *Umpei Hirano* morreu de malária.



Os frutos do difícil trabalho inicial, entretanto, foram colhidos mais tarde. Na década de 20, o núcleo conseguiu formar uma cooperativa; em 1933, anexou mais 385 alqueires, somando cerca de 370 cooperados em 1941. Nessa época, a produção atingiu cerca de 50.000 sacas de café (uma saca continha 60 kg de café limpo), 50 arrobas de algodão limpo (uma arroba equivale a 15 kg) e 25.000 sacas de arroz por ano.

São muitas as lendas sobre *Umpei Hirano*. Sua liderança, seu exemplo e dedicação serviram de modelo para muitas das gerações de nipo-brasileiros. Assim referiram-se a ele durante a celebração do 25º aniversário do núcleo: *“Apesar de sua pequena estatura, trabalhava infatigavelmente todos os dias, chovesse ou ventasse; saía a cavalo para vistoriar – pelo menos uma vez por dia – os dois milhões de pés de café, o que é uma tarefa difícil; normalmente, poucos conseguiriam fazê-lo, por mais dedicados que fossem. Isso só já é o suficiente para mostrar o quanto ele era um homem esforçado.”* Dizem também que, após o surto de malária, nunca deixou de visitar cada uma das famílias com doentes – mesmo quando ele mesmo estava adoentado. Sua visita, para muitos, era mais valiosa do que a visita do médico.¹⁶

O Museu da Imigração Japonesa, em São Paulo, no Bairro da Liberdade, possui várias recriações das primeiras habitações dos imigrantes. Colchões humildes, feitos de palha de milho e cobertos com tecidos de algodão,¹⁷ instalações precárias, uma situação que se reverteu graças ao trabalho árduo, à dedicação, à honestidade, que marcaram esse grupo de imigrantes. Talvez tenha sido isso que tanto tenha emocionado o Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi, em 2005, durante sua visita ao Museu.

¹⁶ Tomoo Handa, *O imigrante japonês – história de sua vida no Brasil*. TA Queiroz Ed. – Fundação Japão, São Paulo, 1987, p. 249.

¹⁷ Tomoo Handa, *Vida nas fazendas de café*. In: *In: Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. Ed. Vozes e EDUSP, São Paulo, 1973, ps. 71-128.



PARA ALÉM DO CAFÉ, O TOMATE SANTA CRUZ

A maior contribuição dos imigrantes japoneses certamente se deu no campo do desenvolvimento agrícola. A partir de 1940, modernas técnicas agrícolas e o associativismo na forma de cooperativas agrícolas foram dois exemplos disso. Hoje, quando se pensa no Brasil como “*celeiro*” do mundo, não se pode olvidar a participação importante dos nipo-brasileiros, que começaram contribuindo com a lavoura cafeeira, ajudaram a diversificar as lavouras, primeiramente com o cultivo do algodão, e, posteriormente, com a soja e demais produtos hortifrutigranjeiros.

A popularização de alguns produtos agrícolas, que muito se deve aos japoneses, levou à diversificação dos produtos cultivados e comercializados nas feiras livres. A introdução, aclimação e difusão de novas plantas e a seleção e melhoramento de variedades existentes no Brasil muito se devem a agricultores de origem nipônica. *Nira* (variedade de cebolinha), *ponkan* (poncã), *daikon* (rabanete), *hakusai* (acelga japonesa), *azuki* (feijão japonês), *gobo* (bardana) e chá verde são apenas alguns exemplos disso. Em trabalho escrito na década de 70, Hiroshi Saito apresentou estimativas baseadas em dados do CEAGESP, em São Paulo, de que os japoneses e seus descendentes ocupariam 70% dos trabalhos ligados à produção e comercialização do setor hortigranjeiro.¹⁸

Tal contribuição ainda hoje é verdadeira na vida de quem conhece a presença japonesa no Estado de São Paulo. Tenho grande prazer de visitar as exposições anuais de produtores de flores que ocorrem em Arujá (AFLORD), ou as feiras de flores e de morangos em Atibaia. Ambas continuam a ser organizadas por associações que majoritariamente contam com nipo-brasileiros. Durante os finais de

¹⁸ Hiroshi Saito, *À margem da contribuição de japoneses na horticultura de São Paulo*. In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. Ed. Vozes e EDUSP, São Paulo, 1973, ps. 189-200.



semana de setembro, tais feiras enchem-se de turistas e apreciadores de flores. Minha avó, depois da morte de meu avô, passou a cuidar dos *bonsais*, dos muitos vasos e de dois grandes jardins na casa de meus pais. Ela ainda adora ir a lojas de flores, de plantas e de jardinagem. É uma das boas heranças que ela certamente me deixará: o amor pelo verde.

Os japoneses e seus descendentes também participaram do processo de seleção e melhoramento de plantas brasileiras nativas. A lista é tão extensa que cobre praticamente todos os itens da produção hortifrutigranjeira.¹⁹ O emprego de técnicas mais adequadas quanto à irrigação, adubação e pulverização, seleção e melhoramentos genéticos foram algumas das técnicas herdadas dos japoneses pela agricultura brasileira. Experiências felizes e até mesmo engraçadas, em alguns casos elas incorporaram-se ao processo comum de construção da nossa cultura. É o caso do tomate. Até a década de 20, sua produção era insignificante. Em 1926, o consumo diário do tomate em São Paulo era de 100 caixas. A partir de 1925, um grupo de lavradores japoneses começou seu cultivo em Mogi das Cruzes. As experiências de um deles, *Benjiro Togue*, na década de 30, contribuíram para o crescimento de sua produção em escala mais adequada às exigências da popularização da comida italiana em São Paulo. Em 1930, o consumo diário estimado passou a 365 caixas; em 1935, passou de 1000. Nesse caso, japoneses e italianos, juntos, ajudaram a moldar um novo estilo na culinária mais popular em toda uma região do País.²⁰ A variedade de tomate desenvolvida por Togue teve grande aceitação no mercado, por demonstrar excelente qualidade tanto para a salada quanto para o tempero. Anos mais tarde, alguns dos lavradores do grupo deslocaram-se para o núcleo de Santa Cruz, na Baixada Fluminense, onde continuaram a plantar o mesmo tipo de semente, originando o nome

¹⁹ Ibidem, p. 194.

²⁰ Ibidem, p. 196.



até hoje difundido dessa variedade de tomate: Santa Cruz, que se caracteriza por seu formato oblongo.

A história do tomate Santa Cruz também me faz recordar a história de meu avô. Antes de emigrar para o Brasil, ele havia estudado princípios de agricultura e pecuária no sul do Japão. Por todos os lugares por onde passou, sempre teve muito boa vontade para ensinar a colegas de trabalho e brasileiros o que sabia. Minha mãe sempre conta que nos anos 50 e 60, quando viviam na região de Nazaré Paulista, meu avô recebeu prêmios pela rentabilidade de suas colheitas. Chegou a ter mais de 40 funcionários em sua fazenda. Muitos deles e os vizinhos pediam ajuda a ele sobre como ter êxito no cultivo de tomate, pepino, cenoura, alcachofra e gengibre. Em diversas regiões por onde passou – Marília, Cafelândia, Embu, Tremembé e Nazaré Paulista – sempre teve orgulho em dividir com outros o que sabia sobre agricultura.

“VÁ PLANTAR BATATA!” OU “AO VENCEDOR, AS BATATAS”?

Sack Miura, diretor do jornal Nippak Shimbun, de São Paulo, visitou a Aldeia de Cotia, em setembro de 1926, e publicou, sob o pseudônimo de Chonin Suda, um artigo intitulado “Elogio da batata”. O êxito da comunidade nipo-brasileira da pequena vila com o plantio da batata foi a inspiração. Foram suas palavras:

“Vá plantar batata!” Como todos sabem, esta expressão é pejorativa no Brasil. (...) No entanto, vendo a situação da cultura da batata feita pelos japoneses nos arredores de São Paulo, nenhum brasileiro poderá usar aquela expressão em sentido de menosprezo. Pelo contrário, tornar-se-á grande apologista da batata. Terra cuidadosamente tratada, batatal verde que parece um tapete novinho em folha; só a vista dessa lavoura tira-nos o topete de dizer ‘Vá plantar batata’. Cotia, famosa pela batata, fica a 35 ou 36 quilômetros de São Paulo, uma ou duas horas de



automóvel. Vivem ali cerca de 100 famílias de japoneses dedicados à cultura da batata. Morros áridos foram cuidadosamente cultivados, de maneira que ali não há nenhum pé de árvore. Resultou de mais de um decênio de esforço dos japoneses ali radicados. Este jornalista admirou-se dos resultados conseguidos por seus patrícios. Mas os estrangeiros se admiram ainda mais. Terras exaustas, onde mal nascem arbustos raquíticos e barbas-de-bode, chegam a produzir 240 a 250 sacas de milho. Por isso se espantam dizendo que os japoneses são mágicos ou pelotiqueiros. Não é para menos, tais os excelentes resultados conseguidos na lavoura pelos japoneses de Cotia.”²¹

Foi no final da década de 20 que um grupo desses agricultores de Cotia resolveu criar a CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia). A CAC e seu modelo expandiram-se pelo setor hortifrutigranjeiro brasileiro, como mais uma herança da imigração japonesa para o Brasil. O associativismo e o sistema cooperativista tiveram papel crucial para os pequenos produtores rurais, fornecendo-lhes sementes, adubos, defensivos, ensinando-lhes técnicas de cultivo, provendo-os de informações e canais de comercialização. Ainda hoje, em regiões do Estado de São Paulo particularmente, é esse sistema que possibilita o aprimoramento da produção de culturas intensivas de flores, frutas, legumes e hortaliças, com emprego de tecnologia, conhecimento e dedicação.

Com relação ao cultivo da batata na região de Cotia, é preciso recordar que seu êxito também esteve vinculado ao aperfeiçoamento técnico resultante do trabalho de imigrantes. Apesar de trabalhar o dia inteiro na lavoura, um desses lavradores, Kumaki Nakao, aproveitava suas horas de folga para ler revistas agrícolas japonesas da década de 20. Foi inspirado nessas leituras que teve a idéia de usar

²¹ Zempati Andô, *Cooperativismo nascente*. In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. Ed. Vozes e EDUSP, São Paulo, 1973, ps. 164-188.



calda bordalesa para combater as doenças das batatas. Comparado à lavoura arcaica tradicional, a calda bordalesa somada ao arado do tipo japonês e o uso de adubo constituiu verdadeira revolução para o cultivo da batata.²² Ao vencedor, as batatas!

PARA ALÉM DA AGRICULTURA

A partir de meados da década de 50, a imigração japonesa para o Brasil não contribuirá apenas para melhorar as práticas agrícolas. Ela também ajudará a estabelecer canais para um fluxo permanente de comércio e de investimentos. Se o Japão vivia o “*milagre japonês*” à época, o Brasil era visto como grande fonte de reservas minerais e de matérias-primas agrícolas.

A parceria entre siderúrgicas japonesas e a Companhia Vale do Rio Doce permitiu o aperfeiçoamento da relação entre os dois países. Estimulou o desenvolvimento de dezenas de atividades aparentadas e, no caso dos transportes marítimos, teve efeitos em escala mundial.²³ USIMINAS e Ishibrás são dois exemplos que ilustram tal afirmação. Abriram as portas para muitos outros projetos de cooperação, como o dos Corredores de Exportação, que possibilitou a concretização de outros, como o PRODECER, de desenvolvimento do cerrado.

A cooperação nipo-brasileira firmou-se de tal modo que, mesmo durante as crises do petróleo e a crise financeira, os japoneses continuaram a investir no Brasil em projetos como o da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão) e o Grande Carajás.

Empresários, homens públicos e cidadãos comuns compartilharam desse processo. Um deles, Eliezer Batista, cuja história pessoal confunde-se com a da Vale do Rio Doce, em entrevista concedida na década de 90, assim avaliou a contribuição do Japão para o Brasil: “O Brasil deve

²² Ibidem, p. 172.

²³ Paulo Yokota, *Introdução*. In: ____ et al. *Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*. Topbooks- Bolsa de Mercadorias e Futuros, São Paulo, 1997, p. 24.



ao Japão muito mais do que aquilo que é colocado de forma comum, pois seu apoio viabilizou a transformação da CVRD numa grande empresa internacional. Dispondo apenas do diminuto Porto de Vitória, lutando contra a falta de crédito e enfrentando uma difícil situação econômica nacional, a CVRD não teria tido condições para crescer. No outro extremo do mundo, o Japão, ao se abrir para o Brasil, acabou abrindo também o resto do mundo para o Brasil.”

O modelo dessa cooperação na área de transportes e de siderurgia talvez ainda possa servir como exemplo para outros projetos. Ao admirar o êxito da Companhia Vale do Rio Doce nos dias de hoje, é preciso recordar, com Eliezer Batista, o passado e a importância da cooperação entre Brasil e Japão neste e em tantos outros projetos.²⁴

II – O BRASIL NO JAPÃO

ROMANCE

(Guilherme de Almeida)

*E cruzam-se as linhas
no fino tear do destino.
Tuas mãos nas minhas.*

ENTRE O PAÍS DO FUTURO E A TERRA DO SOL NASCENTE

Durante a visita ao Japão, em maio de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com representantes dos *dekasseguis* brasileiros.²⁵ Pela primeira vez, um Presidente do Brasil manteve

²⁴ Paulo Yokota, *A fase pioneira*. (baseado em depoimento de Eliezer Batista) In: ____ et al. *Fragments sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*. Topbooks- Bolsa de Mercadorias e Futuros, São Paulo, 1997, p. 52.

²⁵ O termo *dekassegui*, mais adequado aos trabalhadores temporários que, em princípio, voltariam ao Brasil, hoje convive com o grande grupo de emigrados, que adotou o Japão como novo lar. Cf. João Pedro Corrêa Costa, *De decassêgui a emigrante*. FUNAG, Brasília, 2007.



encontro com representantes do grupo, na maioria descendentes de nipo-brasileiros, que emigraram para o Japão em busca de melhores condições de vida. O Presidente Lula conversou, em Nagoya, com representantes dessa colônia, a terceira maior da diáspora econômica brasileira, depois da estadunidense e da paraguaia. *Dekassegui* quer dizer “trabalhar fora de casa”, mas adquiriu igualmente o sentido de “trabalhador temporário”. Também conhecidos como “burajirujin” (em japonês, “brasileiro”, palavra derivada de “Burajiru”, Brasil), os *dekasseguis* começaram sua saga partindo de São Paulo e de outros Estados em direção ao Japão em meados da década de 80 – a década perdida. A partir dos anos 90, quando a legislação nipônica passou a facilitar essa corrente migratória, o processo ampliou-se. No fim de 2003, de acordo com o censo demográfico do Japão, eles eram 274,7 mil. Se incluídos os imigrantes com dupla nacionalidade, esse número fica ainda maior. Os brasileiros passaram a ser usados em serviços industriais que exigiam baixa qualificação, mas com uma remuneração que se mostrou inicialmente atraente mesmo para profissionais de nível superior. Ainda hoje, um brasileiro em início de carreira, aos 18 anos, consegue ganhar, nas fábricas japonesas, mais de US\$ 2 mil mensais.²⁶

Essa corrente migratória já supera em número a que ocorreu durante o século XX no sentido contrário, do Japão para o Brasil. Desde 1908, marco inicial da imigração japonesa, vieram para cá cerca de 250 mil pessoas. Os brasileiros formam também a terceira maior colônia de trabalhadores estrangeiros no Japão - depois dos coreanos (613.791) e chineses (462.396). Em *Brasileiros no Japão – O Elo Humano das Relações Exteriores*, a Embaixadora Maria Edileuza Fontenelle Reis explica a história de todo o processo. Em 1985, apareceram em jornais da comunidade japonesa, no Brasil, os primeiros anúncios recrutando imigrantes para trabalharem no país

²⁶ http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0524/0524_dekaseg.asp



natal.²⁷ Era uma tentativa das indústrias japonesas de solucionar o problema da falta de mão-de-obra, ocasionado pela rápida expansão que a economia do país registrava na época. Adotar o critério de descendência permitiu aos japoneses afastar a pressão da imigração de outros países asiáticos em situação de superpopulação e economias menos dinâmicas na época, como Filipinas, Coréia ou China. Levar para o Japão os *isseis* (imigrantes nascidos lá) mostrou-se insuficiente e, em seguida, os japoneses alteraram suas leis para permitir a concessão de vistos temporários sem restrição à ocupação profissional de *nisseis* e *sanseis* (respectivamente, filhos e netos de imigrantes), além de seus cônjuges. À época, com a alta do dólar, somada à recessão e à inflação galopante que assolavam o Brasil, trabalhar como *dekassegui* no Japão poderia efetivamente significar uma vida melhor.

O fluxo migratório chegou a atingir mais de 60 mil pessoas em um único ano. Apenas mais tarde, com a estagnação da economia japonesa e a conseqüente redução geral da demanda por mão-de-obra, houve uma queda no fluxo. Em 2003, 10.568 brasileiros adquiriram visto permanente.²⁸ Eis a prova cabal de que se trataria não apenas de brasileiros vivendo temporariamente em outro país (*dekassegui*), mas de um grande processo de emigração.

Apesar de relatos de discriminação, sobretudo nos primeiros tempos, e de problemas de inadaptação, consumo de drogas e criminalidade em nível sensivelmente maior que entre os que permanecem no Brasil, o fluxo continua. Segundo os dados do censo japonês, mais da metade do contingente (cerca de 140 mil) já são considerados “residentes por longo período”.

Quando um de meus primos resolveu que iria para o Japão para trabalhar em uma grande empresa de autopeças, na década de 90,

²⁷ Maria Edileusa Fontenelle Reis, *Brasileiros no Japão – O elo humano das relações bilaterais*. Ed. Kaleidus- Primus, São Paulo, 2001, edição trilingüe (japonês/português/inglês), coordenação de Masato Ninomiya.

²⁸ http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0524/0524_dekaseg.asp



a família sentiu-se triste por sua partida. Todos, porém, apoiaram a decisão, especialmente meu avô, ao compreenderem que o objetivo de meu primo (e, mais tarde, de dois de meus tios) era apenas o de buscar uma vida melhor, uma situação financeira melhor.

A saga dos *dekassegui* de retorno à “**terra do sol nascente**” (o ideograma que representa o nome do país no idioma original é assim traduzido), deixando para trás o Brasil, “*país do futuro*”, é apenas a cabal comprovação de que Oscar Wilde estava certo quanto ao Japão: não existe um Japão sincrônico.²⁹ Olhando para os dois movimentos migratórios sob a perspectiva de onde primeiramente tiveram origem – primeiro a saída para o Brasil, depois o retorno ao Japão – a conclusão é uma, para utilizar o mesmo raciocínio do Embaixador Fernando Guimarães Reis: a leveza da civilização da madeira.³⁰ O que antes teve um sentido leste-oeste, hoje vai no sentido contrário.

Explico-me: em seu artigo *Japão: notas de uma passagem por um país em transição*, o diplomata evoca tal imagem para explicar o Japão. Para ele, o país é marcado por uma grande capacidade de recriar-se, por uma dinamicidade ímpar, que o faz evocar a expressão de Marshall Berman para explicar seu objeto de estudo – de que “*tudo*

²⁹ Fernando Guimarães Reis, *Japão: notas de uma passagem por um país em transição*. In: *Política Externa*, volume 10, nº 3, janeiro de 1996 a junho de 2001, p. 154. Assim conclui o personagem Vivian, no diálogo “*The decay of lying*”, de Oscar Wilde: “*In fact the whole of Japan is a pure invention. There is no such country, there are no such people. One of our most charming painters went recently to the Land of the Chrysanthemum in the foolish hope of seeing the Japanese. All he saw, all he had the chance of painting, were a few lanterns and some fans. He was quite unable to discover the inhabitants, as his delightful exhibition at Messrs. Dowdeswell’s Gallery showed only too well. He did not know that the Japanese people are, as I have said, simply a mode of style, an exquisite fancy of art. And so, if you desire to see a Japanese effect, you will not behave like a tourist and go to Tokio. On the contrary, you will stay at home, and steep yourself in the work of certain Japanese artists, and then, when you have absorbed the spirit of their style, and caught their imaginative manner of vision, you will go some afternoon and sit in the Park or stroll down Piccadilly, and if you cannot see an absolutely Japanese effect there, you will not see it anywhere*”. O texto pode ser encontrado na Internet: <http://books.eserver.org/fiction/the-decay-of-lying.html>.

³⁰ Fernando Guimarães Reis, *Japão: notas de uma passagem por um país em transição*. In: *Política Externa*, volume 10, nº 3, janeiro de 1996 a junho de 2001, p. 158.



que é sólido se desmancha no ar”. Eis, então, a imagem da “civilização da madeira”.

UM JAPÃO VISTO POR OLHOS BRASILEIROS

Uma das descobertas mais interessantes na minha ainda curta carreira diplomática foi conhecer um bom número de diplomatas brasileiros que serviram no Japão e gostaram muito da experiência – tanto assim que, em alguns casos, voltaram a servir no país. Para entender o porquê de tal encantamento e essa visão positiva sobre o país, resolvi procurar saber com alguns dos colegas suas razões.

Para muitos, o fato de tratar-se de um país desenvolvido, de um povo educado, respeitador, uma civilização sofisticada para os padrões asiáticos e mundiais e uma história comum com o Brasil foram as razões mais mencionadas. Mas isso também poderia ser comum no caso de muitos outros países. Qual então, o diferencial, o característico?

No artigo já mencionado para a Revista de Política Externa, o Embaixador Fernando Guimarães Reis tece diversas considerações sobre experiências e observações durante sua passagem pelo Japão. Ao concluir o artigo, o diplomata faz menção à expressão de Roland Barthes de que o Japão seria o “*império dos signos*”. À guisa de sua conclusão, afirma também que “*o Japão nos reserva surpresas*”.³¹ Ora, o Japão, para muitos que aprenderam a admirá-lo, a muito bem querer sua gente, é ainda um enigma. A polidez, a educação, a seriedade, a busca da perfeição, a dedicação e o valor atribuído ao trabalho são apenas alguns dos valores que convivem com uma concepção de mundo em movimento, com a leveza da “civilização da madeira”.

O próprio Embaixador Fernando Reis faz referência a uma expressão cunhada por Kurt Singer, em “*Mirror, sword and jewel*”, bastante sugestiva: “*Os japoneses são difíceis de serem compreendidos,*

³¹ Ibidem, p. 160.



não porque eles sejam complicados ou estranhos, mas porque eles são tão simples.” Tal afirmação encontra-se num capítulo cujo título, muito sugestivo, “The mists of concealment”, também se abre com outra afirmação bastante interessante: “Nenhum povo poderia estar mais qualificado a reclamar por ser mal compreendido, desconhecido ou esquecido do que o japonês, cujo primeiro e último anseio é o de levar uma vida longe da atenção dos demais.” E continua: “‘Todo inglês é uma ilha’, observou o poeta e filósofo alemão Novalis, ao final do século XVIII. De forma análoga, o japonês pode ser chamado de ‘uma ilha murada cercada de nuvens’”.³²

Em obra de referência sobre a história recente do Itamaraty, “Uma paulista no Itamaraty”, a diplomata Marina do Rego Freitas de Toledo, uma das primeiras mulheres a tornar-se diplomata na história do Brasil, a quem o Embaixador Alfredo Valladão referiu-se como “o caso Dreifuss do Itamaraty”³³, por injustiças decorrentes de preconceitos relacionados à sua condição de mulher, narra, em um dos capítulos³⁴, sua positiva experiência no Consulado-Geral do Brasil em Kobe, no início da década de 60. Ao demonstrar seu encanto pela polidez e delicadeza do povo japonês, ela narra um desses momentos que a fizeram guardar o Japão na memória, com saudades, para sempre:

“No dia seguinte ao famoso jantar, um dos senhores presentes à reunião trouxe-me um lindo prato embrulhado em um lenço de seda. Era realmente uma peça de rara beleza, que conservo até hoje e sempre levei comigo em todas as viagens que fiz, desde então, para instalar-me em algum posto. O senhor em questão pertencia a uma família que chefeara um clã, o que significa que era nobre de alta hierarquia antes de o Japão

³² Kurt Singer, *Mirror, sword and jewel: a study of Japanese characteristics*. George Braziller Ed., New York, 1973, p. 44.

³³ Marina do Rego Freitas de Toledo, *Uma paulista no Itamaraty*. Green Forest do Brasil Editora, São Paulo, 1999, p. 145.

³⁴ Ibidem, p. 71. O capítulo intitula-se “O Japão e a polidez”.



perder a guerra e MacArthur acabar com os títulos e privilégios da nobreza, exceto alguns da família imperial. Durante o jantar, havíamos conversado sobre porcelana antiga japonesa e eu demonstrara meu interesse pelo tema e um certo conhecimento de causa, dados os anos que já morava no país e as oportunidades que tivera de obter esclarecimentos sobre o assunto. Com grande gentileza, então, o meu interlocutor ofereceu-me no dia seguinte um prato de porcelana do seu clã, com as suas características peculiares que, no ocidente, chamaríamos quiçá de brasonado. Explicou-me que, no final da guerra, quase toda porcelana antiga dessa qualidade havia sido destruída, e era por isso que trazia apenas um único prato. Até hoje comove-me e alegra o gesto daquele simpático cavalheiro. Deixei o Japão com saudades, que grudaram em mim até hoje.”³⁵

Enigma, mistério, névoa encoberta. Ao mesmo tempo, polidez, delicadeza, dedicação a cada pequeno trabalho, a cada detalhe na busca de reproduzir o que mais próximo fique da perfeição, cujo ideal segue intangível. Talvez tudo isso componha parte do Japão visto por tantos brasileiros que aprenderam a admirar o país.

De minha parte, muitos desses valores recebi ainda pequeno, por intermédio de meus avós maternos, meus padrinhos de batismo. Aprendi também na convivência diária com tios e tias, com primos e primas, com meus pais. Apesar de nunca ter tido a oportunidade de visitar o Japão, sinto que muito dele está dentro de mim. Após ingressar na carreira diplomática, qual não foi minha alegria ao descobrir que poderia continuar a aprender tantas coisas sobre o Japão com colegas de carreira que, sem minha herança genética, possuem grande conhecimento, respeito e admiração pela cultura e pelo povo japonês.

³⁵ Ibidem, p. 81.



MARCOS MAURICIO TOBA

BRASILEIROS NO JAPÃO: JAPONESES NO BRASIL UM DIA?

LEMBRANÇA

(Guilherme de Almeida)

*Confete. E um havia
de se ir esconder, e eu vir
a encontrá-lo, um dia.*

Hoje, 312 mil brasileiros vivem no Japão. Muitos deles são filhos ou descendentes de imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil há cem anos. Um de meus primos que para lá foi pensava em voltar ao Brasil com dinheiro. Decidiu ficar e construir uma nova vida por lá.

Num ano de celebrações como este, é preciso também refletir sobre o ciclo que parece se completar. As associações de compatriotas no Japão continuam a lutar por seus direitos. Desejam ser recebidos e integrados tão bem quanto seus antepassados o foram no Brasil.³⁶ Os cidadãos japoneses que para o Brasil emigraram incorporaram-se plenamente à sociedade local. Eu mesmo, apesar de ter meus traços orientais, não domino o idioma de meus avós nem compreendo a escrita japonesa. Considero-me brasileiro plenamente, pois é o Brasil que amo e considero minha Pátria no coração.

De minha infância, lembro que meus pais e avós sempre trabalharam voluntariamente ajudando uma entidade assistencial na Grande São Paulo, que ainda hoje cuida de uma casa de repouso para cidadãos japoneses e descendentes idosos que têm dificuldades de comunicação em português. Assim como o *Ikoi-no-sono* (em português, Assistência Social Dom José Gaspar), muitas outras entidades têm, nos últimos cem anos, ajudado a tornar a vida de cidadãos japoneses

³⁶ Embaixador André Amado, *Nacionalidade e cidadania*. Mensagem escrita para a edição especial da Revista Humanidades em celebração do centenário da imigração japonesa.



que vieram para o Brasil mais digna e feliz.³⁷ Meu avô, após aposentar-se, continuou a prestar serviços voluntários ao *Ikoï-no-sono* e a outras entidades congêneres, com seus conhecimentos sobre construção civil e agricultura. Recordo com alegria as visitas que fazíamos ao local, cheio de flores, hortas, lagos e cidadãos idosos que passavam seus últimos anos entre iguais, com plenos direitos – mesmo que longe de suas famílias ou do saudoso Japão.

Depoimentos de inúmeros imigrantes japoneses que muito êxito alcançaram no Brasil demonstram a enorme gratidão que sentem com relação ao País que tão bem os acolheu. É o caso de meus avós, mas também de uma história que sempre me impressionou: a do Senhor Shunji Nishimura. No Brasil desde 1932, aos 21 anos, trabalhou em fazendas de café. Em 1939, instalou-se em Pompéia, cidade do interior de São Paulo. Seu negócio de “*conserta-se tudo*”, no final da II Grande Guerra, transformou-se na empresa Máquinas Agrícolas Jacto, que empregou centenas de brasileiros. Formado no Colégio Industrial de Quioto, emprestou seus conhecimentos ao Brasil. Em suas memórias, assim escreveu: “*Vim para esta terra sem qualquer posse. Tive a felicidade de conquistar uma posição a ponto de poder empregar mais de mil pessoas. Devo, por isso, um preito de gratidão a este Brasil. O que recebi foi além do que poderia merecer. Tenho, pois, o dever de devolvê-lo.*” Em 1982, ano que marcou os 50 anos de sua chegada ao Brasil, resolveu criar o Colégio Agrícola e Industrial de Pompéia. Sua fundação patrocina bolsas de estudo para jovens carentes.³⁸

No ano que marca o centenário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil, é preciso também pensar em exemplos como o do Senhor Nishimura. É preciso, também, unirmos forças

³⁷ *Guia da Cultura Japonesa*, Editora JBC (*Japan Brazil Communication*), São Paulo, 2004, p. 63.

³⁸ Susumu Miyao, *Colégio Agrícola e Industrial de Pompéia*. In: _____. *Nipo-brasileiros – processo de assimilação*. Tradução de Katsunori Wakisaka. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, 2002, p. 221.



para proporcionar o mesmo às gerações de brasileiros que têm decidido estabelecer-se na “*terra do sol nascente*”. Nesse sentido, a ampliação da cooperação entre os dois países-irmãos, Brasil e Japão, em prol da melhoria da situação dos mais de 300 mil cidadãos brasileiros e de seus descendentes que vivem no Japão, faz-se necessária. Muitos deles são sangue do mesmo sangue japonês. É preciso preocupar-se com a situação desse grupo, especialmente a garantia de educação e direitos sociais básicos. Seria muito bom, daqui a cem anos, termos o privilégio de possuímos, na “*terra do sol nascente*”, talvez um filho de emigrados do Brasil numa situação parecida com a minha em 2008: um nipo-brasileiro, descendente de quatro avós nascidos no Japão, que hoje é motivo de orgulho a seus ancestrais, por ter-se tornado um diplomata pelo Brasil.

Do ponto de vista de um diplomata brasileiro que reconhece a existência de diversas vulnerabilidades do Brasil nos campos do desenvolvimento tecnológico, econômico, social e político, e ante a premente necessidade de que o Brasil possa desenvolver-se num mundo globalizado, é também importante que o Japão, que possui um belo passado nacionalista de lutas contra os invasores europeus e norte-americanos na Era Meiji, possa apoiar tal processo de desenvolvimento de todas as formas possíveis: seja na ampliação do G-8, seja na busca de uma solução negociada para a questão dos subsídios agrícolas no âmbito da Rodada de Doha da OMC, seja na contínua ampliação da cooperação bilateral que completa seus cem anos.

Na expectativa de que os laços entre os dois países possam continuar a crescer, é importante garantir que a celebração do centenário da imigração japonesa ofereça também uma oportunidade para refletirmos sobre como continuar a fazer crescer a interação entre os dois países nos próximos cem anos. As visitas do então Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi ao Brasil, em setembro de 2004, e do Presidente Lula ao Japão, em maio de 2005, têm sido alicerçadas por importantes parcerias e alianças que unem os dois países, como as nas



áreas de biocombustíveis, a da televisão digital e a do G-4 (para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas). A esperança é de que isso seja apenas o recomeço de um período em que a relação bilateral torne-se ainda mais intensa, e que tais laços continuem a crescer e a expandir-se, em nome de um passado recortado de tantas belas imagens desses cem anos que unem Brasil e Japão.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, André. *Nacionalidade e cidadania*. Mensagem escrita para a edição especial da Revista Humanidades, em celebração do centenário da imigração japonesa.

ANDÔ, Zempati. *Cooperativismo nascente*. In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. Ed. Vozes e EDUSP, São Paulo, 1973, ps. 164-188.

COSTA, João Pedro Corrêa. *De decasségui a emigrante*. FUNAG, Brasília, 2007.

DAVIDSON, Alan. *The Oxford Companion to Food*. Oxford University Press, Oxford, 1999.

FIREFLY, Thelma Barer-Stein. *You Eat What You Are: People, Culture and Food Traditions*. Ontario, 1999.

FRANCHETTI, Paulo. *Guilherme de Almeida e a história do baicai no Brasil*. In: *Jornal de Poesia* - <http://www.revista.agulha.nom.br/pfr01.html>

GOGA, H. Masuda. *O baicai no Brasil*. Ed. Oriente - Aliança Cultural Brasil-Japão, São Paulo, 1988, tradução de José Yamashiro.



HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês – história de sua vida no Brasil*. TA Queiroz Ed. – Fundação Japão, São Paulo, 1987.

_____. *Vida nas fazendas de café*. In: In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. Ed. Vozes e EDUSP, São Paulo, 1973, ps. 71-128.

ISHIGE, Naomichi. *The History and Culture of Japanese Food*. Paul Kegan, Londres, 2001.

LEÃO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil*. IPRI, Brasília, 1990.

MIYAO, Susumu. *Nipo-brasileiros – processo de assimilação*. Tradução de Katsunori Wakisaka. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo, 2002.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Considerações gerais sobre a imigração japonesa*. In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. Ed. Vozes e EDUSP, São Paulo, 1973, ps. 56-68.

PEIXOTO, Afrânio. *Lembranças de Aluísio Azevedo*. In: *Poeira de Estrada*. Roswitha Kempf Editores, São Paulo, 1984.

REIS, Fernando Guimarães. *Japão: notas de uma passagem por uma país em transição*. In: *Política Externa*, volume 10, nº 3, janeiro de 1996 a junho de 2001.

REIS, Maria Edileusa Fontenelle. *Brasileiros no Japão – O elo humano das relações bilaterais*. Ed. Kaleidus- Primus, São Paulo, 2001, edição trilingüe (japonês/português/inglês), coordenação de Masato Ninomiya.



SAITO, Hiroshi. *À margem da contribuição de japoneses na horticultura de São Paulo*. In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. Ed. Vozes e EDUSP, São Paulo, 1973, ps. 189-200.

SINGER, Kurt. *Mirror, sword and jewel: a study of Japanese characteristics*. George Braziller Ed., New York, 1973.

TOLEDO, Marina do Rego Freitas de. *Uma paulista no Itamaraty*. Green Forest do Brasil Editora, São Paulo, 1999.

VVAA. *Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*. Organização de Paulo Yokota, Topbooks- Bolsa de Mercadorias e Futuros, São Paulo, 1997.

VVAA. *Guia da Cultura Japonesa*, Editora JBC (*Japan Brazil Communication*), São Paulo, 2004.

VVAA - Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da imigração japonesa ao Brasil. *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa*. Editora Hucitec – Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, São Paulo, 1992.





VII.

**O TRANSBORTAMENTO DA
INFLUÊNCIA: BRASILEIROS
NÃO-DESCENDENTES E A
IMIGRAÇÃO JAPONESA**





O TRANSBORTAMENTO DA INFLUÊNCIA: BRASILEIROS NÃO-DESCENDENTES E A IMIGRAÇÃO JAPONESA

Viviane Ferreira Lopes

INTRODUÇÃO

O interesse de brasileiros não-descendentes pela cultura japonesa antecede o processo migratório, haja vista a obra pioneira de Francisco Antonio de Almeida, “Da França ao Japão” e, mais especificamente, o estudo escrito, em 1897, pelo vice-cônsul brasileiro em Yokohama, Aluísio de Azevedo, intitulado “O Japão”.¹ No entanto, o convívio proporcionado pela imigração aprofundou o conhecimento entre brasileiros e japoneses de modo que, no início do século XXI, as relações entre ambos os países não se limitam aos vínculos existentes entre a colônia japonesa no Brasil e seus patrícios no Japão, tampouco às relações políticas entre os respectivos governos.

O movimento migratório iniciado em 1908, no Porto de Kobe, não transformou somente a vida dos cerca de 230 mil imigrantes que chegaram aos portos brasileiros. A maciça imigração japonesa causou grande impacto na sociedade brasileira como um todo, podendo-se inferir sua importância para os questionamentos acerca da composição étnica brasileira consubstanciada, vinte anos depois, no Manifesto Antropofágico.

A incorporação de elementos da cultura nipônica pode ser percebida em situações já integradas ao cotidiano brasileiro. Conforme afirmou o Presidente Lula, por ocasião de brinde oferecido ao ex-Primeiro Ministro Junichiro Koizumi, “aprendemos a admirar no

¹ JOKO, Alice T. *Ensino da língua japonesa no Brasil*. Revista Humanidades. Editora Unb. Brasília, 2007.



povo japonês e nos imigrantes que para cá vieram, a perseverança diante da adversidade, a determinação em avançar, o espírito de solidariedade comunitária... O Japão em muito contribuiu para a construção do Brasil moderno. Nossa parceria ajudou a criar um dos maiores e mais competitivos parques industriais do Hemisfério Sul. Trouxe tecnologia para nos transformar em grande produtor de minérios e em um dos celeiros do mundo.”²

A comunidade japonesa no Brasil sempre se preocupou em manter vivo o elo que a une à terra de origem. Escolas da língua japonesa, centros de convivência e clubes desportivos congregaram, e até hoje congregam, filhos da imigração. Ao longo do século XX, a cultura japonesa foi divulgada por meio de jornais, revistas, boletins informativos e até por meio da publicação de romances e poesias de renomados autores. No primeiro momento, o sonho de voltar ao Japão tornava imperativo o ensino da língua e da cultura materna aos filhos nascidos no Brasil. Com a Segunda Guerra Mundial e a despeito das proibições impostas pelo governo brasileiro, o ensino continuou mais pela importância da afirmação de uma identidade do que esperança do retorno. As chamadas “escolas japonesas” centravam suas atividades na transmissão da cultura e da língua japonesa a descendentes, com o objetivo de consolidar a identidade nipo-brasileira.

A partir da década de 1970, contudo, as comunidades japonesas passaram por significativa transformação. O crescimento econômico decorrente do “Milagre” incentivou a migração de descendentes japoneses às capitais brasileiras, sobretudo à cidade de São Paulo. Os *nikkeis*, termo que designa os descendentes de japoneses, deixaram a agricultura e as cidades do interior, destino da maioria das caravanas de imigrantes, para se dedicarem a atividades urbanas. Foi a

² Política Externa Brasileira, volume I. Discursos, artigos e entrevistas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2007.



época do apogeu do Bairro da Liberdade, em São Paulo, com a criação da estação do metrô e a instalação das luminárias orientais.

Na cidade, as dificuldades da manutenção do modo de viver japonês aumentaram à medida que os elementos culturais locais eram interiorizados pelas novas gerações. A multiplicação dos casamentos interétnicos e o progressivo distanciamento da cultura materna contribuíram para a crise das antigas “escolas japonesas”, as quais, diante do esvaziamento de suas salas de aula e da percepção do movimento de refluxo migratório (fenômeno *dekassegu*) optaram por uma nova abordagem. O método de ensino do japonês como língua materna dava lugar, assim, ao método de ensino do idioma para estrangeiros.

Atualmente, as lideranças *nikkei* defendem a promoção do ensino do japonês sem distinção do público-alvo. De acordo com essa nova estratégia, o aumento da oferta de cursos facilita o aprendizado da língua não só por brasileiros não-descendentes como também atrai os descendentes que não mais guardam relações estreitas com a cultura de seus antepassados. Busca-se, na verdade, uma saída que concilie a filosofia do ensino do japonês como instrumento de consolidação da identidade nipo-brasileira e os modernos métodos de ensino de línguas estrangeiras³. A despeito dos efeitos verificados em meio aos *nikkeis*, observa-se número significativo de brasileiros não-descendentes que, valendo-se dos novos métodos empregados, imiscuíram-se na comunidade, demandando o ensino do japonês, do *ikebana* (arranjos florais), do *shodo* (caligrafia japonesa), e, por fim, concorrendo à oportunidade de residir, a trabalho ou a estudo, no Japão.

Neste trabalho pretendemos salientar essa segunda face da imigração, ou seja, impacto causado na vida dos brasileiros que, dado o convívio com a comunidade japonesa, tornaram-se estudiosos e entusiastas de sua língua e cultura. O estudo da língua japonesa será tratado com maior profundidade em razão de seu caráter instrumental.

³ JOKO, Alice T. *Idem*.



O conhecimento da realidade e da cultura de um país depende de uma relação de familiaridade com o idioma.

Na primeira seção serão analisados a maior abertura das “escolas japonesas” à participação de alunos não-descendentes, assim como informações acerca da oferta de bolsas de estudo, pelo governo japonês, a estudantes e/ou acadêmicos brasileiros. Em seguida, serão apresentados depoimentos e experiências de brasileiros não-descendentes que, em razão das atividades realizadas pela colônia japonesa e/ou pelo governo japonês interessaram-se pelo Japão e dedicaram-se à aproximação entre ambos os países. A segunda seção abordará a difusão do *manga* e do *anime* na sociedade brasileira e depoimentos de jovens não-descendentes que, em razão da influência dos quadrinhos japoneses, optaram pelo estudo do idioma japonês. A terceira seção apontará benefícios e desafios decorrentes da maior participação dos não-descendentes nas relações Brasil-Japão. Por fim, constará breve conclusão.

Os depoimentos recorrentes deste trabalho foram obtidos mediante a distribuição de questionários em que constavam as seguintes perguntas:

- 1) Qual sua cidade e Estado de origem?
- 2) Qual sua cidade e Estado de residência atual?
- 3) Como se deu seu primeiro contato com o Japão? Por quê estudar japonês? Por quê morar no Japão?
- 4) Saliente dois ou três aspectos da cultura japonesa que você considera mais marcantes.
- 5) Você pode perceber alguma mudança em sua vida (comportamento, hábitos, modo de pensar) que decorreu de seu contato com a cultura japonesa?
- 6) Atualmente você trabalha/estuda em alguma empresa/instituição japonesa ou pretende trabalhar/estudar com algum tema relacionado ao Japão no futuro?



SEÇÃO I

1.1) A PARTICIPAÇÃO DE BRASILEIROS NÃO-DESCENDENTES NAS “ESCOLAS JAPONESAS” E NOS PROGRAMAS DE BOLSA DE ESTUDO

A Professora Tae Suzuki defende que os estudos japoneses no Brasil decorrem de duas vertentes distintas⁴. A primeira delas teria surgido no seio da comunidade nipo-brasileira como resultado da nostalgia dos primeiros imigrantes e, posteriormente, como forma de manutenção de uma identidade. A segunda seria caracterizada pela curiosidade de brasileiros não-descendentes acerca do exotismo oriental, traduzida em relatos de viagens e crônicas escritas ainda antes da imigração, conforme versado anteriormente. Essas vertentes teriam trilhado caminhos paralelos ao longo da primeira metade do século XX, mas, a partir das décadas de 1960-1970, teriam iniciado processo de confluência, época em que os debates sobre o método de ensino do japonês germinaram e as bolsas de estudo proliferaram. Hoje, o ensino produzido pela comunidade *nikkei* é de fácil acesso aos não-descendentes e as produções independentes desses últimos cedem espaço ao diálogo franco com os nipo-brasileiros.

De acordo com uma pesquisa realizada conjuntamente pela Universidade de Campinas – Unicamp, pela Universidade de São Paulo – USP e pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, 60,5% dos alunos matriculados no curso de Japonês Instrumental Oral para o primeiro semestre de 2005 não tinham ascendência japonesa.⁵ No mesmo sentido,

⁴ SUZUKI, Tae. *Do japonismo à japonologia - os estudos japoneses no Brasil*. In: XI Encontro Nacional de Professores de Língua, Literatura e Cultura Japonesa, 2000, Brasília. Anais do XI Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. Brasília : Universidade de Brasília, 2000.

⁵ MORALES, Leiko Matsubara; AKAMINE, Ayako; NEMOTO, Lucia Kiyomi; YANO; Tereza Mieko. *Conteúdo programático de uma língua estrangeira e seus principais problemas na elaboração, na execução e no aproveitamento do feedback*. In: Anais do III Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.



de um total de 158 alunos atualmente inscritos no Curso de Letras/ Língua e Literatura Japonesa da Universidade de Brasília, apenas 32 têm sobrenome japonês, ou seja, com base nessa análise superficial, 79,7% dos alunos matriculados não são descendentes de japônês.

Fenômeno semelhante pode ser observado fora do meio acadêmico. A Escola Modelo de Língua Japonesa de Brasília conta com 67,48% de alunos não-descendentes, sendo importante notar que a referida instituição enquadra-se na proposta das antigas “escolas japonesas”, a qual se baseia na transmissão da cultura e na afirmação da identidade nipo-brasileira. É possível notar, portanto, que as diretrizes de ensino apresentadas a partir da década de 1970, concretizam-se neste início de século. O quadro de alunos da Escola de Língua Japonesa de Taguatinga exhibe com clareza a transformação por que passam as escolas de formação japonesa. Se, por um lado, as crianças *nikkeis* constituem 95,4% dos alunos nessa faixa etária, os adultos *nikkeis* representam 39,4%. A preocupação das famílias em perpetuar as tradições japonesas em âmbito familiar explica a composição das turmas infanto-juvenis. Por sua vez, o distanciamento de parte da juventude *nikkei* de suas origens, aliado ao número crescente de não-descendentes que se envolvem nas atividades promovidas pela comunidade nipo-brasileira, são fatores que levam à minoria *nikkei* nas turmas de adultos.

Os resultados da “Pesquisa sobre as escolas de língua japonesa”⁶, realizada em 2000, causou espanto aos professores do idioma. Na América Latina, de forma geral, o ensino do japonês é direcionado às crianças. No Brasil, todavia, mais de 1/3 dos alunos das escolas japonesas eram maiores de 15 anos. O perfil dos alunos

⁶ NAKATA, Michiko; SUZUKI, M.E. (org.) “Pesquisa sobre as escolas de língua japonesa”, in *A consciência lingüística dos Estudantes Adultos de Língua Japonesa*. História do Ensino da Língua Japonesa no Brasil, parte II. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008. A referida pesquisa considerou um universo de 379 estabelecimento de ensino, sendo 261 localizados no Estado de São Paulo e 118 em outras unidades federativas.



maiores de 15 anos de idade também havia mudado. Desses, 40% não tinham ascendência japonesa, fração que coincide com o número de alunos que não tinham contato com a língua japonesa fora da sala de aula ou que utilizavam o idioma apenas no emprego, isto é, pessoas que não falavam o japonês com seus familiares. Nas considerações finais do referido trabalho, o Professor Susumu Miyao, do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, concluiu que, além do impressionante número de alunos adultos nos cursos atuais, era possível verificar o crescimento do número de estudantes não-descendentes.

Além disso, é curioso notar que a cultura japonesa aparece como o principal motivo que levou os alunos entrevistados aos cursos de japonês. Embora 65% dos alunos estivessem cursando uma faculdade ou tivessem nível superior completo, apenas 16% afirmaram buscar no idioma vantagens profissionais. A maioria dos alunos não via o japonês como uma forma de especialização profissional, o que torna possível afirmar que a ampliação de oportunidades de trabalho que requerem o conhecimento do idioma atrairia muitos outros brasileiros às salas de aula das escolas japonesas.

As bolsas oferecidas no Brasil para estudo em universidades ou para estágio em empresas japonesa são divididas em duas categorias. A primeira delas é voltada para a comunidade nipo-brasileira e foi instituída com o objetivo de conferir aos jovens *nikkeis* melhor capacidade de inserção no mercado de trabalho brasileiro. Observou-se que o nível de escolaridade desses jovens havia aumentado com o movimento de migração para as cidades, razão pela qual o governo japonês, ou o governo das províncias japonesas, resolveu financiar a ida desses jovens ao Japão para conclusão do mestrado ou doutorado. Essa estratégia também se mostrou eficaz na revitalização do relacionamento entre os *nikkeis* e o Japão, e entre esse país e o Brasil, na medida em que, ao retornar, muitos desses jovens trabalharam nos investimentos japoneses aqui realizados. São exemplos a *Kempi Ryugaku* e a *Kaigai Gijutsu Kenshuin*.



O segundo modelo de bolsas de estudo refere-se àquelas oferecidas pelo governo japonês a estrangeiros como forma de divulgar sua cultura ao redor do mundo e a estimular a formação de especialistas nos estudos japoneses. Destacam-se os programas do Ministério da Educação do Japão – *Monbukagakusho*, os da Agência Japonesa de Cooperação – JICA, e os da Fundação Japão. As bolsas do *Monbukagakusho* datam de 1956; todavia, as demais inserem-se na década de 1970, momento em que as relações entre Brasil e Japão ganhavam destaque na agenda internacional de ambos os países.

Poucos são os dados disponíveis sobre o índice de participação de brasileiros não-descendentes nas referidas bolsas de estudo. Além das informações referentes a programas de intercâmbio específicos de determinadas universidades, destaca-se o resultado de uma enquête preparada pela Associação Brasileira de Ex-bolsistas – Asebex⁷ e as listas de ex-bolsistas divulgadas pelas associações regionais, dentre as quais analisaremos a Associação Brasileira de Ex-bolsistas – Abraex⁸. Surpreende, no entanto, a discrepância entre os dados analisados.

A Asebex informa que somente 4% de seus ex-bolsistas não são descendentes. A Abraex, por sua vez, apresenta uma lista em que mais de 50% dos associados não são *nikkeis*. Embora somente dados oficiais possam solucionar a contradição, sugere-se que a Asebex, por guardar estreita relação com a comunidade *nikkei* paulista, restringiu sua pesquisa aos membros ativos da associação⁹, de maioria nipo-brasileira, não correspondendo, assim, ao universo de ex-bolsistas do Brasil. As associações regionais, entretanto, informaram nome, período do intercâmbio e instituição de cada ex-bolsista, sendo, assim, dados de maior confiabilidade.

⁷ Resultado da Pesquisa da Situação Atual dos Ex-bolsistas (<http://asebex.org.br>)

⁸ Abraex – lista de ex-bolsistas (<http://www.abraex.org.br/bolsistas/lista.html>)

⁹ 184 participantes de um total de 2000 membros.



Cumpre, portanto, perguntar, quem são esses brasileiros que, a despeito da inexistência de vínculos familiares com o Japão, optaram por estudar seu idioma e cultura e, ainda, morar nesse país. Os depoimentos seguintes têm como objetivo personificar os dados estatísticos acima apresentados. Não se trata de ficção. São narrativas exemplificativas de como brasileiros não-descendentes conhecem, gostam, aprofundam-se e passam adiante conhecimentos acerca do Japão, estimulando, no Brasil, o amadurecimento dos estudos japoneses e divulgando, naquele país, a cultura nacional.

1.2) DEPOIMENTOS

1.2.1. PROGRAMA DE INTERCÂMBIO ACADÊMICO CULTURAL CONTEMPORÂNEO BRASIL-JAPÃO

O Programa de Intercâmbio Acadêmico Cultural Contemporâneo Brasil-Japão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ é um exemplo das inúmeras redes da relação Brasil-Japão que foram tecidas com a participação fundamental de brasileiros não-descendentes. Criado em 2000, o Programa atuou na seleção e no envio de 18 alunos às cinco universidades japonesas conveniadas, a saber, a Universidade de Estudos Estrangeiros de Tokyo, a Universidade Waseda, a Universidade de Osaka, a Universidade de Kobe, e a Universidade Kwansei Gakuin.

Além disso, foram realizados três simpósios de alto nível em parceria com a Faculdade de Direito da UERJ, com a Fundação Japão e com o Consulado do Japão no Rio de Janeiro. O I Simpósio Internacional Brasil-Japão da UERJ teve por tema os “desafios e estratégias para o século XXI” e contou com a participação do Diretor-geral do Departamento de América Latina e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. O segundo simpósio realizado discutiu “cidadania, segurança pública e defesa da sociedade”, ocasião



em que representantes de ambos os países trocaram experiências e opiniões sobre relevante tema interdisciplinar. Por fim, o terceiro simpósio abordou a “reforma da Justiça”, objeto de debate tanto no meio acadêmico brasileiro quanto no japonês.

Em decorrência dos trabalhos do Programa de Intercâmbio, foram organizados, no ano 2000, o Curso de Extensão Universitária em Japonês e o Curso de Introdução à Cultura Japonesa, e, quatro anos depois, o Curso de Letras/Japonês, o qual, já no primeiro vestibular, atraiu o interesse de muitos estudantes, havendo 8 candidatos inscritos para cada vaga oferecida. O governo japonês apoiou a iniciativa por meio da doação do *Computer Assisted Language Learning Laboratory* – CALL, um laboratório com tecnologia de ponta desenvolvido especificamente para o ensino de línguas, o que consolidou a excelência do curso prestado.

O trabalho paradigmático do Programa de Intercâmbio Brasil – Japão da UERJ é resultado de uma trajetória individual de dedicação ao aprofundamento dos laços que unem esses países. O Professor José Marcos Domingues de Oliveira, fundador do Programa da Universidade e atual Coordenador do Programa de Intercâmbio Acadêmico Brasil – Japão da Faculdade de Direito da UERJ, deve seu interesse pela cultura japonesa, por sua vez, a uma bolsa de estudos recebida do Ministério da Educação do Japão, em 1978. Após dois anos de estudo na Universidade de Estudos Estrangeiros de Osaka e na Universidade de Osaka, retornou ao Brasil e logo atuou no sentido de divulgar a língua e a cultura japonesas¹⁰. Retornou diversas vezes ao Japão, inclusive como Pesquisador Visitante na Universidade Waseda e como Professor

¹⁰ Vide obras “*Aspectos da influência do direito no desenvolvimento japonês*”. Embaixada do Brasil em Tokyo, Série Setores, nº 4, Janeiro 1980/Revista Forense, Rio de Janeiro, nº 279, p. 45-76, jul./set. 1982; “*Trading Companies Japonesas*” - Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro, n. 16, 1981; e artigo publicado na Gazeta Mercantil, de 05 de maio de 1982, intitulado “Porque a ‘ocidentalização’ do Japão é apenas aparente”.



Visitante na Universidade Kwansei Gakuin. No Brasil, além das atividades decorrentes do Programa de Intercâmbio e de suas funções como Procurador do Estado do Rio de Janeiro e Professor Titular de Direito Financeiro da UERJ, Professor Domingues é Presidente de Honra da Associação Regional dos Ex-bolsistas Monbukagakusho.

Dentre os dezoito alunos que receberam bolsa de estudos no Japão por meio do Programa da UERJ, quinze não são descendentes. Quando perguntados sobre o que os motivou a conhecer o Japão, muitos informaram terem tido um amigo de infância ou um vizinho de ascendência japonesa que transmitiram as primeiras informações sobre o país. Somam-se a esse tipo de experiência, a curiosidade sobre o Oriente e a existência de elementos da cultura japonesa dispersos na sociedade brasileira com os quais a maioria dos brasileiros já se relacionou, seja na culinária, nas artes plásticas ou na televisão. Após a estada de um ano no Japão, os alunos afirmam admirar o país e seu povo, principalmente sua disciplina, o respeito à coletividade e a capacidade de conciliar o moderno e a tradição.

O retorno ao Brasil é normalmente caracterizado pelo entusiasmo em relação ao Japão. Os amigos são incentivados a estudar japonês, a NHK, principal emissora de televisão japonesa, torna-se o canal mais assistido, e a alimentação ganha novos temperos. No entanto, os efeitos da experiência do intercâmbio vão além. Muitos alunos passaram a trabalhar com temas que utilizam o conhecimento adquirido, como em empresas brasileiras que mantêm contato com empresários japoneses (ex. Vale do Rio Doce), em escritórios de advocacia que atendem a clientes japoneses e até em órgãos públicos que cuidam da relação entre ambos os países. Nota-se, assim, a existência de efeito multiplicador, responsável pela expansão da teia de relacionamentos Brasil – Japão.



1.2.2. BOLSISTAS *MONBUKAGAKUSHO*

As bolsas de estudos do Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do Japão - *Monbukagakusho* são o principal meio de auxílio educacional que não requer a comprovação de ascendência japonesa, oferecido pelo governo japonês. A seleção dos alunos é realizada, principalmente, pelo Consulado Geral do Japão de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Gilberto Santos do Nascimento é bolsista do *Monbukagakusho* na graduação da Universidade de Kyushu, onde estuda Letras e Literatura Japonesa. Os primeiros contatos com o Japão e sua cultura misturam-se a lembranças de infância, como os diversos amigos *nikkeis*, os seriados japoneses na televisão e as revistas em quadrinho. Na adolescência, freqüentava o Bairro da Liberdade, principalmente nos dias de festa. Com o objetivo de melhor entender os programas a que assistia e estimulado pelos relatos de viagem dos parentes de seus amigos *nikkeis*, decidiu estudar japonês, o que contribuiu para o aumento do interesse que tinha pelo país. Desse modo, ao receber um telefonema de um amigo informando sobre o processo de seleção de bolsistas, não hesitou em participar.

Atualmente, destaca o respeito à hierarquia e à capacidade de trabalho em grupo como características que julga fundamentais para a compreensão do modo de pensar e de ser do japonês. A importância dada ao comportamento individual na consecução do bem comum fez com que ele tenha se empenhado em refletir mais sobre as necessidades do próximo antes de defender as suas. No Japão, é voluntário em programas de divulgação da cultura brasileira, sobretudo daqueles relacionados à universidade em que estuda. Quando retornar ao Brasil, Gilberto pretende trabalhar em alguma instituição ou empresa japonesa, dando continuidade às relações, por ele formadas, entre ambos os países.



Roberto Drebes é gaúcho, mas, desde abril de 2006, reside em Tóquio. O Japão foi um país distante de sua realidade até participar de um programa de estágio promovido por uma ONG de estudantes. A experiência foi tão marcante que, ao chegar ao Brasil, logo ingressou em um curso de língua japonesa a fim de manter-se próximo a essa cultura e de ter acesso a publicações referentes ao desenvolvimento tecnológico japonês. Anos mais tarde, decidiu participar da seleção de bolsistas realizada pelo Escritório Consular em Porto Alegre e, assim, voltar para o Japão. Aprovado, é doutorando no Centro de Pesquisa para Ciência e Tecnologia Avançadas da Universidade de Tóquio.

Cabe notar que o interesse pelos estudos japoneses pode relacionar-se a temas que vão além do interesse estritamente cultural. Conforme o exemplo de Drebes, o aprofundamento do intercâmbio tecnológico entre o Brasil e o Japão pode proporcionar contribuições importantes que não se restringem à pesquisa em si. O aprimoramento das trocas de conhecimento poderá originar projetos de grande envergadura, haja vista a experiência do Programa de Desenvolvimento do Cerrado – Prodecer e a recente televisão digital de tecnologia japonesa.

A especialização na área tecnológica não impede que Roberto esteja atento às diferenças culturais entre brasileiros e japoneses, nem que os laços por ele formados estejam limitados às paredes do laboratório. Ele considera especialmente intrigante a atenção que os japoneses dão às minúcias e a dificuldade que têm diante do imprevisto. Além disso, admira a capacidade da sociedade japonesa de evitar conflitos, uma vez que todos obedecem rigorosamente a um conjunto de regras não-escritas de convívio. Nas horas vagas, Drebes dedica-se à leitura de romances japoneses e, nos feriados, procura conhecer outras cidades com seus novos amigos japoneses.



1.2.3. PROFISSIONAL BRASILEIRO EM ATIVIDADE NO JAPÃO

Fernanda Torres Magalhães, mestre em História pela Universidade de São Paulo, cresceu em São Paulo e, quando tenta recordar seus primeiros contatos com a cultura japonesa, vêm-lhe à mente os passeios de domingo no Bairro da Liberdade. A vida na capital paulista nunca lhe permitiu ignorar a imigração japonesa, mas foi somente após ter recebido um convite do Departamento de Estudos Brasileiros da Universidade de Estudos Estrangeiros de Osaka (atual Universidade de Osaka) que começou a buscar informações sobre o país. A oportunidade de ensinar cultura brasileira a japoneses intrigou a professora, que, aceitando o desafio, mudou-se para o Japão, onde mora há cinco anos.

Doutoranda da Universidade de Osaka, a Prof. Fernanda atua nas duas frentes da promoção do entendimento entre Brasil e Japão. Por um lado, ensina o português a seus alunos e os introduz na compreensão da cultura e do modo de vida brasileiros. Por intermédio da professora, esses universitários japoneses têm a oportunidade de entrar em contato com a música, a literatura, e a culinária brasileiras, sendo que alguns deles manifestaram interesse de estudar no Brasil para aprofundar seus conhecimentos sobre o país. O aprendizado do português viabiliza a interação individual dos alunos com o Brasil, seja por meio da leitura ou do diálogo direto com brasileiros. Futuramente, esses alunos poderão constituir peça-chave no desenvolvimento das relações bilaterais.

Por outro lado, ao preparar sua tese sobre a imagem que vem sendo construída no Japão sobre o Brasil e os brasileiros, presta grande favor àqueles que se relacionam com os japoneses, fornecendo-lhes elementos que os permitam mapear a inserção brasileira no imaginário japonês. Outra importante contribuição aos estudos japoneses foi o lançamento de *06 de Agosto de 1945 – Um clarão no*



*céu de Hiroshima*¹¹, obra integrante de coleção destinada a explicar a jovens brasileiros as razões e conseqüências de eventos históricos mundiais.

A disciplina japonesa e a compartimentação do tempo em unidades estanques e precisas são características que entende serem as mais marcantes na sociedade japonesa. Salienta que mudanças psicológicas provavelmente ocorreram ao longo desses cinco anos, mas, dada a suavidade desse tipo de transição, não seria capaz de identificá-las.

1.2.4. CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DEPOIMENTOS

As experiências apresentadas demonstram a força da presença japonesa no Brasil. Em primeiro lugar, a comunidade *nikkei*, dada sua singularidade, está, ao mesmo tempo, inserida nos mais diferentes espaços da sociedade brasileira, e voltada à manutenção de suas tradições. Frequentemente, brasileiros não-descendentes vêm-se envolvidos pela cultura japonesa e por temas a ela relacionados em decorrência do convívio com nipo-brasileiros. Vale ressaltar, ademais, a intensa atuação de organizações japonesas e de seu governo no sentido de atrair intelectuais e estudiosos brasileiros que, futuramente, possam difundir a cultura nipônica no Brasil. Como resultado, nota-se a crescente participação de brasileiros não-descendentes nos processos de seleção de bolsas de estudo.

Os programas de intercâmbio são instrumentos de grande eficácia na criação de laços humanos sólidos entre os países. Alunos e profissionais que viveram no Japão não só comumente se tornam estudiosos dos temas referentes a esse país, como, em

¹¹ MAGALHÃES, Fernanda T. *06 de Agosto de 1945 – Um clarão no céu de Hiroshima*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.



sua rotina de trabalho, sentir-se-ão especialmente motivados a interagir com o Japão. Além disso, a presença de estudantes e acadêmicos brasileiros no Japão é oportunidade de difusão da cultura brasileira e de absorção de conhecimentos que poderão ser futuramente aplicados ao desenvolvimento nacional.

A formação de laços com nacionais daquele país é condição estratégica para a implantação de futuras parcerias. Portanto, as bolsas de estudo, criadas em momento de aprofundamento dos laços entre Brasil e Japão, devem merecer atenção especial quando do estabelecimento de uma “Aliança para o Século XXI”.¹²

SEÇÃO II

2.1) A FORÇA DO MANGA E DO ANIME ENTRE AS NOVAS GERAÇÕES

A revolução dos quadrinhos japoneses, que originaram as modernas obras de *manga*, teve início com o trabalho do jovem desenhista Tezuka Osamu. Em 1947, Osamu publicou “A nova ilha do tesouro” (*Shintakarajima*), introduzindo uma estrutura de linguagem mais fluida mediante a incorporação de efeitos cinematográficos. A obra foi um sucesso, com tiragem de quase 800 mil exemplares. Ao longo de sua carreira, Osamu foi influenciado pelos quadrinhos de *Walt Disney*, mas, sobretudo, pelas atrizes do teatro de Takarazuka, o qual ficou famoso por utilizar mulheres na interpretação de papéis femininos e masculinos. Essas atrizes utilizavam pesada maquiagem nos olhos a fim de aumentá-los, o que explica o tamanho desproporcional

¹² OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. Volume I*. São Paulo: Saraiva, 2006.



dos olhos dos heróis de *manga* e os traços delicados dos personagens masculinos.

O *manga* é comumente percebido como “uma válvula de escape silenciosa, afeita aos japoneses que preferem reprimir e interiorizar seus sentimentos.”¹³ No Brasil, os quadrinhos cumpriram importante papel na formação *nikkei* ao atrair o público infantil ao idioma e a temas japoneses. Além disso, a leitura de *mangas* possibilitou a constante atualização da língua pelos imigrantes japoneses, uma vez que a linguagem utilizada é a de uso cotidiano no Japão. Contudo, o sucesso internacional que alcançou nos últimos anos, indica que o fascínio exercido pelos quadrinhos japoneses e por suas versões cinematográficas, os *animes*, não afeta somente seus nacionais e descendentes.

A criação da Associação Brasileira de Desenhistas de Mangá e Ilustrações – Abrademi, em 1984, pode ser vista como o marco inicial da difusão dessa arte no Brasil, embora, somente uma década depois, com a exibição dos *Cavaleiros do Zodíaco* pela extinta TV Manchete, o *manga* e do *anime* tenham se tornado populares. A Bandai, empresa detentora dos direitos autorais dos *Cavaleiros do Zodíaco*, valeu-se, na época, da favorável cotação do dólar decorrente do Plano Real e estimulou a importação de inúmeros produtos que levavam o nome da referida série de desenhos animados.

O sucesso dos *Cavaleiros do Zodíaco* foi seguido da publicação de revistas especializadas, como a Herói, a Animax e a Anime Dô. Por meio dessas revistas, o público brasileiro infanto-juvenil teve acesso à história dos *animes*, vindo a descobrir sua versão escrita, o *manga*, o que tornou possível a formação de um público leitor para os quadrinhos que seriam publicadas, a partir de 2001, já em português. Os resultados alcançados por filmes como “A Viagem de

¹³ LUYTEN, S. M. B. *O poder dos quadrinhos japoneses*. São Paulo: Liberdade Fundação São Paulo, 1991.



Chihiro”, de Hayao Miyazaki, consolidaram a fórmula de sucesso dos desenhos japoneses, baseados tanto na versão escrita quanto na cinematográfica. Atualmente, é possível afirmar que o *manga* e o *anime* tornaram-se um forte novo elemento do universo infantil brasileiro, seja em meio à comunidade japonesa ou entre os não-descendentes.

Observa-se, no entanto, que a linguagem utilizada pelo *manga* e pelo *anime* é extremamente simbólica. O empenho dos tradutores em transmitir aos leitores a intenção do autor encontra sérios obstáculos em razão da impossibilidade de traduzir, em pequenas palavras, não só a parte escrita da obra original, mas também a mensagem contida nas imagens. A profundidade do cumprimento japonês, por exemplo, é carregada do significado alusivo à hierarquia existente entre os protagonistas. Desse modo, os jovens fãs dos quadrinhos vêm recorrendo às escolas japonesas para aprender o idioma de seus super-heróis e o contexto cultural em que se inserem.

2.2) DEPOIMENTOS

Rafael Vianna Valadares Araújo formou-se, em 2007, em Engenharia Mecatrônica pela Universidade de Brasília. É aluno do curso de japonês da Escola Modelo de Brasília, tendo passado ao nível intermediário recentemente, após dois anos e meio de estudo. O japonês fazia parte de sua vida desde a infância, quando começou a se interessar por *animes* e *mangas*. Até hoje é leitor dos quadrinhos japoneses, hábito que cultivava também como forma de agilizar o aprendizado do idioma. Afirma que esse contato inicial com o japonês foi essencial para sua decisão de estudar a língua.

Após iniciar o curso de Engenharia, no entanto, Rafael deixou de ter no *manga* e no *anime* o foco de seus interesses pelo Japão. Descobriu esse país como referência na área de controle e automação. Assim, os estudos japoneses ganharam interesse profissional. Pensando no futuro e na possibilidade de concorrer a



uma bolsa de especialização, Rafael começou a estudar seriamente o japonês. Crê que o domínio do idioma pode ser um diferencial no processo seletivo da bolsa de estudos e que será instrumento essencial para o aproveitamento das aulas que espera assistir no Japão.

Por enquanto, Rafael aprofunda-se no japonês e acompanha as inovações tecnológicas apresentadas pelos japoneses, as quais ele deseja, no futuro próximo, trazer para o Brasil.

Marina Ferreira Uchôa é a única não-descendente dentre os membros da Diretoria Social do Grupo de Jovens Mirai, um grupo de convivência de jovens *nikkeis*. Participa da organização do *JapanFest*, evento comemorativo do centenário da imigração japonesa no Brasil, e faz parte de um grupo de *taiko*¹⁴. Além de estudar Ciências Sociais na Universidade de Brasília, é criadora da raça de cachorros *Akita annu*, cujos proprietários são, em maioria, japoneses (*isseis*). Portanto, a fim de continuar no negócio, percebeu que era preciso estudar o japonês, o que, dado seu interesse por *manga* e *anime* pareceu-lhe uma ótima solução.

O *manga* e o *anime* constituem seu passatempo favorito e instrumento de revisão e consolidação do conteúdo aprendido em sala de aula. O gosto pelo *manga* aproximou-a, ainda mais, da comunidade *nikkei* de Brasília, levando-a a se impressionar com a capacidade dos nipo-brasileiros de manterem suas tradições ainda que vivendo tão distante de sua terra natal. Afirma que o comportamento social dos *nikkeis* fez com que ela valorizasse ainda mais sua família e seus amigos, e, com base na persistência japonesa, passasse a perseguir seus sonhos com maior veemência.

Nos primeiros encontros com a comunidade japonesa, sentiu-se deslocada por ser a única desconhecida dentre as famílias *nikkeis*. Aos poucos, contudo, conseguiu demonstrar que, apesar de não ter as mesmas origens, era igualmente interessada pela cultura japonesa,

¹⁴ Tambores japoneses.



conquistando a confiança e a amizade da comunidade. Hoje, seus melhores amigos, inclusive seu namorado, são *nikkeis*, os quais costumam dizer que Marina “é como se fosse japonesa”.

2.2.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DEPOIMENTOS

Rafael e Marina são jovens que, apesar da importância do manga e do anime para sua formação em japonês, buscaram no idioma uma forma de atingir outros objetivos. Rafael reconheceu as vantagens profissionais que poderão decorrer do conhecimento da língua japonesa. Marina descobriu um novo mundo em sua própria cidade. Conclui-se, assim, que o sucesso dos quadrinhos japoneses não produz conhecimento limitado à fantasia de suas histórias e intrigas, mas é arte de fácil acesso para crianças e jovens que, com o passar do tempo percebem a ampla dimensão dos estudos japoneses, dos quais o manga constitui apenas um capítulo.

Embora, no Japão, existam quadrinhos específicos para cada faixa etária, no Brasil e na maior parte dos países ocidentais, o *manga* cativou o público infantil e adolescente. Essa constatação é muito promissora para o futuro dos estudos japoneses. As estatísticas, anteriormente apresentadas, acerca da maior participação de alunos não-descendentes nas escolas japonesas excluem menores de 15 anos. Considerando, assim, que o sucesso dos personagens japoneses era restrito até meados da década de 1990, é possível afirmar que o movimento atual de aproximação entre não-*nikkeis* e a cultura japonesa sofreu influência limitada da popularização do *manga*. Portanto, espera-se que as atuais crianças e adolescentes, no futuro próximo, exerçam ainda maior demanda pelos cursos de japonês e cultura japonesa. A segunda vertente de que tratou a Prof. Suzuki, move-se, com rapidez, em direção ao saber acumulado pelos imigrantes japoneses.



SEÇÃO III

3.1) BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CRESCENTE DE BRASILEIROS NÃO-DESCENDENTES NAS RELAÇÕES BRASIL-JAPÃO¹⁵

3.1.1. BENEFÍCIOS

A crescente participação de não-*nikkeis* em escolas japonesas e em programas de intercâmbio acadêmico e profissional deve ser vista com entusiasmo. Diversos são os benefícios decorrentes desse fenômeno para um relacionamento mais profundo e duradouro entre os países em tela. A atuação de *nikkeis* nas relações Brasil-Japão é estratégica, haja vista a maior facilidade de compreensão entre os nipo-brasileiros e os japoneses, seja pelo domínio do idioma ou pelo compartilhamento de um conjunto simbólico distinto do brasileiro. No entanto, a atuação de não-descendentes também apresenta características positivas, enriquecendo, ainda mais, os recursos humanos brasileiros na interface com o Japão.

Em primeiro lugar, o aumento do interesse de não-descendentes pelos estudos japoneses, ao invés de diluir a participação de *nikkeis* nas escolas, programas de intercâmbio e em empresas japonesas, atua como propulsor de movimento de retorno às origens pelos próprios descendentes. A popularização da cultura japonesa renovou o orgulho das novas gerações que se encontravam em crise de identidade diante do enfraquecimento de sua auto-percepção como nipo-brasileiras. O sucesso dos personagens de *manga* e *anime* e o interesse pela língua japonesa, por exemplo, dentre os não-descendentes, conferiu novo valor à identidade nipo-brasileira, demonstrando, aos próprios *nikkeis*, a força de sua cultura. Assim, a

¹⁵ Agradeço ao Professor José Marcos Domingues de Oliveira pelas considerações apresentadas sobre o tópico.



memória da imigração japonesa passa a ser preservada não só pela comunidade japonesa, mas pela sociedade brasileira em sentido amplo.

Ademais, no que tange o relacionamento bilateral, o contato realizado entre um japonês e um brasileiro não-descendente pode proporcionar intercâmbio cultural mais intenso. Será afastado o risco de que a formação *nikkei* obscureça outras facetas da cultura brasileira em decorrência da cumplicidade, entre os interlocutores, em torno de uma origem comum. Desse modo, o não-descendente poderá transmitir uma imagem mais clara da realidade brasileira, sem que as semelhanças culturais entre os membros da comunidade japonesa no Brasil e os japoneses inviabilizem o conhecimento mais extenso do modo de pensar e de agir brasileiros.

No mesmo sentido, o estudo do Japão por brasileiros não-descendentes pode resultar em obras de grande valor acadêmico, dada a utilização de lente diversa daquela geralmente utilizada pelos japoneses, a qual, muitas vezes, é reproduzida pela comunidade japonesa no Brasil. Isso não se refere exclusivamente aos estudos sobre o Japão elaborado por seus nacionais ou descendentes; antes, é fenômeno comum em qualquer país ou sociedade na história. O olhar exterior sobre fatos e eventos de importância nacional é oportunidade de auto-conhecimento, sendo importante notar o apoio dado pela academia japonesa aos estudos realizados, sobre esse país, nas universidades e centros de pesquisa norte-americanos. Dessa feita, a dedicação de não-descendentes brasileiros aos estudos nipônicos é forma de ampliação da capacidade crítica dos trabalhos realizados, no Brasil, sobre o Japão.

Por fim, a disseminação da cultura japonesa na sociedade brasileira, em especial entre não-descendentes, tem servido como estímulo a debates que buscam ir além de análises simplistas. A proliferação de restaurantes japoneses, da oferta de objetos de decoração com temas orientais, a presença de filmes japoneses nas



salas de cinema nacionais e o grande número de cursos de língua japonesa¹⁶ são fatores que incitam à discussão sobre o que, de fato, corresponde aos ensinamentos e manifestações culturais daqueles japoneses que vieram ao Brasil em busca de trabalho, ou o que é fruto de uma construção de *marketing* que inclui no patrimônio cultural japonês características próprias de outros povos orientais, como os coreanos e os chineses. Cria-se, portanto, uma atmosfera propícia ao aprofundamento dos estudos japoneses e ao redescobrimento das especificidades de sua cultura.

3.1.2 DESAFIOS

O maior desafio enfrentado por um não-*nikkei* que deseja aprofundar-se nos estudos japoneses é a superação do obstáculo lingüístico. Ao contrário da língua inglesa e da espanhola, cujo aprendizado, desde cedo, é estimulado por pais e professores, o interesse pelo japonês surge a partir da juventude e por iniciativa própria. Considerando que o curso formal de japonês dura cerca de dez anos e que o não-*nikkei* inicia seus estudos durante a universidade, a probabilidade de que compromissos de trabalho e conseqüente falta de tempo o afastem do idioma são grandes. Além disso, o japonês requer exercício constante, haja vista a existência de três alfabetos distintos, sendo um deles composto por ideogramas. A fim de compreender uma reportagem de revista, por exemplo, é preciso conhecer cerca de 1500 ideogramas, saber decorrente de muito estudo e empenho.

O custo de oportunidade envolvido na escolha pelo estudo do japonês é, assim, bastante elevado. O cálculo normalmente feito pelos indivíduos, ou pelos pais que desejam iniciar seus filhos em uma nova

¹⁶ Existem cerca de 330 instituições de ensino.



língua, foca-se nas variantes tempo e custo do estudo em comparação com os benefícios decorrentes do domínio do idioma. No caso do japonês, conforme dito, o período de aprendizado é extenso. Os gastos, por sua vez, podem ser minimizados quando a instituição de ensino recebe subsídios; caso contrário, o preço da mensalidade é elevado.

A utilização do idioma no meio profissional e acadêmico é restrita. A academia ainda oferece pouco espaço para aqueles que desejam orientar sua tese em direção a temas mais desconhecidos da cultura japonesa, sob alegação de falta de interesse prático. Assim, pós-graduandos brasileiros vêm-se premidos a repetirem temas ou a se limitarem aos estudos lingüísticos. No caso de empresas japonesas, o clima de intensa competitividade resulta das poucas vagas de emprego ofertadas. Portanto, observa-se que os estímulos à imersão nos estudos japoneses são reduzidos, relacionando-se, em especial, a uma identificação pessoal com o país.

Outro obstáculo verificado é a falta de familiaridade com as organizações que estruturam a comunidade japonesa no Brasil. Os *nikkeis* brasileiros são altamente organizados e diversas são as entidades que cuidam de seus interesses. A hierarquia que caracteriza a sociedade japonesa é reproduzida no relacionamento entre as organizações e entre seus membros. O desconhecimento do não-descendente acerca das atribuições específicas de cada entidade e da maneira apropriada de lidar com seus representantes pode dificultar seu acesso a informações que seriam caras a seu objeto de estudo. Comumente, a comunidade japonesa é vista como impermeável a não-descendentes, concepção que afasta esses brasileiros dos estudos japoneses. No entanto, essa fama não procede, uma vez que, há mais de duas décadas, a comunidade iniciou processo de abertura aos não-descendentes, conforme visto.

É preciso, portanto, transpor o estágio inicial de conhecimento referente aos estudos e à ética japonesa. Nesse sentido, nota-se que a



iniciação aos temas japoneses é fase de grande entusiasmo para os não-descendentes. Os primeiros contatos com a língua dão significado àqueles códigos outrora misteriosos, transformando-os em letras. As noções de etiqueta japonesa, o conhecimento de formas distintas de manifestação artística e o acesso a outras informações da história japonesa trazem a sensação da descoberta de um mundo novo. Nesse momento, o aprendizado é rápido. Com o passar do tempo, no entanto, vislumbra-se barreira de difícil superação.

Torna-se necessário dominar o idioma para aprofundar-se nos estudos, o que requer tempo e dedicação. A quantidade de livros em português é muito pequena e, embora exista maior oferta em inglês, as traduções são comprometidas não só pela especificidade da língua japonesa, mas principalmente porque, para o japonês, importa a sugestão da fala e não o que em si foi dito. De acordo com a Professora Nakata, “no ensino da língua japonesa, à medida que se atingem níveis superiores, a desistência progressiva faz com que o número de alunos seja representado por uma pirâmide... Falando em termos exagerados, é comum pensar que se houver 500 alunos principiantes de japonês, haverá 50 no nível intermediário e 5 no nível avançado.”¹⁷ O conceito do *ganbarimasu*¹⁸ torna-se palpável como nunca, sendo preciso olhar para a determinação dos próprios japoneses a fim de continuar.

CONCLUSÃO

Conforme notou a Professora Sonia Ninomiya, “hoje, pode-se dizer que o saber japonês já está se ‘nacionalizando’, tendo extravasado as bordas da comunidade *nikkei*”.¹⁹ O aprofundamento das relações Brasil-

¹⁷ NAKATA, Michiko; SUZUKI, M.E. (org.), *idem*.

¹⁸ *Ganbaru*: persistir, insistir; manter-se firme; resistir. *Dicionário Prático Japonês-Português Michaelis*.

¹⁹ NINOMIYA, Sonia Regina Longui. *Estudos Japoneses no Brasil: língua/literatura*. In: Anais do XI Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.



Japão não mais se limita às atividades das comunidades japonesas. A densa teia de relações é composta, cada vez mais, por fios bordados por não-descendentes que, valendo-se da estrutura propiciada pela imigração, aprenderam a valorizar a relação entre os dois países atuando na ampliação dessa rede. Observa-se haver ocorrido o transbordamento da influência japonesa para além de seus descendentes.

O centenário da imigração japonesa é, portanto, motivo de celebração para todos os brasileiros. É evento que marca a introdução de elementos sócio-culturais à matriz nacional, modificando-a no sentido de conferir-lhe as características atuais. As contribuições da imigração japonesa são imensuráveis, uma vez já terem sido absorvidas e agregadas ao arcabouço cultural brasileiro, tornando-se parte dele. Os imigrantes que para cá vieram desempenharam importante papel no desenvolvimento brasileiro, participando do processo de industrialização e auxiliando a implantação de produtos agrícolas. O empenho japonês foi, assim, inspiração para a sociedade brasileira que, ciente dessa contribuição, apresenta-se desejosa de aprender, cada vez mais, sobre seu modo de pensar e suas artes.

O aumento da procura pela formação em japonês deve-se, em primeiro lugar, à comunidade japonesa no Brasil, que trabalhou no sentido de divulgar sua cultura materna. Acrescenta-se, ademais, a exposição que os países asiáticos alcançaram na mídia nos últimos anos e o grande sucesso dos *mangas* e dos *animes*. No Brasil, contudo, o interesse dos não-descendentes não é resultado de mero modismo. Antes, é consequência de uma longa convivência entre *nikkeis* e não-*nikkeis*. É fruto da história de representantes de um povo que, em busca de trabalho, encontraram um país débil com vontade de ser grande. E é esse mesmo país, já crescido, mas ainda com algumas dificuldades que, 100 anos depois, olha para a comunidade japonesa aqui sediada com orgulho e gratidão, mas também olha para o futuro

na certeza de que o amadurecimento das relações Brasil-Japão depende da interação entre seus nacionais e da ampliação, por descendentes e não-descendentes, do conhecimento mútuo.





VI.

REFLEXÕES





REFLEXÕES

Yukie Watanabe

No início da década de 40, a família Hara não pensava mais em retornar ao Japão. Há quase trinta anos no Brasil, seria muito difícil deixar para trás tudo o que haviam conquistado com tanto sacrifício. Em 1917, haviam deixado as fazendas de café do interior paulista e comprado terras no litoral do Paraná, participando da fundação da primeira colônia japonesa independente no Estado.

Nos anos que se seguiram, os Hara criaram seus cinco filhos, todos nascidos no Brasil, desenvolveram boas relações com a população local e, para os padrões da época, prosperaram. Do plantio do arroz previsto inicialmente, expandiram para o da cana-de-açúcar e para a fabricação de aguardente, compraram um depósito em Curitiba, abriram um armazém de secos e molhados e um engenho de beneficiar arroz na cidade de Antonina, também no litoral paranaense. As perspectivas eram melhores no Brasil do que poderiam esperar na eventual volta à terra natal.

Em 1942, no entanto, quando o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Japão, os acontecimentos passaram a contrariar a lógica da permanência neste país. As medidas restritivas às atividades de estrangeiros foram exacerbadas e o sentimento anti-nipônico se acirrou entre a população. Os japoneses eram freqüentemente insultados nas ruas e suas propriedades eram vandalizadas. Com os Hara não foi diferente, o moinho de arroz e o armazém foram saqueados e as relações com os vizinhos brasileiros tornaram-se menos cordiais. Preocupados com as intervenções que as empresas de alemães, italianos e japoneses vinham sofrendo, resolveram colocar todos os negócios em nome dos filhos, que eram brasileiros.



Consciente de que a nacionalidade brasileira havia poupado parte dos bens da família do congelamento decretado em fevereiro de 42, o primogênito, Chuniti, apresentou-se à Junta Militar de Antonina, como lhe haviam dito que os jovens brasileiros deveriam fazer. Ouviu do oficial encarregado que o Exército Brasileiro não aceitava japoneses. Isso confirmou a sensação que tinha quando andava pelas ruas: nascer no Brasil tinha sido um acidente, ele era, na verdade, japonês, como seus pais.

Em vista disso, não se surpreendeu quando foi obrigado, em setembro daquele ano, a acompanhar o restante da família na evacuação da faixa litorânea, considerada área de segurança nacional e, portanto, vedada aos “súditos do Eixo”. Pelo mesmo motivo, dois anos depois, quando a família procurava retomar os negócios em Curitiba, desconsiderou a convocação para se apresentar ao Exército e incorporar-se à Força Expedicionária Brasileira.

Meses mais tarde, foi surpreendido em casa por soldados do Exército que o levaram para o Quartel General em Curitiba, onde teve de explicar a demora em se apresentar. Chuniti tentou esclarecer que fora recusado dois anos antes e perguntou: “Quando é para expulsar minha família das nossas terras, sou japonês. Agora, querem me mandar para a guerra, então, sou brasileiro?”. O questionamento resultou em ordem de prisão.

A liberdade ficou condicionada ao alistamento no Exército, com o qual Chuniti concordou quando soube que o pai havia sido preso ao tentar obter a sua libertação. Assim, em fevereiro de 1945, Chuniti embarcou rumo à Itália para integrar as forças do país que parecia, até então, não o reconhecer como nacional.

Com o fim da guerra na Europa, Chuniti retornou ao Brasil. Era um herói brasileiro da Segunda Guerra Mundial, mas, no dia-a-dia, pouco havia mudado. A discriminação contra a comunidade japonesa demorou a arrefecer e Chuniti voltou a ser “japonês”. O jovem, no entanto, não tinha tempo para se preocupar com a questão



da nacionalidade, queria apenas esquecer esse período sombrio e a guerra. Queria trabalhar, ajudar a família a reorganizar os negócios e retomar a vida normal. Como mandava a tradição, casou-se com a noiva escolhida pelos pais, filha de antigos vizinhos da época da colônia no litoral do Paraná. Teve cinco filhos, criados na rígida disciplina japonesa, mas matriculados nas melhores escolas católicas de Curitiba.

Não se sabe se voltou algum dia a sentir-se brasileiro. Descobriu, no entanto, de forma inusitada, que fazia parte de comunidade bastante numerosa na sua cidade, a dos filhos de imigrantes. Os brasileiros na Curitiba dos anos 50 e 60 não correspondiam fielmente ao retrato da população brasileira formada por índios, portugueses e negros, descrita por Gilberto Freyre; eram, em grande número, descendentes de italianos, alemães e poloneses. Assim, quando começou a trabalhar no Mercado Municipal de Curitiba, Chuniti passou a ser conhecido como “seu” Schmidt, mais fácil (e para alguns, mais brasileiro) que o exótico nome japonês. Lá, Chuniti, mesmo que não se sentisse igual aos seus companheiros, tinham, ao menos, algo em comum.

Quando Chuniti faleceu em 2003, foram realizados os cultos xintoísta, budista e católico para que a família e os amigos – japoneses, descendentes ou *gaijins*¹ – pudessem prestar homenagem na denominação de sua preferência. A medida parece estar de acordo com a vida desse homem: um brasileiro que parecia japonês, que preferia costela assada a sushi, que foi enterrado com a bandeira da FEB e que, mesmo assim, não conseguiu sentir-se inteiramente brasileiro. Porque a herança cultural dos pais japoneses exercia forte influência ou porque alguns brasileiros não o aceitavam como compatriota, Chuniti viveu e morreu com a dualidade de ser nipo-

¹ *Gaijin* é a palavra japonesa utilizada para designar estrangeiro. No Brasil, a comunidade freqüentemente a utiliza para indicar pessoas que não são descendentes de japoneses.



YUKIE WATANABE

brasileiro, dividido entre dois mundos, duas culturas e duas lealdades, era “desterrado em sua própria terra”.

Passados mais de sessenta anos desde que Chuniti Hara foi rejeitado como brasileiro e preso porque se considerou japonês, os *nikkeis*² de quarta, quinta ou sexta geração não enfrentam o mesmo dilema da nacionalidade. Consideramo-nos brasileiros porque nascemos no Brasil e aqui fomos criados. Sabemos, porém, que as nossas feições e o legado cultural de nossos ancestrais nos distinguem de nossos compatriotas em alguns aspectos. Livres da carga dramática que acompanhou os nipo-descendentes nas décadas de 30 e 40, não precisamos escolher entre os dois países, mas ainda devemos compreender a complexidade da nossa herança para podermos encontrar nosso espaço na formação da identidade nacional.

O ano de 2008 marcará, possivelmente, momento de especial reflexão sobre a participação dos imigrantes japoneses e seus descendentes na construção do Brasil e da identidade brasileira. Comemora-se, neste ano, o centenário da chegada das primeiras famílias japonesas ao Brasil, trazidas pelo navio *Kasato Maru*. As dimensões da celebração demonstram a importância dessa contribuição e da mútua influência que brasileiros e japoneses exerceram uns sobre os outros. A entusiástica adesão da comunidade nipo-brasileira à organização do evento, por sua vez, representa o desejo de homenagear os esforços e o legado dos pioneiros, bem como, para alguns, o resgate das raízes familiares.

O marco do centenário, ao trazer para o centro do debate a questão da imigração e da inserção dos japoneses na sociedade brasileira,

² *Nikkei* significa “de origem japonesa”, os descendentes de japoneses espalhados pelo mundo.



deve proporcionar aos *nikkeis* melhores condições para entender a própria identidade. As tradições, os valores e a aparência de um povo que atravessou o oceano para estabelecer-se no Brasil, por muito tempo, apartaram nossos ancestrais da sociedade brasileira. Apesar da evolução, o desafio da integração ainda não desapareceu totalmente, pois ainda vivemos a distinção dessa herança singular. Para compreendermos quem somos, precisamos buscar o equilíbrio entre a vivência da realidade brasileira e as referências da tradição nipônica.

As tensões entre o ser brasileiro e o *ethos* japonês remanescente tendem a desaparecer à medida que a miscigenação dilui o fator mais evidente da diferença, os traços físicos, e o passar do tempo apaga as experiências de discriminação que familiares sofreram nos primeiros tempos. Até que isso ocorra, uma parte da identidade dos nipo-brasileiros continuará sendo construída sobre a necessidade ou o desejo de provar que os olhos puxados não nos fazem menos brasileiros.

A sensação de distanciamento da sociedade brasileira tem várias origens. Antes mesmo da chegada dos primeiros imigrantes nipônicos, grupos que defendiam a necessidade de branqueamento da raça manifestavam-se contra a vinda de “amarelos”³, alegando que a entrada de grupo racialmente inferior apenas atrasaria o ingresso do Brasil no concerto das nações civilizadas. Os japoneses que vieram, por sua vez, não contribuíram para maior aproximação: certos de que voltariam à terra natal, não demonstravam interesse em misturar-se aos vizinhos. Alguns chegaram a deixar as filhas no Japão, ou a enviá-las de volta, por receio de que a criação no Brasil as impedisse de conseguir um bom casamento. A tradição japonesa do *miai*, o casamento arranjado pelos pais, foi também responsável pelo pequeno índice de uniões com pessoas de outras etnias. Na tentativa de manter

³ SETO, Cláudio e UYEDA, Maria Helena. *Ayumi (caminhos percorridos)*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. Págs. 17, 18 e 31.



os costumes e preservar a família, escolhiam-se dentro da comunidade os parceiros para os filhos.

A Segunda Guerra Mundial e o fato de Brasil e Japão estarem em lados opostos, prejudicou ainda mais a integração entre japoneses e brasileiros. Foi um período de preconceito explícito, como foi possível observar pela atitude diferenciada em relação aos “inimigos” europeus, alemães e italianos. Embora sofressem as mesmas restrições oficiais, foram menos hostilizados pela população. Como não eram denunciados pela aparência e seus costumes eram mais próximos dos hábitos nacionais, sofreram menos constrangimentos durante o conflito.

Mesmo com o final da guerra, os japoneses e os seus descendentes ainda tinham dificuldade em abandonar a atitude defensiva que tiveram de manter durante o Estado Novo. O preconceito trocou de sinal e aqueles que tinham sido discriminados no período anterior mantiveram postura de extrema reserva em relação aos *gaijins*. Brigas familiares ou fugas ocasionadas por casamentos com não-descendentes fazem parte da história de muitas famílias no período pós-guerra e continuaram a ocorrer, apesar do número crescente de casamentos interétnicos. Já no começo da década de 90, Chuniti Hara relutou em aceitar o casamento da filha caçula com um não-descendente, seguindo a opinião, comum entre familiares e amigos, de que *gaijins* não compreendiam nem aceitavam a cultura japonesa e, portanto, dificultariam a transmissão de valores caros à tradição nipônica.

Chuniti eventualmente rendeu-se aos fatos, aceitou o casamento da filha e, como em muitas outras histórias, foi totalmente vencido pelo nascimento do primeiro neto mestiço, a alegria de seus últimos anos. Único entre os primos, o neto mais novo de Chuniti não é raridade quando se considera o conjunto da comunidade *nikkei*. Em pesquisa de 1988⁴, a historiadora Célia Oi constatou que 61% da

⁴ Publicada na Revista Veja de 12 de dezembro de 2007.



quarta geração de descendentes têm ao menos um ascendente não-japonês. A mesma pesquisa demonstra que foram os *sanseis*⁵ a inverter a estatística e casar com mais frequência fora da comunidade, já que, entre eles, apenas 42% eram miscigenados. Os números demonstram claramente a diminuição da resistência à mistura, mas, ao se considerar que se trata de país historicamente mestiço, como o Brasil, a etnia que chega à quarta geração com quase 40% dos indivíduos sem miscigenação pode ser considerada, relativamente, resistente a maior integração com a sociedade nacional.

Se parte da responsabilidade pela não-integração recai sobre a atitude de isolamento voluntário por parte dos nipo-descendentes, a dificuldade que alguns têm de sentir-se parte do Brasil pode ser explicada pela falta de reconhecimento ao papel dos japoneses na construção do Brasil de hoje. Aprende-se que o povo brasileiro tem três raízes: a indígena, a portuguesa e a africana. Em uma das principais obras de explicação do Brasil, Gilberto Freyre discorre sobre as três vertentes, não deixando espaço para a contribuição dos imigrantes, posterior ao período colonial. Não poderia ser diferente, uma vez que, à época em que **Casa Grande & Senzala** foi escrito, a presença nipônica era recente e sua contribuição não estava ainda consolidada. Em 1995, porém, no livro **O Povo Brasileiro**, de Darcy Ribeiro, com proposta de analisar as diversas influências que conformaram o Brasil e os brasileiros, a participação japonesa, tampouco, recebe menção. É compreensível e verdadeiro que a influência oriental seja menor que a dos povos chegados quatro séculos antes e que construíram o país desde os tempos coloniais e que os estudos sobre a sua participação sejam mais raros, mas não justifica a exclusão.

O silêncio dos principais explicadores do Brasil sobre a participação dos japoneses, aliado ao fato de que a maior parte dos

⁵ *Issei* é o próprio imigrante; *nisseis* são os filhos; *sanseis* são os netos, portanto, a terceira geração. *Yonseis* e *goseis* são a quarta e quinta gerações, respectivamente.



estudos sobre o assunto terem sido realizados por descendentes, exacerba a sensação de isolamento e de que somos um grupo à parte na formação da identidade brasileira. A aproximação do centenário deve contribuir para que essa impressão seja atenuada, uma vez que o evento busca divulgar a participação de japoneses e nipo-descendentes na vida brasileira. O objetivo é desmistificar a cultura japonesa, aproximá-la dos demais brasileiros, para que deixe de representar algo exótico ou curioso, e torne-se parte da cultura mestiça brasileira. A contribuição japonesa para o caldo de culturas.

Brasileiros loiros de olhos azuis são naturalmente aceitos, assim como brasileiros negros, mulatos, ou quase qualquer combinação étnica possível. Brasileiros orientais, no entanto, ainda são considerados um pouco exóticos, um pouco estrangeiros. Raros são os nacionais de outras origens que são solicitados a apresentar a identidade de estrangeiro (RNE) ou que recebem elogios pela proficiência na língua portuguesa. São situações curiosas pelos quais vários descendentes já passaram e que podem ser contabilizados entre os elementos que caracterizam o que é ser *nikkei*.

Os descendentes de japoneses cedo descobrem que a origem familiar implica algumas expectativas sobre seu comportamento. Amigos e conhecidos esperam que sejamos tímidos, disciplinados, dedicados ao trabalho ou ao estudo e respeitosos no trato com os outros. Aqueles que destoam dessa imagem pré-concebida ouvem o quase inevitável comentário: “você nem parece japonês!”. O comportamento típico dos japoneses do início do processo imigratório cristalizou-se no imaginário popular e tornou-se o estereótipo do que as pessoas imaginam que os descendentes são, ou deveriam ser, até hoje. Perguntam-nos com frequência: “você fala japonês?”; “você sabe fazer sushi?”; “você já morou no Japão?”; “seu marido (ou esposa) também é japonês?”. A surpresa diante da negativa revela que muitos brasileiros ainda esperam que os *nikkeis* se comportem como os pais e avós imigrantes e não como conterrâneos e contemporâneos.



A visão de que os nipo-descendentes são apegados à tradição não é destituída de fundamento. Um dos principais traços da cultura japonesa, reforçado pelos preceitos das duas principais religiões no Japão – o xintoísmo e o budismo –, é o culto aos antepassados. A importância atribuída aos ancestrais estabelece a noção de gerações que se sucedem e completam a obra iniciada pela precedente, fortalecendo a idéia de vínculos, não de choques, entre elas. Esse pensamento traduz-se, na vida cotidiana, no respeito aos mais velhos e na consideração devida à experiência de vida e aos conhecimentos que acumularam. Em razão dessa forma de pensar, tradições e valores, em geral, não são levianamente descartados como ultrapassados. Algumas vezes, a manutenção de determinado hábito é considerada forma de homenagem a um ente querido.

O equívoco encontra-se em considerar que esta prudência da transformação equivale à estagnação dos costumes e em esperar que todos os descendentes reproduzam o mesmo comportamento sem questioná-lo, indefinidamente. As influências do meio se fazem presentes e vários hábitos já se perderam ao longo do tempo. Mesmo que a aparência dos *nikkeis* não se tenha alterado tanto (especialmente para a parcela não-miscigenada), não significa que as atitudes e as idéias não tenham sido modificadas pelos cem anos de convivência.

Outra percepção relacionada à comunidade nipo-brasileira refere-se ao intenso convívio entre os membros, em clubes e associações, que algumas pessoas acreditam, erroneamente, serem vedados a pessoas de outras origens. A maior parte desses grupos surgiu no pós-guerra, com o fim da proibição de reunião de nacionais dos países inimigos. Além do objetivo explícito de manutenção da cultura japonesa e, em alguns casos, de prestar ajuda mútua, esses clubes tornaram-se o espaço onde os nipo-descendentes não sofriam discriminação e onde o que era estranho para a sociedade brasileira tornava-se a norma entre os participantes. Nessas organizações, poderiam falar japonês, preparar comidas típicas japonesas e praticar



as atividades pouco conhecidas no Brasil, mas populares entre os nipônicos. Lá, sentiam-se parte do grupo e não como estrangeiros indesejáveis.

Essas organizações passaram a concentrar as atividades sociais, esportivas, culturais e assistenciais dos descendentes, reforçando o isolamento criado pela discriminação. Essa sociabilidade restrita fortaleceu a idéia de colônia, não mais como o agrupamento físico de trabalhadores de mesma origem, mas como a organização dos indivíduos em associações, criando sociedade quase fechada, resistente às influências externas.

Os clubes, as sociedades beneficentes e as associações foram os principais responsáveis pela manutenção de atividades ligadas à cultura japonesa. O beisebol, a cerimônia do chá, as danças típicas e o *karaokê* eram algumas das atividades que só eram encontradas nessas organizações. As instituições logo passaram a ser nipo-brasileiras, já que a maior parte dos membros não eram mais os próprios imigrantes, mas seus descendentes. Continuavam a ser, porém, o espaço privilegiado da cultura japonesa, onde eram transmitidos os valores e as tradições ancestrais. O acesso de não-descendentes não era vedado, mas ainda eram poucos os que os freqüentavam; e os que o faziam, acabavam aprendendo os códigos de conduta não-escritos adotados pelos japoneses, de forma a pertencer ao grupo. Nesses microcosmos, a relação entre o que era o padrão e o que era diferente invertia-se e os nipo-descendentes sentiam-se confortáveis, um local onde não eram conhecidos como “japoneses”.

A maioria dessas associações segue existindo até hoje. Muitas passaram por fusões ou alterações de razão social, mas as funções de preservação da cultura e de local de encontro dos nipo-descendentes permanecem. Embora as novas gerações não apresentem mais resistência às influências ocidentais – muitos não falam o idioma japonês, nem têm ascendência exclusivamente nipônica –, a convivência com outros *nikkeis* ainda as atrai. As atividades desenvolvidas não são apenas aquelas



ligadas à herança japonesa: esportes como futebol, tênis e vôlei dividem espaço com o beisebol e o tênis de mesa, aulas de dança de salão são seguidas por ensaios de *odori*⁶ e, no almoço, não é raro que seja servida a combinação arroz com feijão, mesmo que o arroz seja preparado à moda japonesa.

Se a maior parte das atividades em nada se diferencia daquelas oferecidas por outros clubes ou associações, qual o fator explicativo para a preferência pelas organizações *nikkeis*? A razão mais evidente é a continuação (ou imposição) de hábito familiar, afinal muitos descendentes freqüentam esses ambientes acompanhadas dos filhos, que crescem em companhia de outros nipo-brasileiros, com quem estabelecem laços de amizade desde a infância. A memória afetiva e a vida social, em muitos desses casos, concentram-se no universo *nikkei*, restando à sociedade maior apenas um papel secundário, um espaço de estudo ou trabalho e passagem, mas não de referência. Esse processo vem ao encontro do traço cultural japonês da valorização de tradições e explica, em parte, o baixo índice de miscigenação, quando comparado com o de outros grupos étnicos no Brasil.

Nem todos os *nikkeis*, entretanto, consideram a colônia como referência principal. Alguns, ao contrário, preferem não participar de nenhuma associação, nem praticar qualquer atividade ligada à cultura japonesa. Para esses descendentes, a origem nipônica não é elemento definidor da identidade, mas fato do passado. Mantêm hábitos completamente ocidentalizados, seus amigos são, em geral, *gaijins*, e não têm interesse em vivenciar qualquer aspecto das tradições familiares.

As duas posições mais extremas, na realidade, revelam o mesmo desejo de pertencimento que acompanha os descendentes há quase cem anos. Eram brasileiros porque nasceram no Brasil, mas

⁶ *Odori* é a palavra utilizada para designar dança, em geral, mas na comunidade é utilizada como sinônimo de dança japonesa, clássica ou folclórica.



eram considerados japoneses pelos brasileiros, por causa da aparência e dos costumes. Os pais imigrantes esforçaram-se para que os filhos parecessem japoneses, mantivessem os usos da terra natal e, se e quando voltassem ao Japão, fossem aceitos como filhos daquela terra. Como apenas poucos voltaram, os *nisseis* no Brasil ficaram divididos entre as duas nações: culturalmente isolados do seu país e geograficamente distantes do país de referência.

Os tempos mudaram e a principal ligação dos *nikkeis* com o Japão, hoje, é por meio de pais, avós e bisavós. A sensação de ser diferente dos demais brasileiros, no entanto, não desapareceu completamente, especialmente para aqueles não-miscigenados. Resquícios do isolamento cultural ressurgem com frequência porque somos facilmente identificáveis ao olhar. Quando é necessário apontar um descendente, raramente é descrito como a pessoa alta, gorda ou vestindo casaco azul. Simplifica-se: “é o japonês”.

O desejo de evitar o rótulo pode ser uma das explicações para a convivência privilegiada nos meios nipo-brasileiros. Quando o círculo de amizades é composto principalmente por descendentes, ter as feições orientais não é diferencial, mas norma. Também as atitudes e o comportamento derivados da herança japonesa passam a ser vistos como naturais. Criam-se códigos próprios e utiliza-se vocabulário singular, com muitas palavras em *nihongô*⁷, sem que haja necessidade de explicação ou justificativa, uma vez que fazem parte do cotidiano doméstico da maioria dos *nikkeis*. Em outras palavras, é convívio fácil, onde alguns hábitos ou manias que seriam considerados curiosos em outros contextos são vistos com naturalidade. Nesses ambientes, ao contrário, são os *gaijins* que devem adaptar-se aos modos do grupo e são eles os diferentes. Engana-se, porém, quem acredita que as sociedades de cultura japonesa representam tentativa de criar “guetos voluntários” para preservação da tradição, nos quais os brasileiros de outra origem

⁷ *Nihongô* é a língua japonesa.



não têm espaço; são, principalmente, espaços onde os nipo-descendentes podem pôr em prática os hábitos aprendidos em família sem se preocupar com a interpretação dada aos seus costumes e atitudes.

Os que escolhem se afastar das atividades da colônia desejam, também, escapar ao rótulo. Ao não conviver com outros *nikkeis* procuram afirmar sua independência em relação ao grupo e sua identificação com a sociedade brasileira maior. O afastamento pode relacionar-se ao círculo de amizades, à língua e às atividades vistas como típicas. Configura, especialmente, a rejeição do estereótipo e não da cultura. Acreditam que o não-envolvimento com as atividades da colônia os torna mais brasileiros e menos japoneses aos olhos do mundo.

Na maioria dos casos, nenhuma das duas atitudes – a de privilegiar os relacionamentos e as atividades dentro da comunidade e a de evitá-los – parece ser consciente ou proposital. São caminhos distintos em uma busca que muitos nipo-descendentes ainda descobrem necessária: a própria identidade. Como ainda são poucos os *nikkeis* cuja aparência não demonstra a origem étnica, a maioria enfrenta, em diferentes graus, a mesma questão que assombrou Chuniti há tanto tempo: como ser brasileiro e japonês ao mesmo tempo? Por um lado, sabemos que somos brasileiros, mas como vivenciar integralmente essa identidade se nem todos os nossos compatriotas concordam com essa afirmação? Por outro lado, podemos desejar ser parte homogênea do povo brasileiro e abandonar a herança que os pioneiros nos legaram? Essas são questões sobre as quais raramente pensamos, mas que voltam à tona quando precisamos traduzir uma palavra em japonês para um amigo não-descendente, quando o correspondente em português não expressa com a mesma exatidão o nosso sentimento; ou quando precisamos confessar, envergonhados, que não sabemos manejar muito bem os “pauzinhos” – que nossos avós chamam de *bashi*.



Qualquer que seja a nossa reação ante as pressões para sermos os guardiões da cultura japonesa, alguns fatos são inescapáveis. Ainda que aceitemos de bom grado manter alguns costumes ou algumas atividades, eles nunca serão realizados da mesma forma que eram feitos há cem anos, quando os imigrantes chegaram ou da maneira que os verdadeiros japoneses os praticam, ou praticavam. Na verdade, algumas tradições de origem japonesa mantidas no Brasil já foram, há muito, abandonadas no Japão. Como parte considerável dos imigrantes deixaram o Japão antes da Segunda Guerra Mundial, a cultura que trouxeram consigo era a derivada da Revolução Meiji e da ética samurai. Com a derrota no conflito mundial e a ocupação americana, a influência ocidental mostrou-se avassaladora e a cultura japonesa sofreu transformações radicais na segunda metade do século.

Os pioneiros que chegaram até a década de 30 vieram ao Brasil com a firme intenção de voltar à terra natal, vieram como *dekasseguis*⁸ e acabaram, pelas circunstâncias, permanecendo neste país. A maioria dos que chegaram no pós-guerra, ao contrário, pretendiam estabelecer-se aqui definitivamente. Os nipônicos que emigraram após a Guerra já tinham visão diferenciada do próprio país. Havia vivido a derrota, a ocupação e o fim do mito da divindade do Imperador, o Japão, para eles, não era o império invencível que o início do século XX pareceu prenunciar. Ao chegar ao Brasil, sofriam, então, choque cultural duplo: não só os hábitos brasileiros lhes pareciam diferentes, mas também os costumes dos japoneses radicados no Brasil há mais tempo causavam estranhamento, eram mais conservadores e guardavam visão ainda idealizada do Japão.

Os japoneses que vêm hoje ao Brasil acham curioso que a colônia mantenha alguns costumes considerados ultrapassados ou que se restringem a áreas rurais remotas no Japão. A sensação do inusitado,

⁸ *Dekassegui* significa trabalho temporário em local distinto do de origem. Na linguagem corrente é empregada para designar os trabalhadores brasileiros no Japão, que fazem o caminho inverso dos imigrantes japoneses.



quase folclórico, é reforçada pela percepção de que os rituais originais, realizados em outros tempos, do outro lado do mundo, apresentavam características muito diferentes das observadas nas reproduções em terras tropicais. As tradições japonesas que procuramos manter são, na realidade, criações nipo-brasileiras que se transformam a cada geração, pela inclusão de elementos brasileiros e pela exclusão ou pelo esquecimento daqueles significados e segredos que apenas as avós conheciam.

A perda de algumas dessas informações, no entanto, não põe em risco o essencial da nossa herança, como muitos poderiam pensar. Ainda que o número de praticantes de cerimônia do chá esteja diminuindo, ainda que a maioria dos que ainda o fazem sejam indivíduos da melhor idade, ainda que muitos dos que se interessem pela arte milenar sejam não-descendentes e ainda que esse cenário se repita na maior parte das atividades da colônia nipo-brasileira, a principal contribuição da imigração japonesa permanece a salvo. O fundamental do legado nipônico não se encontra no modo de preparar o chá, nem no ensino da língua japonesa – o número de estudantes não-descendentes cresce a cada ano –, não está nos movimentos delicados da dança clássica, nem no soar do *taiko* (tipo de tambor japonês). A riqueza da contribuição nipônica encontra-se, acima de tudo, em valores e atitudes.

Não se pode negar a importância da manutenção das manifestações artísticas, que devem permanecer como parte do repertório nacional, tributo à diversidade do povo brasileiro e à multiculturalidade. Não são, entretanto, exclusivas dos *nikkeis*, nem devem ser consideradas obrigações étnicas. Embora nunca percam a marca da cultura japonesa, podem ser praticadas por pessoas de todas as origens que escolham aprendê-las. Assim como muitos não-descendentes interessam-se pela língua japonesa, pelos arranjos florais segundo preceitos do *ikebana* e, nos últimos tempos com muita intensidade, pelas animações e quadrinhos (*anime* e *mangá*,



respectivamente), grande número de *nikkeis* não se dedica a qualquer atividade considerada tradicional.

O pouco interesse que alguns descendentes demonstram pelas tradições não os liberta de sua herança. Assim como os que procuram manter a cultura não podem evitar a inserção de elementos brasileiros nas atividades tipicamente japonesas, os *nikkeis* que não se interessam pelos temas nipônicos, dificilmente, conseguem eliminar das suas atividades cotidianas os hábitos adquiridos no convívio familiar.

As características que não escolhemos, que nos foram passadas subliminarmente, que não temos consciência de carregar, são a verdadeira contribuição da imigração japonesa para a sociedade brasileira. Os valores comuns que regem a vida de todos os descendentes, “engajados” ou não na preservação da cultura japonesa, tão presentes na nossa criação e intrínsecos da nossa personalidade que os resgatamos e reproduzimos sem saber, geração após geração, são o que de melhor temos a oferecer em nome de nossos antepassados.

Os valores de maior alcance e maior permanência podem ser transmitidos sem rótulos e incorporar-se à identidade brasileira, testemunhos da história de luta e perseverança de imigrantes que ajudaram a construir o país. Raros são os descendentes que não apresentam forte senso de família e respeito aos antepassados. A valorização da experiência e, conseqüentemente, dos idosos, a dedicação ao trabalho, o reconhecimento do sucesso pelo esforço são apenas parte do legado japonês. Aprendemos em casa a importância do estudo, a polidez no tratamento com as pessoas, a disciplina e o respeito. O gosto pela vivência em comunidade e a dedicação ao bem-estar coletivo também são características consideradas tipicamente japonesas. São lições, no entanto, que podem beneficiar a todos se integradas à cultura brasileira.

Se os *nikkeis* podem contribuir com algumas características positivas, podemos beneficiar-nos da influência brasileira para amenizar traços menos desejáveis, fazendo que “nossos japoneses sejam melhores



REFLEXÕES

do que os dos outros”. A alegria dos brasileiros nos torna menos sisudos, a espontaneidade nos faz menos rígidos e a cordialidade nos faz mais calorosos. O convívio com os brasileiros de outras ascendências mostrou aos japoneses que expressar sentimentos não equivale a sinal de fraqueza e melhorou muito nossa capacidade de comunicação. E, ainda que não nos tenha curado inteiramente do hábito de nos levarmos demasiadamente a sério, esta é lição que temos aperfeiçoado a cada geração.

As afirmações feitas até aqui, provavelmente, não contarão com a concordância de todos os *nikkeis*; possivelmente, nem mesmo da maioria. São, principalmente, reflexões pessoais, baseadas na história da família, nas experiências vividas dentro e fora da colônia e nos sentimentos contraditórios provocados pela herança complexa, recebida dos ancestrais.

As inquietações e questionamentos apresentados não me foram oferecidos diretamente. À maneira tipicamente japonesa, surgiram veladamente, durante conversas, em trocas de experiências, pela observação e pela interpretação de ações e reações comuns em nosso meio, para as quais não parece haver explicações únicas e indiscutíveis. Não há qualquer fundamento acadêmico nas declarações e a única autoridade para discorrer sobre o tema me é conferida pelos anos de vivência cotidiana dessas questões.

Em criança, o contato com a cultura dos meus ancestrais se dava pelo convívio com minha avó paterna – que morava conosco, segundo a tradição que estabelece que o filho mais velho se torna responsável pelos pais na velhice – e com a extensa família materna, constituída de bisavó, avós, tios, e intrincada rede de primos. Apesar das tendências conservadoras e tradicionalistas da família, meus pais nunca nos obrigaram a participar das atividades infantis de nenhuma



das associações *nikkeis*. Assim, a influência japonesa nos foi transmitida de forma sutil, nos pequenos gestos do dia-a-dia, mas não como identidade distinta, a ser abraçada, cultivada, defendida. A consciência de que havia algo de diferente na minha educação só surgiu quando comecei a freqüentar a escola e descobri que algumas das palavras que utilizava correntemente não pertenciam ao léxico brasileiro.

Aos onze anos, experimentei, pela primeira vez, a noção de fazer parte da comunidade nipo-brasileira organizada e de que poderia ou deveria exercer papel na preservação das tradições ancestrais. Uma das associações havia criado um grupo infantil de dança japonesa e buscava meninas que se interessassem; minhas primas participariam e a família insistia que minha irmã e eu nos juntássemos a elas. Meus pais, cientes de que nenhum dos filhos demonstrava qualquer inclinação pelas tradições japonesas, perceberam e aproveitaram a oportunidade de termos algum contato com a cultura por meio de atividade que pudéssemos apreciar. Para mim, o fator de persuasão foi a possibilidade de dançar, não a tradição.

O que começou como experiência a contragosto tornou-se atividade prazerosa. Continuei a dançar por cerca de dez anos, período durante o qual realizei a jornada de descoberta das minhas raízes e da minha identidade, especialmente a partir dos anos da adolescência. Em meio a ensaios, apresentações e eventos, o contato com *nikkeis* de diferentes gerações ampliou-se e passei a reconhecer algumas atitudes da minha família como parte de um contexto maior, e não apenas manias destituídas de sentido. O convívio com as senhoras do grupo *sênior*, que nos ensinavam a vestir o *kimono*⁹ e auxiliavam nas nossas aulas, era a lição prática do respeito aos mais velhos e à sua experiência. Descobri mais afinidades do que poderia imaginar não só com as companheiras de *odori*, mas também com os participantes de outras atividades ligadas à cultura japonesa.

⁹ *Kimono* é o traje típico japonês.



A convivência era fácil e agradável, não havia necessidade de traduzir as palavras e as expressões em japonês que utilizava em casa, nem precisava explicar alguns hábitos, como ocorria com os amigos não-descendentes. Neste novo círculo de amizade, todos já haviam passado por alguma situação embaraçosa, ganhado apelidos ou sofrido cobranças por causa das feições orientais. Passei a pertencer a este grupo; ali, eu era igual a todo mundo, não a pessoa que se sobressaía pela aparência diferenciada.

Para os observadores externos, éramos “os japoneses”. Em alguns aspectos, correspondíamos a essa visão; em outros, falhávamos miseravelmente. Poucos dentre nós falavam japonês para além de algumas expressões domésticas. Eu, apesar de o aprendizado da língua ter sido a única imposição paterna referente à cultura japonesa, nunca passei dos rudimentos do idioma. Apesar de todas as nossas deficiências em representar o país de nossos ancestrais, assumimos o elo que nos unia e a identidade que nos impunham de fora.

Foi um período de intensa atividade, eu participava de um *seinenkai*¹⁰, mantinha contatos com outros três, continuava no grupo de dança e trabalhava voluntariamente nos festivais gastronômicos de culinária japonesa que ocorriam duas vezes por ano na cidade. Sentia-me integrada e, ouvia e falava tanto sobre cultura japonesa que, às vezes, sentia-me mais próxima do Japão do que do meu próprio país.

Ironicamente, o engajamento nas atividades da comunidade, especialmente naquelas ligadas à dança, possibilitou o processo que me reaproximou da consciência de ser brasileira. O principal compromisso do grupo de *odori* durante o ano era – ainda é – o Festival Folclórico e de Etnias do Paraná, no qual se apresentam as manifestações artísticas dos diversos países que contribuíram para a colonização do estado. Descendentes de italianos, alemães, poloneses, ucranianos, portugueses, japoneses, holandeses e espanhóis,

¹⁰ *Seinenkai* é o equivalente ao grupo de jovens, em português.



organizados em clubes ou associações, reúnem-se anualmente para celebrar a memória e a cultura dos imigrantes e a sua contribuição para a construção do nosso país. Com o intuito de trocar experiências, as alas jovens dos grupos folclóricos começaram a organizar festas para que os participantes tivessem a oportunidade de encontrar-se em ambientes mais relaxados e informais que nos bastidores das apresentações, quando estávamos todos tensos e apressados.

Comparecíamos às “festas das nações” com trajes típicos e, a cada evento, um dos grupos levava uma música ou uma dança para ensinar aos demais. Nesse ambiente, não era raro ver alemães dançando a *tarantella* ou portugueses tentando imitar o *hopak* ucraniano. A designação por nacionalidade, aliás, era apenas convenção para identificarmos quem pertencia a qual grupo, uma vez que os participantes não tinham, necessariamente, a ascendência étnica correspondente: lembro-me distintamente de uma *nikkei* em um dos conjuntos germânicos; para todos os folcloristas, ela era alemã. Ser chamada de japonesa por esses amigos nunca teve o mesmo sentido de exclusão que sentia em outros ambientes. É verdade, porém, que, sem os figurinos típicos, eu e minhas companheiras éramos as únicas que não precisávamos declarar a qual associação pertencíamos.

Aprendi com esses amigos que o fato de ser *nikkei* não me fazia menos brasileira; tornava-me, na verdade, brasileira com algo a mais. Observar as pessoas vestidas com trajes de diferentes países, todas falando português, mas ensinando passos de dança e palavras das nações que representavam para colegas de outras etnias, proporcionou-me uma visão de um Brasil do qual eu também fazia parte: o país construído com a colaboração de indivíduos das mais diversas origens que se reuniram para criar o caldo de cultura que conhecemos hoje. Conhecer e celebrar a contribuição dos meus antepassados era uma honra. Conhecer e celebrar a contribuição dos outros povos, um processo de aprendizado incomparável.



E foi na companhia de “alemães”, “ucranianos” e “poloneses” que, finalmente, compreendi minha identidade complexa, exatamente em momento no qual imaginava que o meu lado japonês afloraria com mais força. Desde o início do ano de 1997, a comunidade nipo-brasileira estava ocupada com os preparativos para a vista do Casal Imperial, prevista para junho, e no grupo de dança a expectativa não era diferente. Para a passagem por Curitiba, a organização local programou a apresentação dos grupos folclóricos das diferentes etnias, com o objetivo de fortalecer a identidade multicultural da cidade, e cabia a nós, “japonesas”, encerrar o espetáculo. Sentimos o peso da responsabilidade e o nervosismo não diminuiu em saber que a princesa, filha do Imperador Akihito, já havia estudado dança clássica japonesa, na linha daquela que iríamos apresentar.

Alguns dias antes da chegada dos titulares do Trono do Crisântemo à cidade, fomos comunicados que os integrantes dos grupos folclóricos deveriam apresentar-se no aeroporto para receber o Imperador Akihito e a Imperatriz Michiko no desembarque. Comparecemos sem muitas expectativas, certos de que passaríamos despercebidos, uma vez que teríamos de permanecer a grande distância, atrás de cordão de isolamento policial. Fazia muito frio, o voo estava atrasado e tínhamos a importante apresentação no dia seguinte, ninguém estava muito satisfeito com mais uma atribuição.

Tudo mudou quando o avião chegou, as autoridades desembarcaram e a Imperatriz, quebrando o protocolo, pediu que os jovens em trajes típicos se aproximassem. Nós, do grupo japonês, fomos as primeiras a quem o Casal dirigiu a palavra, para depois voltarem-se para representantes das outras etnias. Não me recordo do que foi dito, lembro-me apenas do choque que senti ao me dar conta de que estava falando com a Imperatriz do Japão e, mais tarde, da confusão de repórteres querendo saber qual era a sensação de apertar a mão do Imperador.



Levou algum tempo até que me recuperasse e organizasse os pensamentos tumultuados que passavam pela minha cabeça. Eu ouvia os amigos dos outros grupos comentando sobre a gentileza e a simpatia dos monarcas nipônicos, mas apenas nas expressões das minhas companheiras de dança eu identificava a mesma surpresa e falta de reação. Percebi que estava emocionada.

Foi como uma revelação: descobri que era total e inequivocamente brasileira, sem qualquer prejuízo da herança japonesa recebida de meus avós. O paradoxo de, no momento em que mais tentei parecer japonesa, ter sido considerada brasileira esclareceu qualquer dúvida que eu pudesse ter quanto à minha identidade. Com as feições orientais, vestindo o meu melhor *kimono* e tentando, ao máximo, emular o gestual nipônico, eu fiquei frente a frente com a encarnação máxima da nação japonesa. E ele viu uma jovem brasileira; a representação de parcela do Brasil com a qual seu país, sem dúvida, tinha laços históricos, mas indubitavelmente brasileira. Pelo jeito de andar, de olhar ou de sorrir, ou talvez, porque a única resposta que consegui gaguejar tenha sido em português – mesmo tendo entendido a pergunta feita em japonês –, não fui reconhecida como súdita do Império do Sol Nascente.

Ao mesmo tempo, não pude ignorar minha reação ao acontecimento. Estavam todos impressionados com a atitude do Imperador e da Imperatriz, mas apenas nós, as *nikkeis*, estávamos emocionadas, atônitas e profundamente honradas. Ninguém mais compreendeu a reverência que aquelas pessoas nos inspiraram, a carga simbólica daquele momento. Nós mesmas não esperávamos reagir dessa maneira, não poderíamos imaginar que os sentimentos de um povo do qual nunca fizemos parte poderiam estar ainda impregnados no nosso subconsciente, como parte do legado cultural transmitido sem palavras.

As descobertas daquela noite precisaram de algum tempo de reflexão para amadurecer, não era possível transformar em palavras as



REFLEXÕES

emoções contraditórias e reveladoras que aquele encontro me proporcionou. Naquele momento, encontrei o equilíbrio entre os dois mundos, as duas culturas que fizeram de mim o que eu sou. Senti-me mais brasileira porque o sentimento não me foi dado pelo nascimento, precisei buscá-lo e compreendê-lo; mais do que isso, descobri a brasilidade enriquecida pela possibilidade de compartilhar das tradições de outro povo e acrescentá-las ao repertório nacional.

Nem todos os *nikkeis* fazem essa descoberta em momento tão privilegiado. Alguns passam a vida toda sem encerrar a questão, buscando o equilíbrio entre identidades; outros a desvendam ante o choque de chegar ao Japão; e há aqueles que nem a percebem, tão certos de que a herança pouco significa após cem anos de vida no Brasil.

Desde que o fluxo migratório se inverteu com o crescimento econômico no Oriente e a “década perdida” no Brasil, a palavra *dekassegui* deixou de designar os trabalhadores nipônicos que chegaram ao Brasil antes da Segunda Guerra Mundial para tornar-se o fenômeno que levava seus filhos e netos ao Japão, com exatamente os mesmos planos – trabalhar muito, economizar ao máximo e retornar ao país de origem no menor tempo possível – na direção contrária. Os brasileiros partiam com a vantagem, ou assim acreditavam, de não se dirigir a um país totalmente estranho, afinal, muito da cultura japonesa estava em seus lares. O risco de choque cultural parecia muito menor que o sofrido pelos japoneses no Brasil. Para determinado número de *nikkeis* havia a idéia de retorno à pátria, uma vez que, aqui, sentiam-se mais japoneses que brasileiros.

A realidade, no entanto, mostrou-se muito distinta não só porque o Japão que encontraram era muito diverso daquele que seus ancestrais haviam deixado, mas também porque a diferença entre ser



japonês e ser brasileiro *nikkei* era maior do que a semelhança de traços deixava entrever. Não era suficiente falar japonês, saber manejar o *hashi* e gostar da culinária nipônica, os brasileiros tiveram dificuldade em habituar-se à formalidade e à disciplina oriental. Principalmente, não esperavam encontrar tanta resistência por parte da população japonesa. Lá, eram estrangeiros, mão-de-obra não-qualificada, e muitos sofreram discriminação. Se, no Brasil, estavam acostumados a que as pessoas só enxergassem sua porção japonesa, do outro lado do mundo, os nipônicos só percebiam suas características brasileiras.

As saudades da família e da pátria levaram os brasileiros no Japão a cultivar, cada vez mais, os hábitos menos nipônicos que as famílias *nikkeis* aprenderam no Brasil. Churrasco, caipirinha e samba foram apenas algumas das formas encontradas para recuperar identidade à qual alguns nem sabiam estar ligados. A vida no Japão lhes mostrou que eram muito mais brasileiros do que as aparências faziam crer. Para esses, foi preciso atravessar o mundo e retornar ao ponto de partida de seus avós para perceber que a distância percorrida havia moldado indivíduos muito diferentes daqueles que nunca deixaram o Japão.

A maioria dos *dekassegus* ainda deseja voltar ao Brasil, como seus antepassados continuaram a sonhar com o retorno, até que a Guerra acabou com a esperança da quase todos. Algumas raízes, no entanto, começam a fixar-se em solo japonês, o nascimento de filhos e a aquisição de patrimônio fazem da permanência alternativa real e suscitam perguntas que apenas começam a ser respondidas: os filhos desses emigrantes sentir-se-ão brasileiros ou japoneses? Serão japoneses ou brasileiros expatriados, uma vez que nem todos conseguirão a nacionalidade japonesa? Virão, um dia, ao Brasil, na esperança de encontrar aqui algo que seus pais não conseguiram no Japão?

Ainda que as perguntas permaneçam sem resposta por longo tempo, não há dúvidas que o intercâmbio entre os dois países tende a crescer. Além da migração de trabalhadores, Brasil e Japão mantêm



histórico de amizade e cooperação nas mais diversas áreas: agricultura, ciência & tecnologia, educação e cultura. A comemoração do centenário da imigração deve aprofundar, ainda mais, os laços que unem nações tão distantes e, ao mesmo tempo, tão próximas. Na contramão do adensamento das relações, no entanto, surge o temor de que a perfeita integração dos *nikkeis* à sociedade brasileira possa comprometer a preservação da cultura japonesa em território brasileiro.

A preocupação tem por base a crescente perda dos traços orientais, em razão da miscigenação e, com isso, a menor identificação dos jovens com a cultura dos antepassados, acarretando o abandono das tradições que, hoje, são mantidas, principalmente, pelas gerações mais antigas. Embora a integração ao nosso país e ao nosso povo seja um objetivo importante, não podemos deixar que assimilação seja confundida com esquecimento.

A manutenção e a renovação da contribuição japonesa à cultura brasileira não são apenas tributo aos imigrantes e ao país irmão, são a celebração de um capítulo na formação da identidade brasileira. Como demonstraram os jovens folcloristas de Curitiba, a herança de outros povos não nos afasta de nossa pátria, mas enriquece a nossa compreensão do caminho percorrido e recupera referências afetivas que, vindas de outras terras, passaram a pertencer a todo o povo brasileiro – independente de origem étnica ou nacional – no momento em que os imigrantes decidiram se fixar e construir seu lar neste país.

O dever de preservação da memória não recai sobre nossos ombros porque somos “japoneses” – qualquer que seja a nossa geração e qualquer que seja a nossa aparência – mas porque somos brasileiros; porque a perda de herança tão rica configuraria prejuízo ao Brasil e aos brasileiros. Cada influência é importante e o desaparecimento de uma delas deixa o país mais pobre, mais triste e menos interessante. A conservação das tradições nipônicas é uma das formas pelas quais a comunidade *nikkei* pode contribuir para lembrar que o País foi construído por muitos povos e que a sua distinção está na pluralidade



YUKIE WATANABE

e na convivência de diferentes culturas. Preservar a cultura de nossos ancestrais pode ser a melhor maneira de provar que somos, verdadeiramente, brasileiros. Chuniti Hara – e tantos outros que, como ele, sofreram por não se sentirem nem brasileiros, nem japoneses – ficaria feliz em saber que é possível conciliar as duas heranças.

BIBLIOGRAFIA

SETO, Cláudio e UYEDA, Maria Helena. *Ayumi (caminhos percorridos)*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

OYAMA, Thaís. Especial dos 100 anos da imigração japonesa. *Revista Veja*, Editora Abril, edição 2038 – ano 40 – nº 49, p. 78-140, 12 de dezembro de 2007.